

O preço da assinatura é

Por um anno	4\$000
Por 6 meses somente	3\$000

O jornal sairá todos os sabbados.

PARAÍBA lerão gratis oio li-

ETRAS E ARTES do pagas

SSOA - PB
2010

JOÃO PESSOA - PB
MARCO - 2010

QUANDO O “ANJO DO EXTERMÍNIO” SE APROXIMA DE NÓS:
REPRESENTAÇÕES SOBRE O CÓLERA NO SEMANÁRIO CRATENSE O
ARARIPE (1855-1864)

JUCIELDO FERREIRA ALEXANDRE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Linha de Pesquisa: História Regional

João Pessoa - PB
2010

A127q Alexandre, Jucieldo Ferreira.

Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós:
representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe
(1855-1864)/ Jucieldo Ferreira Alexandre. - João Pessoa, 2010.
245f. : il.

Orientador: Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Historiografia - Doenças – Ceará. 2. Semanário
Cratense O Araripe (1855-1864). 3. Doença – O cólera-morbo.

UFPB/BC

CDU: 930.2(813.1)(043)

QUANDO O “ANJO DO EXTERMÍNIO” SE APROXIMA DE NÓS:
REPRESENTAÇÕES SOBRE O CÓLERA NO SEMANÁRIO CRATENSE O
ARARIPE (1855-1864)

Jucieldo Ferreira Alexandre

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinador Externo

Prof. Dr. João Azevedo Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Ariane Norma de Menezes Sá
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna - Suplente

**Aos meus pais,
Lúcia e Juciê.**

AGRADECIMENTOS

A história da escrita dessa dissertação não teria sido a mesma sem a presença de algumas instituições, professores, familiares e amigos, aos quais agradeço agora.

À minha querida orientadora, Serioja Mariano, que desde nossos primeiros encontros, no ano de 2008, demonstrou total confiança em meu trabalho, me dando o apoio, tranquilidade e bons conselhos para desenvolvê-lo.

Aos professores Carlos Alberto Miranda e João Azevedo Fernandes que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca de defesa, assumindo, assim, um importante papel nessa etapa de minha vida acadêmica. Agradeço, ainda, à professora Ariane Norma de Menezes Sá, por suas contribuições, junto com o professor Carlos Miranda, no exame de qualificação.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sempre atenciosa para comigo, nas pessoas dos professores Raimundo Barroso e Elio Flores, aos quais acrescento os nomes de Cláudia Cury e Regina Célia Gonçalves, coordenadoras quando de minha entrada no mestrado.

Aos docentes do PPGH/UFPB, especialmente a Acácio Catarino, Carla Mary Oliveira, Monique Cittadino, Mozart Vergetti, Regina Behar e a todos os que ministraram disciplinas cursadas por mim. Carregarei para sempre o que aprendi em tais momentos.

À Virgínia Kyotoku, secretária do mestrado, por sua gentileza e presteza constantes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que deixou mais sossegado meu segundo ano de curso.

Ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri, onde cursei minha graduação, particularmente à Sônia Meneses, orientadora que me apresentou o sedutor campo da Historiografia das Doenças e um modelo de profissional a ser seguido.

Às professoras Jane Semeão, Renata Marinho Paz e Rosilene Melo, que leram com atenção várias versões do meu projeto de pesquisa, sempre contribuindo para a melhoria do mesmo, o que, conseqüentemente, favoreceu sua posterior aprovação na seleção de mestrado.

À professora Sandra Nancy, uma das pessoas mais amáveis da graduação.

Aos docentes e discentes que integram, ou integraram, o Grupo de Estudos e Pesquisas em História Social da URCA, basilar em minha formação.

Ao Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo, nas pessoas dos amigos historiadores Pe. Francisco Roserlândio e Tânia Peixoto, que desde a faculdade me acolheram com atenção e abriram o acervo documental da instituição para essa investigação.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará e do setor de microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza, onde também pesquisei.

Aos meus pais, Lúcia e Juciê, pela vida, educação e total apoio que me deram ao longo de minha história. Amo muito vocês.

À Luana e Juciano, meus irmãos prediletos.

Aos meus avós Mãe Quinha, Pai Xande (*in memoriam*) Antônia e José Lourenço.

A todos tios e primos, especialmente à tia Celícia, Lana, Ismênia, Edileusa, Girleide, Leda, Nilda e Micaeli, pela torcida incondicional.

À Milena, Samila e Gabriel, anjinhos em minha vida.

Aos colegas de mestrado da turma 2008, especialmente aos meus caros amigos Aryana Costa, George Silva, Paloma Porto, Priscila Formiga, Eliana Rolim e Cléofas Júnior, companheiros de jornada que deixaram meus dois anos em João Pessoa muito mais divertidos. Já sinto muita saudade de todos.

À Amanda Teixeira e Simone Pereira, pessoas sem comparação, com quem dividi o teto e os melhores momentos do ano de 2009. Minha admiração pelas duas cresce diariamente.

À Patrícia Alcântara, Daniele Alves, Edianne Nobre, Ítalo Bezerra e João Paulo Fernandes, prezados amigos e historiadores que se destacam em vários programas de pós-graduação, em que ajudam a construir uma nova historiografia sobre o Cariri. Estou ansioso por ler suas dissertações.

À Cicinha, uma das pessoas mais queridas do meu círculo de amizade.

A Jonisson, Tom e Renata, grandes amigos que encontrei em João Pessoa. Obrigado por todos os momentos que tivemos juntos e pelo carinho e torcida que dedicaram a mim.

Por fim, ao meu Deus.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	i
SUMÁRIO.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – NOS TEMPOS DO CÓLERA: PERCURSOS.....	17
2.1 – Andanças do <i>filho de Ganges</i> pelo mundo oitocentista.....	18
2.2 – O cólera visita os trópicos.....	32
2.3 – <i>Fundados receios</i>	47
2.4 – 1862: o ano da <i>peste</i> no Ceará.....	57
3 – NOTÍCIAS DO CRATO: POLÍTICA, SOCIEDADE E IMPRENSA EM MEADOS DO SÉCULO XIX.....	67
3.1 – Crato: da <i>idade de ouro</i> ao tempo da <i>decadência</i>	68
3.2 – Uma cidade <i>renascida</i> ? Aspectos sociais e urbanos dos anos de 1850.....	79
3.3 – <i>Por todos os princípios higiênicos, sanitários e de civilização</i>	92
3.4 – <i>Um jornal político e noticioso</i>	100
4 – NOTAS SOBRE O <i>MONSTRO CRUEL</i>	118
4.1 – A doença e a saúde em notícias.....	119
4.2 – Impressos sobre a <i>peste</i> que se avizinha.....	128
4.3 – Relatos de uma <i>quadra de perigos</i>	139
5 – O CÓLERA ENTRE A POLÍTICA, A RELIGIOSIDADE E A CIÊNCIA.....	163
5.1 – Liberais e Conservadores: tomando partido do cólera?.....	164
5.2 – <i>De nós afastai o cruel inimigo!</i>	187
5.3 – Receitas para combater o <i>judeu errante</i>	205
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224
7 – REFERÊNCIAS.....	231

RESUMO

Este trabalho – vinculado à linha de pesquisa História Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica – tem por objetivo discutir as representações engendradas pelo semanário *O Araripe* – impresso na cidade do Crato, região do Cariri, no sul da província do Ceará, sob orientação de um grupo de comerciantes e profissionais liberais daquela cidade, ligados ao Partido Liberal – para se referir a uma doença: o cólera-morbo. O recorte escolhido começa em 1855, ano de fundação do jornal em questão e da chegada do cólera ao território brasileiro, e termina em 1864, quando se deu o segundo e último surto dessa moléstia no Crato do século XIX, e penúltimo ano de circulação d’*O Araripe*. A dissertação tem como inspiração a Historiografia das Doenças, desenvolvida, principalmente, a partir das últimas décadas do século XX, devido ao diálogo da História com outras disciplinas, tal como a Sociologia e a Antropologia. Os estudos desenvolvidos por tal historiografia têm demonstrado como o fenômeno das doenças ultrapassa a esfera do *natural*, na medida em que são vividas a partir de diferentes contextos e espaços, sendo interpretadas socioculturalmente pelos sujeitos históricos, que encetam múltiplas representações e práticas na busca de dar sentido às mesmas.

Palavras-chave: História das Doenças, cólera-morbo, *O Araripe*, História Regional.

ABSTRACT

This work – belonging to the line of research of Regional History in the Post Graduation Program in History of the Federal University of Paraíba, within the area of Historic Culture – has as objective to discuss the representations engendered by the weekly newspaper *O Araripe* – printed in the city of Crato, region of Cariri in the south of the Province of Ceará, under the orientation of a group of market traders and liberal professionals of that city, connected to the Liberal Party – to refer to a disease: the cholera. The period chosen starts in 1855, the year of the foundation of the referred newspaper and of the arrival of the cholera to the Brazilian territory, and ends in 1864, when the second and last outbreak of this disease happens in the 19th century Crato and before the last year of circulation of the newspaper. This dissertation has as inspiration the Historiography of Diseases, mainly developed in the last decades of the 20th century, due to the dialogue between History and other disciplines such as Sociology and Anthropology. The studies developed by this historiography have shown how the phenomenon of the diseases exceeds the domain of the *natural*, in that they are experienced from many different contexts and spaces, being socio-culturally interpreted by the historical subjects that start multiple representations and practices with the purpose to attribute meaning to these.

Keywords: History of Diseases; cholera; *O Araripe*, Regional History.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Veneziana, de 23 anos, representada antes e depois de contrair o cólera.....	20
Fig. 2 – Souvenirs du cholera-morbus (1840).....	24
Fig. 3 – Jornal <i>O Araripe</i> , n°. 287, 06 set. 1862.....	66
Fig. 4 – Mapa do século XIX.....	70
Fig. 5 – Vista da Cidade do Crato (1860).....	88
Fig. 6 – Cabeçalho do primeiro número do jornal <i>O Araripe</i>	105
Fig. 7 – Capela de São Sebastião do Sítio Currais.....	187
Fig. 8 – Martírio de São Sebastião.....	188
Fig. 9 – São Roque.....	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População do Crato em meados do século XIX.....	72
Tabela 2 – Principais <i>causas mortis</i> registradas no Crato.....	83
Tabela 3 – Sepultamentos registrados nos anos de 1854 e 1855.....	94
Tabela 4 – Mapeamento dos textos sobre cólera publicados pelo <i>O Araripe</i>	130
Tabela 5 – O cólera no Ceará em 1864.....	161

O ARARIPE.

CRATO

N - 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
Por um anno 4\$000
Por 6 meses somente 3\$000
O jornal sairá todos os sabbados.
Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a podera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desampenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero a sua leitura recomenda a todos que já leem bem da humanidade.

O cholera é sem duvida uma terrivel epidemia, mas não é mais grave, nem mais mortifera do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselhos os receituarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor fôco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se morre, e que fará mesmo um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e chague-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares conveni, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperanças em sua infinita bondade, empregar dos meios: coragem e prestesa na applicação dos remédios proprios para o primeiro periodo da molestia.

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste aserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que f'llam mais alto do que tudo.

Nº Para o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametã, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fraqueza e cobardia de seus habitantes, que sem tomar em conta os outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e Santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medicos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso morreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de tratar se pelos meios proprios.

Entrando no Rio de Janeiro, no seio dessa cidade, onde ha tantas disposições e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effecto. Além de ter causa lo muito pouca mortalidade, acresce que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a f-bre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-na até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fizeram nem ao menos as honras da recepção.

Com “Que pesadelo a vida em uma cidade onde a morte vela junto de cada porta!”

Constituiu o movimento de uma grande cidade não de uma epidemia, mas de uma grande epidemia, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de occasião; os pobres e desvallos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e de auxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal ac l'ibramento ao inimigo commum. Hmca pois aos Fluminense e aos Pernambucanos; e tratemos de inutilis, a medida de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem durado até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-na as autoridades, façam cada um o que estiver de sua parte, que Deus nos ajude a todos.

Quando todos se previnam com mehoranço para combater o cholera morbus que, por seu modo, parece querer invadir esta cidade e fugir as circumstancias, veio do Pará a agitação no dia

1- INTRODUÇÃO

Jean Delumeau

1.1 – Breve história de uma pesquisa

Julgando meu dever, ainda que apressadamente, tomar a liberdade de levar ao conhecimento de V Ex^a Rm^a o estado de cousas em relação ao cholera-morbus, que tem ceifado populações inteiras, não para que V Ex^a Rm^a obtenha do Governo medidas e providencias por que quaisquer que forem chegarão tarde, mas para que V. Ex^a Rm^a, em cuja piedade muito confio, rogue ao Nosso Bom Deos, que se lembre as suas antigas misericordias mandando ao anjo exterminador suspender a mão que fere o povo com flagello tam devastador, consequencia de seus immensos peccados principalmente os meus, que são os maiores.¹

Com essas palavras, Pe. José Tavares Teixeira, da freguesia do Assaré, no sul da província do Ceará, iniciou uma missiva ao bispo D. Luis Antonio dos Santos, datada em 22 de maio de 1862. O tema central da carta era a epidemia do cólera-morbus que desde fins de abril daquele ano tinha atingido o Cariri cearense.

Tendo em vista a distância que separava a região da capital Fortaleza – mais de quinhentos quilômetros – e as limitações de transporte da época, o padre parecia descrever na capacidade do governo provincial em enviar socorro rápido aos vitimados. Contudo, em sinal de humildade perante o pastor diocesano, pedia que o bispo intercedesse ao *Senhor* para que o *anjo exterminador* cessasse de ferir com seu flagelo. Os pecados do povo, em que o padre também dizia incluir-se, é a chave para a explicação das causas da doença.

Alguns anos antes, em 1855, o jornal *O Araripe* – que representava os interesses de comerciantes e profissionais liberais da cidade do Crato –, órgão ligado ao Partido Liberal, já tinha demonstrado temor em relação à aproximação da epidemia, inclusive referindo-se a mesma de forma similar ao pároco do Assaré: “O cholera marcha, o anjo do extermínio se aproxima de nós. Grande Deos!”² O motivo que preocupava o jornal era o fato de que as províncias circunvizinhas ao Ceará tinham sido atingidas pelo cólera, que desde maio de 1855 abarcara no território brasileiro.

O uso da metáfora do *anjo do extermínio* para se referir ao cólera lembra uma antiga representação do fenômeno *doença*, que via nela o sinal de um *castigo divino*. Por exemplo, durante a *peste negra* do século XIV – tida como “a catástrofe demográfica mais brutal que a humanidade conheceu”, ceifando entre um terço e a metade da população europeia em um curto período, de três ou quatro anos (SOURNIA & RUFFIE, 1986, p. 86) – uma rica

¹ Carta do Pe. José Tavares Teixeira a Dom Luis Antonio dos Santos. 22 mai. 1862. Pasta CRA, 19, 120. Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo (DHDPG), Crato-CE.

² Jornal *O Araripe*, nº. 10, 08 set. 1855, p. 2.

iconografia representou a doença como flechas que caíam sobre os homens, enviadas do Céu, por anjos ou por Cristo, para punir os pecadores (DUBY, 1998, p. 78).

A forma como o adoecer foi representado nas fontes que abrem este texto, e as informações sobre representações similares durante o medievo, indiciam como o fenômeno doença tem uma historicidade. Foi principalmente a partir da década de 1960 que os historiadores despertaram para a percepção de que a doença também pertence à história, visto que ela “não é mais do que uma idéia, um certo abstracto numa ‘complexa realidade empírica’ (M. D. Grmek) e porque as doenças são mortais. Onde estão as febres terças e quartãs dos nossos antepassados?” (LE GOFF, 1991, p. 7-8).

Não obstante, se cada época tem suas moléstias características, elas foram experimentadas de formas múltiplas, “de maneira muito diversificada em função da época em que ocorreram” (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 15). Destarte, as enfermidades devem ser analisadas como fenômenos que ultrapassam a esfera do *natural*, porque são vivenciadas a partir de diferentes contextos e espaços, sendo interpretadas socioculturalmente pelos sujeitos históricos, que encetam múltiplas representações e práticas na busca de dar sentido às mesmas.

Essa percepção problematizada do adoecer fundamenta uma Historiografia das Doenças, já que, assim “como a história, a doença, como fenômeno social, também é uma construção. Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos, temporal e espacialmente estudados” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004, p. 13).

É no ramo historiográfico descrito acima que se encontra meu trabalho de mestrado, tendo como objeto de estudo as representações divulgadas pelo órgão *O Araripe* acerca da epidemia do cólera, tendo como recorte os anos de 1855 a 1864. Por essa época o cólera percorria o território do Brasil, deixando um rastro de morte por onde passava. O medo de que o surto atingisse aquela cidade fez com que, desde 1855, *O Araripe* passasse a publicar, de forma enfática, uma série de textos sobre o tema. Assim, o jornal divulgou o percurso da peste pelas províncias brasileiras, reivindicou ou criticou a ação das autoridades públicas, expôs conselhos médicos para combater os sintomas característicos da doença, ensinou remédios caseiros e orações consideradas poderosas para debelar a moléstia, entre outros textos.

Meu interesse por tal tema começou a ser engendrado em meados de 2005, ocasião em que cursava o quarto semestre do curso de História na *Universidade Regional do Cariri* (URCA). Nessa época, já integrava o *Grupo de Estudo e Pesquisa em História Social* dessa instituição, que tinha como objetivos centrais propiciar um maior espaço para discussões teórico-metodológicas e estimular a produção historiográfica entre professores e graduandos.

Foi devido à participação nesse grupo, fundamental em minha formação, que comecei a pensar em um tema de pesquisa. Suas reuniões eram momentos enriquecedores, visto que entrava em contato com os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por outros membros do *Grupo de História Social*, envolvendo temas como escravidão, gênero, religiosidades, cultura popular, cotidiano, entre outros. Diante de tal cenário, me senti incentivado a também enveredar pelo fascinante mundo dos arquivos. Contudo, faltava a definição de um tema. O que poderia pesquisar?

A resposta a essa pergunta não tardou a aparecer. Lendo as *Efemérides do Cariri*³, um livro de Irineu Pinheiro (1881-1954) – responsável por algumas das obras clássicas dedicadas à história do Cariri –, encontrei a transcrição de uma carta que muito me chamou a atenção. A missiva fora enviada ao Cel. Antônio Luís Alves Pequeno, comerciante e político cratense, por D. Luis Antônio dos Santos, à época bispo do Ceará, e estava datada em 28 de novembro de 1877. Seu tema central era a calamitosa seca que atingiu o Ceará daquele ano. Todavia, o início da correspondência dava conta de outra história:

Meu am^o. e compadre. Acabo de receber duas cartas, de 16 e 17 do corrente, na segunda dá-me v. s. noticia da *passagem da terra para o céu* da boa e muito virtuosa menina Ritinha, por tal acontecimento parece em lugar de pêsames deveria só dar *parabéns a toda a família*, e na verdade, olhando com os *olhos da fé*, não pode o meu procedimento ser outro. Uma menina, que sempre foi tida por *um das mais inocentes e virtuosas* do colégio, ornada com a *coroa da virgindade*, *Deus a chamou*, não pode inspirar outros sentimentos senão os de uma *santa inveja*. *Feliz dela* que sem as *lutas, combates e perigos* do mundo ganhou a palma da vitória. Assim se lembre ela de mim perante Deus, como espero (apud PINHEIRO, 1963, p. 428). Grifos meus.

Ao ler tal carta pela primeira vez, fiquei inquieto com a forma com que o bispo do Ceará exaltava a morte de Ritinha, ao ponto de substituir os tradicionais *pêsames*, ao progenitor da falecida, por *parabéns*. De imediato, notei na fonte sinais da crença católica que vê a morte como uma *passagem da Terra* – espaço representado como de *luta, combate e perigo* – para o *Céu* – onde Deus e seus escolhidos se encontram. No século XIX, essa fé na

³ Na obra em questão, Irineu Pinheiro, médico e historiador cratense, elenca datas, nomes e acontecimentos que julgava ser importantes para o Cariri, tendo como recorte o início da colonização local (século XVIII) ao ano de 1953. Malgrado o elitismo evidente do texto – que ergue um monumento aos *grandes homens* do passado e aos seus *feitos históricos*, ao mesmo tempo em que praticamente silencia as pessoas comuns (índios, escravos, pobres...) também *protagonistas da história* do Cariri, silêncio esse que aponta para o *lugar social* (CERTEAU, 1982) ocupado pelo autor na época em que escreveu o livro – a riqueza de informações, a transcrição de documentos, a descrição de costumes antigos, a paixão erudita e exacerbada – cega, às vezes – pelo torrão natal e seu passado, fazem de *Efemérides do Cariri* um clássico, uma obra obrigatória para todos os estudantes que se aventuram pelas trilhas da história caririense e da sua historiografia.

beleza do *Céu* frente aos *perigos* do mundo, provavelmente, servia de consolo aos parentes e amigos que viam um ente querido partir para não mais voltar. No caso de Ritinha, a apresentação de suas *virtudes*, *inocência* e *virgindade* dignificavam mais ainda a sua morte, qualificando-a, inclusive, como intercessora junto a Deus, daí por que a *santa inveja* do pastor diocesano cearense.⁴

A partir da história de Ritinha e da continuação da leitura das *Efemérides* – nas quais encontrei informações sobre a prática de enterros nos templos, irmandades religiosas, fundação de cemitérios, entre outros temas relacionados ao assunto morte – percebi que as práticas fúnebres no Crato do século XIX poderiam servir de mote para uma investigação. Era um tema que me seduzia e que, ao mesmo tempo, não fora foco de uma pesquisa de história. Salvo as poucas considerações de Irineu Pinheiro ou de outros estudiosos da localidade, não havia uma história da morte no Crato oitocentista.

Envolvido por essa ideia, passei a frequentar o *Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo* (DHDPG), instituição de pesquisa ligada à Diocese do Crato. Meu interesse era ter contato com os livros de óbitos do século XIX da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato, de modo a visualizar os ritos que cercavam os mortos daquela cidade e as mudanças sofridas nos mesmos com a fundação do cemitério público, em meados do século XIX.

Concomitantemente às idas ao arquivo e à leitura da historiografia regional, entrei em contato com as obras de Philippe Ariès (2003), Michel Vovelle (2004), Jacques Le Goff (1995) e João José Reis (1991), historiadores que se dedicaram à historicização da morte, negando a visão simplista que a percebe apenas enquanto fenômeno natural. Nas palavras de Michel Vovelle, morrer é um *invariante essencial* da experiência humana. Entretanto, a morte também seria um *invariante relativo*, visto que as “relações dos homens com a morte se alteram, como também a maneira como ela os atinge, embora a conclusão permaneça a mesma: é a morte... Eis por que, ao fim de toda aventura humana, a morte continua um revelador particularmente sensível” (2004, p. 128-129).

Todavia, o aprofundamento da pesquisa documental e da leitura da historiografia dedicada à morte, me fez deparar com a possibilidade de investigar a epidemia do cólera que atingiu a cidade do Crato nos anos de 1862 e 1864. Para variar, Irineu Pinheiro serviu de inspiração. Médico de formação, Pinheiro dedicou algumas páginas de suas obras *O Cariri*

⁴ Não por acaso, até os dias de hoje, no Cariri cearense, chama-se de *anjo* uma criança morta antes de sete anos, visto que sua *inocência* garantiria uma passagem direta ao *Céu*, burlando o *fogo purgatório* do catolicismo, espaço transitório onde os mortos se purificam dos pecados veniais antes de alcançar o *Paraíso*. Para visualização do sentido do Purgatório no imaginário católico, ver: LE GOFF, 1995.

(1850) e *Efemérides do Cariri* (1963) ao tema em questão, demonstrando a expectativa vivenciada na cidade devido à ameaça de aproximação da doença, a simplificação dos ritos fúnebres durante o surto epidêmico, relatos sobre coléricos enterrados ainda vivos, entre outras questões.

As considerações daquele intelectual sobre a passagem do cólera davam indícios de como a epidemia em questão se constituiu em um momento tenso e arrebatador para os sujeitos históricos daquele período, o que, por si só, parecia validar um estudo mais aprofundado. Todavia, era necessário procurar caminhos teóricos que permitissem analisar tal objeto. Em conversa com a professora Sônia Meneses, líder do grupo de estudos do qual era membro, sobre as ideias de pesquisa que vinha tendo, tomei conhecimento da historiográfica dedicada ao fenômeno doença:

[...] As doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem. A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta à qual o homem dá um nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o “doente”, os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um germe causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa. Estas operações respondem a desejos permanentes do espírito humano, que busca, ante um universo misterioso, nomear, classificar, simplificar, para organizar (SOURNIA, 1991, p. 359).

As palavras de Jean-Charles Sournia, exibidas acima, trazem em si uma pertinente assertiva que sintetiza as preposições fundamentais da historiografia dedicada ao adoecer: as doenças também são *construções humanas*. Nessa concepção, mais do que fenômenos orgânicos *a priori* definidos, as doenças seriam entidades abstratas que passam a existir a partir da ação humana de conceituar, representar e classificar os incômodos físicos comuns em seu tempo e lugar, procurando dar sentido e combate aos mesmos. Conclui-se, conseqüentemente, que as *doenças têm historicidades*.

A aproximação com tal campo historiográfico me dava subsídios para pensar a epidemia do cólera não só como um fenômeno natural, mas também, como um evento repleto de significados socioculturais visto que “as repostas e os impactos gerados por uma epidemia podem assumir formas diversas em diferentes contextos sociais, políticos e culturais” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004, p. 27).

No ano de 2008, com meu ingresso no mestrado acadêmico do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Paraiba* (PPGH/UFPB), as considerações

das disciplinas *Metodologia da História*, *Seminário de Dissertação* e as conversas com minha orientadora, professora Serioja Mariano, fizeram com que a pesquisa adotasse recortes mais específicos. Desta forma, optei por colocar como foco de análise as representações acerca do cólera veiculadas pelo *O Araripe*, periódico que entre 1855 e 1864 dedicou muitas páginas ao tema em questão. Pelo volume de textos produzidos e pelo lugar social que ocupava, tal jornal se constitui em uma excelente fonte para problematização das representações sociais que tentaram apreender o cólera no Crato de meados do século XIX.

Como demonstrarei ao longo da dissertação, as representações sobre o cólera engendradas pelo *O Araripe*, como produto cultural e social do seu tempo, dão mostras significativas dos projetos políticos defendidos por uma parcela da população: os autores do jornal, correligionários do Partido Liberal, sempre embasados em um ideal de *civilização* que diziam representar e em seus projetos políticos para a região⁵ do Cariri.

Por outro lado, tais representações não deixaram, também, de refletir às dúvidas e inquietações presentes na localidade, produzidas e trazidas à tona pela ameaça da epidemia, tais como: as especulações sobre seu eventual alcance, formas de contágio, práticas tidas como condizentes ou condenáveis no combate ao mal, reformas urbanas a serem implementadas e comportamento religioso a ser seguido, o que reforça a percepção da historicidade dos fenômenos fisiopatológicos, como tem demonstrado a produção historiográfica dedicada ao assunto.

1.2 – Doenças e epidemias na historiografia

A realização de uma História das Doenças muito deve à multiplicidade de métodos, temáticas e abordagens adquiridas pelo diálogo da História com outras disciplinas, tais como a Sociologia e a Antropologia. Estudos originalmente publicados entre 1960 e 1980, como os de Michel Foucault (2005; 2008) – sobre a loucura e a medicina social –, de Susan Sontag (2007) – acerca das metáforas que circundam o câncer, a tuberculose e a AIDS –, de Claudine Herzlich (2005) – a propósito das representações sociais da doença –, entre outros, tornaram-se referência ao desnaturalizar as enfermidades, problematizando-as enquanto produtos socioculturais vivenciados e percebidos de forma diferente pelas sociedades, sendo alvo de

⁵ Nessa dissertação, o termo *região* é entendido como uma “categoria que expressa uma especificidade, uma singularidade [que pode ser étnica, econômica, climática, topográfica, cultural, etc.] dentro de uma totalidade: assim região configura um espaço particular, dentro de uma determinada organização social mais ampla [como as províncias e o país, no Brasil do século XIX], com a qual se articula” (AMADO, 1990, p. 8).

apropriações e ações políticas, religiosas, científicas, etc., construtoras e reveladoras de discursos e percepções plurais, elemento de poder e disputa.

A historiografia acabou assimilando tais questões, desenvolvendo pesquisas voltadas para a doença “enquanto idéia da doença do que enquanto realidade objetiva que poderia ser apreendida por um saber científico rigoroso” (DINIZ, 2003, p. 359). Tal afirmativa aporta-se na percepção de que “diferentes grupos, a cada época, dão significação e sentido à entidade fisiopatológica chamada doença” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004, p. 14).

Deste modo, perceber a doença enquanto construção historicamente localizada alarga as possibilidades de compreensão do historiador, pois a realidade biológica daquela (o que debilita e/ou mata) não deixa de ser seguida por representações e práticas que procuram explicá-la e combatê-la.

Como aponta Michel de Certeau, a operação historiográfica se dá a partir da “combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita” (1982, p. 66). Com a ascensão institucional da chamada *Nova História*, na França da década de 1970, os historiadores encontraram um espaço social favorável à ascensão de novos temas, métodos e estilos narrativos em seu ofício.

Privilegiando o diálogo interdisciplinar e os estudos voltados ao cotidiano e aos fenômenos culturais de longa duração – sintetizados na noção de *mentalidades* – a operação historiográfica abriu-se às representações e atitudes humanas diante do amor, da família, da criança, da mulher, da bruxaria, da morte, do medo, do olfato, entre outros objetos. Assim, tais historiadores abandonaram a ênfase nas questões socioeconômicas que tinha caracterizado a segunda geração dos *Annales*, a chamada *era Braudel* (VAINFAS, 1997, p. 135).

Mudanças conceituais e metodológicas como essas são indícios do funcionamento da história em uma sociedade, do *lugar* (institucional, político, econômico, etc.) que ocupa nela, lugar esse que, conforme Certeau, permite ou interdita determinados tipos de produção historiográfica:

Ele [o lugar] torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise (CERTEAU, 1982, p. 77).

Foi no contexto histórico tratado nos últimos parágrafos que uma historiografia das doenças encontrou lugar para desenvolver-se. Em *Faire de L’histoire* (1974) – um dos

principais manifestos da Nova História, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora – um ensaio de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter já chamava à atenção para as possibilidades abertas pelas pesquisas dedicadas ao adoecer:

[...] A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna freqüentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma (REVEL & PETER, 1995, p. 14).

Percebe-se, portanto, que a problematização da doença entre os historiadores é bem recente. Antes disso, já existia uma *história da medicina* e uma *epidemiologia histórica* que dava espaço à discussão do tema. Todavia, tais histórias eram feitas, no geral, por médicos e higienistas, e suas narrativas atrelavam o estudo das enfermidades à *evolução* da medicina, engendrando uma *história apoteótica*, quando exaltava aos seus pares e aos *avanços* da *ciência*, e uma *história anedótica*, “ao abordar o passado mistificador e metafísico do mundo ocidental ou ainda, as bizarras crenças de outras civilizações” (NASCIMENTO, 2005, p. 27). Nessa obras, a doença era percebida apenas como um *fenômeno natural*, controlado a partir do *progresso* contínuo da medicina.

Indiscutivelmente, as investigações realizadas por Michel Foucault sobre a loucura e a constituição da medicina moderna foram fundamentais na contestação de tal historiografia e na inspiração de uma nova forma de analisar tal objeto. As obras de Foucault problematizaram a construção de conceitos como doença e cura, apontando, ainda, para as redefinições nos discursos e ações médicas na construção dos lugares higienizados, tais como a cidade salubre, o hospital e o cemitério.

Para o filósofo-historiador, a fortificação do sistema capitalista no século XVIII engendrou uma *medicina social*, sucessora da medicina de cunho privado até então vigente. Esta medicina ascendente, consequentemente, voltou suas atenções para um marco daquele século: o crescimento das cidades. O desenvolvimento dos centros urbanos levantava a obrigação de construir uma unidade política, liderada por “um poder único e bem regulamentado”, a fim de organizar e gerir o “corpo urbano de modo coerente, homogêneo” (FOUCAULT, 2005, p. 86). Segundo o autor, o poder político também devia oferecer resposta aos pequenos pânico nascidos com a urbanidade:

[...] Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo diante das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre os quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (FOUCAULT, p. 87).

A França, neste sentido, foi o grande exemplo de resposta política às inquietações urbanas. As cidades francesas passaram a ser organizadas por um esquadramento, disciplinador e definidor do uso dos espaços. Nesse projeto, os médicos foram fundamentais, pois forneceram o modelo básico a ser seguido: o da quarentena vigilante. Os objetivos principais da medicina social urbana foram: a análise dos lugares perigosos, onde as doenças podiam ser provocadas; o favorecimento da circulação da água e do ar; tidos como causadores de miasmas; e a organização das distribuições e sequências, forma científica de organizar os elementos comuns à cidade, tais como fontes e esgotos (FOUCAULT, 2005, p. 89-91).

As considerações de Foucault, sobre a medicina social francesa, logo passaram a embasar pesquisas no Brasil. Em fins da década de 1970, Roberto Machado organizou o livro *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (1978), um marco na historiografia da medicina no país. No início de 1980, autores como Teresinha Madel Luz (1982) e Jurandir Freire Costa (1983) deram prosseguimento a tal trabalho de inspiração foucaultiana.

As obras desses autores destacaram a institucionalização da medicina no país a partir do século XIX, especialmente após 1832, quando se deu a fundação das faculdades de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro. Desde então, os médicos passaram a ocupar maior destaque na sociedade imperial e a combater com mais vigor as práticas de curas não oficiais e demais atitudes populares, classificadas como anti-higiênicas, além de programar uma série de reformas urbanas, inspiradas no exemplo francês apresentado acima.

Malgrado a inegável contribuição de tais obras no engendramento de uma história da medicina e, posteriormente, das doenças no Brasil, a forma como trataram o saber médico-científico acabou por atribuir aos seus discursos “uma capacidade de ação tão ampla que se tornou comum o uso da expressão ‘medicalização’ como um conceito capaz de descrever o papel ativo das instituições médicas na sociedade brasileira daquele tempo” (FERREIRA, 2003, p. 101).

Para Luiz Otávio Ferreira, tal concepção historiográfica apresenta equívocos, por desconsiderar formas de *resistência cultural à monopolização* das artes de curas, além de

ignorar o fato de que muitas vezes os acadêmicos utilizavam terapias provenientes do saber popular. Mesmo com a instituição da medicina-científica os próprios periódicos médicos se viam impelidos a publicar a opinião de leigos sobre medicamentos e práticas de cura (Idem, p. 104).

Questões similares às levantadas por Luiz Otávio Ferreira têm sido feitas por outros historiadores brasileiros. Tânia Salgado Pimenta, por exemplo, ao tratar da epidemia do cólera no Rio de Janeiro (1855), afirma ser manifesto o fato de que os médicos brasileiros – diante da ameaça e de surtos epidêmicos no século XIX – ganharam espaço na sociedade e que a política de saúde pública atuou no exame dos aspectos sociais e na prescrição de reformas urbanas e de comportamentos sociais representados como mais saudáveis.

No entanto, a autora frisa que os médicos tiveram sérios embates com as autoridades políticas e as diferentes camadas sociais ao buscar impor as medidas que julgavam convenientes (PIMENTA, 2004, p. 32). Entre os acadêmicos prevalecia, ainda, o dissenso interno em relação ao que causava a doença, sua forma de transmissão e tratamento adequado. Portanto, a medicina brasileira enfrentava oposições, mostrava debilidades e contradições internas em seu processo de afirmação, o que, provavelmente, tolhia a ação e eficácia por ela desejadas, o que nulifica significativamente a tese da *medicalização*.

As pesquisas citadas, bem como uma infinidade de outros trabalhos, têm contribuído conceitual e metodologicamente para o desenvolvimento da historiografia da doença no Brasil. Cito como exemplos dessa produção historiográfica as pesquisas de: Cláudio Bertolli Filho (1986), sobre a gripe espanhola em São Paulo; Sidney Chalhoub (1996), em seu estudo sobre a campanha da *ideologia da higiene* contra os cortiços no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX; Dilene Raimundo do Nascimento (2005), que produziu uma história comparativa entre as representações da tuberculose e da AIDS no Brasil, além de ser uma das organizadoras da coletânea *Uma história brasileira das doenças*, já com dois volumes publicados; Tânia Salgado Pimenta (2003b), responsável por estudos sobre as artes de curar no Rio de Janeiro do século XIX; Ítalo Tronca (2000), tratando das representações da AIDS e da Lepra; Vera Regina Beltrão (2003), sobre magia e ciência no Brasil do século XVIII; Carlos Alberto Cunha Miranda (2004), sobre a arte de curar na Colônia; Gabriela dos Reis Sampaio (2001), analisando os conflitos entre médicos e curandeiros no oitocentos; Márcia Moisés Ribeiro (1997), que tratou a arte médica do Brasil Colônia sob a ótica da *circularidade cultural* de saberes e práticas científicas e populares; entre outros estudos.

Concentradas, especialmente, nos programas de pós-graduação em História e em instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), tais pesquisas vêm rompendo com

visões únicas e simplistas no trato das representações que cercam a medicina, as múltiplas práticas de cura e o adoecer, evidenciando a miríade de possibilidades abertas aos pesquisadores interessados em tais questões.

No Ceará, mais precisamente, nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), alguns docentes e discentes têm contribuído com investigações sobre tais temáticas. Entre elas, destaco aqui os trabalhos de: Francisco Carlos Jacinto Barbosa (2004), sobre as representações da saúde e da doença na imprensa da segunda metade do século XIX; Zilda Maria Menezes Lima (2009), em estudo sobre a lepra em Fortaleza; Gláucia Cristiane Arruda Silva (2007), a respeito da epidemia de malária no Baixo Jaguaribe; Carla Silvino Oliveira (2007), sobre a ação profissional e política dos médicos na Fortaleza da primeira metade do XIX; e Dhenis Silva Maciel (2009), que desenvolve pesquisa acerca da epidemia do cólera de 1862, em Maranguape.

Como explicam Dilene Raimundo do Nascimento e Anny Jackeline Torres Silveira, o campo da história da saúde e das doenças tem se constituído por *histórias*, “que, adotando perspectivas diversas, representam importantes contribuições ao trabalho de reflexão sobre o papel das doenças na história” (2004, p. 16). Entre essas *histórias das doenças*, as epidemias foram ganhando destaque. Eventos arrebatadores, os surtos epidêmicos são comumente tidos como pestes, “metáfora do que pode haver de pior em termos de calamidades e males coletivos” (SONTAG, 2007, p. 112).

Em sua ambivalência, visto ser, ao mesmo tempo, uma *manifestação coletiva* - “enquanto evento que atinge grupos de indivíduos, alterando o seu modo de vida” - e *singular* - “na medida em que é uma ocorrência única na unidade de tempo e espaço em que se manifesta” (DINIZ, 1999, p. 180) -, um surto se faz atrativo aos pesquisadores por apontar para uma ruptura no cotidiano de determinada sociedade, trazendo à tona uma multiplicidade de formas de representar e lidar com uma ameaça coletiva de morte:

Em todas as situações em que ocorrem epidemias os homens elaboram representações, conhecimentos, saberes e práticas, com o fim de debelar o mal. Na vivência trágica das epidemias, que marcaram a história da humanidade com tudo quanto há de terrível, misterioso, aniquilante e fatal, encontramos, assim, as origens das projeções imaginárias sobre as doenças (DINIZ, 1999, p. 180).

Uma das doenças mais emblemáticas do século XIX foi o cólera, que ocasionou pandemias por todo o globo a partir de 1830. No Brasil, tal *peste* chegou no ano de 1855.

Alguns historiadores brasileiros, também ligados a programas de pós-graduação, vêm se dedicando a estudos sobre seus feitos durante o Império, tais como: Onildo Reis David (1996), sobre o cólera na Bahia; Jane Felipe Beltrão (2000), no Pará; Ariosvaldo Diniz (1999) e Rosilene Gomes de Farias (2007), que estudaram o surto de 1855-1856 no Recife; Nikelen Witter (2007), no Rio Grande do Sul; Amâncio Santos Neto (2001), acerca da epidemia na província de Sergipe; entre outros.

Minha pesquisa segue a trilha aberta por tais historiadores do cólera no Brasil. Desde 1855, tal moléstia foi uma matéria constante no semanário *O Araripe*. Os responsáveis pelo jornal o compreendiam como o espaço apropriado para ditar os melhores meios de combater a doença, diante da constatação que aparentavam ter da aproximação geográfica da mesma, da falta de médicos no Cariri cearense e da distância da região em relação à capital provincial, o que inviabilizava o socorro imediato em caso de contaminação.

Por outro lado, a ameaça que se avizinhava também foi utilizada pelos autores da publicação em questão para justificar as reformas urbanas e comportamentais que defendiam como símbolos de uma cidade civilizada, e como oportunidade apropriada para polemizar com as autoridades do Partido Conservador da localidade, seus opositores. Portanto, como demonstrarei ao longo da dissertação, entre o medo e a ambição política foram engendradas as representações sobre o cólera n' *O Araripe*.

1.3 – Organização do texto

Em maio de 1855, o cólera-morbo atingiu o território brasileiro. O foco inicial de contaminação se deu no Pará, a partir da chegada de uma embarcação que transportava colonos portugueses vindos da cidade do Porto. Logo a doença se espalhou para outros pontos do Império. O capítulo dois da dissertação é dedicado, justamente, aos percursos traçados pelo cólera, a sua *errância* aludida nas fontes. Em um tópico inicial, exponho uma espécie de painel sobre seu trajeto pelo mundo oitocentista, destacando a conceituação dada ao mesmo pelos contemporâneos, sua sintomática, conflitos engendrados por sua passagem, mortalidade ocasionada pelas pandemias, sua relação com o desenvolvimento do comércio e dos transportes e debates científicos que procuravam entender e tratar tal *peste*.

Na sequência, discorro – a partir da utilização da historiografia dedicada ao assunto e de relatórios oficiais – a respeito dos nefastos feitos dessa enfermidade pelo império brasileiro, nos anos de 1855 e 1856, e sobre as reações políticas e sociais ocasionadas por sua

passagem, demonstrando os múltiplos problemas sociais suscitados, bem como os diversos olhares e práticas sobre o fenômeno em questão

Nos dois últimos subitens do capítulo dois, centro a atenção na situação peculiar do Ceará, que, apesar de cercado pelo cólera desde 1855 – visto que a enfermidade alastrava-se pela maior parte das províncias do Norte –, só recebeu efetivamente sua indesejada visita no ano de 1862.⁶ Enfatizo, então, os quase oito anos de espera e expectativa vivenciados por tal província, e as medidas profiláticas postas em prática pelo executivo provincial do Ceará diante dos receios inspirados pela aproximação de uma enfermidade que tanto estrago fez no Brasil e no mundo.

Por fim, aponto os principais feitos da epidemia na dita província, enfatizando as localidades afetadas, medidas políticas e sanitárias postas em execução, rupturas nos ritos cotidianos, recursos medicinais empregados pela população cearense, realização de cerimônias expiatórias, entre outras questões suscitadas pela passagem do cólera.

O capítulo três tem como escopo apresentar uma contextualização histórica do Crato em meados do século XIX, o cenário deste trabalho, bem como do jornal *O Araripe*, minha principal fonte de investigação, assinalando os lugares sociais ocupados por seus autores e consequentes projetos políticos. Inicialmente, destaco como a aproximação do cólera ocorreu, concomitantemente a uma conjuntura de afirmação política e econômica da cidade perante sua região e de ascensão social de um grupo de profissionais liberais e comerciantes, representantes do Partido Liberal no sul do Ceará e propagadores de um discurso de cunho *civilizador*.

Na sequência, traço uma historicização d'*O Araripe*. A existência de um jornal publicado no Crato, em meados do século XIX, esteve intrinsecamente ligada ao contexto histórico vivenciado à época pelo lugar e aos interesses de segmentos das elites da cidade.

Excetuando os textos dedicados às contendas políticas – nos quais conservadores e liberais se atacavam, na disputa por cargos políticos e maior legitimidade social –, nenhum tema obteve tanto espaço n'*O Araripe* como o cólera, o que discuto no capítulo quatro da dissertação. Ao longo de quase uma década (1855-1864), o semanário divulgou a marcha da *peste*, as localidades atacadas, o número de vítimas, os problemas de abastecimento, indicou remédios em voga, publicou orações, entre outros textos relacionados ao assunto.

⁶ Malgrado só em 1862 a epidemia do cólera ter grassado no Ceará, Francisco Carlos Jacinto Barbosa aponta para a existência de casos de *colerina*, uma variação mais amena daquela doença, já na década de 1850 (2004, p. 82).

É ainda nesse capítulo que destaco as principais consequências da passagem do cólera pelo Crato, nos anos de 1862 e 1864, enfatizando o impacto da doença na circulação do jornal, nas práticas fúnebres locais, no comportamento das pessoas, entre outras questões suscitadas pela passagem do *monstro cruel*.

A forma como a epidemia foi representada pelo semanário não deixou de refletir o posicionamento e pretensões político-sociais de seus autores. Na acepção de Roger Chartier, as representações devem ser entendidas como “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, sendo sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam (1990, p. 17). Desta forma, as representações são formas de *ler o mundo*, próprias de determinados grupos sociais, o que significa afirmar que estão longe de ser discursos neutros.

Conforme o autor, as representações “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Idem). Nestes termos, a publicação que analiso também percebeu seu cotidiano a partir dos ideais (políticos, econômicos, religiosos, etc.) que a constituíam enquanto produto sociocultural de seu tempo.

A compreensão dessas representações é debatida na dissertação pela investigação do contexto histórico em que foram produzidas, procurando evitar, por outro lado, explicações simplistas e dicotômicas, tais como as que as percebem apenas como discursos de alienação e de controle social. Por mais que os discursos proferidos pelo jornal busquem assumir foros de *verdade* e instituir práticas que afirmem a identidade social de determinados grupos, é necessário considerar que a história humana é marcada pela complexidade: as relações tecidas socialmente pelos homens não se reduzem ao mero jogo entre dominantes contra dominados ou entre *produtores* versus *consumidores*, equivocadamente entendidos como sujeitos *passivos* (CERTEAU, 1994). As representações são múltiplas, assim como a constituição da sociedade, daí porque tais categorias de análise devem ser percebidas em um campo de luta, de concorrência e competição (CHARTIER, 1990, p. 17).

A coisa não é diferente com as representações que buscam se referir ao fenômeno doença. Para Claudine Herzlich, por ser um evento que *ameaça* e *modifica* a vida das pessoas e o equilíbrio social coletivo, a doença sempre propicia “uma necessidade de discurso, a necessidade de uma interpretação complexa e continua da sociedade inteira” (HERZLICH, 1991). Ante a força mortal de uma doença, especialmente de uma epidemia, diferentes grupos

sociais podem tecer diversas formas de explicar e combater o fenômeno, produzindo leituras particulares sobre a sociedade que os cercam.

Em uma época tão complexa como a da aproximação do cólera em relação ao Crato, as representações impressas n'*O Araripe* também foram múltiplas, resultando em uma oscilação e/ou junção entre vários saberes em suas páginas. Como mostro ao longo do capítulo cinco, *O Araripe*, ao tratar do cólera, mesclou de forma criativa discursos políticos, religiosos, científicos e populares, demonstrando, assim, o caleidoscópio de olhares com que a doença foi apreendida então, ou seja, como o cólera foi representado pelos sujeitos históricos, responsáveis pelo órgão em meados do XIX, a partir do lugar social ocupado pelos mesmos.

O ARARIPE.

CRATO

N - 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
 Por um anno 4\$000
 Por 6 meses somente 3\$000
 O jornal sairá todos os sabbados.
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a poderia de todos ao proferir-se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa recomendo a todos que se interessam pelo bem da humanidade.

O cholera é sem duvida uma terrivel epidemia, mas não é mais grave, nem mais mortifera do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem-se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselho os recetuarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor fôco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se morre, e que fará mesmo um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e ch-gue-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares convem, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperança em sua infinita bondade, empregar dois meios: coragem e prestesa na applicação dos remédios proprios para o primeiro periodo da molestia.

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste aserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que fllam mais alto do que tudo.

Nô Pará o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametá, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fiquessa e cobardia de seus habitantes, que abriam portas um aos outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medigos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso morreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de tratar-se pelos meios proprios.

seio dessa cidade immensa, onde ha tantas disposições e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effecto. Além de ter causado muito pouca mortalidade, acreasco que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a f-bre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-nô até com despreso, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

Commercio, festividades, serão emfim a tudo isso que constitue o movimento de uma grande cidade, não teve um momento de tregos. Houver somente uma coisa, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de occasião; os pobres e desvalidos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e deauxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal acollimento ao inimigo commum. Hmra pois aos Fluminense e aos Pernambucanos; e tratemos de unitt-los, a medida de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem dormido até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-nô as autoridades, faga e faga cada um o que estiver de sua parte, que Deus vos ajude a todos.

Quando todos se previnam com mehoramentos para combater o cholera morbus, pois se não ch, parece querer invadir esta cidade e fllar a circumscripção, veio do Pará a agalavel no dia

2 - NOS TEMPOS DO CÔLERA: PERCURSOS

2.1 – Andanças do *filho de Ganges* pelo mundo oitocentista

CHOLERA ou cholera-morbus. Molestia aguda, rápida em sua marcha, muito dolorosa e grave, cujos symptomas mais notaveis consistem em vomitos numerosos, evacuações alvinas abundantes, supressão das ourinas, e caimbras nos membros [...].

A India é o seu paiz natal. O cholera, como deixei dito, foi antigamente conhecido nas regiões asiaticas. [...]. A grande epidemia de cholera, que no espaço de alguns annos semeou o terror e a morte em muitos povos da terra, parece ter principiado em Jessora, no Delta do Ganges, em 1817 [...] (CHERNOVIZ, 1890, p. 577-578).

A transcrição acima integra parte do verbete dedicado ao cólera pelo *Diccionario de medicina popular*, do médico polonês Piotr Czerniewicz (1812-1881), mais conhecido como Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, o nome que adotou no Brasil, onde exerceu sua profissão entre 1840 e 1855. A obra, que teve sua primeira edição no ano de 1842, obteve imenso sucesso editorial no Império, chegando a ter seis edições, atualizadas até 1890.

Desde o século XVI, manuais de medicina circulavam pelo território colonial, e o *Chernoviz* – como era popularmente conhecido tal dicionário –, se constituía como uma espécie de continuador dessa tradição. A obra tinha como meta levar os preceitos científicos da medicina da época à população, especialmente ao ambiente doméstico e aos moradores dos rincões brasileiros, onde a carência de médicos era patente, daí por que Maria Regina Guimarães afirma que os manuais escritos por Chernoviz, “muito mais que o contato regular com os médicos, foram um instrumento essencial para disseminar práticas e saberes aprovados pelas instituições médicas oficiais no cotidiano daquela população” (2005, p. 502).

Por meio da consulta ao dicionário em questão, donos de botica, patriarcas e matriarcas, líderes políticos, religiosos e *curiosos* – como eram conhecidos os profissionais de cura não-acadêmicos – podiam se instruir sobre sintomas de doenças, formas de tratamento e remédios apropriados para cada situação cotidiana ligada à saúde, tudo isso abonado pela *ciência* (GUIMARÃES, 2005, p. 502).

Não por acaso, o verbete *cholera* se estendeu sobre sete páginas do *Diccionario de medicina popular*. Aliás, nove páginas, levando em consideração os verbetes, subsequentes, *cholera esporadico* e *cholerina*, variações consideradas menos graves daquela moléstia. Para tal livro, o primeiro diferia do cólera propriamente dito não tanto pelo caráter da moléstia, como pela “menor intensidade dos symptomas e por sua marcha menos rápida”. Tal variação podia ser observada em todos os lugares e estações, especialmente nos climas quentes, sendo caracterizada “por vomitos de alimentos meio digeridos e de materias verdes, por dejeccões

alvinas frequentes, uma dôr viva nos intestinos, com resfriamento, caimbras e desmaios” (CHERNOVIZ, 1890, p. 584). Já a colerina, funcionaria como um primeiro estágio do cólera, podendo estar presente em todos os países, independente da verificação de surtos epidêmicos. A sintomática era dada pela:

[...] Diminuição rápida das forças, sentimentos de fraqueza, sensação dolorosa na bocca do estomago e nos intestinos, dureza do ventre, borborygmos, diarrhea, colicas, nauseas, soluços, vomitos, pulso fraco, lento, as vezes frequente, ourinas espessas, vermelhas, e pouco abundantes. As evacuações alvinas são as vezes sanguinolentas, outras vezes amarelladas, esverdeadas ou roxas, mas quase sempre misturadas com mucosidades esbranquiçadas, semelhantes ao cozimento de arroz um pouco grosso (Idem, p. 585).

Durante o século XIX, o cólera se espalhou pelo mundo. Velho conhecido do Dr. Chernoviz⁷, ele aportou no território brasileiro no ano de 1855, disseminando-se por várias províncias desde então. Desta forma, o tema cólera estava na ordem do dia no Brasil oitocentista, não podendo, destarte, faltar no manual de medicina apontado como o mais popular daquele tempo.

No texto que abre esse subcapítulo, há uma breve exposição dos sintomas da enfermidade, com destaque para os vômitos e evacuações intestinais, as características que mais horrorizavam os contemporâneos daquele período e que embasam grande parte das representações sobre tal doença. Segundo Nikelen Witter, o “imaginário de terror em torno do ‘mal de Ganges’, [...], se construiu sobre o fato de que este matava não somente metade daqueles que contaminava, como também os matava em poucas horas e de maneira degradante” (2007, p. 37).

Susan Sontag sustenta considerações que dialogam com tal assertiva, ao afirmar que o temor socialmente construído em torno de uma doença não corresponde somente ao caráter fatal da mesma. As moléstias mais temidas seriam as que atingem fortemente a aparência física das pessoas, transformando o corpo em algo repulsivo. Nestes termos, quanto maior for o caráter *desumanizador* de uma enfermidade, maior será a chance de ser apresentada como

⁷ Segundo Maria Regina Guimarães, Piotr Czerniewicz teria fugido de Varsóvia em 1831, ainda estudante de medicina, por ter participado de um levante contra a dominação Russa na Polônia. Abrigado na França, concluiu seus estudos na Universidade de Montpellier, em 1837. Durante o período que passou na França, atuou no combate aos surtos de cólera da década de 1830, recebendo, inclusive, uma medalha de mérito por sua atuação na ocasião (2005, p. 505). Conclui-se, portanto, que ao escrever seu dicionário no Brasil, o Dr. Chernoviz já entrara em contato efetivo com tal doença, tendo conhecimento das principais teorias e tratamentos existentes sobre a mesma na Europa.

peste, metáfora para a visão mais pessimista de uma epidemia. O cólera foi uma das doenças elevadas a tal categoria metafórica:

[...] embora matasse menos pessoas do que a varíola, na Europa ocidental do século XIX, era mais temida, porque surgia subitamente e seus sintomas eram degradantes: diarreia e vômitos incontrolláveis, provocando o espetáculo horrível da decomposição do corpo. Em algumas horas, a desidratação radical encolhia o paciente e o transformava numa caricatura enrugada de si próprio; a pele ficava azulada (até hoje, em francês, um medo paralisante é *une peur bleue*); o corpo esfriava; a morte ocorria no mesmo dia ou pouco depois (SONTAG, 2007, p. 108).

Uma imagem do século XIX, reproduzida por Roy Porter, mostra o quanto a desidratação ocasionada pelo cólera podia arruinar a feição de uma pessoa, o que era visto com pesar pelos contemporâneos. A obra apresenta duas efígies que buscam representar uma jovem de vinte e três anos, habitante de Veneza, antes e depois de ter sido acometida pela enfermidade. No primeiro desenho, observa-se um rosto belo e harmonioso que esboça um sorriso, em aparente estado de contemplação. Já o segundo, mostra uma face nitidamente envelhecida e deprimida, busto esquelético, olhos fundos, rugas, cabelo em desalinho, lábios murchos. A representação iconográfica procura impactar o observador, ao ressaltar o rápido desvanecer da beleza juvenil pela ação da *peste*.

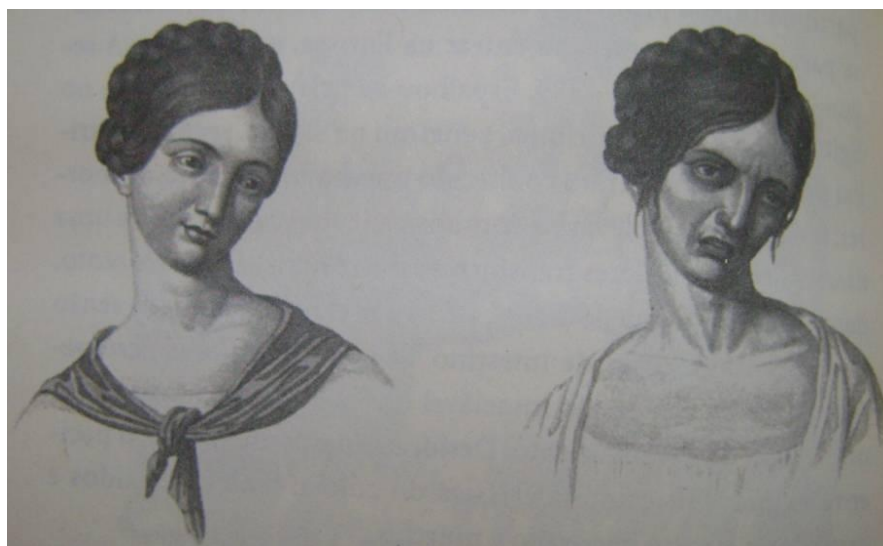


FIGURA 1 – Veneziana, de 23 anos, representada antes e depois de contrair o cólera. Imagem reproduzida por Roy Porter, sem indicação do autor (PORTER, 2004, p. 32).

Sabe-se hoje que o *cólera-morbo* é uma doença infectocontagiosa, causada pela ingestão de água ou alimentos contaminados pela bactéria *Vibrio cholerae*, descoberta no ano

de 1883, pelo médico alemão Robert Koch (1843-1910), o mesmo que descobriu, um ano antes, o agente causador de outra doença símbolo do século XIX, a tuberculose.

Nos casos mais graves, ao se instalar no intestino humano, o vibrião colérico causa – após um período típico de incubação de um a quatro dias – uma profusa diarreia aquosa e vômitos, com considerável perda de sais minerais e água, que pode chegar a uma média de 1,5 litros por hora (ROUQUAYROL, 1999, p. 257). A desidratação brutal faz com que a pele perca a elasticidade, surgem olheiras profundas e as mãos ficam enrugadas; na sequência, ocorre a algidez – o resfriamento do corpo –, queda da pressão arterial, supressão da secreção urinária e colapso circulatório (BIER, 1994). Nas ocorrências em que esses sintomas se apresentam, a letalidade pode superar 50%. A reposição imediata dos sais e líquidos perdidos pela diarreia é a forma mais eficiente de tratamento dos doentes, e, quando bem administrada, pode reduzir a letalidade para menos de 1% (ROUQUAYROL, 1999, p. 257).

Contudo, em meados do século XIX, período aqui pesquisado, apenas se especulava as formas de contágio e tratamento adequado para combater sua manifestação, a despeito da terrível marcha que fazia pelo mundo, percorrendo o Oriente e o Ocidente. Como demonstra o *Diccionario de medicina popular*, a pouco citado, o cólera seria originário da Índia. Por essa razão, era conhecido por expressões do tipo, *cólera asiático*, *mal indiano*, *filho de Ganges*, entre outras. Essas representações etnocêntricas da doença, que enfatizam sua origem oriental, não deixam de lembrar um elemento essencial na definição de uma *peste*: ela é comumente representada como algo que vem de fora, ou seja, que caracteriza o *outro*.

No ano de 1494, por exemplo, em meio a um conflito bélico entre franceses e napolitanos – o *Cerco de Nápoles* –, a sífilis foi registrada pela primeira vez na Europa. Os dois lados do combate acabaram atingidos pela doença, o que levou a interrupção da batalha. Os franceses batizaram a mesma como *mal de Nápoles*; já para os napolitanos, ela seria conhecida como o *mal francês*. Aparentemente, a sífilis teria sido levada à Europa pela frota de Cristóvão Colombo, que voltara de terras *recém-descobertas* (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 16).

Na opinião de Susan Sontag, essa observação sobre a origem externa da *peste* não deve ser encarada como “uma simples anedota sobre a inevitabilidade do chauvinismo”. Ela revela algo mais importante: há uma ligação entre o *imaginário da doença* e o *imaginário do estrangeiro*, geralmente identificado como o *não-nós*, *exótico*, *estranho* e *errado*. Para a autora, a constância dessas representações imagéticas é um dos elementos que permitem entender como o cólera, menos letal que os surtos de varíola no século XIX, permaneceu memorável para os europeus. A resposta está no fato de que esta última enfermidade “não

podia ser encarada como uma espécie de peste, uma doença de origem não-européia” (SONTAG, 2007, p. 116).

Tratando de questão similar, Ariosvaldo Diniz informa que a origem geográfica dessa moléstia alimentou o imaginário médico do período sobre as possíveis ameaças encetadas pelo contato dos europeus com países ditos *exóticos* e de *costumes bárbaros*. O cólera foi, assim, considerado uma moléstia advinda da *pobreza*, da *sujeira* e do *atraso* de determinados lugares, frente à *civilização* europeia. O olhar em relação à Índia estava eivado dessas representações:

Revivendo velhas noções hipocráticas como, por exemplo, a suposição de que o temperamento de um povo dependia do clima e do governo, os higienistas concluíam que, nos países quentes e dominados por tiranos, o povo era covarde e preguiçoso – sinais externos que revelavam a constituição interna dos indivíduos. Era exatamente essa constituição física e moral dos povos da Índia, segundo imaginavam os europeus, que os tornava mais vulneráveis aos estragos do cólera. Nesta ótica, o Oriente era associado às doenças pestilenciais (DINIZ, 1997, p. 67).

Malgrado os preconceitos latentes na representação do cólera como o *filho de Ganges*, a historiografia dedicada às epidemias tem sido unânime em apontar a Ásia como seu nicho ecológico original, mais precisamente, a região do baixo-Bengala, no delta do rio Ganges. A doença permaneceu de forma endêmica, por séculos, em tal lugar, o que significa dizer que para os asiáticos “a ceifa de vidas produzida pelo flagelo seria quase constante e não esporádica como o foi em outros lugares do globo” (WITTER, 2007, p. 36).

Para Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie (1986, p. 116), os navegadores árabes e europeus sabiam da existência, nos deltas asiáticos meridional, de uma enfermidade que causava uma profunda diarreia e vômitos, sinais azuis pelo corpo e acelerado emagrecimento. A ela dava-se um nome grego antigo, *Kholéra*, que denotava *fluxo da bÍlis*, em referência a um dos humores hipocráticos.⁸

⁸ Tania Andrade de Lima oferece uma consistente síntese sobre a teoria dos humores, que tem como inspiração a obra atribuída ao médico grego Hipócrates (459-355 a.C.). O pensamento hipocrático tinha como premissa basilar a confiança na capacidade curativa da natureza (*physis*), de modo que a interferência dos médicos juntos aos doentes devia ser a menor possível. A doença era entendida como um desequilíbrio entre quatro humores básicos, que se vinculavam aos quatro elementos constitutivos da *physis*, as quatro estações e suas respectivas qualidades: sangue (elemento ar; primavera; quente e úmido), pituíta ou fleuma (água; inverno; fria e úmida), bile amarela ou cólera (fogo; verão; quente e seca) e bile negra ou melancolia (terra; outono; fria e seca). Tais humores eram dinamizados por centros reguladores específicos: o sangue era atraído pelo coração; a fleuma pela cabeça; a bile amarela pelo fígado; e a bile negra pelo baço. Nestes termos, a harmonia entre os quatro humores, organizados em pares de oposição, era o que garantia a saúde das pessoas. Não obstante, certos processos, como mudanças ambientais, podiam desequilibrar a balança, fazendo com que um humor se sobressaísse sobre os demais, resultado daí a doença. Para recuperar o equilíbrio perdido, era necessário pôr para fora os excessos de sangue, catarro, bile, matérias fecais, urina e suor, daí por que o vasto uso médico de medidas como a sangria,

A expedição de Vasco da Gama à Índia produziu os primeiros relatos irrefutáveis feitos por europeus sobre a doença. Já os primeiros casos documentados de surtos fora de sua área de origem datam do século XV, por ocasião de uma epidemia em Java. No entanto, alguns estudiosos defendem que ela teria contaminado a China no século VII. Dez centúrias depois, no setecentos, a moléstia se difundiu com força nova por países próximos às plagas indianas, despertando a atenção dos ocidentais devido a sua rapidez, impetuosidade e elevado grau de mortalidade. No século seguinte, o *filho de Ganges* ganhou o globo, sendo “responsável por trinta ou quarenta milhões de mortes durante o século XIX, em todas as latitudes” (SOURNIA & RUFFIE, 1986, p. 124).

O primeiro surto pandêmico do cólera foi registrado no ano de 1817, prolongando-se até 1824. Na opinião do médico inglês John Snow (1813-1858) – que publicou o célebre livro *Sobre a maneira de transmissão do cólera* (1854)⁹ –, foi em 1817 que a doença “alastrou-se com virulência excepcional por vários locais no delta do Ganges”, ao ponto dos médicos ingleses que atuavam na área julgarem tratar-se de outra doença (SNOW, 1967, p. 10).

Do Golfo de Bengala, a *peste* logo alcançou a região do Oriente Médio, África e Japão, “com números assustadores que circulavam entre 20% e 30% de mortos entre as populações dos lugares atacados” (WITTER, 2007, p. 37). Foi nesse período que a doença atingiu o limiar da Europa, chegando até à Sibéria oriental.

O segundo surto (1829-1837) é considerado a primeira grande pandemia verdadeiramente mundial, pois nenhum continente foi poupado na ocasião. No continente americano, as Guianas chegaram a ser atingidas. Foi nessa pandemia que o *mal de Ganges*, considerado como doença de regiões *não-civilizadas*, irrompeu categoricamente em solo europeu, arruinando as barreiras sanitárias de vários países, ocasionando uma imensa mortandade e revoltas nos grandes centros urbanos dos mesmos.

Para combater o avanço da epidemia, as autoridades francesas tornaram mais rigorosa sua defesa sanitária. O país foi submetido a um sistema rígido de vigilância e registro do movimento da população, isolando os suspeitos que pudessem portar a doença. Severas penas

purgantes, vomitórios, suadouros, fumigações, entre outros. Os estudos da autora apontam para a grande popularidade do pensamento hipocrático no Brasil até meados do século XIX (LIMA, 1996, p. 47-51).

⁹ A obra foi publicada originalmente na forma de panfleto, em 1849. Contudo, no ano de 1854 ela foi ampliada, a partir de uma investigação mais sistemática, feita durante um surto de cólera em Londres. É tida como o primeiro estudo científico que elaborou uma explicação da transmissão do cólera por fezes, água e por alimentos contaminados por um organismo vivo – não determinado por Snow –, abrindo caminho para o “desenvolvimento da teoria do contágio moderno” (ROSEN, 1994, p. 205). O médico chegou a tal conclusão após examinar a distribuição de mortes por cólera pelas regiões do sul de Londres, onde diversas companhias supriam o abastecimento de água, a partir do rio Tâmis. A obra, apesar de sua genialidade, não obteve grande aceitação. Só na década de 1880, o estudo de Robert Koch confirmaria parte significativa das teses de Snow.

– inclusive a de morte – recaiam sobre os que se arriscavam a infringir as medidas de quarentena. Apesar disso, o *mal indiano* zombou das ações profiláticas adotadas e, só no ano de 1832, matou cerca de cem mil franceses (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 17). Uma xilogravura francesa, exposta a seguir, intitulada *Lembranças do cholera-morbus*, de autoria de Honoré Daumier (1808-1879), procura representar os feitos do cólera em Paris durante aquele ano.¹⁰

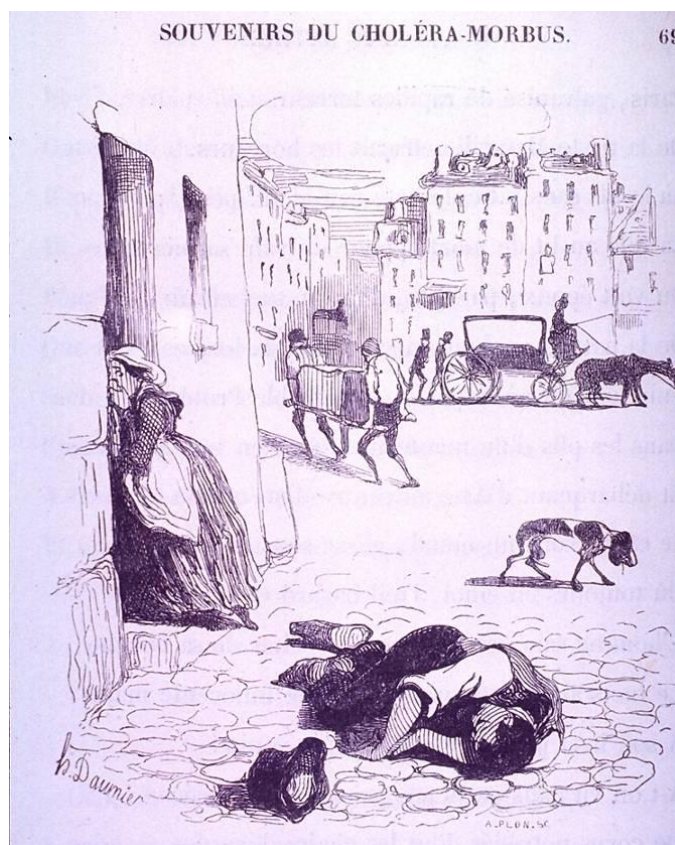


FIGURA 2 - “Souvenirs du cholera-morbus” (1840). Honoré Daumier (1808-1879). Disponível no site da National Library of Medicine (USA): <<http://www.nlm.nih.gov/exhibition/cholera/images.html>>. Acesso em 15/05/2009.

Na obra, percebe-se a imagem de uma mulher, entrando por uma porta, com um pano sobre o rosto, possivelmente para evitar o mau cheiro. Visivelmente assustada, ela olha de soslaio para um homem estendido no chão da rua. A forma como o corpo, a cartola e um sapato fora do pé estão dispostos busca demonstrar, provavelmente, que o homem teve um

¹⁰ A xilogravura de Daumier foi publicada originalmente em 1840 – menos de dez anos após o primeiro surto de cólera na França –, no livro de Antoine François Hippolyte Fabre, intitulado *Némésis médicale illustrée*, uma coletânea de poesias e gravuras que criticavam e satirizavam a ineficiência do sistema médico francês (HELFAND; LAZARUS & THEERMAN, 2000, p. 1530).

ataque súbito do cólera, caracterizado por espasmos violentos, morrendo ali mesmo. Ao fundo da imagem, vemos ruas praticamente vazias, ocupadas apenas pelo trânsito de dois indivíduos que levam um corpo em uma espécie de padiola e por dois carros funerários, um dos quais seguidos por dois indivíduos, que, talvez, acompanhassem o caixão de um conhecido morto pelo cólera, o que demonstra como a epidemia mexera nos tradicionais ritos da morte: ante o risco de contaminação e o grande número de mortos, os cortejos fúnebres se esvaziaram.

O contexto caótico instaurado pelo estouro da *peste* em 1832, engendrou uma tensão política e um mal-estar social entre os franceses. Nos primeiros dias de julho daquele ano, milhares de artesãos e operários, residentes dos bairros pobres de Paris – onde a mortandade alcançou os maiores números –, foram às ruas, entrando em conflito com as tropas do governo. Mais de duzentas pessoas saíram mortas e centenas ficaram feridas nessas manifestações. Para dissipar novas revoltas, o governo francês chegou a exigir que os profissionais de saúde delatassem todos os indivíduos feridos por bala que procurassem socorro médico (SOURNIA & RUFFIE, 1986, p. 121).

Por outro lado, o medo diante da doença também desaguou em rompantes populares sanguinolentos, em que pessoas inocentes foram massacradas simplesmente por transportarem substâncias estranhas, pois se suspeitava que a epidemia fosse fruto de um envenenamento proposital. Diante da falta de respostas eficazes da medicina no combate ao avanço do surto, a população estendeu esse imaginário do *veneno* aos médicos. Eles foram destratados na França, acusados de intoxicar o povo a mando do governo. Tal insinuação tinha sido forjada pela primeira vez na Rússia e na Polônia, em 1831, quando a desconfiança em relação aos profissionais de saúde atingiu maior alcance: médicos e enfermeiras foram assassinados e hospitais destruídos em tais países (SOURNIA & RUFFIE, 1986, p. 120).

Na industrial capital da Inglaterra, a suspeita em relação aos médicos também se repetiu por essa época. No início da epidemia de 1832, houve até quem afirmasse que o cólera não existia de fato em Londres: era apenas uma trama maquinada por médicos, farmacêuticos, negociantes e por autoridades políticas para afanar dinheiro dos cofres públicos. Por outro lado, algumas revoltas ocorreram pela aversão da população inglesa em relação ao uso de cadáveres nas aulas de anatomia: os médicos estariam matando os coléricos para se apropriar de seus corpos, conjeturavam alguns.

Não obstante toda a agitação social ocorrida na década de 1830 na Europa, foi na terceira pandemia, entre 1840 e 1860, que o *filho de Ganges* passou de vez à América. Na ocasião, o cólera agiu com ferocidade no Velho Mundo, a ponto de atingir dois milhões e

meio de russos, dos quais, cerca de um milhão morreram, tudo isso em apenas três anos (PORTER, 2004, p. 31).

A doença também fez estragos na América do Norte, avançando para a América do Sul, a partir de 1855, na qual atuou de forma abrangente e definitiva, confirmando sua vocação para *doença universal*, segundo expressão de Nikelen Witter, (2007, p. 38). Por fim, nesse período, aportou no território brasileiro, ligeiramente se difundindo por várias províncias, como mostrarei no próximo tópico.

A rápida expansão dessa doença pelo mundo, a partir do oitocentos, não se deu ao acaso. Pelo contrário, a historiografia demonstra que essa extensão foi favorecida pela conjuntura de fortificação do capitalismo vivida à época. Em uma época marcada pelo imperialismo, a ação militar e as trocas comerciais encetadas pela Europa em outras regiões do planeta – principalmente, por ingleses na Ásia – e o desenvolvimento dos transportes no século XIX, com as vias férreas e os navios a vapor, facilitavam o contato e deslocamento de pessoas e produtos pelo mundo, visto que as incertezas climáticas eram minoradas por tais tecnologias. Se, por um lado, “chegava-se a lugares distantes com mais facilidade e em tempo relativamente curto”, por outro, tais recursos favoreceram igualmente um maior deslocamento das epidemias (ROSEN, 1994, p. 203-204). Nesses termos, é possível entender como uma moléstia endêmica há séculos na Ásia pôde se espalhar pelo globo em tão pouco espaço de tempo:

[...] O período de incubação do cólera, e seu curso rápido, ajudam a explicar por que a doença não se havia disseminado para além da Ásia nos séculos anteriores, quando o transporte se mostrava lento e difícil: sua propagação exige um movimento, ágil, de grandes contingentes de pessoas, como nas grandes migrações do século XIX (Idem, p. 204).

Por outro lado, as míseras condições de vida engendradas pelo desenvolvimento do sistema capitalista, com deficiência de ações higiênicas voltadas para “grandes setores da população, escassa atenção médica, medidas sanitárias paupérrimas frente a uma crise sanitária, favoreceram seu crescimento [do cólera] na maioria dos países europeus e, em seguida, americanos” (CARBONETTI et al, 2007, p. 407).¹¹ Não por coincidência, Rosen – tratando da Londres oitocentista – afirma que a moléstia “procurava os distritos mais pobres, os locais onde mais se negligenciavam as medidas sanitárias, as áreas mais poluídas por excrementos e outras imundícies” (1994, p. 161).

¹¹ Tradução minha, do espanhol para o português.

Como os maiores estragos do cólera, no geral, deram-se nas cidades grandes e populosas, ele acabou por se configurar como a *doença da densidade* e como um símbolo do Dezenove: “Com efeito, o cólera se mostrou muito eficiente em trazer para o primeiro plano das preocupações uma série de desequilíbrios e desigualdades com os quais as sociedades recentemente industrializadas e urbanizadas vinham sendo obrigadas a conviver” (WITTER, 2007, p. 34).

Estudos estatísticos feitos na França pós-epidemia, também corroboram essa ligação entre o cólera e a pobreza. Um recenseamento por bairros de Paris, demonstrou a diferença entre as taxas de mortos em áreas nobres (8 %, em alguns casos) em comparação com áreas populares (que em certos lugares chegou aos 53 %). Consequentemente, “verificou-se com exactidão que a gravidade do contágio estava directamente ligada ao meio social, ao nível dos salários e à higiene da habitação” (SOURNIA & RUFFIE, 1986, p. 122).

Destarte, como demonstra a historiografia, seja pela expansão político-militar imperialista, pela revolução tecnológica ou pelas desigualdades sociais e urbanas provocadas, a expansão vivenciada à época pelo capitalismo acabou por contribuir para que o cólera, célere, cruzasse os oceanos, tornando-se uma pandemia global no século XIX, gerando tensão, medo e morte por onde passou, nos cinco grandes surtos ocorridos naquela centúria.¹² Nenhum lugar ou pessoa parecia imune a sua ação *enigmática* e *caprichosa*, como insinua as palavras do Dr. Chernoviz:

Na sua marcha enigmatica e caprichosa, zombou de todas as previsões, de todos os calculos. Ilhas, continentes logares elevados ou profundos, seccos ou humidos, cidades e campos, estações e climas quentes ou frios, em toda a parte se tem mostrado o cholera-morbus, sem poupar idade, sexo, nem profissão (1890, p. 579).

Provavelmente, a referência à chacota do cólera sobre às *previsões* e *cálculos* está relacionada ao fato de que não houve ações concretas de autoridades políticas e sanitárias que freassem as andanças da moléstia, sem embargo da intensa atuação daquelas no período. O médico-historiador George Rosen destaca a importância dos surtos da enfermidade para a formulação de políticas de saúde na Europa e Estados Unidos. Com um olhar fundamentado em um suposto *progresso* contínuo dos serviços de saúde pública, chega a afirmar que as

¹² Segundo Nikelen Witter (2007, p. 37-38), a historiografia estabeleceu uma cronologia para as ocorrências do cólera que tem servido de base para os estudos sobre o assunto, baseada nos avanços sucessivos de sua marcha em direção ao Ocidente. Essa cronologia divide-se em sete grandes pandemias, três dessas já apresentadas ao longo desse texto: 1ª) 1817-1824; 2ª) 1829-1837; 3ª) 1840-1860; 4ª) 1863-1877; 5ª) 1881-1896; 6ª) 1899-1923; 7ª) 1936 até nossos dias, com a doença tornando-se endêmica em alguns lugares fora da Índia, como no norte da África. Nota-se, portanto, que a maior parte das pandemias ocorreu no século XIX.

epidemias do século XIX foram *uma benção*, visto terem direcionado os olhares das autoridades competentes para a saúde no momento em que ela se tornava um problema agudo (ROSEN, 1994, p. 161).

As medidas sanitárias no trato do cólera adotadas no período, ordinariamente, se relacionavam com duas teorias seculares que procuravam explicar a propagação das doenças: o *infeccionismo* e o *contagianismo*. Para um melhor entendimento dessas teorias naquele contexto, é interessante recorrer novamente ao *Dicionário de medicina popular*. Para esse, a *infecção* seria “exercida na economia [do organismo] por miasmas morbíficos”, devido à ação que “substancias animaes e vegetaes em putrefação exercem no ar ambiente”. Já o *contágio* era entendido como “a propriedade que tem certas molestias de se communicar de um a outro individuo pelo contacto, ou por intermédio do ar” (CHERNOVIZ, 1890, p. 676).

De acordo com Dina Czeresnia, até o século XVI, não havia conflito entre as noções de contágio e miasma. Pelo contrário, ambas estavam embasadas na longa tradição hipocrática dos humores, no entendimento de que a doença decorria de possessões e magias, bem como de fenômenos astrológicos e divinos. Uma maior controvérsia entre as duas formas de explicação só teria emergido entre os séculos XVII e XIX – com o aumento da urbanização na Europa –, sendo causada por divergências no que diz respeito às medidas sanitárias e profiláticas no trato das epidemias. Nesse sentido, via de regra, os contagionistas se posicionavam em prol da institucionalização da quarentena, o que significava um severo cerceamento e vigilância sobre os doentes. Já os adeptos da teoria dos miasmas, ao relacionarem a origem das epidemias à constituição atmosférica, acentuavam ações direcionadas ao controle e limpeza ambiental (CZERESNIA, 1997, p. 84).

Um debate profícuo na historiografia sobre tais paradigmas, levanta hipóteses interessantes sobre os sentidos políticos adquiridos pelos mesmos no século XIX: a teoria do *contágio* estaria mais próxima a um modelo *absolutista*, *senhorial* ou *patriarcal*, daí o porquê das autoritárias medidas de sequestro e quarentena defendidas pelos adeptos da mesma. Por outro lado, os infeccionistas, tenderiam para o modelo *liberal*, combatendo qualquer medida que restringisse a circulação de pessoas e mercadorias. Para este grupo, era necessário *higienizar* o ambiente, em vez de instituir quarentenas. Deste modo, as teses infeccionistas convinham “às nações e comunidades comerciais, para as quais qualquer atraso no livre trânsito de mercadorias causava muitos prejuízos” (ROSEN, 1994, p. 205).

Entretanto, Sidney Chalhoub, discorrendo sobre essa questão, afirma que o paradigma da *infecção*, ao colocar os miasmas em primeiro plano, justificava um maior combate às práticas populares, mediante o discurso higienista. Ou seja, os infeccionistas também agiam

de forma autoritária na execução de seus projetos sanitários. Malgrado tal discussão sobre os sentidos políticos da *infecção* e *contágio*, Chalhoub frisa ainda que as duas teorias se combinavam com frequência, de formas imprevistas e originais (1996, p. 169).

Indícios disso são visíveis nos verbetes do Dr. Chernoviz. Em sua opinião, existia entre os médicos um consenso de que doenças como a sarna, sífilis, raiva e varíola eram transmitidas de uma pessoa a outra por contágio. Outras, como o sarampo, escarlatina e coqueluche, também eram elencadas por alguns cientistas como enfermidades contagiosas. Porém, não haveria consonância entre tais profissionais sobre a forma de propagação do tifo, febre amarela, peste bubônica e cólera. A falta de unanimidade teórica propiciava uma fusão criativa das duas teorias:

A infecção differe do contagio, em que este, uma vez produzido, não tem mais necessidade, para se propagar, da intervenção das causas que lhe deram origem; em que este se reproduz de certo modo por si mesmo, por contacto, e independentemente, até certo ponto, das condições atmosféricas; ao passo que a infecção, [...], não actua senão na esphera do foco de que emanam os miasmas morbificos. Verdade é que a infecção propaga-se de um indivíduo doente a outro são, como o contagio; mas não é por contagio; é alterando o ar ambiente que o primeiro individuo actua sobre o segundo, a respeito do qual elle vem a ser, de alguma sorte, outro foco de infecção (CHERNOVIZ, 1890, p. 227).

Pela fonte, nota-se que tanto a *infecção* como o *contágio* tinham a capacidade de se disseminar de uma pessoa a outra. A diferença básica estaria no fato de que a primeira seria transmitida não pelo contato físico de uma pessoa doente com outra sã, mas pela ação deletéria daquela sobre o ambiente em que se encontrava. Por outro lado, para os contagionistas, certas moléstias podiam se comunicar de um indivíduo para outro por intermédio do ar, daí o motivo porque se devia “evitar o contágio e a atmosphaera dos doentes” (CHERNOVIZ, 1890, p. 667). Essa mescla entre os dois paradigmas se refletiu nas medidas profiláticas impostas por médicos e autoridades públicas no combate ao cólera: a limpeza de ruas, esgotos e demais potenciais focos de miasmas era complementada por cordões sanitários e quarentenas, que buscavam evitar o contato de pessoas doentes com outras sadias.

Por conseguinte, o período de disseminação do *filho de Ganges* pelo planeta foi um momento de incertezas quanto à forma de transmissão da doença. Apesar de alguns trabalhos científicos – como o do já citado John Snow – defenderem hipóteses de que a contaminação se dava por algo que penetrava o aparelho digestivo, não se suspeitava “que o simples toque das mãos contaminadas na boca pudesse transmitir o germe”, ou que comidas e o uso comum

de banheiros também o fizesse. “Podemos imaginar, assim, as amplas possibilidades de propagação do cólera naquele tempo” (DINIZ, 1997, p. 61).

Por questões desse tipo, o cólera se configurou como um *enigma* em todos os países em que passou, visto que nenhuma teoria científica ou tentativa de impedir a ocorrência da *doença monstro* teve eficácia suficiente para consolidar algum tipo de saber acerca da patologia (WITTER, 2007, p. 52). Entretanto, isso não significa dizer que essas incertezas eram sinais do *atraso* científico da época. Como demonstra Nikelen Witter, pensar dessa forma é agir de modo anacrônico; é interpretar a ação da comunidade médica de meados do século XIX, tendo como referência saberes sobre a etiologia e ação do cólera alcançados posteriormente “e deixar de avaliar o que realmente estava no horizonte de atuação daqueles homens” (WITTER, 2007, p. 52).

Essa interpretação anacrônica toma como base as descobertas da revolução bacteriológica de fins do século XIX – principalmente, os experimentos de Louis Pasteur (1822-1895), sobre como os micróbios causavam efetivamente as doenças, o que teria significado a consagração do paradigma *contagionista* sobre o *infeccionista*¹³ – para julgar como *atrasadas* as teses e práticas de saúde que precederam a década de 1870. Deste modo, uma compreensão mais problematizada das teorias que tentavam explicar o cólera entre 1850 e 1860, deve perceber que as mesmas:

[...] não foram baseadas na ignorância ou no atraso, como muitas vezes interpretam os analistas pós-revolução bacteriológica. Pelo contrário, médicos e autoridades agiram informados pelo que havia de mais “moderno” e aceito nas ciências – as teorias ambientalistas, conforme eram expressas e adaptadas às sensibilidades do século XIX – e na política – o liberalismo burguês em oposição à postura tirânica do Antigo Regime, identificada com as quarentenas. Ao mesmo tempo, estes grupos eram pressionados constantemente para tomarem decisões sobre fatos a respeito dos quais, no fundo, não se tinha nenhum tipo de certeza (WITTER, 2007: 52-53).

¹³ É pertinente destacar que a suposta obviedade dessa tese da diferença entre o higienismo antes e pós Pasteur foi problematizada por Sandra Caponi, em estudo comparativo sobre os discursos e práticas sanitárias a respeito da reforma das habitações populares do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, entre fins do século XIX e início do XX. Para autora, nas práticas encetadas pelas autoridades das duas cidades, no controle das casas da população pobre, não haveria uma oposição total entre o higienismo microbiologiano e o higienismo clássico – pautado na teoria dos miasmas – visto que houve rupturas e continuidades entre os dois modelos: “Ao falar das habitações populares coletivas, de ilhas de salubridade e de doenças ou epidemias a elas vinculadas, os discursos miasmáticos e contagionistas parecem poder conviver sem dificuldade. A partir do momento em que o terror diante dos micróbios se generaliza, [...], o discurso microbiologiano pôde resultar em um excelente aliado que permite legitimar e reproduzir tanto os velhos temores e medos associados à moradia popular como as antigas estratégias operativas do higienismo clássico referidas aos conventillos, tugúrios [habitações populares argentinas] ou ‘cortiços’” (CAPONI, 2002, p. 1673). Tradução minha, do espanhol para o português.

Ao longo desse tópico, apresentei uma espécie de painel sobre o percurso do cólera pelo mundo oitocentista, destacando a conceituação dada ao mesmo pelos contemporâneos, sua sintomática, conflitos engendrados por sua passagem, mortalidade ocasionada pelas pandemias, relação com o desenvolvimento do comércio e dos transportes e debates científicos que procuravam entender e tratar tal *peste*.

De modo similar a outros países, a chegada do cólera ao Brasil também provocou um amplo debate entre autoridades públicas e médicos sobre as formas de transmissão e de tratamento do *filho de Ganges*. Disseminou, também, o terror entre as populações, diante de uma *peste* violenta e inédita por essas plagas, espalhando a morte degradante por onde trilhou. Entre os anos de 1855 e 1856, cerca de duzentos mil brasileiros pereceram por sua ação (SANTOS NETO, 2001, p. 6). No próximo tópico, tratarei dos funestos feitos do cólera pelo Império, e das reações políticas e sociais ocasionadas por sua passagem, a partir da historiografia dedicada ao assunto e de relatórios oficiais, apontando os múltiplos problemas sociais suscitados, bem como olhares e práticas que representaram o fenômeno em questão.

2.2 – O cólera visita os trópicos

O ano de 1855 marcou o Brasil como o período da chegada do *cólera-morbo* ao território nacional. Tal *peste* aportou no país em maio daquele ano e o foco inicial de contaminação foi o Grão-Pará, com a ancoragem da embarcação *Deffensor*, que conduzia três centenas de colonos portugueses vindos da cidade do Porto e de outras localidades lusas, para serem engajados na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (BELTRÃO, 2000).

Para Jane Felipe Beltrão, os colonos portugueses enviados para trabalho no Pará eram, no geral, pessoas pobres que procuravam melhorar suas condições de vida pelo labor no outro lado do Atlântico. Em um contexto de fim do tráfico de negros africanos para o Brasil, em que se buscava garantir o acesso a novas fontes de mão de obra, tais colonos eram muitas vezes ludibriados com promessas vãs por parte dos contratantes:

[...] As condições para a viagem eram ditadas pelo engajador, que emprestava aos engajados uma pequena quantia a título de adiantamento e os fazia assinar um contrato de engajamento por três anos, reconhecido por um tabelião. Em seguida o contrato era legalizado junto ao vice-cônsul do Brasil no Porto. Uma vez engajado, o colono dificilmente se livrava da dívida e não conseguia voltar a Portugal (BELTRÃO, 2000, p. 835).

O navio partiu do território luso no dia 15 de abril daquele ano e, durante um mês de travessia do Atlântico, trinta e seis passageiros faleceram por conta do cólera, ou seja, cerca de 10% dos embarcados. A superlotação do barco, as precárias condições de higiene e o consumo de alimentos estragados provavelmente favoreceram tal mortandade (Idem, p. 835). Devido à considerável taxa de mortos na viagem e a suspeita de que fora ocasionada pelo cólera, as autoridades sanitárias do porto de Belém chegaram a decretar o impedimento de desembarque de passageiros e produtos, assumindo uma prática comum de quarentena. Contudo, logo voltaram atrás, liberando a galera, por considerarem improvável a chance de contágio. Os interesses comerciais da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, que contratara os imigrantes, pesaram nessa decisão.

Neste contexto, os responsáveis pela Provedoria de Saúde do Porto e pela Comissão de Higiene Pública do Pará – o principal órgão higienista da província – não chegavam a consenso sobre o que fazer frente à ameaça da epidemia, nem sobre sua etiologia. Logo o que era ameaça, se concretizou em realidade: por dez meses a doença agiu na capital paraense, levando mil e cinquenta pessoas aos túmulos do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade.

Todavia, a *peste* não ficou restrita à província do Pará, passando logo ao Amazonas e ao Maranhão (DINIZ, 1997, p. 95). Em fins de julho do mesmo ano, foi a vez da cidade de Salvador ser atingida. A velocidade com que irrompera na capital baiana – como que saltando diretamente do Pará à Bahia, sem atingir outros portos de províncias localizadas entre os dois pontos geográficos citados – causou surpresa às autoridades públicas. Sinais desse espanto frente à *visita* da *peste* podem ser visualizados em um relatório oficial do presidente da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, apresentado à Assembleia Provincial no ano de 1856.

No documento em questão, o político destacava o fato de ter sido a Bahia uma das primeiras províncias a sofrer com a “desoladora visita de tão implacável inimigo da humanidade”. Esse fato parecia incrível ao mesmo, tendo em conta que a doença transpôs “centenares de léguas, deixando illesas outras Províncias por que passara, para vir demorar-se onde mais saudável clima, melhores condições hygienicas o deverião desagradar!”¹⁴

Desta forma, a agilidade da doença foi usada como justificativa pelo fracasso de medidas preventivas planejadas pelo governo provincial, sob assessoria direta da Comissão de Higiene Pública da Bahia, dos professores da Faculdade de Medicina e do corpo médico de Salvador. A crença de que o *clima* baiano era qualitativamente superior ao verificado em outras províncias – como a do Pará, tradicionalmente caracterizado como úmido e pantanoso – também era posta sob suspeição.

Nestes termos, as autoridades soteropolitanas destacaram a *misteriosa* marcha da epidemia, apontando para sua *irregularidade* geográfica, como se fosse transportada e espalhada pelo vento, pela *atmosfera*, o que, em parte, faz lembrar o paradigma miasmático:

O phenomeno, Senhores, dessa transmissão se operara tão misteriosamente como em todas as partes se tem observado; a epidemia da cholera não tem regularidade em sua marcha, nem seguimento invariavel; ella toma ao mesmo tempo direcções oppostas, deixa incolume a situação mais proxima, e vai manifestar-se na de maior distancia, acommette nas baixas como nos lugares mais elevados, nas costas e margens como no interior; parecendo portanto que caminha com os ventos, por meio dos quaes se transporta, e communica, já seguindo-os nas baixas camadas que pairão sobre a terra, já remontando-se ás altas correntes da atmosfera, que com a maior velocidade fazem-na transpôr o oceano, e atravessar regiões inteiras.¹⁵

A partir de julho de 1855, a epidemia flagelou os baianos por nove meses, matando de trinta a quarenta mil deles, dos quais oito mil eram soteropolitanos (REIS, 1991, p. 338).

¹⁴ Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província o Dr. Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Typographia de Antonio Olavo da França e Comp. 1856, p. 6.

¹⁵ Idem.

Pode-se inferir, a partir de informações recolhidas de Onildo David, que o número de vitimados em Salvador foi agravado graças à falta de uma rede de esgotos, malgrado a existência de uma companhia hidráulica na cidade desde 1852. Deste modo, os despejos das águas usadas no cotidiano das habitações eram feitos nas ruas, às vezes nas proximidades de chafarizes, o que favorecia uma contaminação da água por matérias fecais dos coléricos e o subsequente alastramento do contágio (DAVID, 1996).

Nesse contexto, alguns problemas sociais e políticos vieram à tona. O estouro da doença levou a uma alta excessiva dos gêneros alimentícios, visto que os abastecedores de mantimentos do interior se recusavam a ir ao comércio com a capital e com outras localidades afetadas pela *peste*. Por outro lado, o governo provincial viu um grupo de médicos, contratado por conta da epidemia, se recusar a atuar nas comissões criadas para socorro da população interiorana, tendo que, em caráter de emergência, convocar estudantes de medicina para tal função. Do mesmo modo, a tentativa por parte do poder público de criação de lazaretos, para tratamento dos coléricos, encontrava obstáculos, pois vários proprietários se recusavam a alugar seus imóveis para esse fim, enquanto outros exigiam valores exorbitantes.

O impacto do surto na capital baiana foi alto, a ponto de mexer em costumes tradicionais, há muito tempo arraigados na localidade. João José Reis fala do pânico, gerado pelo surto, em padres e médicos que fugiam da aproximação de enfermos e cadáveres, permanecendo insepultos até serem incinerados aos montes, sem direito aos rituais fúnebres que, de acordo com o imaginário do período, eram propiciadores de uma transmigração segura para a *outra* vida.

Ante a ameaça nefasta, a população da cidade que no ano de 1836, tinha feito uma revolta (a *Cemiterada*) contra uma lei municipal que instituiu o sepultamento obrigatório em um cemitério fora da zona urbana, em detrimento dos tradicionais túmulos no interior dos templos católicos, passou, rapidamente, a aceitar o novo modelo de *morte higiênica*: “Diante da peste, [...], os baianos se conformariam com a idéia de expulsar seus mortos da cidade, abandonando valores antes considerados sagrados” (REIS, 1991, p. 338).

Aproveitando esse ensejo proporcionado pelo cólera, determinações provinciais procuravam, estrategicamente, banir de vez, por toda a província, os enterros nos templos, como mostra as palavras do presidente Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, sobre medidas profiláticas adotadas para o trato dos mortos:

[...] vedei os enterramentos dentro das Cidades, Villas e Povoações, e estabelecerão-se Cemitérios: autorizei os serviços convenientes a prompta e decente condução dos corpos, e quer pelas Commissões Parochiaes, quer por outros Agentes, providencie sobre a desinfecção das casas, Templos, e Cemitérios.¹⁶

No mesmo mês em que a *peste* agia na Bahia, o Rio de Janeiro, recebeu sua indesejada *visita*. De início, como em alguns lugares onde a doença rebentou, as autoridades negaram sua chegada. Admitir oficialmente a presença da epidemia trazia consequências econômicas e políticas desagradáveis, como o risco de desabastecimento. Por questões como essa, as autoridades procuraram agir com cautela, por meio de correspondências sigilosas, adiando o anúncio oficial, sob alegação de que os sintomas percebidos em alguns doentes da Corte eram da *colerina*, e não do *cólera*:

Basicamente, a primeira seria mais branda, portanto, era uma forma de os médicos do governo tentarem administrar a situação. Admitir a entrada do cólera no Brasil, e sobretudo na capital, era uma derrota política que preferiam adiar o quanto pudessem. Além disso, o reconhecimento da existência da doença na cidade geraria muito medo entre a população, predispondo as pessoas à enfermidade, segundo acreditavam os médicos (PIMENTA, 2003a, p. 194).

Malgrado todas as negativas, o cólera aportara mesmo no centro político do Império. Quando ele chegou, a Corte já estava aparelhada pela Junta Central de Higiene, órgão instalado em 1851. Concomitantemente, foram criadas comissões de higiene pública no Pará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, todas subordinadas ao órgão carioca.

Entre o verão dos anos de 1849 e 1850, a capital imperial foi duramente atacada pela febre amarela. A estimativa oficial falava em quatro mil cento e sessenta óbitos ocorridos por conta do surto, enquanto, extra-oficialmente, houve quem calculasse em mais de dez mil o número de vítimas fatais (CHALHOUB, 1996, p. 61). Nem mesmo a família real ficou incólume à febre amarela: D. Pedro II e a Princesa Isabel ficaram doentes e o príncipe Pedro Afonso, de apenas um ano e meio de idade, faleceu.

Nesta quadra, a instituição da Junta Central era uma tentativa de criar mecanismos de prevenção e combate a eventuais manifestações epidêmicas. Em uma conjuntura em que a medicina acadêmica planejava monopolizar as práticas e saberes de cura, o órgão propiciava uma relação mais direta entre as propostas higiênicas e as autoridades imperiais, câmaras

¹⁶ Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província o Dr. Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Typographia de Antonio Olavo da França e Comp. 1856, p. 9.

municipais e polícia, a quem cabia fiscalizar a população, através dos inspetores de quarteirão.

A epidemia do cólera, em 1855, era uma boa oportunidade para que os médicos da Junta assegurassem o espaço político adquirido e a execução de projetos higiênicos para a cidade. Contudo, o órgão enfrentou sérios problemas na ocasião. Para começar, entre os acadêmicos da saúde, prevalecia o dissenso interno em relação ao que causava o cólera. De modo similar à Europa, como discorri no tópico anterior, prevalecia no Brasil a concorrência ou mescla entre os paradigmas do *contágio* e *infecção*.

Nessas circunstâncias, Tânia Salgado Pimenta informa que o órgão evitava tomar uma posição definitiva sobre uma ou outra tese, visto que era “interessante poupar a autoridade recém instalada de desgastes com a comunidade médica e com os leigos que haviam se posicionado” (PIMENTA, 2003a, p. 190). Há de se destacar também que, em um contexto de epidemia, as “opiniões se tornam mais exacerbadas e explícitas, intensificando os conflitos” (Idem, p. 177).

Assim sendo, a autoridade de saúde adotava, *pari passu*, ações de quarentena – como o sequestro de doentes – e de combate aos miasmas – como a limpeza de ruas, valas, praias e a desinfecção de casas onde habitavam coléricos, com o uso de “cal nas paredes e fumigação com vinagre, ácido sulfuroso (enxofre queimado) ou cloro e aspersão com água de labarraque” (PIMENTA, 2003a, p. 228).

Tal dubiedade atraía a crítica de parlamentares, médicos opositores e de leigos – alguns diretamente atingidos pelas medidas de profilaxia da Junta –, que expunham suas ideias livremente nos jornais cariocas. Desse modo, as divergências entre os médicos, e entre esses e os leigos, ficaram mais patentes durante o surto epidêmico. Por outro lado, os médicos cariocas não eram unânimes quanto aos tratamentos mais adequados no socorro aos coléricos, indo do uso violento da sangria, cáusticos e vesicatórios da medicina alopática às *doses infinitesimais* da homeopatia.

Desenvolvida por Samuel Hahnemann (1755-1833), médico alemão, a homeopatia foi uma doutrina de rejeição à medicina convencional do século XIX. De acordo com Roy Porter, Hahnemann, ao rejeitar a polifarmacologia dispendiosa da medicina ortodoxa, “estava imbuído de uma confiança iluminista na bondade da natureza” (2004, p. 66). Sua lei basilar era *similia similibus curantur* (que o semelhante seja curado pelo semelhante), uma contraposição ao princípio alopata de tratamento por opostos. Para os homeopatas, portanto, a chave para curar uma moléstia estava no uso de substâncias capazes de incitar sintomas similares em um corpo sadio. A lei da similaridade era complementada pelo princípio dos

infinitesimais, defensor de que quanto menor fosse a dose de um remédio, mais eficaz seria sua ação:

Esse aparente paradoxo decorreu da preocupação de Hahnemann com a pureza das drogas e de seu horror de uma vida inteira à polifarmacologia arbitrária e destrutiva dos médicos convencionais. Doses minúsculas de drogas absolutamente puras fariam um bem muito maior do que doses maciças de drogas adulteradas (PORTER, 2004, p. 67).

A medicina acadêmica brasileira – congregada, principalmente, nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Salvador e na Academia Imperial de Medicina – elegeu os homeopatas, junto com os tradicionais curandeiros, como os principais alvos de ataque em seu processo de institucionalização. Apesar disso, ante a tensão instaurada pelo cólera, a Junta Central de Higiene foi obrigada a fazer concessões aos homeopatas, permitindo que tratassem doentes em enfermarias públicas, a partir dos princípios de Hahnemann.

Por outro lado, muitos alopatas, com o intuito de conter os estragos provocados pelo avanço do surto, recorreram à publicação de textos na imprensa, ou em pequenas brochuras, em que davam conselhos sobre remédios e tratamentos a serem utilizados contra os sintomas do cólera, o que os aproximava das atitudes postas em prática pelos homeopatas, que também recorriam a tais instrumentos de popularização do conhecimento médico. A explicação para essas atitudes das autoridades higiênicas da Corte pode ser buscada na desconfiança popular em relação à alopatia. De acordo com Tânia Salgado Pimenta, deixando de lado a discussão sobre a maior eficiência de um ou de outro sistema frente às epidemias, “a homeopatia aproximava-se mais das concepções de doença e cura populares, incluindo as africanas, ao considerar elementos não físicos em sua anamnese, diagnóstico e terapêutica” (PIMENTA, 2003a, p. 236).

Portanto, a indesejada *visita* do cólera ao Rio de Janeiro acabou por revelar o quanto as autoridades de saúde estavam atordoadas por dúvidas e divisões internas, indiciando as peculiaridades e compleição da medicina brasileira da época. Enquanto contagionistas, infeccionistas, alopatas e homeopatas buscavam agir, a enfermidade continuava ceifando vidas: entre julho de 1855 e abril de 1856, quatro mil oitocentos e quarenta e três pessoas, das quais duas mil quinhentas e treze eram escravos, pereceram pelo cólera na Corte (DINIZ, 1997, p. 95).

E a *peste* continuava sua andança pelo Brasil. Do Rio de Janeiro, persistiu em marcha contínua pelo litoral, chegando ao extremo sul do país, no Rio Grande do Sul, em outubro de 1855. Conforme estimativas da época, mil quatrocentos e cinco indivíduos expiraram por

conta do cólera na cidade de Porto Alegre naquele ano, o que correspondia a 10% da população da capital gaúcha. Outras mil seiscentas e seis pessoas faleceram por outros pontos da província, na maioria, pobres e escravos (WITTER, 2007, p. 86).

Concomitantemente aos surtos do Sul, a moléstia continuava a flagelar duramente as províncias do Norte. Entre o fim de 1855 e 1856, Sergipe e Alagoas foram vitimados. Com o despontar do surto na Bahia, as autoridades sergipanas ficaram em alerta: o constante contato e comunicação entre as duas províncias fez com que José da Trindade Prado, terceiro vice-presidente do Sergipe, falasse do cólera como “um perigo que com muito fundamento se presume eminente”. Nessas condições, medidas de quarentena foram adotadas pelo executivo, como “proibir completamente a entrada nas barras da Província” de embarcações oriundas de portos onde grassasse a epidemia, “deprecando igual providencia, quanto à barra do Rio de São Francisco, ao Exm. Presidente das Alagoas.”¹⁷ Desta forma, os barcos marítimos e fluviais, bem como o que transportavam, eram postos em suspeição.

Para evitar o perigo de desabastecimento na província, por conta das restrições portuárias, José da Trindade Prado remeteu ofícios aos presidentes do Pernambuco e Alagoas – lugares que ainda não tinham registrado casos do cólera – rogando que usassem de sua influência para incentivar negociantes de suas províncias a oferecer gêneros alimentícios ao mercado sergipano. Nesta atitude da autoridade pública em questão, entrever-se como as medidas profiláticas de quarentena adotadas contra a *peste* traziam alguns riscos e criavam polêmicas.

Não por acaso, o Barão de Maroin, no dia 28 de setembro de 1855 – três dias após substituir José da Trindade Prado na presidência do Sergipe –, revogou as ordens de seu antecessor, sob a alegação de que, além de proporcionarem uma deficiência no abastecimento, aquelas medidas redundariam em *atraso* para os interesses da lavoura e do comércio locais:

[...] porque sendo o tempo em que começa a safra desta Província e em que o giro de seus negocios tomão maior actividade e incremento veríamos que nem a lavoura achava vias de transporte para seus assucars, e outros productos, nem o commercio consequentemente podia continuar com suas mais importantes transações.¹⁸

¹⁷ Relatório apresentado pelo terceiro Vice-Presidente desta Província [do Sergipe], Commendador José da Trindade Prado, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao primeiro Vice-Presidente, Barão de Maroin no dia 25 de setembro de 1855, p. 3.

¹⁸ Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º. vice-presidente da mesma província o Exm. Snr. Barão de Maroin. Typ. Provincial de Sergipe, 1856, p. 2.

O Barão de Maroin afirma ainda que esses *males tão graves* ocasionados pelas medidas de quarentena foram levados à sua presença por “vários Negociantes, Proprietarios e innumeras outras pessoas da Província”. Tais pessoas se diziam preocupados com a possibilidade de que as embarcações abandonassem de vez os portos sergipanos, “deixando-nos consequentemente sem vias de transporte”, estagnando todo o comércio e a agricultura. Infere-se, portanto, que, tal como ocorrera no Pará, os interesses das elites econômicas locais impunham-se à concepção de quarentena.

Para defender-se de eventuais acusações de que seu veto às medidas de profilaxia dos portos fora o responsável pela manifestação da doença no Sergipe, o presidente argumentou que, à época de sua decisão, em setembro de 1855, o cólera já tinha atingido a Vila de Campos, “o povoado mais central da mesma Província”, devido ao contato de tal localidade com os sertões da Bahia, onde a doença desenvolveu-se epidemicamente.¹⁹ Instalada em terras sergipanas, o cólera rapidamente se disseminou por cidades, vilas e povoados, liquidando cerca de trinta mil pessoas, estendendo sua ação até o início de 1856. Amâncio dos Santos Neto define a epidemia no Sergipe como um *quadro catastrófico*, pincelado por uma conjunção de fatores, como:

[...] as más condições socioeconômicas da maioria [da população]; a incipiente e pouco providente política de saúde da administração pública; a precária infraestrutura da província para socorrer a população; os limites do saber médico-científico sobre as causas e as formas de transmissão da doença e, por fim, a proximidade geográfica entre cidades e vilas ribeirinhas, facilitando o contágio. Neste contexto, o cólera se disseminou como um rastilho de pólvora e desenhou seu mapa da morte (SANTOS NETO, 2001, p. 202).

Do Sergipe, o cólera passou à província das Alagoas. Por meio de um relatório oficial, datado de 1856, de autoria de Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, à época, presidente das Alagoas, sabe-se de uma série de medidas profiláticas postas em execução desde 1854 para evitar a entrada da *peste* na província em questão. Segundo o documento, nesse ano a doença se manifestou em Porto-Luiz, cidade da Ilha Maurícia, no Oceano Índico, cuja latitude coincidia com a de Vitória, capital do Espírito Santo. Temeroso de que o território brasileiro fosse “visitado por esse terrível hóspede, e sempre desvelado pela sorte de seus

¹⁹ Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º. vice-presidente da mesma província o Exm. Snr. Barão de Maroin. Typ. Provincial de Sergipe, 1856, p. 2.

governados”,²⁰ o governo imperial dirigiu-se aos governos provinciais localizados no litoral – por documento *confidencial*, de 10 de outubro de 1854, para não *aterrar a população* –, recomendando medidas portuárias cautelares, especialmente para com navios advindos de regiões contaminadas, no intuito de obstar a introdução do cólera no país.

Buscando cumprir às determinações imperiais, o governo das Alagoas instituiu uma provedoria de saúde portuária e criou um lazareto, para pôr em quarentena pessoas que desembarcassem com sintomas suspeitos, o que ocorrera de modo similar em outras províncias do país. A partir da manifestação do cólera no Pará, em 1855, e com o estouro da epidemia na Bahia e Sergipe – limítrofes com Alagoas –, as medidas profiláticas foram reforçadas, com a construção de um cemitério na capital para receber eventuais vitimados, criação de comissões sanitárias, limpeza de ruas, entre outras.

Em fins de novembro de 1855, a doença rompeu todas as barreiras defensivas que se armaram e atacou os alagoanos de Penedo, nas margens do Rio São Francisco. Logo outros povoados ribeirinhos foram sendo contaminados, e a doença ganhou de vez o interior, chegando, por fim, ao litoral. A partir de então, a presidência da província intensificou a criação de comissões sanitárias, capitaneando dezenas de médicos e estudantes de medicina, alguns advindos de outras províncias, especialmente de Pernambuco e da Bahia. Passados cinco meses após o registro dos primeiros casos, a doença cedeu espaço. Estatísticas do período afirmam que “cerca de dezessete mil vidas forão ceifadas no solo Alagoano”.²¹

Também na província do Pernambuco, a taxa de mortos entre 1855 e 1856 atingiu números exorbitantes: cerca de trinta e sete mil. A epidemia chegou ao Recife no último mês de 1855. De modo similar ao ocorrido em algumas cidades europeias durante os surtos do *mal de Ganges*, as ruas da *Veneza Brasileira* foram tomadas por protestos populares, que acusavam os médicos e o governo de estar matando deliberadamente os pobres. Partindo de um sedutor estudo de caso, Ariosvaldo Diniz narra esse motim da população recifense contra a classe médica e as autoridades públicas, indicando “como uma conjuntura de crise epidêmica se caracterizou por um jogo de forças em que noções concorrentes de saúde e práticas terapêuticas disputaram legitimidade social e reconhecimento hegemônico” (DINIZ, 1997, p. 5).

²⁰ Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1856, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1856, p. 6.

²¹ Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1856, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1856, p. 20.

A celeuma na cidade fora causada pela ação de um curandeiro, o escravo *Pai Manoel*,²² que afirmara descobrir um remédio para o cólera, logo conseguindo a aceitação de negros (escravos e livres) e de uma parcela de brancos, entre os quais se incluíam figurões locais e até sacerdotes. Tendo em vista a pressão popular em torno da figura do negro, apelidado de *Dr. Manoel da Costa* – uma alusão à costa da África, sua procedência – o presidente de Pernambuco o autorizou a tratar coléricos no hospital do Arsenal da Marinha de Recife (DINIZ, 1997, p. 310).

Em um momento em que os médicos buscavam centralizar as práticas de cura, o caso ganhou proporções nacionais e a atitude do governo provincial foi bastante criticada, ao ponto do Presidente de Pernambuco, José Bento da Cunha e Figueiredo, ter de prestar esclarecimentos à Academia Imperial de Medicina, especialmente após a morte de alguns pacientes tratados por *Manoel da Costa*. Em sua justificativa, o presidente afirmava que a autorização fora uma forma de evitar um *distúrbio popular*, pois era forte a aceitação do curandeiro na localidade.

A morte de alguns enfermos tratados por *Pai Manoel* levou a prisão do mesmo. Em resposta, os adeptos dele foram às ruas, ameaçando destruir boticas e agredir médicos. Parte da população acreditava que a prisão do curandeiro era um plano urdido pelas autoridades para que médicos matassem a gente de cor, parcela da sociedade mais atingida pelo cólera.

Essa desconfiança em relação aos médicos é explicada por Ariosvaldo Diniz através da observação de uma série de aspectos culturais e sociais: a medicina acadêmica desconhecia a etiologia e a terapêutica ideal para combater a doença – como já discuti anteriormente – e seus projetos higiênicos revelavam estratégias de disciplinamento e segregação racial e social, pois percebiam os negros e os pobres em geral como agentes de contaminação.

Não obstante, as práticas de cura alternativas tinham forte presença neste contexto. As culturas africanas, por exemplo, percebiam as causas das doenças de forma exógena, relacionada à ação de divindades e feitiços. A figura do curandeiro estaria mais próxima desta concepção mágica de doença.

Por outro lado, os negros e pobres eram os mais atingidos pelo cólera. No momento histórico em que o tráfico negreiro internacional tinha sido abolido (1850) e o projeto de *embranquecimento* do Brasil – pela vinda de imigrantes europeus, em substituição da mão-de-

²² A história do *Pai Manoel*, durante a epidemia do cólera no Recife, também chamou a atenção de Gilberto Freyre, o primeiro a tratar do caso, (1961, p. 506-508), Sidney Chalhoub (1996, p. 135-136) e Carlos Alberto Cunha Miranda (2001, p. 95-96).

obra escrava – era defendido pelos setores dominantes da sociedade, a epidemia passou a ser vista como *instrumento diabólico para eliminar a gente de cor*.

Nestes termos, Diniz conclui que o ataque do cólera no Recife foi um momento de *ajuste de contas* entre as diferentes camadas sociais. O medo do contágio trouxe à tona desconfianças múltiplas: “De um lado, os pobres temiam que estivessem sendo envenenados; de outro, os ricos suspeitavam que estivessem sendo contaminados por um agente letal. Para os pobres o governo era assassino; para as elites, os pobres eram perigosos e sediciosos” (1997, p. 322).

Poucos dias após ter alcançado Pernambuco, a Paraíba foi atingida pela epidemia. Conforme documentos transcritos pelo historiador Irineu Pinto, desde a notícia de que o cólera chegara ao Pará, o governo da Paraíba adotou uma série de medidas profiláticas, especialmente para a capital, Cidade da Parahyba: novas posturas municipais foram aprovadas; o matadouro público foi transferido para um prédio mais novo e salubre; a fiscalização policial – sobre o comércio de gêneros alimentícios e sobre a observância das posturas municipais – foi reforçada; medidas de quarentena foram estabelecidas para embarcações vindas de lugares onde o cólera tinha se manifestado, com direito a fiscalização sobre objetos e correspondências que transportavam; criou-se um lazareto na Ilha da Restinga, para tratamento de pessoas vindas em tais embarcações; a obra de construção de um cemitério público foi acelerada; ordens foram expedidas para que hospital da Santa Casa de Misericórdia passasse por reparos; diante da falta de médicos na Paraíba, foram confeccionados e distribuídos pela província mais de mil impressos com conselhos higiênicos e outras prescrições médicas relativas ao trato dos coléricos; as ruas da capital foram limpas, no intuito de acabar com os focos de miasmas; e os edifícios públicos foram asseados, caiados e pintados (PINTO, 1977, p. 242-243).

Sem embargo de todas as medidas tomadas, em dezembro de 1855, o cólera novamente saiu vitorioso. Foi justamente isso o que frisou o presidente da Paraíba, Antonio da Costa Pinto Silva, ao afirmar que “apezar das quarentenas e de todas as medidas preventivas e vexatorias, que a sciencia julgou dever tomar para obstar a sua entrada [o cólera] visitou-nos e por maneira bem cruel e devastadôra”.²³

Para justificar o porquê da vitória do *terrível hóspede*, o presidente em questão não titubeou em culpar “a imprevidencia geral do nosso povo, do qual raro é o que pensa na

²³ Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província o Dr. Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de Agosto de 1856. Parahyba. Typographia de José Rodrigues da Costa. Rua Direita n. 20. 1856, p. 20.

alimentação do dia de amanhã e raríssimo o que possui uma rede ou um catre, em que se deite; sendo que coberturas ninguém as tem, confiados todos na benignidade do clima”. Dessa forma, a *pobreza* era qualificada com *imprevidência* e os pobres acabaram taxados como responsáveis pelo propagar do surto, responsabilidade essa dividida com alguns homens ricos que – baseados na experiência de outras epidemias ocorridas na Paraíba, como a febre amarela –, partilhavam a crença de que a manifestação do cólera seria mais amena devido ao clima provincial.

O documento relata ainda os problemas decorrentes da falta na Paraíba de médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Apenas três médicos – ou *facultativos*, como também eram conhecidos – habitavam na capital. Um outro morava na cidade de Areia. Já Mamanguape e Campina Grande contavam com um cirurgião cada. O resto da província ficava descoberto por tais profissionais. A carência de médicos tentou ser superada pela contratação de profissionais e estudantes de medicina advindos de outras províncias, especialmente da Bahia, e pela criação de comissões lideradas pelas “pessoas mais importantes de cada lugarejo, por mais pequeno que fosse”²⁴. Alguns desses, como Estevão Cavalcante de Albuquerque, da freguesia de Taquara, se notabilizou por organizar uma subscrição no valor de 800\$000 e doar 2.000\$000 para socorro da população local.

Em alguns lugares a violência da moléstia produziu cenas aterradoras. No auge da epidemia, a cidade de Areia chegou a ter uma média de cem mortes por dia. Já na vila do Pilar o terror causado pela mortalidade levou autoridades e pessoas gradas do lugar, entre as quais um médico, a abandonar a localidade. Algumas notícias, classificadas como *exageradas* pelo governo provincial, davam conta de que Pilar transmutava-se em “uma nova Necropolis, habitada apenas por cães famintos e por bandos de sinistras aves”. Por conta disso, o governo provincial enviou à vila outro médico, acompanhado por um destacamento militar, que trataram de convocar a população de volta às suas habitações e de sepultar vinte e seis corpos que jaziam “sobre a terra em completa putrefação”. Contudo, nem por isso a localidade ficara vazia, visto que, ao contrário de pessoas ricas que fugiram do Pilar, “os pobres e os menos abastados” não abandonaram os seus *penantes*.²⁵

Também na Cidade da Parahyba a doença deixou suas marcas funestas. Para se ter ideia disso, só o Mosteiro de São Bento teve cinquenta e dois dos seus escravos mortos pelo cólera:

²⁴ Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província o Dr. Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de Agosto de 1856. Parahyba. Typographia de José Rodrigues da Costa. Rua Direita n. 20. 1856, p. 21.

²⁵ Idem, p. 25

Isto em muito perturbou a tranquilidade do ecônomo dos beneditinos, obrigado a abandonar seu claustro para, arregaçando o hábito, cumprir a penitência das subidas e descidas das ladeiras em busca de suprir tal lacuna, naqueles tempos de declínio da população escrava da província (Ó, 2005, p. 25).

De acordo com o relatório citado a pouco, entre o fim de dezembro de 1855 e início do ano de 1856, vinte e cinco mil trezentos e noventa paraibanos foram vitimados pela epidemia. Contudo, tal cifra pode trazer inexatidão, visto que “muitas pessoas faleceram e foram sepultadas fóra dos logares para isto designados, sem que a confusão que então havia permitisse a alguém fazer nota disto” (PINTO, 1977, p. 247).

Pela mesma época em que a epidemia grassava na Paraíba, o Rio Grande do Norte foi também vitimado. As notícias da manifestação do cólera em outras províncias, levaram o governo potiguar a adotar medidas de quarentena nos portos, instituir comissões beneficentes nas freguesias, iniciar a construção de lazareto, hospital e cemitério em Natal, além de ordenar a limpeza de suas ruas e liberar verbas para as despesas das câmaras municipais com ações de higienização das suas localidades. O presidente Antonio Bernardo de Passos não deixou de destacar o quanto a província do Rio Grande do Norte estava *despreparada*, visto estar desguarnecida de médicos e de instituições de saúde que pudessem efetivamente enfrentar às ameaças do cólera:

A epidemia ameaçava a provincia, ella estava muito mal preparada para lhe neutralisar a mortifera acção; porquanto só tinha um medico do partido das comarcas do Sertão, que lhe faltou, quando mais d'elle precisava; não possuia um só azylo de caridade, salvo a enfermaria militar, e apenas havia uma botica. Cumpria cuidar em fazer ao menos n'esta capital um lazareto e um hospital, na qual mais de dous terços da população he pobre; porem não havia n'ella si quer um médico que habilitasse a presidencia com as informações necessárias [...].²⁶

Essa carência crônica de médicos, ao ponto de não haver sequer um desses profissionais em Natal, fez com que a autoridade provincial buscasse contratá-los nas províncias circunvizinhas. Não obstante, excetuando a contratação de um médico paraibano, tal busca não logrou êxito, pois a demanda de médicos também era grande em outras províncias, pois o cólera continuava a ceifar vidas nas mesmas, como em Pernambuco:

Na verdade enquanto Pernambuco se preparava para a epidemia, e estivesse debaixo de seus duros golpes, era difficil, se não impossivel, obter de lá

²⁶ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte pelo presidente, o dr. Antonio Bernardo de Passos, no anno de 1856. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1856, p. 11.

médicos: o pior porêem era que não só aquella provincia precisava então de todos os recursos, como que absorvia tambem os que a Bahia podia dispensar.²⁷

Além da insuficiência de médicos, outro problema vivenciado no Rio Grande do Norte foi a alta de preços de alguns produtos alimentícios, como arroz, pão, bolacha e a farinha de mandioca. Essa última, por exemplo, subira de uma média de cento e sessenta a duzentos réis, para oitocentos réis e, mesmo assim, logo desapareceu do mercado. Segundo relatório oficial, essa situação fora não só resultado da interrupção de parte de transações comerciais – decorrente da quarentena nos portos e da recusa de alguns negociantes de travar comércio com lugares onde o cólera se manifestara –, como também de um inverno irregular no ano precedente (1855) e da paralisação do trabalho de alguns agricultores devido à aproximação do cólera.²⁸ Portanto, além da ameaça à saúde, o cólera trouxe, ou revelou, outros problemas sociais para os rio-grandenses-do-norte.

Em novo relatório apresentado à Assembleia legislativa do Rio Grande do Norte, no ano de 1857, Antonio Bernardo de Passos apresentou o registro de duas mil quinhentas e sessenta e três mortes ocorridas por cólera em 1856. Todavia, frisava que as comissões de beneficência criadas na província não tinham respondido às *reiteradas ordens* para que remetessem listas com o número de falecidos pelo cólera em suas localidades. Consequentemente, o número apresentado acima não correspondia à totalidade de vitimados pelo surto, pois “ainda não foi possível obter de todas os dados necessarios para organização da respectiva estatística mortuaria: não estou pois habilitado para apresentar-vos um quadro completo, como desejava”.²⁹

Ao longo das últimas páginas desse trabalho, tratei da chegada do cólera ao Brasil e de sua rápida difusão por diversas províncias entre os anos de 1855 e 1856, matando cerca de duzentos mil brasileiros naquela ocasião, dos quais aproximadamente cento e trinta mil habitavam localidades da região hoje tida por Nordeste (DINIZ, 1997, p. 95).

Depois desses surtos iniciais, a doença permaneceu sua errância pelo território brasileiro. Manifestações bem mais amenas, em comparação com 1855/56, ocorreram em 1857 e nos anos seguintes nas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, entre outras que já haviam recebido o *terrível hóspede*. Também no ano de 1862, novos surtos ocorreram.

²⁷ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte pelo presidente, o dr. Antonio Bernardo de Passos, no anno de 1856. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1856, p. 14.

²⁸ Idem, p. 13.

²⁹ Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1857, o exm. sr. dr. Antonio Bernardo de Passos, presidente da mesma provincia. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1857, p. 7.

Foi justamente nessa ocasião que o cólera irrompeu na província do Ceará, que, até então, tinha ficado incólume aos surtos da moléstia, apesar dela grassar fortemente na maioria das províncias do Norte. Por aproximadamente oito anos, desde que ela irrompera no país, os cearenses esperavam sua chegada, amedrontados pelos relatos dramáticos dos seus feitos pelo território imperial. É justamente sobre a expectativa em torno da aproximação do cólera no Ceará que falarei nas próximas páginas, a partir da leitura dos relatórios presidenciais dessa província.

2.3 - *Fundados receios*

Em principios de junho ultimo começou a grassar nesta capital uma febre de character epidemico, que tem atacado até hoje á quase toda a população. Sobre sua natureza divergirão os medicos á principio, considerando-a uns como uma simples febre gastrica, e outros como febre amarella. Tendo começado com character benigno logo que a epidemia ganhou em extenção, e intensidade tomou ella o character grave, e derão-se muitos casos de vomitos negros, e desde então cessou a divergencia sobre a sua natureza, vindo a fazer um grande nº. de victimas, não só nos habitantes desta cidade, senão também em alguns sertanejos e estrangeiros.³⁰

O trecho que acabo de citar foi retirado de um relatório dirigido à Assembleia Legislativa do Ceará, datado em 1851, de autoria de Joaquim Marcos Almeida Rego, então presidente daquela província. Nele, o médico e político trata de uma epidemia de febre amarela em Fortaleza, de sua expansão entre a população e dos imprecisos diagnósticos de seus colegas de profissão sobre a natureza da moléstia.

Conforme dados da época, entre meados de 1851 e abril de 1852, a enfermidade atacou cerca de oito mil pessoas em Fortaleza, que á época tinha sua população estimada em quinze mil. Frente ao grande número de acometidos, a letalidade da doença foi baixa: os dados oficiais informam que aproximadamente duzentos e sessenta e uma pessoas faleceram (STUDART, 1997, p. 50).

A fonte que abre esse tópico assinala como o tema saúde e doença estava presente nos relatórios provinciais daquele período. Segundo determinações do governo imperial, tais relatórios deviam ser redigidos e pronunciados pelos presidentes na abertura das sessões legislativas das assembleias ou por ocasião da transferência da presidência para outro administrador. Funcionavam, portanto, como veículo para prestação de contas, daí porque objetivavam relatar as principais ações efetuadas pelo executivo provincial.

Com algumas variações, os textos eram organizados por áreas de atuação do governo, tais como manutenção da segurança pública e de propriedade, administração da justiça, construção de obras, organização da educação pública, entre outras questões. O relato das ações voltadas à conservação da saúde da população provincial também estava presente em tais documentos.

³⁰ Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Marcos de Almeida Rego, Presidente da Província do Ceará, na abertura da 2ª. sessão ordinaria da 8ª. legislatura da Assembleia Legislativa da mesma província, no dia 1º. De outubro de 1851. Typographia Cearense. Impresso por Joaquin José d'Oliveira. 1851, p. 9.

No caso do Ceará, na sessão dos relatórios dedicada à saúde pública, encontram-se informações sobre o estado de salubridade da província, assistência médica voltada à pobreza,³¹ estatísticas da vacinação antivaríola, associações de caridade, notícias sobre a construção de hospitais e cemitérios, etc. Todavia, o que me interessa aqui é enfatizar que as manifestações endêmicas e epidêmicas ocorridas nas cidades, vilas e povoados, e as eventuais medidas de socorro em tais ocasiões, ocupavam destaque nos documentos.

Moléstias como a febre amarela, *bexiga* – como era popularmente conhecida a varíola – e algumas *febres* classificadas de forma obtusa nas fontes (*febre catarral*, *febre gástrica*, *febre de mal caráter*, entre outras variações), são elementos constantes nos relatórios da década de 1850.

No geral, suas manifestações ocorriam em determinadas estações do ano e em certos lugares, o que, provavelmente, sinaliza o caráter endêmico dessas enfermidades. A cada nova irrupção, o governo instituíra comissões sanitárias – geralmente formadas pelo pároco, juiz de direito, presidente da câmara municipal e outras pessoas gradas do lugar atingido –, além de enviar médicos, remédios e alimentos, no intuito de auxiliar as vítimas, especialmente a *pobreza indigente*, expressão corriqueira nos relatórios.

Presença comum no calendário da província, tais doenças no geral, ceifavam poucas vidas, daí porque eram normalmente classificadas como de *caráter benigno*, como afirmam os trechos abaixo, que reúnem falas de três chefes do executivo provincial:

A peste variolica que o anno passado se communicou à provincia pelos sertões do sul, se acha inteiramente extincta, tendo feito *pequeno numero de victimas*, por que se apresentou em geral com *character benigno*.³²

Reinão n'esta capital ha mais de um mez umas febres de *character benigno* sobre cuja natureza discordão os medicos. O que porém não admite duvida é que, como agora, *em todos os fins de inverno apparecem febres* ora de *character intermitente* ora *pernicioso*.³³

Graças á Divina Providencia, V. Exc^a. sabe, que o nosso estado sanitario é *bem satisfatorio*.

³¹ Desde 1836, a província do Ceará, mais precisamente, a cidade de Fortaleza, contava com o serviço do *médico da pobreza*, funcionário público, diplomado em medicina, que tinha entre suas atribuições tratar doentes pobres, prestar informação sobre o estado sanitário da província e indicar medidas profiláticas nas situações epidêmicas. O posto foi criado durante a presidência do senador José Martiniano de Alencar (OLIVEIRA, 2007).

³² Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Fausto Augusto de Aguiar, presidente da província abriu a 1^a. sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1^o. De julho de 1850. Ceará: Typographia Cearense. 1850, p. 19. Grifos meus.

³³ Relatório que por ocasião de deixar a presidencia desta provincia dirigio o Excellentissimo Senhor Doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta, ao seu sucessor o Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Marcos D'Almeida Rego. Ceará: Typographia Cearense. 1851, p. 10. Grifos meus.

A febre amarella que grassara na Granja, e no Sobral, está quase extincta; manifestando-se apenas na ultima cidade, um ou outro caso, quasi sempre, com *character benigno*.³⁴

Para explicar a constância dessas *enfermidades benignas*, contradição à parte, e eventuais surtos epidêmicos, as autoridades buscavam embasamento nas teses médicas acerca da influencia do *clima* sobre a saúde da população. Para o pensamento científico do século XIX, o clima era um elemento determinante na vida social e na saúde das pessoas, atuando no nível *físico e moral*, como apontam as palavras do *Dicionário Chernoviz*:

Os climas exercem sobre o physico e o moral do homem uma influencia poderosa, que resulta dos effeitos simultaneos da luz, do calor, da electricidade, da humidade, dos ventos, das produccções e natureza do terreno, da posição dos logares, da cultura das terras, e talvez de alguns outros agentes não conhecidos (CHERNOVIZ, 1890, p. 599).

Pela citação, apreende-se que as peculiaridades climáticas de um lugar eram resultados do entrelaçamento de fatores geográficos e atmosféricos. Nestas condições, a proximidade de uma região em relação a montanhas, planícies, pântanos, florestas, era fulcral na definição qualitativa do seu clima:

A vizinhança dos pântanos influe muito na inslubridade do clima. Miasmas deleiterios, que resultam das materias organicas em decomposição, levantam-se incessantemente d'estes logares empesteados, e occasionam numerosas molestias. Tanto é nociva a vizinhança d'estes logares, quanto é salutar a das mattas. Enriquecem o ar de uma prodigiosa quantidade de oxygeneo, quando são aquecidas pelos raios solares; entretem uma frescura habitual na atmosphaera, durante o verão, e no tempo de inverno, diminuem a violência do frio, paralysando o curso impetuosos dos ventos (Idem, p. 603-604).

Ao ler os relatórios dos presidentes do Ceará – especialmente os produzidos no começo da década de 1850 –, percebi a recorrência de uma leitura positiva sobre os efeitos do clima na salubridade provincial. No ano de 1850, Fausto Augusto de Aguiar, rendeu graças à *Divina Providência* pelo fato da febre amarela, que matou milhares de vidas pelo litoral brasileiro, especialmente no Rio de Janeiro e no Pará, não ter se manifestado até então no Ceará. Apesar da sua convicção sobre uma suposta benignidade do clima desse lugar,

³⁴ Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Conselheiro Vicente Pires da Motta ao Excellentissimo Senhor Tenente-Coronel José Antonio Machado, 3º Vice-Presidente da Província, no acto de passar-lhe a administração da mesma. Ceará: Typographia Cearense. 1855, p. 3. Grifos meus.

afirmava que era preciso instituir algumas medidas higiênicas para evitar quadras epidêmicas: “A salubridade do clima desta capital, como de toda a provincia, é uma forte garantia contra o desenvolvimento de molestia epidemicas de ruim caracter; mas não se deve nella descansar, e esquecer os melhoramentos hygienicos, de que carecemos.”³⁵ Tais *melhoramentos*, para o político em questão, diziam respeito ao aterro de pântanos, que “recolhendo matérias animaes e vegetaes em putrefacção, não podiam deixar de viciar a athmosphera”,³⁶ ocasionando, na concepção miasmática, os casos de febre que atingiam a população em determinadas estações do ano

Em 1851, quando um surto de febre amarela atingiu o Ceará, o presidente e médico Joaquim Marcos de Almeida Rego, também atribuiu à *benignidade do clima* as poucas mortes ocorridas no surto. Oito mil fortalezenses ficaram enfermos naquela ocasião. Entretanto, pouco mais de duas centenas desses faleceu, número considerado pífio, em comparação com a grande mortalidade que a febre amarela fez em outros pontos do Brasil, “devido isto certamente a *benignidade, e salubridade do clima desta provincia*, e a auzencia de outras causas que concorrerão para que a molestia tomasse o caracter grave e assustador, que se deixou de observar-se entre nós.”³⁷

Todavia, se os cearenses de meados do século XIX conviviam com surtos regulares de varíola e febre amarela - a ponto das autoridades públicas se referirem às mesmas como moléstias *benignas* devido às peculiaridades climáticas da província -, a entrada do cólera no Brasil trouxe novas apreensões: os relatos dos seus feitos pelo mundo indiciavam o quanto ele poderia ser *maligno*. Desde 1855, diante da rápida expansão do *mal de gangues* pelo país e das orientações expedidas pelo governo imperial, as autoridades públicas cearenses elegeram o tema cólera como objeto de preocupação, o que é visível no trecho abaixo:

Em virtude de recommendações do governo imperial, dei as providencias, que a situação aconselha, e que são exequiveis aqui, contra a epidemia, que ainda reina no Pará, e que consta tem feito muitas victimas na Bahia. Dei ordens para construir-se uma casa provisoria, junto ao antigo lazareto de Jacarecanga, para as quarentenas; em quanto se não levanta na Lagôa Funda,

³⁵ Relatório com que o excellentissimo senhor doutor Fausto Augusto de Aguiar, presidente da província abriu a 1ª. sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de julho de 1850. Ceará: Typographia Cearense. 1850, p. 18-19.

³⁶ Idem, p. 19.

³⁷ Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Marcos de Almeida Rego, Presidente da Provincia do Ceará, na abertura da 2ª. sessão ordinaria da 8ª. legislatura da Assembleia Legislativa da mesma provincia, no dia 1º de outubro de 1851. Typographia Cearense. Impresso por Joaquin José d'Oliveira. 1851, p. 10. Grifos meus.

o edifício que tem de servir para esse fim, e cujos matriaes estão-se aprompatando.³⁸

Entre 1855 e 1856, o cólera praticamente sitiou o Ceará: a doença rebentara, sucessivamente, no Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte – como explanei no tópico anterior –, províncias que faziam fronteira com a maior parte do território cearense. Nestes termos, *fundados receios* de que o cólera logo vitimaria tal lugar vieram à tona:

[...] a epidemia da cholera-morbus que primeiramente manifestou-se no Pará, e que passando-se para o Sul tantos horrores e calamidades tem produzido, achando-se já em Pernambuco, Parahyba, e Rio Grande do Norte que confinão com o Ceará em diversos pontos tem espalhado pelos habitantes desta *província fundados receios de que tenham também de sofrer as devastações daquelle flagello*. De todas as partes chegam-me constantemente pedidos de socorros para o cazo do apparecimento da epidemia, e sinto dizer a V. Ex^a. que, confiados nos auxilios do governo, a população parece descuidar-se de tomar as cautellas, e prover-se dos meios necessarios para combater o mal, no caso de ser esta provincia por elle accommettida.³⁹

As palavras de Francisco Xavier Paes Barreto – ao transmitir a administração ao segundo vice-presidente, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães –, dão conta de um momento de inquietação, visto que os diversos pontos da província remetiam pedidos de socorro ao governo, temerosos de serem vitimados pela moléstia que, em poucos meses, matara milhares de brasileiros. Ante a leva de pedido de auxílio, o presidente assumiu um confuso posicionamento de ataque, acusando seus governados por imprevidência. Na sua opinião, o povo estaria pondo toda confiança na ação do governo, ao invés de adotar medidas profiláticas de higiene para debelar a ameaça reinante.

Essa atitude, possivelmente, era uma forma do político em questão se isentar – frente aos adversários políticos locais e às autoridades do governo central – de possíveis acusações em caso do advento da doença: a responsabilidade pelo cólera seria a *falta de cautela* da população e não a imprevidência do executivo provincial.

Não obstante esse discurso, diante da premente aproximação da *peste* no ano de 1856, uma série de medidas preventivas foram encetadas por Francisco Xavier Paes Barreto: 1) em

³⁸ Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Conselheiro Vicente Pires da Motta ao Excellentissimo Senhor Tenente-Coronel José Antonio Machado, 3º Vice-Presidente da Província, no acto de passar-lhe a administração da mesma. Ceará: Typographia Cearense. 1855, p. 3.

³⁹ Relatório com que o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da provincia ao segundo vice-presidente da mesma o Excellentissimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de Abril de 1856. Ceará: Typographia Cearense. Impresso por Joaquim d'Oliveira. 1856, p. 20-21. Grifos meus.

Fortaleza, um lazareto, na Lagoa Funda, foi criado para isolamento e tratamento de pessoas com sintomas do cólera que por lá aportassem; 2) medidas de quarentena foram orientadas para os portos da capital, Aracati, Acaracu – atualmente, Acaraú – e Granja; 3) comissões sanitárias foram fundadas em quase todos termos da província, “compostas das auctoridades e pessoas mais conspícuas dos lugares” que tinham autorização para despender o que fosse preciso no socorro da população desvalida, além de poder contratar médicos que, eventualmente, por lá habitassem; 4) envio de ambulâncias com remédios para Pacatuba, Sobral, Acaracu, Granja, Aracati, Icó, Crato, Milagres, Jardim, Barbalha e outras localidades ameaçadas; 5) diante do diminuto número de médicos que residiam na província, ofícios foram expedidos à Bahia, Alagoas e ao Ministério do Império, pedindo o envio de facultativos que se engajassem no combate à *peste*; 6) construção de enfermarias no Hospital da Caridade, em quartéis e cadeias da capital; 7) foram expedidos, para as províncias do Maranhão e Pará, requerimentos de envio de medicamentos ao Ceará; 8) compra de roupas de cama e de arroz para tratamento dos doentes que fossem cuidados no hospital de Fortaleza; 9) o cemitério dessa cidade foi ampliado,⁴⁰ visando receber os corpos de possíveis coléricos, e autorizações foram dadas para fundação de cemitérios em várias localidades da província.

Nesse contexto, de norte a sul, a população cearense estava em constante expectativa, especialmente nas localidades fronteiriças às províncias onde irrompera a *peste*. Por qual lugar ela entraria? Por Aracati, na divisa com o Rio Grande do Norte? Icó, vizinho da Paraíba? Ou Crato, na fronteira com Pernambuco? Qualquer uma das opções parecia verossímil, visto que os “pontos limitrophes dessas comarcas com o das provincias visinhas tem sido atacados d’aquella epidemia, e não é impossivel que ella, por um dos seus numerosos caprichos, passe immediatamente para o territorio desta provincia.”⁴¹

No mês de março de 1856, notícias enviadas de Acaracu e de Sobral prenunciavam a chegada do *indesejado visitante*. O desembarque sem quarentena, na primeira localidade, de passageiros de uma embarcação vinda de Pernambuco, seguida pelo adoecimento imediato de dois deles, com a verificação de sintomas similares aos do cólera, deu azo à notícia “que por

⁴⁰ O primeiro cemitério de Fortaleza foi construído no ano de 1848, no morro do Croatá, e recebeu o nome de São Casemiro, uma clara alusão ao nome de Casemiro José de Moraes, que ocupava a presidência do Ceará à época e que mandou erguer tal obra. Segundo Maria Clélia Lustosa Costa, com a aproximação do cólera no ano de 1856, o cemitério foi ampliando “em 150 palmos de frente e 300 de fundo”, ficando três vezes maior que seu tamanho original (COSTA, 2003, p. 247).

⁴¹ Relatório com que abriu a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará, o 1º Vice-Presidente da mesma o Excellentíssimo Senhor Doutor Herculano Antonio Pereira da Cunha, no dia 1º de julho de 1856. Ceará. Typographia Cearense. Impresso por Joaquim José de Oliveira. 1856, p. 24.

muitos dias encheo de consternação aos habitantes desta capital, e aos de todos os pontos da província a que ella chegou.”⁴²

Diante dessas informações, o governo enviou o médico João Francisco Lima, um destacamento militar e ambulâncias com medicamentos para as localidades citadas. Todavia, apesar do médico enviado em comissão ter confirmado que um dos passageiros realmente teve cólera, a moléstia não atacou nenhuma outra pessoa, de forma que tudo acabou soando como um alarme falso.

No extremo sul da província, no Cariri, o grau de tensão também era considerável. A cidade do Crato, nas palavras de Herculano Pereira da Cunha, todos os dias *estremecia* de medo. A explicação para esse estado de tensão estava no fato dessa cidade fazer divisa com Pernambuco, com quem tinha uma profícua relação comercial: “o desenvolvimento da cholera em quase todos os pontos da comarca de Flores na provincia de Pernambuco, dá-lhe sobejos motivos para esse estremecimento.”⁴³ No intuito de abrandar tais *estremecimentos*, dois médicos, Antonio Ildefonso Gomes e Manoel Marrocos Telles, estavam em comissão no Crato, um conto de réis fora disponibilizado para eventuais gastos no combate ao cólera e várias ambulâncias com medicamentos foram remetidas à sua comarca, dos quais parte foi enviada ao Ouricuri, localidade próxima ao sul do Ceará, a pedido do governo pernambucano.

Por essa época, a ação do cólera já se abrandava no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Todavia, o declínio da *mal de Ganges* nos territórios adjacentes ao Ceará era acompanhado com atenção e desconfiança pelas autoridades. Para o vice-presidente Herculano da Cunha, era preciso manter a vigilância, pois “não podemos nutrir ainda a esperança de que escapemos aos açoites de tão terrível flagello”. Por isso ressaltava as medidas tomadas por ele para impedir a erupção da *peste*, medidas essas que dizia serem apoiadas pelo governo imperial, que “abriu os seus thesouros tão bem a esta província”, que enviara, inclusive, doze médicos e dois farmacêuticos “para o serviço da cholera, logo que ella aqui se manifeste.”⁴⁴

Ao ler os relatórios provinciais cearenses dos anos de 1857 e 1858, percebi uma nítida diminuição de referências ao cólera. A virulência presente nos surtos de 1855 e 1856 parecia ter cessado, a despeito da persistência da doença em alguns pontos da Paraíba e Rio Grande do Norte. Com esse declinar da ameaça do cólera em suas fronteiras, os surtos endêmicos de

⁴² Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da provincia ao segundo vice-presidente da mesma o Excellentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de Abril de 1856. Ceará: Typographia Cearense. Impresso por Joaquim d’Oliveira. 1856, p. 23.

⁴³ Relatório com que abriu a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará, o 1º Vice-Presidente da mesma o Excellentíssimo Senhor Doutor Herculano Antonio Pereira da Cunha, no dia 1º de julho de 1856. Ceará. Typographia Cearense. Impresso por Joaquim José de Oliveira. 1856, p. 24.

⁴⁴ Idem, p. 25.

febre amarela e varíola voltaram a ser o principal foco da sessão saúde pública dos relatórios presidenciais cearenses.

Entretanto, a passagem arrasadora da *peste* pelo território nacional, foi interpretada por uma autoridade cearense como corresponsável por um sério problema enfrentado no ano de 1858: a carestia dos gêneros alimentícios na província. Para o presidente João Silveira de Souza, tal crise seria perceptível por todo o Império. No caso do Ceará, ela se refletia no aumento de preços de produtos como a farinha de mandioca, milho, arroz, carne verde – ou fresca, em oposição à carne seca – e outros gêneros que atingiram “preços triplos, e quaduplos dos communs em annos anteriores, e até em algumas ocasiões desaparecerão de todo do mercado da Capital, e outros.”⁴⁵

Na busca de explicação para tal crise de abastecimento, o presidente apontou para uma questão econômica e social fundamental para as províncias do Norte naquela conjuntura: a escassez de mão-de-obra escrava no campo, ocasionada pelo fim do tráfico internacional e pela exacerbação do tráfico interprovincial, a partir de 1850. Seguindo a linha de pensamento desenvolvida por João Silveira de Souza, se já havia falta de braços nessa região do país, a erupção do cólera piorou a situação, tendo em vista o grande número de cativos que ceifou:

Devo crêr que terão contribuído principal, e mais efficaçmente para esse estado de cousas: a falta cada vez mais crescente de braços depois da effectiva repressão do trafico (aggravada em outras Províncias pela invasão do cholera, que dizimou a escravatura) e a absorpção dos poucos que temos, pelas lavouras do café e da canna, que ultimamente hão tomado aqui maiores proporções em prejuizo das pequenas, porém multiplicadas culturas dos legumes e grãos.⁴⁶

Provavelmente, o cólera não era o elemento preponderante na explicação da crise alimentícia do Ceará, no ano 1858. O problema da mão-de-obra em nível regional era, possivelmente, um ponto importante para a compreensão da queda de produção de gêneros. Há de se considerar também que, em nível local, a concentração – citada na fonte –, dos escravos remanescentes em algumas fazendas de café e cana, em detrimento da produção de

⁴⁵ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o Excellentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia. Ceará: Typographia Cearense, 1858, p. 11.

⁴⁶ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o Excellentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia. Ceará: Typographia Cearense, 1858, p. 12.

outros gêneros, o regime irregular de chuvas no ano de 1857 e uma série de problemas infra-estruturais,⁴⁷ teriam agravado a situação cearense.

Não obstante, o fato da moléstia ter sido apontada, pelo presidente do Ceará, como corresponsável pelo problema em questão, mostra como uma quadra epidêmica – para além das mortes e dificuldade nos serviços de socorro público – podia trazer outros problemas políticos, sociais e econômicos às províncias.

Diante disto, qualquer suspeita de manifestação da doença despertava apreensão. No ano de 1859, por exemplo, o delegado de Milagres, vila localizada no Cariri, comunicou à presidente João Silveira de Sousa “que no districto de Coité, daquelle termo, havião apparecido alguns casos do cholera-morbus e que já algumas victimas havia feito”.

Frente tal notícia, o governou provincial enviou à localidade o médico francês Pedro Theberge, morador do Icó, cidade próxima ao Cariri, para investigar a veracidade da notícia e, caso fosse mesmo o cólera, “aconselhar o tratamento da molestia, dar as necessarias instrucções por escripto, e tomar desde logo, e sollicitar-me todas as mais providencias para extinguir-se o mal e evitar a sua propagação.”⁴⁸ Mais uma vez, tudo não passou de alarme falso, já que a investigação do Dr. Theberge não encontrou indícios do cólera no Coité, e sim alguns casos de febre tifóide.⁴⁹

Já os anos de 1860 e 1861 passaram sem sobressaltos quanto ao cólera. Sem embargo dos casos de febre amarela, verificados em Canindé, Cascavel e Baturité, varíola, no Icó, Lavras e Fortaleza, e de febre de “caráter maligno”, em Viçosa e Sobral, um documento de Manoel Antonio Duarte Azevedo chegou a afirmar que o estado sanitário da província “que nunca foi sensivelmente alterado, é hoje mais lisongeiro do que o era ao tempo em que deixou a administração o meo illustre antecessor.”⁵⁰

⁴⁷ “Muitas outras causas, que se possão indicar, e que mesmo já se tem indicado para explicar-se esta carestia, como a falta de industria, de machinas de lavoura, de boas vias de communicação, e de meios de facil transporte dos generos dos lugares da producção para os do consummo, de portos accessiveis ao comercio interior, e exterior, e ainda algumas de igual natureza, são causas a meo ver, cuja remoção attenuaria, e poderia até faser cessar de todo aquelle mal: mas não são as que o originarão, ou que mais directamente tenham contrinuido para o seu apparecimento; ellas são-lhe anteriores, e com mais energia deverião ter obrado exactamente nos tempos passados da abundancia e baratesa dos gêneros” Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o Excellentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia. Ceará: Typographia Cearense, 1858, p. 12.

⁴⁸ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1859, o excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma provincia. Ceará: Typographia Cearense. 1859, p. 10.

⁴⁹ Relatório com que o excellentissimo Senhor Doutor João Silveira de Sousa passou a administração da provincia ao terceiro vice-presidente da mesma o excellentissimo senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 15 de setembro de 1859. Ceará; Typographa Cearense. Impresso por Joaquim José D’Oliveira. 1859, p. 5.

⁵⁰ Relatório que á Assembleia Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 o Presidente da Provincia Doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Ceará. Impresso na Typographia Brasileira de Paiva e Companhia. 1861, p. 8.

A situação *lisonjeira* mudou no ano de 1862, que começou com o surgimento de alguns casos de varíola em Fortaleza e Crato, além de *algumas febres* nas localidades de Imperatriz, São Francisco e Santa Cruz e de febre amarela na cidade de Sobral. A última doença chegou a atingir milhares de sobralenses, dos quais aproximadamente sessenta faleceram.⁵¹

No entanto, a febre amarela não foi o maior obstáculo à salubridade provincial do ano de 1862. Por essa época, o cólera voltou a flagelar Pernambuco e Paraíba, levando o governo cearense a enviar novas recomendações profiláticas às câmaras municipais, demais autoridades e facultativos de todos os termos da província. Na capital, uma comissão médica, chefiada pelo Dr. José Lourenço de Castro Silva, foi criada para que “estudasse e propuzesse um systema de medidas preventivas, e formulasse indicações para ser rebatido o flagello ou modificados os seus perniciosos effeitos.”⁵²

Não obstante as medidas de profilaxia encetadas, em princípios de abril de 1862, depois de praticamente oito anos de ameaças e de alguns alarmes falsos, o cólera, finalmente, grassou no Ceará.

⁵¹ Em uma tentativa de explicação para a irrupção da moléstia na localidade em questão, o político Manoel Antonio Duarte de Azevedo recorreu à teoria dos *miasmas*: “Dizem que da abertura de uma sepultura resultou da primeira e segunda vez a manifestação da enfermidade. A experiencia vae demonstrando que as doenças contagiosas ou miasmaticas se desenvolvem pela abertura de sepulturas em que se encerravam os corpos daquelles que de taes enfermidades haviam perecido; a terra é avara dos seus thesouros, e até parece-me que das cinzas humanas.”. Relatório com que o Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo passa a administração desta província ao quarto Vice-Presidente da mesma o Exm. Sr. Commendador José Antonio Machado em 12 de fevereiro de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862, p. 5.

⁵² Idem.

2.4 – 1862: o ano da *peste* no Ceará

O ano de 1862 entrou para a história do Ceará como o ano do cólera. O foco primeiro de infecção foi a cidade do Icó, importante ponto comercial do interior da província, com relações socioeconômicas fortemente estabelecidas com os sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Na opinião do médico e historiador Barão de Studart, a moléstia foi introduzida na localidade por “um forasteiro, chegado do Rio do Peixe [na Paraíba]”, de nome José Leandro Tavares, que veio a ser, oficialmente, a primeira vítima fatal, no dia 5 de abril de 1862. (1997, p. 54).

De início, houve relutância em se admitir a efetiva presença da doença na província, visto que havia dúvidas sobre seu diagnóstico. Para um documento de 1863, essa desconfiança era nutrida não só por *homens alheios* à medicina, como pelos próprios médicos que disputavam sobre a natureza da moléstia. A crença na tão propalada *benignidade do clima* era um dos elementos essenciais para a compreensão dessa *incredulidade* médica, como vemos nas palavras de José Bento da Cunha Figueiredo Junior:

Essa especie de incredulidade até certo ponto podia ser explicado por quem confiasse na benignidade do clima e ao facto de ter ficado isempta esta Província em 1855 e 1856, quando o cholera lavrou com a maior intensidade em outras do norte, e uma d’ellas bem visinha: alem de que costumam desenvolver-se periodicamente em cada ano certas enfermidades com symptomas que de alguma sorte assemelham-se aos do cholera.⁵³

É relevante lembrar que admitir a presença de uma *peste* em um território trazia sempre considerável desgaste político, além do risco de paralisação do comercio com outros lugares, eventual desabastecimento e pânico entre a população, como explanei anteriormente, ao falar dos surtos de cólera no Brasil.

Todavia, nessas inquietações em torno da confirmação da moléstia no Ceará, podia haver algo mais denso que conjecturas médicas ou estratégia de dissimulação política. Como demonstra Jean Delumeau, quando “aparece o perigo do contágio, de início procura-se não vê-lo” (1989, p. 117), não só pelos desdobramentos políticos e sociais decorrentes da anúncio oficial da *peste*, mas também, por razões mais *profundas* e *menos conscientes*: “o medo legítimo da peste levava a retardar pelo maior tempo possível o momento em que seria

⁵³ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San’ Luiz. Typ. de B. de Mattos – praça de Palácio, 3 A. 1863, p. 21.

encarada de frente. Médicos e autoridades procuravam então enganar a si mesmos. Tranqüilizando as populações, tranqüilizavam-se por sua vez” (DELUMEAU, 1989, p. 118).

Malgrado as inquietações sobre o diagnóstico da doença, o cólera tinha efetivamente se manifestado no Icó. Seu efeito foi devastador nesse lugar. Houve dias em que a média de mortos chegou aos quarenta. (STUDART, 1997, p. 54). Frente tal confirmação, a presidência do Ceará remeteu uma quantia de dois contos para Icó, para ser gasta no fornecimento de dietas e outros socorros aos coléricos *indigentes*.⁵⁴

Além disso, enviou um delegado do cirurgião-mor do exército, Dr. Francisco Alves Pontes, com uma ambulância de socorros e contratou os dois médicos que habitavam na cidade, Pedro Theberge e Rufino de Alencar, com uma remuneração diária que chegava aos 20\$000 réis,⁵⁵ um valor considerável para a época. Pelas estatísticas divulgadas, cerca de mil e quatrocentos icoenses faleceram no ano 1862, período em que a população residente na cidade era estimada em quatro mil pessoas (STUDART, 1997, p. 57).

Logo após irromper no Icó, a enfermidade se propagou por outros pontos da província, na opinião de Studart, “verificando-se sempre sua transmissão pelos boiadeiros ou por fugitivos de logares accommettidos.” Foram lugares *visitados* pelo cólera naquele ano: Aquiraz, Aracati, Barbalha, Baturité, Cascavel, Crato, Fortaleza, Jardim, Maranguape, Milagres, Missão Velha, Morada Nova, Quixeramobim, Russas, Saboeiro, entre outros.

Nessa conjuntura, o governo provincial lançou mão de uma série de medidas que tinham por escopo barrar a expansão e minorar os efeitos da *peste*, tais como a tradicional nomeação de comissões de socorro, envio de médicos, remédios e autorização para criação de enfermarias nas principais cidades, vilas e povoados, “onde sejam tratados os indigentes, que assim acharão um abrigo contra a intemperie do tempo á que ficariam expostas em suas habitações insalubres.”⁵⁶

A carência de médicos também foi objeto de preocupação. Um relatório de 1856 informava que, àquela época, apenas quatro facultativos atuavam em Fortaleza e, no interior, rara era a cidade ou vila que possuísse um desses profissionais.⁵⁷ Aparentemente, tal quadro

⁵⁴ Relatório com que o 4º. Vice-Presidente Commendador José Antonio Machado passou a administração da província ao Excellentíssimo Senhor Doutor José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Em 5 de maio de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862, p. 4.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Relatório com que o 4º. Vice-Presidente Commendador José Antonio Machado passou a administração da província ao Excellentíssimo Senhor Doutor José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Em 5 de maio de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862, p. 4.

⁵⁷ Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao segundo vice-presidente da mesma O Excellentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de Abril de 1856. Ceará: Typographia Cearense. Impresso por Joaquim d’Oliveira, 1856, p. 22.

não se modificou muito nos anos seguintes, de modo que, em 1862, no intuito de conseguir médicos para atuar nas comissões instituídas na quadra epidêmica, ofícios foram expedidos aos governos da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, pedindo o envio de tais profissionais.

Tal estratégia, provavelmente, teve uma resposta positiva, visto que um documento de 1863 relata a presença de trinta e um facultativos distribuídos pelas comissões sanitárias da província.⁵⁸ Estudantes de medicina ou *acadêmicos*, como eram conhecidos, também foram enviados de outras províncias. O documento informa, ainda, que em diversos lugares “havia praticos, enfermeiros e outros indivíduos que para acudir em às urgências do serviço sanitario foram contractados pelas respectivas comissões de soccorros á custa do cofre publico.”⁵⁹

Voltando a discorrer sobre as medidas profiláticas encetadas em 1862, na capital, seis comissões foram distribuídas por igual quantidade de distritos médicos, criados na ocasião, capitaneadas por José Lourenço de Castro e Silva, inspetor de saúde pública. Tais comissões tinham como atribuição socorrer a população desvalida e distribuir remédios e dietas. Camas, colchões, bem como outros objetos para uso no hospital e enfermarias criadas, foram adquiridos por meio de um rendoso acordo do governo com três comerciantes da capital.⁶⁰

As ruas de Fortaleza foram, ainda, asseadas, com a remoção de supostos focos de infecção, e a fiscalização sobre a venda de gêneros alimentícios foi reforçada, “evitando-se assim que venham ao mercado aquelles que pelo seu mau estado de corrupção, possam trazer dano á saude publica”. Até mesmo um contrato que versava sobre o transporte de cadáveres para o cemitério local foi fechado com um certo Eugenio Amâncio da Paixão.⁶¹ Frente ao risco de uma grande mortandade em decorrência da peste, era necessário garantir uma forma eficiente de se livrar dos corpos, tidos como ameaça aos vivos.

⁵⁸ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San’ Luiz. Typ. de B. de Mattos – praça de Palácio, 3 A. 1863, p. 22.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Um relatório de 1863, traz indícios de como a irrupção do cólera não deixou de beneficiar alguns indivíduos. Nele, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, fala da sobra considerável de objetos comprados para uso nas enfermarias de emergência. Em sua opinião, na *abundancia* dessa sobra era possível enxergar “alguns abusos que não era possível prevenir” e que no “meio de um grande calamidade pública não faltam especuladores que d’ella se prevaleçam para seus fins personalísimos.” Todavia, como tais objetos foram adquiridos por negociação encetadas por ele e seu antecessor, era preciso buscar isentar-se dessa responsabilidade: “Resta-me porem a consciencia de ter feito quando cabia em minhas forças para alliar o dever da caridade a uma prudente economia dos dinheiros publicos.” Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San’ Luiz. Typ. de B. de Mattos – praça de Palácio, 3 A. 1863, p. 22.

⁶¹ Relatório com que o 4º. Vice-Presidente Commendador José Antonio Machado passou a administração da provincia ao Excellentissimo Senhor Doutor José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Em 5 de maio de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862, p. 4.

Em relação a outros pontos da província, o número de acometidos por cólera na sede administrativa do Ceará não atingiu grandes proporções: cerca de trezentas e sessenta e dois coléricos morreram nessa localidade, entre maio e dezembro de 1862.

Já a vila de Maranguape, próxima da capital, foi o lugar que mais sofreu com o surto. Guilherme de Studart afirmou que aproximadamente cinco mil pessoas foram acometidas na localidade, das quais cerca de mil novecentos e sessenta pereceram (1997, p. 57). Ainda segundo o autor, a doença teria chegado à vila no princípio de junho, atingindo seu pico em 6 de julho, dia em que sessenta e quatro pessoas morreram, começando a declinar a partir do dia 19 do mesmo mês. Não obstante, o cólera teria recrudescido quando a população já se sentia livre do flagelo. O que ocasionou isso? Como em outras ocasiões, apresentadas ao longo desse trabalho, os *miasmas* foram responsabilizados:

Deu azo a isso a abertura da casa, situada no centro da villa, que tinha servido para hospital dos cholicos e que havia dois mezes estava fechada; tinha-se de fazer nella alguns reparos e estava sendo excavado o solo; as pessoas a quem se encarregara o serviço foram logo atacadas, o official de justiça Manoel Martins, que abriu as portas, esse no dia seguinte estava enterrado (Idem, p. 55).

A mortandade em Maranguape foi tão intensa, ao ponto do serviço de enterramento ser feito por presidiários, a quem se havia prometido o indulto das penas que estavam cumprindo. Ao que parece, a prática de colocar presos no trabalho de sepultamento de corpos em época de epidemia era algo comum. Ricardo Augusto dos Santos, por exemplo, ao estudar a gripe espanhola no Rio de Janeiro de 1918, afirma que diante do quadro *tenebroso* dos cadáveres abandonados pelas ruas e não “havendo pessoal suficiente para recolher e enterrar os mortos, foram utilizados os presidiários” (SANTOS, 2004, p. 136).

Malgrado isso, essa prática foi reprovada, cerca de três décadas depois, pelo proeminente farmacêutico e literato Rodolfo Teófilo (1853-1932).⁶² Em sua novela *Violação*

⁶² Para Otacílio Colares, Rodolfo Teófilo – com uma obra de mais de vinte títulos, entre livros de memória, história, romances, contos, entre outros – pode ser localizado entre “o Romantismo decadente e o Realismo-Naturalismo em euforia no Brasil” (COLARES, 1979, p. xii), além de já apontar para traços da literatura regionalista que teve desenvolvimento no início do século XX. Pelo breve, porém marcante, contato com seu pai – médico, um *homem da ciência*, morto por beribéri no ano de 1864, quando Teófilo tinha onze anos –, pela formação acadêmica em Farmácia, na Bahia, e por sua dedicação às pesquisas de laboratório, o autor desenvolveu um “apego quase instintivo à Ciência, [...], daí, neste ou naquele passo de uma e outra de suas obras de ficção, um certo vazo a cientificismo, a que aliás, não esteve infenso nenhum dos que, seus contemporâneos, viveram, no Brasil o fastígio do Naturalismo” (Idem, p. ix-x). Desse modo, eivada de cientificismo e ao mesmo tempo de elementos fantásticos, sua obra é marcada por uma crença inabalável na *animalidade humana* e no caráter *civilizador* da ciência, daí porque todas as práticas socioculturais que não se coadunavam com os preceitos científicos de sua época eram desabonadas pelo autor como símbolos de *barbárie*.

(1899)⁶³ – relembrando suas experiências durante a epidemia do cólera em Maranguape –, Teófilo representou, pejorativamente, os presidiários encarregados pelo transporte e enterro dos coléricos como *ébríos* – tendo em vista que viviam embriagados, devido à crença no caráter profilático do álcool –, *cabras* e *mestiços de feia catadura*, não demonstrando, na acepção do autor, nenhum respeito para com os mortos que transportavam:

[...] Caminhavam aos tombos, mal equilibrados, e, as passadas em falso, traziam a padiola numa incessante sacudidela, e faziam mais intenso o seu lúgubre e áspero ranger. Encontrada que foi a primeira tulha de cadáveres, pararam e virando o raso esquife sacudiram fora o defunto, que caiu teso a uma grande distância (TEÓFILO, 1979, p. 241).

As considerações de Teófilo apontam para um elemento comum às quadras epidêmicas: a simplificação dos ritos fúnebres. A historiografia sobre a morte no século XIX, destaca o fato de que vivos e mortos mantinham uma ligação extremamente forte no período. O falecimento de alguém não representava o fim, pois o espírito era eterno e apenas o corpo se acabava, voltando ao pó inicial do *Gênesis*. A morte era vista como a *passagem* para um outro mundo, daí porque os moribundos e os parentes se preocupavam tanto com este momento, pois dele dependia o descanso e a paz de ambos, já que uma transição mal feita podia fazer do moribundo uma *alma penada*. Os momentos que precediam e seguiam ao falecimento eram extremamente simbólicos e ritualizados:

As cerimônias e a simbologia que envolviam a morte eram produzidas para promover uma boa viagem para o outro mundo, cuja distância deste era consideravelmente menor do que hoje. O tratamento dispensado ao morto

⁶³ A obra apresenta uma mescla de elementos ficcionais e memorialistas. O pano de fundo contextual da narrativa é dado pelas lembranças do autor sobre 1862, quando, aos nove anos de idade, testemunhou a epidemia do cólera em Maranguape, onde seu pai, Marcos José Teófilo, atuava como médico. Excetuando o menino Rodolfo, todos da sua casa, em um total de dez pessoas, sucumbiram pelo cólera, sendo que uma irmã recém-nascida, de nome Maria, teria falecido na ocasião. Como todos os adultos estavam de cama, coube ao menino a penosa tarefa de levar Maria ao cemitério, tendo que atravessar ruas desertas até chegar ao local onde uma tulha de “cadáveres se espalhavam de chão afora, uns já podres, apodrecendo outros.” Essa proximidade com o espetáculo da morte causado pelo cólera ficou gravada na memória de Teófilo: “Eu era bem criança; tinha apenas nove anos, mas conservo estereotipado em mim tudo o que vi naquela medonha peste” (TEÓFILO, 1979, p. 236). Já o lado ficcional da novela tem como eixo a história de um caso de necrofilia, em que o corpo de uma jovem colérica é violado, justamente, por dois ex-presidiários, enviados de Fortaleza, junto com outros dez de mesma procedência, para trabalhar no enterro dos vitimados pela epidemia. Após protagonizarem a “triste cena de bruteza humana” (Idem), os necrófilos são punidos com uma morte por cólera fulminante: contaminados, caem nus aos pés da moça que profanaram. Rodolfo Teófilo, ao mesmo tempo, autor e personagem da obra – narrando-a, mor parte, em primeira pessoa –, capricha na tinta a fim de colocar o leitor na dúvida sobre onde termina suas lembranças e onde começa a ficção. Para isso, afirma que o caso da violação lhe teria sido contado vinte anos depois da epidemia, pelo noivo da jovem, que tudo assistiu sem poder nada fazer em defesa da amada, visto estar paralisado pelo efeito do cólera.

visava integrá-lo o mais breve possível em seu lugar, para seu próprio bem e a paz dos vivos (REIS, 1997, p. 96).

Para Philippe Ariès, a *boa morte* ocorria após um aviso prévio, como uma doença, por exemplo, porque “sabendo de seu fim próximo, o moribundo tomava suas providências” (2003, p. 31). Essas providências podiam dizer respeito à produção de um testamento, reconciliação com membros da família ou da comunidade, pagamento de dívidas, procura pela união dos enfermos, etc. (REIS, 1991). A *boa morte* devia, ainda, acontecer em um leito, cercado de parentes e amigos, após receber os últimos sacramentos, entendidos como a confissão, seguida da comunhão e da extrema-unção, em que o sacerdote untava, com os *óleos santos*, orelhas, olhos, nariz, mãos e boca do enfermo (RODRIGUES, 1997). Depois da morte chegar, os rituais continuavam, prosseguindo, inclusive, após a cerimônia de enterro (luto, missas fúnebres, acendimento de velas, visita de cova, entre outros ritos).

Como contraponto, a *morte terrível* atacava de forma repentina, de modo que não havia tempo para o moribundo se preparar para a *passagem* (ARIÈS, 2003, p. 27). Neste sentido, os surtos epidêmicos são exemplos significativos do que era entendido por *má morte*. Períodos tensos e extraordinários – em que a ameaça da morte parece cercar a todos –, acabam por transformar, temporalmente ou permanentemente, práticas costumeiras e cotidianas de um lugar.⁶⁴ Frente ao grande número de doentes e mortos e ao medo de contaminação pelo contato com os mesmos, a obediência aos ritos de passagem é posta de lado, como demonstra Jean Delumeau:

Comumente, a doença tem ritos que unem o paciente ao seu círculo; e a morte, ainda mais, obedece a uma liturgia em que se sucedem toalete

⁶⁴ A substituição, no Brasil do século XIX, dos enterros nas igrejas pelos cemitérios é um exemplo significativo de como as epidemias podiam propiciar mudanças permanentes em práticas culturais. Tratando da epidemia de febre amarela que atingiu o Rio de Janeiro no ano de 1850, Cláudia Rodrigues mostra como o surto serviu como “elemento catalisador de um processo mais amplo” de ascensão do saber médico, resultando na substituição de uma prática secular – a sepultura nos templos – pelas inumações no espaço *higiénico* do cemitério, mediante o medo do contágio dos vivos (1997, p. 53). Algo similar ocorreu na cidade de Salvador: a epidemia do cólera, no ano de 1855, também ajudou no convencimento da população sobre a necessidade de por fim aos enterros nas igrejas (REIS, 1991, p. 338). Também no Recife, um surto de febre amarela foi preponderante para a aceitação das inumações em um cemitério. Como demonstra a pesquisa de Vanessa Viviane Sial, desde 1841 uma lei de reforma cemiterial foi aprovada, prevendo a construção de um cemitério e o fim dos sepultamentos nos templos da capital pernambucana. Todavia, mesmo havendo consenso entre as autoridades políticas e os médicos sobre os benefícios públicos advindos com tal obra, pouco foi feito para executá-la. A chegada da febre amarela entre 1849 e 1850 trouxe a questão cemiterial para primeiro plano dos debates, de modo que no ano de 1851 o cemitério público do Recife foi inaugurado. Para a autora, a chegada de outra epidemia, a do cólera, deu maior legitimidade social à reforma: “De um modo mais abrangente, a familiaridade dos recifenses com a propaganda higienista ao longo de dez anos, acrescida do impacto da epidemia de *Cholera morbus*, ocorrida cinco anos após a inauguração do cemitério público, colaboraram para que os sepultamentos extramuros fossem suportados” (SIAL, 2005, p. 173).

fúnebre, velório em torno do defunto, colocação em ataúde e enterro. As lágrimas, as palavras em voz baixa, a lembrança das recordações, a arrumação da câmara mortuária, as orações, o cortejo final, a presença dos parentes e dos amigos: elementos constitutivos de um rito de passagem que se deve desenrolar na ordem e na decência. Em período de peste, como na guerra, o fim dos homens se desenrolava, ao contrário, em condições insustentáveis de horror, de anarquia e de abandono dos costumes mais profundamente enraizados no inconsciente coletivo (1989, p. 123).

Ainda para esse autor, esse abandono dos *ritos apaziguadores*, por conta da *peste*, era uma tragédia para os vivos, tendo em vista que *dessacralizava* a morte, tornando-a *indecente*: “uma população inteira corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações dignidade, segurança e identidade” (DELUMEAU, 1989, p. 125).

Os relatos, presentes nas fontes sobre o Ceará de 1862, de corpos amontoados indecentemente em carroças ou jogados pelas ruas, à mercê dos urubus, de enterros em valas comuns, sem encomendação da alma feita por sacerdote e sem o acompanhamento de parentes e amigos, são indícios dessa *dessacralização* da morte propiciada pela erupção do cólera e do impacto dela sobre os vivos. Devia ser muito doloroso não poder garantir aos seus parentes uma morte e um enterro dignos. Por outro lado, era necessário lutar pela própria sobrevivência, o que, para muitos, significava evitar o contato com os *eflúvios maléficos* que julgavam emanar dos cadáveres.

Talvez os sentimentos de culpa e impotência dos contemporâneos, frente a essa brutal ruptura com os ritos propiciadores de uma *boa morte*, explique por que em alguns pontos do Ceará sugiram relatos sobre pessoas enterradas vivas, tal a pressa em se livrar dos corpos de vitimados pela doença. O Barão de Studart conta o caso de um marinheiro conhecido seu, de nome Raymundo, que, voltando do mar para Fortaleza, não encontrou a mãe que deixara em casa. Aos prantos, Raymundo teria corrido ao cemitério. Lá chegando, encontrou sua progenitora viva, em meio a uma vala de mortos. Todavia, logo depois ela “exhalava o ultimo suspiro entre seus braços” (STUDART, 1997, p. 55).

Relato semelhante foi colhido por Irineu Pinheiro, cerca de cem anos após o cólera ter *visitado* o Crato, o que demonstra como as cenas do cólera-morbo continuaram a assustar os que sobreviveram a ela, e mesmo pessoas de outras gerações:

Logo que morriam os enfermos, enterravam-os sem perda de tempo, por motivos profiláticos.

O encargo de sepultar os cadáveres dos indigentes foi entregue a turmas de homens que, regra geral, se embriagavam, convencidos de que o álcool os preservava do mal.

Tal a pressa com que exerciam as lúgubres funções, que, provavelmente, alguns doentes foram atirados vivos às valas comuns.

Conta-se que, uma vez, de manhãzinha, encontraram no cemitério do Crato uma mulher, que *morrera* [grifo do autor] na véspera, sentada no chão da vala, vestida na sua mortalha de madapolão, um cordão de São Francisco a amarra-lhe a cintura (PINHEIRO, 1950, p. 134).

Enquanto a epidemia grassava, a população dos lugares acometidos buscava se proteger com os recursos disponíveis na época. A fricção de álcool e cânfora, recomendada pelos médicos em textos publicados na imprensa desde 1855, foi amplamente utilizada na ocasião. (PINHEIRO, 1963, p. 423; TEÓFILO, 1979, p. 240).

Por outro lado, na conjuntura da epidemia, os médicos – que no Brasil de meados do século XIX buscavam centralizar as práticas de cura – acabaram por assimilar aspectos dos saberes medicinais populares, obviamente apresentando-os com uma aura científica, como insinua as considerações do Dr. Barão de Studart, em que comenta algumas práticas do *povo*, durante a epidemia de cólera, em comparação com *experiências científicas* posteriores:

O povo, entre muitos remedios de sua therapeutica de cascas e hervas, usava as infusões da pimenta malagueta, os cosimentos de ipecacuanha preta e trazia como medicina preventiva enxofre em pó nas meias ou pendente ao pescoço até a região epigastrica um cordão em que estava enfiada uma moeda de cobre que chamavam xem-xem; alguns traziam-a atada às coixas. Muito posteriormente Burcq, à maneira de Raspail, tão criticado pela Academia de Medicina de Paris, aconselhou placas de cobre sobre o estomago como prophylactico. E digam que o povo não tem a intuição da medicina (STUDART, 1997, p. 59-60).

Além de chás, infusões e até espécies de *amuletos de cobre*, outros métodos profiláticos tiveram lugar nos pontos em que a moléstia se manifestou. Na vila do Baturité – onde cerca de mil trezentos e cinquenta coléricos faleceram – fogueiras de alcatrão foram acesas em fendas cavadas pelas ruas, na esperança de assim *desinfetar* o ar: “assemelhavam-se a círios colossaes a illuminar o esquife da cidade” (Idem, p. 55). A crença no caráter purificador dessas fogueiras também esteve presente em outros lugares, como em Maranguape, onde o padre Galindo Firmo da Silveira Cavalcante, de “dia confessava os moribundos e enterrava os mortos e à noite fazia preces e acendia fogos nas ruas para desinfetar a atmosfera” (TEÓFILO, 1979, p. 244).

Celebrações de cunho penitencial também tomaram as ruas, amparadas no imaginário da *peste* como *castigo divino*, uma das mais antigas representações que buscam explicar o

fenômeno doença (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 18). Studart oferece uma criteriosa descrição de uma *procissão de penitencia*, que diz ter ocorrido em Baturité:

[...] na frente uma grande cruz cingida com uma toalha branca, uma matraca a soar, o padre de alva e estola preta a entoar em voz cavernosa e soturna o Paenitet e após a multidão dos fiéis, uns com grandes pedras sobre a cabeça, outros com barricas ou pesados madeiros, descalços, todos a percutirem o peito a clamar misericórdia ou a verter o sangue a mercê dos azorragues; as casas de portas e janellas fechadas, ninguém ousando olhar os penitentes porque então sobrecarregaria a consciencia com os peccados delles; ao chegar ao templo, mal allumiado, ao clarão dúbio de poucas velas, muitos se atiravam ao chão para que a multidão lhes passasse por cima, outros permaneciam immoveis de braços abertos, e a cada canto gemidos e o tilintar das disciplinas [lâminas presas a um chicote] a cortarem as carnes sem piedade (1997, p. 56).

Relatos de penitentes a se flagelar nas ruas no intuito da abrandar a *Ira dos Céus* ou de celebrações pias realizadas nos templos, também se deram em outros pontos da província, o que demonstra como a epidemia amedrontou àquelas pessoas.

Ao se aproximar o fim do ano de 1862, a moléstia já amenizava sua ação pelas localidades do Ceará onde se manifestou. No mês de agosto de 1863, ela parecia estar extinta em toda a província. Sua passagem deixou cerca de onze mil mortos no Ceará (STUDART, 1997, p. 57). As maiores mortalidade deram-se respectivamente nas localidades de Maranguape, Icó, Baturité, Crato e Aracati, como é possível observar abaixo, através de um quadro publicado no jornal *O Cearense*, de Fortaleza, e reproduzido no semanário cratense *O Araripe*, em setembro de 1862, quando o cólera já arrefecia sua ação:

Lê-se. n.º CEARENSE:

Obituario do cólera na provincia ate as ultima datas

Jardim (termo)	até 26 de julho	500
Milagres (u)	" "	120
Crato (u)	até 31 "	1100
Barbalha (u)	" "	200
Missão-velha (freguesia)	" "	26
Icó (comarca)	extinto	1400
Aracaty (comarca)	"	1000
Caxoeira (termo)	"	70
Quixeramobim (termo)	"	120
Luhumum (comarca)	"	280
Saboeiro (comarca)	"	460
Cascavel (termo)	"	360
Aquiras (termo)	"	250
Buturité (termo)	até 10 de agosto	1350
Mangueira (termo)	extinto ate 10 de agosto	1960
Capital (cidade)	ate 18	330
Resto da freguesia da capital, Arrouches, Soure, Mucuripe.		200
		9.726

FIGURA 3 – Recorte do jornal *O Araripe*, n.º. 287, 06 set. 1862, p. 2.

A presença de tal quadro n’*O Araripe* não foi algo circunstancial. Como o resto do Ceará, por oito anos a cidade do Crato viveu a expectativa em torno de quando ocorreria a entrada da doença em seu território e o jornal impresso na cidade não ficou indiferente a tal situação. Entre 1855 e 1864 – ano em que o cólera retornou ao Ceará, de forma menos virulenta⁶⁵ –, *O Araripe* deu ênfase à epidemia de cólera, divulgando a marcha da *peste*, as localidades atacadas, o número de vítimas, os problemas de abastecimento, indicando remédios em voga, publicando orações, entre outros textos relacionados ao assunto.

Antes de me debruçar sobre as representações acerca do cólera nas páginas d’*O Araripe*, faz-se necessário uma apresentação da cidade aonde tal órgão foi impresso. Por conta disso, o próximo capítulo tem como objetivo oferecer uma contextualização histórica do Crato em meados do século XIX, bem como do semanário *O Araripe*, apontando para os lugares sociais ocupados por seus autores e para seus principais projetos sociais e políticos naquela conjuntura.

⁶⁵ O surto de 1864, praticamente, ficou restrito à região mais ao sul da província (Crato, Barbalha, Missão Velha, Milagres, Jardim, Lavras, Icó e Boa Vista), acometendo cerca de seis mil quinhentas e noventa e nove pessoas, das quais oitocentas e oitenta e seis faleceram. Dados retirados do: Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentissimo Senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléa no 1º de outubro de 1864. Typ. – Brazileira de Paiva e Comp. – Rua Formosa. 1864, p. 31.

O ARARIPE.

CRATO

N - 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
 Por um anno 4\$000
 Por 6 meses somente 3\$000
 O jornal sairá todos os sabbados.
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a podera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa, já leu a recomendação a todos que se interessam pelo bem da humanidade.

O cholera não é mais grave, nem mais mortifero do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem-se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselho os receituarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor fôco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se inorre, e que furtá-mos no um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e ch-gue-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares convem, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperança em sua infinita bondade, empregar dois meios: coragem e prestesa na applicação dos remedios proprios para o primeiro periodo da molestia.

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste asserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que fllam mais alto do que tudo.

Nº Para o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametã, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fraqueza e cobardia de seus habitantes, que sem honrar um aos outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e Santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medicos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso inoreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de tratar-se pelos meios proprios.

Nesta cidade mineira, onde ha tantas disposições e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epedemia, não teve o cholera o mesmo effecto. Além de ter causado muito pouca mortalidade, acrece que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a f-bre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-na até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

Commercio, festividades, serão emfim a tudo isso que constitue o movimento de uma grande cidade, não teve um momento de tregoa. Houve somente uma coisa, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de ocasião; os pobres e desvalidos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e deauxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal ac-limento ao inimigo commum. Hmra pois aos Fluminense e aos Pernambucanos; e tratemos de inutilis, a meinda de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem dormido até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-na as autoridades, faga e oba cada um o que estiver de sua parte, que Deus uos ajudará a todos.

Quando todos se previnam com mehoramentos para combater o cholera morbus que, por sua natureza, parece querer invadir esta cidade e fugir as circumvisinhas, veio do Pará a agriavel no dia

3 - NOTÍCIAS DO CRATO: POLÍTICA, SOCIEDADE E IMPRENSA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

3.1 - Crato: da *idade de ouro* ao tempo da *decadência*

Nascido de um aldeamento de índios kariris, organizado por capuchinhos italianos na primeira metade do século XVIII, elevado à vila no ano de 1764 e cabeça de comarca desde 1816, o Crato passara à categoria de cidade pela resolução 623, do dia 17 outubro de 1853, promulgada pelo então presidente do Ceará, Joaquim Vilella de Castro Tavares. Cronologicamente, foi a primeira cidade criada no Cariri cearense e a quinta na província, sendo precedida por Fortaleza (1823), Sobral (1841), Icó e Aracati (1842).

A proeminência política dessa cidade em relação aos outros povoados da sua região pode ser explicada pelo sucesso das atividades agrícolas e comerciais lá desenvolvidas desde o início da sua colonização (DELLA CAVA, 1976, p. 27-28). Pela época da elevação à alçada de cidade, tais atividades passavam por um período de ampliação.

Assim sendo, o período de aproximação do cólera em relação ao Crato – entre 1850 e 1860 – coincide com um momento de consideráveis transformações na localidade, o que levou alguns estudiosos – como Irineu Pinheiro (1950) e J. de Figueiredo Filho (1868) – a apresentarem tais décadas como período de *renascimento* para a mesma e para o Cariri, afirmação baseada na observação de uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que influíram sobremaneira no processo de afirmação dessa cidade enquanto liderança regional.

Para compreensão desse suposto *renascimento* – percebido a partir da comparação e contraste, feitos pelos historiadores da região, entre uma época tida como de *ouro* e um *tempo de decadência* – faz-se necessário recorrer, rapidamente, a algumas fontes e à produção historiográfica que se referem a temporalidades anteriores ao recorte dessa pesquisa.

Situado ao sopé da Chapada do Araripe, rica em fontes de água perenes, com solo fértil e menos vulnerável às secas que caracterizam a região que atualmente chamamos de *sertão nordestino*, a agricultura no Cariri encontrava espaço propício para seu desenvolvimento. Não por acaso, a natureza do Vale do Araripe, em comparação à aridez das regiões circunvizinhas, chamou a atenção de viajantes que passaram pelo Crato. Em 1817, Aires de Casal, padre e geógrafo português, em sua *Corografia Brasílica*, afirmou que Crato era a vila *mais mimosa* de todo Ceará, devido a sua fecundidade:

Todas as arvores fructiferas do continente prosperam no fertil terreno do seu districto, onde se aproveitam as aguas correntes para regar as lavoiras, sem exceptuar os mandiocaes, quando lhes faltam as chuvas: razão por que se

recolhe superabundancia de mantimentos, que sam o recurso d'outros povos, quando os annos sêccos experimentam carestia (CASAL, 1947, p. 231).

As peculiaridades ambientais do Crato e sua região também impressionaram o naturalista George Gardner, que lá esteve entre os anos de 1838 e 1839. Sempre tão ríspido diante do *outro* – como explanarei mais à frente, pela sua descrição das pessoas e dos costumes do lugar –, o escocês dedicou alguns parágrafos de sua narrativa para descrever o espanto e êxtase que sentiu ao se deparar com a riqueza natural daquelas paragens:

Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto.

A tarde era das mais *belas* que me lembro ter visto, com o sol a sumir-se em grande *esplendor* por trás da *Serra do Araripe*, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da vila [...].

A *beleza da noite*, a *doçura revigorante da atmosfera*, a *riqueza da paisagem*, tão *diferente de quanto*, havia pouco, *houvera visto*, tudo tendia a gerar uma *exultação de espírito*, que só experimenta o *amante da natureza*, e que em *vão eu desejava fosse duradoura*, porque me sentia não só em *harmonia comigo mesmo*, mas “em paz com tudo em torno” (GARDNER, 1975, p. 92). Grifos meus.

No ano de 1859, Francisco Freire Alemão, médico e naturalista que presidiu a *Comissão das Borboletas*,⁶⁶ também escreveu em seu diário de viagem o quanto ficou impressionado com o ambiente em que a cidade se encontrava. De forma semelhante a Gardner, as particularidades físicas e naturais do vale, em comparação com o resto do sertão, era o que mais chamava a atenção de Freire Alemão. Em suas palavras, a chapada produzia um *bonito panorama*, deixando a bacia do Crato “toda vestida de vigorosa vegetação e formando contraste com o aspecto do sertão” (ALEMÃO, 2006, p. 234).

⁶⁶ Ironicamente conhecida como *Comissão das Borboletas*, a *Comissão Científica de Exploração* foi instituída em 1856 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB), com apoio do governo imperial. Sua meta era organizar uma expedição que percorresse o interior do país, começando pelas províncias do Norte, a fim de conhecer sua geografia e riquezas naturais, coletando material de origem orgânica e inorgânica para o Museu Nacional, promovendo, assim, a *ciência brasileira*. Como afirma Maria Silvia Porto Alegre, em um contexto caracterizado pela busca de uma identidade nacional, os ideólogos da comissão criticavam o apoio do Estado aos cientistas estrangeiros, os famosos viajantes, acusados pelo poeta Gonçalves Dias – membro da comissão – de disseminarem informações errôneas, repletas de *idéias preconcebidas* sobre o Brasil e os brasileiros (PORTO ALEGRE, 2003, p. 28). O país que até então só fornecia espécies vegetais, animais e minerais para as coleções e instituições estrangeiras, buscava agora produzir conhecimento, por meio da atuação de um grupo de renomados intelectuais da época, divididos em cinco sessões (botânica, geológica e minerológica, astronômica e geográfica, zoológica, etnográfica e narrativa de viagem), sob direção geral de Francisco Freire Alemão, naturalista fluminense (SILVA FILHO, 2006, p. 09). A expedição começou de fato no ano de 1859, pela província do Ceará, onde ficou até 1861. A estada da mesma no Crato foi de dezembro de 1859 a março de 1860.

Essas peculiaridades geográficas que impactaram tanto aos viajantes citados, foram basilares nos rumos da história regional. Como outros rincões do território brasileiro, o Cariri foi sendo ocupado pelos colonizadores a partir da expansão da pecuária, no século XVIII. De acordo com Ronald Albuquerque, os primeiros colonos da região eram, basicamente, pequenos criadores, agregados de famílias ricas, como os Ávilas, da Casa da Torre, na Bahia (ALBUQUERQUE, 2004, p. 95).

No entanto, a fertilidade e condições climáticas da chapada acabaram por patrocinar a atividade agrícola e o comércio com áreas circunvizinhas do Ceará – como os Inhamuns –, onde a pecuária desenvolveu-se com mais vigor e as condições climáticas eram inferiores às que caracterizavam o Cariri. Sua posição geográfica privilegiada – como destaca o mapa abaixo – igualmente, promovia o desenvolvimento de um comércio inter-regional com o interior da Paraíba, Pernambuco e Piauí: “Era do comércio articulado regionalmente que provinha sua exuberância. Comércio que teve sua origem associada à agricultura e cresceu apoiado na localização geográfica do Cariri, centro equidistante de todo o interior do [hoje] Nordeste” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 107).

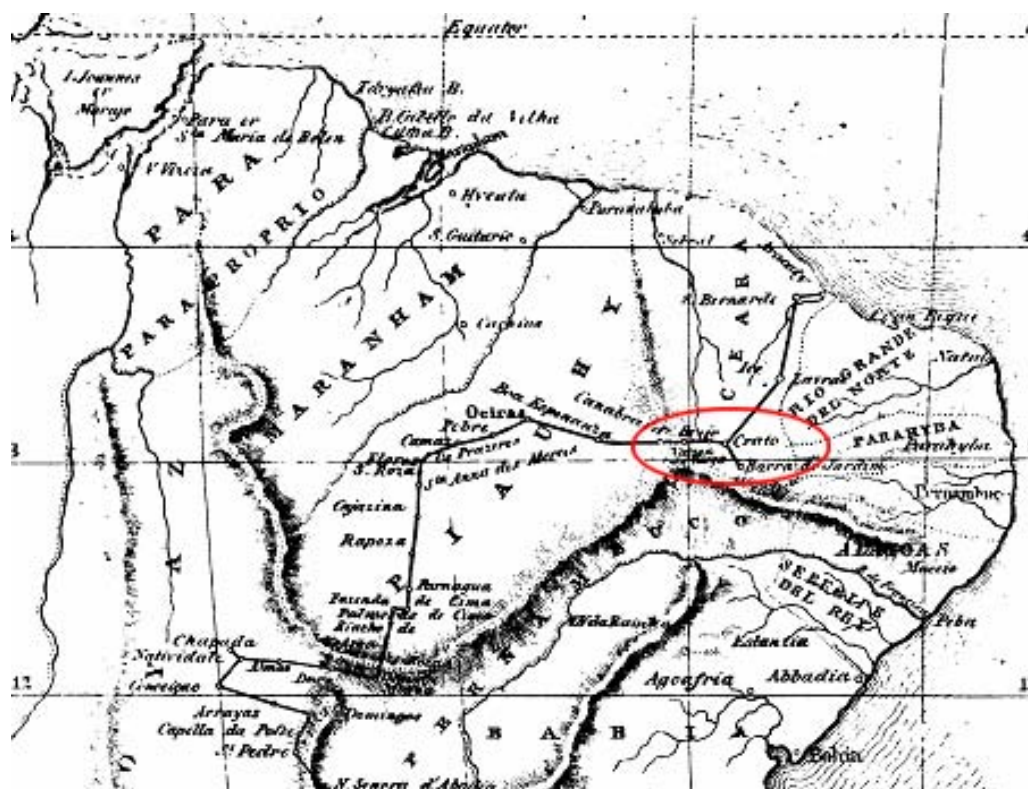


FIGURA 4 - Mapa do século XIX, com destaque meu para localização geográfica do Cariri cearense, particularmente, do Crato. Cartografia originalmente publicada no ano de 1849, no livro *Travels in the interior of Brazil*, do naturalista George Gardner.

Tais fatores atraíram homens de posses, que passaram a investir na produção agrícola, especialmente da rapadura e aguardente, e no comércio regional, passando a negociar com as regiões pecuaristas limítrofes. Já na segunda metade do século XVIII, os engenhos começavam a pontilhar os sopés da serra. De início, eram feitos à base de madeira – os famosos *engenhos de pau* – com moendas verticais puxadas por juntas de bois ou cavalos. Com o passar do tempo, foram sendo substituídos por novas tecnologias. Entre 1840 e 1850, os primeiros engenhos de ferro eram instalados no Crato, bem como alguns movidos à água (PINHEIRO, 1950, p. 56).

A predileção pela fabricação de rapadura não se deu ao acaso. O açúcar produzido no litoral era praticamente inacessível para os habitantes do sertão, tendo em vista os altos gastos para transportá-lo por estradas penosas, só vencidas por burros de cargas. Diante de tais condições adversas, a rapadura do Cariri tornou-se um produto rentável:

A rapadura substitui o açúcar produzido na costa, principalmente entre as populações localizadas no interior pecuarista [...]. A rapadura, por sua vez, com as mesmas propriedades adoçantes, era um produto que exigia menos aparato tecnológico, menos recursos para sua produção, tornando-se, portanto, um produto barato e mais nutritivo por não utilizar técnicas de branqueamento que acabavam por reduzir o potencial alimentar do mesmo (ALBUQUERQUE, 2004, p. 105).

Ao contrário da lavoura canavieira do litoral, a mão de obra escrava não era a força principal dos engenhos caririenses. Para o brasilianista Ralph Della Cava, a mão-de-obra da região era composta basicamente por homens “nominalmente livres, sendo que, do ponto de vista racial, eram quase sempre mestiços e não de origem africana”. Acrescenta ainda que eles viviam “no limite mais baixo da subsistência e eram, de fato, permanentemente ligados à terra” dos donos de engenho de rapadura, daí por que eram conhecidos como *agregados* (DELLA CAVA, 1976, p. 32).

O braço escravo era, deste modo, minoria na lida dos engenhos cratenses. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, proeminente sacerdote, intelectual e político liberal oitocentista, em seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* – publicado originalmente no ano de 1863 –, oferece dados sobre a composição social da população do município do Crato, em meados do XIX, que corroboram a tese de que a maior parte do trabalho naquela época era exercida por homens livres pobres, como mostra a tabela a seguir:

TABELA 1 - População do Crato em meados do século XIX, classificada por sexo, cor e condição social

População Livre								População escrava	
Homens				Mulheres				Homens	Mulheres
Brancos	Pardos	Pretos	Índios	Brancas	Pardas	Pretas	Índias	*	*
2590	5151	621	56	2187	6850	703	32	726	665
Total de Livres: 18184								Total de Escravos: 1391	
Total geral: 19575									

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados extraídos do *Mappa Estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1997a, p. 297).

* Não há classificação por cor para os escravos no documento.

Na tabela, é perceptível que a estimativa de homens livres era de cinco mil cento e cinquenta e um pardos, dois mil quinhentos e noventa brancos, seiscentos e vinte um pretos e cinquenta e seis índios. As mulheres livres somavam seis mil oitocentos e cinquenta pardas, duas mil cento e oitenta e sete brancas, setecentas e três pretas e trinta e duas índias. Já a População escrava era estimada em setecentos e vinte e seis homens e seiscentos e sessenta e cinco mulheres, não havendo na fonte classificação de cor para os cativos. O total de pessoas livres era, portanto, de dezoito mil cento e oitenta e quatro; e o de escravos de mil trezentos e noventa e um, o que resulta em considerável diferença numérica.

Ancorado na produção e comercialização regional da rapadura desde o setecentos, o Crato desenvolvia-se e ganhava espaço na política caririense e provincial, o que pode ser observado no papel desempenhado pela localidade na centúria seguinte, durante a *Revolução Pernambucana* (1817) e a *Confederação do Equador* (1824), quando influentes famílias, sacerdotes e outros figurões da localidade estiveram entre os principais líderes de tais movimentos no Ceará. A influência política do Cariri em tais conflitos de independência atesta a força das redes de relações de poder tecidas por famílias economicamente abastadas, que estendiam suas ações ao nível provincial.

Por outro lado, é pertinente frisar que a região mediava relações entre o interior e o litoral, transmitindo, pelo deslocamento de caixeiros e pessoas, “aspirações e necessidades emergentes” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 107). Nesse contexto, Crato – município mais desenvolvido da época e dono do maior número de engenhos de rapadura no sul do Ceará – delineava-se como proeminente liderança regional, com relações sociais, comerciais e culturais mais estreitas com a cidade do Recife, do que com Fortaleza. A distância do Crato

em relação às duas cidades é praticamente a mesma – cerca de seiscentos quilômetros – e a capital do Ceará, à época, não exibia vigor comercial que pudesse ser comparado à congênere pernambucana. A Fortaleza daquele tempo era apenas a “insignificante sede administrativa do Ceará”, nas palavras de Della Cava, para quem:

Os laços com Recife foram de importância política crucial durante o primeiro quartel do século XIX. A cidade-porto era o foco de fermentação de movimentos nacionalistas e separatistas cujas ideologias e cujos programas políticos foram introduzidos no Vale do Cariri por muitos cratenses ilustres (1976, p. 28).

Há de se destacar também que algumas famílias enriquecidas com a agricultura e o comércio, dispunham de cabedais suficientes para manter seus filhos em instituições de ensino superior, como o Seminário de Olinda, importante difusor do “espírito liberal e nacionalista” (CORTEZ, 2000, p. 21). Assim ocorreu com o político considerado liberal Pe. José Martiniano de Alencar, que, após participação efetiva nos movimentos de 1817 e 1824, conseguiu projeção suficiente para chegar à presidência do Ceará e ao cargo vitalício de senador.

No início da década de 1830, a Vila Real do Crato se envolveu em outro conflito armado, realçando mais uma vez seu peso político na província. Após a abdicação de Dom Pedro I, no ano de 1831, e até fins da década de 1840, uma série de revoltas estourou pelo país, de Norte a Sul (CARVALHO, 2008, p. 250). No Ceará, rebentou um conflito entre as vilas do Crato e do Jardim, que se estendeu de 1831 até o ano seguinte.

Indício da complexa conjuntura regencial, especialmente da polêmica *centralização* versus *descentralização*, o conflito opôs liberais aos adeptos da restauração de Pedro I, esses últimos capitaneados pelo Cel. Joaquim Pinto Madeira, líder político e militar do Jardim. Ao final do confronto, os liberais cratenses saíram vitoriosos. Pinto Madeira foi condenado à morte, sendo fuzilado no dia 28 de novembro de 1834 (PINHEIRO, 1963, p. 119).

A produção de intelectuais caririenses do século XIX, continuada por estudiosos do século XX, instituiu uma *Cultura Histórica* – aqui entendida na conceituação de Jacques Le Goff, como a relação que uma sociedade, ou, pode-se acrescentar, grupos sociais específicos, mantém com seu passado (LE GOFF, 2003, p. 48) – que deu destaque à participação das *elites*⁶⁷ do Crato nos conflitos de 1817, 1824 e 1831.

⁶⁷ O conceito de *elites* utilizado nesse trabalho está embasado nos estudos de Flávio Heinz, que as define enquanto “grupos de indivíduos que ocupam posições-chaves em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (HEINZ, 2006, p. 8). A identificação das

A consagração destas *efemérides*⁶⁸ começou a ser engendrada já no século XIX. Não por acaso, o jornal *O Araripe*, do Partido Liberal, publicou, em 1859, uma série de textos intitulada *Apontamentos para a história do Cariri*, escrita pelo redator do semanário, João Brígido dos Santos. Posteriormente, tais artigos foram reproduzidos em periódicos de Fortaleza e Recife e, por fim, na forma de livro, no ano 1888. Em minha opinião, a obra de Brígido se constitui enquanto marco fundador da *cultura histórica* regional aludida a pouco.

O autor em questão, afirmava que ao escrever os *Apontamentos* estava guiado pelo “desígnio de representar, em um quadro fiel, os acontecimentos do Cariri, tão dignos de um profundo estudo” (BRIGIDO, 1888). Na sua história, o Crato surge como espaço central da região e a ação de determinados personagens da primeira metade do XIX – tais como Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, entre outros – é representada sob a ênfase dos valores ditos *patrióticos*, *liberais* e *altruístas* dos mesmos (CORTEZ, 2000, p. 24).

A descrição de humilhações e torturas sofridas por tais personagens após a derrota nos conflitos de 1817 e 1824, acabava por construir também uma imagem de *martírio*, de *sacrifício* por uma causa maior: a *independência política do Brasil*. Para os segmentos das elites locais responsáveis pelo *O Araripe*, órgão do Partido Liberal, a participação dos cratenses em tais movimentos era apresentada como *prova* de que os princípios políticos que afirmavam defender já caracterizavam há muito a localidade. Nestes termos, asseveravam representar a continuidade de um projeto liberal que expunham como um caminho para a *civilização*, projeto esse iniciado por *heróis* do passado.

Na trilha dessa *cultura histórica*, em meados do século XX, os historiadores do *Instituto Cultural do Cariri*⁶⁹ também centraram seus escritos na exaltação dos movimentos

mesmas leva em conta alguns critérios, como a “detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual” (HEINZ, 2006, p. 8).

⁶⁸ Em referência às *Efemérides do Cariri* (1963), obra do médico e historiador Irineu Pinheiro (1881-1954). Livro de fôlego - com mais de quinhentas páginas -, é um dos mais relevantes para história regional, tanto pela ampla pesquisa documental que apresenta como pela tentativa do autor em instituir uma memória sobre o que considerava as datas, nomes e acontecimentos mais importantes ocorridos no Cariri.

⁶⁹ O Instituto Cultural do Cariri (I.C.C.) foi fundado em 1953, por ocasião das comemorações pelo centenário de elevação do Crato ao foro de cidade. Seguindo a tradição iniciada em 1838, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e que teve continuidade com a criação de academias ilustradas desse tipo por todo o país (SCHWARCZ, 1993), o I.C.C. constituiu-se como espaço privilegiado para o discurso dos intelectuais cratenses, representantes de elites em busca de referências sobre seu passado e que se celebrou pela dedicação à construção de uma memória e história regional, com sua ação em prol da fundação de museus, construção de monumentos e símbolos, organização de festas cívicas, publicação de periódicos – como a revista *Itaytera*, publicada entre 1954 e 1999 – e de livros de história e de estudos folclóricos. Otonite Cortez, afirma que a produção do I.C.C. pautou-se basicamente em uma evocação do passado cratense, “rendendo homenagens aos protagonistas” do mesmo, identificados como *heróis* por sua participação em movimentos políticos do século XIX e início do XX. Por outro lado, o pioneirismo na fundação da imprensa, escolas e de outros instrumentos culturais, era apresentado como *prova* da liderança *civilizadora* do Crato em relação à sua região, contribuindo para a construção simbólica da localidade como a *cidade da cultura*. Para a autora, a instituição trazia em si “um forte investimento estrategicamente orientado no plano discursivo e no plano das ações, no sentido de marcar

liberais do XIX. Tal período, de certa forma, acabou ganhando a conotação de *era de ouro* da história local, na qual o lugar adquiria projeção nacional, como assinala as palavras de exaltação proferidas a seguir: “No setênio de 1817 a 1824 nenhum município brasileiro, julgamos, excedeu ao Crato em brilho e lances de patriotismo” (PINHEIRO, 1953, p. 32).

Os intelectuais do I.C.C., nitidamente, buscaram representar o passado do Crato e das suas elites – de que se julgavam herdeiros – sob a ótica de um *protagonismo* nos episódios acima relatados, e os sujeitos históricos que tomaram parte dos movimentos citados – identificados nas pessoas de sacerdotes e famílias ricas – passaram a ser apontados como referências identitárias de uma *cratensidade*: “Ser liberal, heróico, patriótico era, pois, de acordo com as representações dos intelectuais que plasmaram as marcas do passado cratense, uma característica da sua identidade, posto que os ‘heróis’ daqueles movimentos liberais do século XIX eram cratenses” (CORTEZ, 2000, p. 25).

Embasada na leitura *gloriosa* de tais eventos, foi engendrada a interpretação de um *renascimento* para o Crato em meados do XIX – aludida no início deste subcapítulo –, isso porque, após a *era de ouro* dos conflitos liberais, o Crato teria vivido um período de *decadência*, assim caracterizado por J. de Figueiredo Filho:

Após tais movimentos, houve *período negro*, quando o cangaceirismo tomou vulto, quase desequilibrando a vida normal da região. Houve como uma temporada de *decadência* na antiga Vila Real do Crato. A instrução pública como que parou. O gosto pela educação dos filhos enviados às cidades litorâneas, teve quase colapso total (1968, p. 48). Grifos meus.

Uma das principais fontes utilizadas pela historiografia do I.C.C. para a análise desse período, interpretado como de *decadência*, é o diário de viagem de George Gardner. O botânico produziu uma narrativa crítica e áspera, que revela indícios do choque de um homem

uma distinção social e uma superioridade do Crato, por parte dos intelectuais e políticos cratenses”, em relação ao Juazeiro do Norte, antigo distrito que emergiu econômica e politicamente em fins do século XIX, graças ao fenômeno religioso encetado pelo Pe. Cícero Romão Batista (2000, p. 63). Tendo em vista que Juazeiro, ao longo dos primeiros decênios do século XX, tinha superado a cidade do Crato, tornando-se a nova liderança política e econômica do Cariri, o Instituto Cultural dedicou-se à escrita de uma história em que enaltecia o passado do Crato e uma pretensa superioridade de sua população, em detrimento dos juazeirenses, etnocentricamente representados como *fanáticos religiosos*. Entre os membros do I.C.C. que dedicaram sua produção intelectual à escrita de uma história regional, obtiveram maior destaque Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho e Pe. Antonio Gomes de Araújo, que na “busca de conjurar do presente a força do esquecimento acerca do passado, puseram-se então a inventar o passado. Lendo-o segundo o paradigma iluminista do progresso inexorável, associado aos pressupostos teórico-metodológicos do positivismo, afirmaram a superioridade do Crato na região” (CORTEZ, 2000, p. 124). Suas obras – que mesclam história, memória e crônica – sacralizaram datas e fatos que diziam *relevantes* para a história do Cariri, seguindo o modelo de periodização político-administrativa (Colônia, Império e República), adotado na historiografia tradicional brasileira (Idem, p. 126).

européu ao se deparar com outros costumes e pessoas diferentes dele; com padrões culturais diferentes, não adaptados à sua lógica de *civilização*.

Seu relato recai, especialmente, em torno da *moral* de fins de 1830, apresentando os moradores do Crato como *indolentes*, com um clero e homens da *melhor classe social* afeitos à fornicção e ao adultério, e com mulheres que nada mais faziam a não ser fumar e comer doces, deitadas em suas redes o dia inteiro, só se levantando à hora das refeições. Destaca ainda os jogos de baralho que terminavam constantemente em lutas com arma branca e, principalmente, o fato de a vila ser espaço para ocultamento de bandidos:

Os habitantes desta parte da província, geralmente conhecidos de cariris, são famigerados no país por sua rebeldia às leis. Aqui foi, e até certo ponto ainda é, embora em menor extensão um esconderijo de assassinos e vagabundos de toda a espécie vindos de todos os cantos do país. Embora haja um juiz de paz, um juiz de direito e outros representantes da lei, seu poder é muito limitado e, ainda assim, quando o exercem, correm o risco de tombar sob a faca do assassino (GARDNER, 1975, p. 93-94).

Os indivíduos *famigerados* descritos por Gardner eram conhecidos na região pela alcunha *cabra*, o que revela sua origem mestiça. Alguns deles eram apadrinhados por autoridades e senhores ricos. Como informei anteriormente, a maioria da mão de obra do Cariri recaía sobre homens livres pobres. Em um regime clientelista, suas tarefas não se resumiam à lida nos engenhos. “Em tempos de rivalidade entre os proprietários de terra, aos trabalhadores da fazenda eram entregues armas para que defendessem com lealdade os interesses de seus patrões” (DELLA CAVA, 1976, p. 32).

Dessa forma, muitos acertos de contas eram perpetrados por tais sujeitos a mando dos ricos mandatários, a quem a Justiça não conseguia coibir. Nestes termos, fica claro que a *decadência* apontada pela historiografia do I.C.C. não era simplesmente de ordem *moral*, como equivocadamente pode mostrar uma leitura menos atenta de Gardner ou das obras do Instituto Cultural do Cariri. Portanto, questões sociais e políticas perpassavam tal contexto.

Ralph Della Cava oferece uma visão mais problematizada sobre o estado da região entre 1824 e 1850. Para ele, o Cariri fora atingindo por instabilidades econômicas no pós-independência, já que não tinha produtos rentáveis à época, “como o algodão, de que a Europa então carecia e comprava mais barato das regiões litorâneas do Ceará, que começavam a ser cultivadas e ficavam mais perto” (DELLA CAVA, 1976, p. 28).

Por outro lado, apesar da relevância de suas elites nos movimentos liberais, a região não conseguiu a hegemonia política que almejava no Ceará. Os líderes do Crato, considerados

demasiadamente radicais, “caíram em desgraça com os conservadores que dominaram, cada vez mais, a estrutura de poder, altamente centralizada, do Império brasileiro recém-independente” (DELLA CAVA, 1976).

Essa ascensão conservadora no Ceará não deixava de refletir uma nova conjuntura política nacional. José Murilo de Carvalho afirma que inexistiam partidos políticos no Brasil antes de 1837. Para o autor, as organizações do período pré-independência eram caracterizadas pelo modelo sociedade secreta, e após a abdicação de Pedro I, quando se formaram sociedades mais abertas – tais como a *Sociedade Defensora*, *Sociedade Conservadora* e a *Sociedade Militar* – elas foram essencialmente conjunturais, dissolvendo-se com a morte do ex-imperador e com o reajustamento institucional promovido pelo Ato Adicional de 1834, marco do projeto de descentralização empreendido na Regência (CARVALHO, 2008, p. 204).

Até então, a composição de tais agrupamentos era motivada por sentimentos de pertença a determinados grupos (famílias, por exemplo) ou pela *tomada de partido* em determinadas causas (tipo, *constitucionais* versus *anticonstitucionais*), faltando uma organização partidária com estruturas mais delineadas.

A conjuntura de revoltas que marcou o período regencial – entre as quais esteve a *Revolta de Pinto Madeira*, a pouco aludida – tornou patente para as diversas facções das elites regionais o risco de uma descentralização política ampla. Com ela, as rebeliões, que eram basicamente urbanas, se descentraram, deslocando-se “para o interior, para as áreas rurais, e aí remexeu nas camadas profundas da fábrica social do país e revelou perigos muito mais graves para a ordem pública e para a sobrevivência do País” (CARVALHO, 2008, p. 252).

Nestes termos, o temor de que grupos *populares* – especialmente escravos – promovessem motins, resultou em uma opção de *regresso* à centralização: “Por todo o Brasil, as elites locais começaram a temer mais a desordem que o poder central” (GRAHAM, 1997, p. 77). O centralismo monárquico passou então a ser bandeira para segmentos das elites no Brasil, representando-o como a melhor solução para a manutenção da *ordem*, no campo e nas cidades, e como árbitro fidedigno para as divergências entre os grupos dominantes.

Foi neste contexto, em fins da década de 1830, que se estruturaram os dois grandes partidos do império. Grosso modo, os que estavam sintonizados com as propostas de reformulação das leis descentralizadoras agruparam-se no *Partido Conservador* e o *Partido Liberal* se compôs a partir da coalizão advogada daquelas leis (CARVALHO, 2008, p. 204).

Culminando esse processo de reajustamento político, subiu ao trono, no ano de 1840, o imperador Pedro II, com quinze anos de idade. O golpe de antecipação da maioridade em três

anos foi encabeçado pelo Partido Liberal, congregado no Clube da Maioridade, recebendo logo pleno apoio do governo regencial, que estava sob orientação dos conservadores: “era a instabilidade da ordem política e a inquietação diante das várias rebeliões que levavam a se enterrarem o regime [regencial] antes de sua morte” (SCHWARCZ, 1998, p. 68).

Foi nesta época, entre o fim da década de 1830 e início dos anos 1840, que os *chimangos* – simpatizantes do Partido Liberal –, perderam os principais postos políticos da província do Ceará, tendo em vista que os conservadores subiram ao poder nacionalmente. No ano de 1840, chegou ao fim a presidência do Senador Alencar, que liderou o Partido Liberal no Ceará até sua morte, em 1860. O conservador brigadeiro José Joaquim Coelho foi então nomeado presidente. Segundo Celeste Cordeiro, a posse dos *boticários-carcarás* – como era conhecida a facção mais poderosa dos conservadores cearenses, em alusão aos nomes dos líderes Antônio Rodrigues Ferreira, que era *boticário*, e Miguel Fernandes Vieira, conhecido pela alcunha *Carcará* – tornou aguda o uso da violência na perseguição aos inimigos políticos. O assassinato do liberal João Facundo, na época vice-presidente do Ceará, tornou-se um símbolo desse contexto (CORDEIRO, 2004, p. 144).

Em tal conjuntura, o primado de Fortaleza sobre o resto da província adquiriu contornos mais precisos, resultado de uma série de fatores econômicos e políticos que se estenderam da década de 1830 em diante, como demonstra Almir Leal de Oliveira:

A unidade da política provincial, [...], só se efetivou no Ceará com a hegemonia construída em torno da cidade de Fortaleza, capital da província. Alguns elementos para o fortalecimento da capital foram: o fortalecimento dos partidos políticos, que ocorreu em nível nacional e provincial, a constituição de um poder legislativo na província, a organização judicial centralizada em Fortaleza, o estabelecimento da Guarda Nacional nos distritos do interior da província, a constituição de um sistema de ensino secundário público em Fortaleza, e, principalmente, a superação econômica do porto de Aracati, o grande entreposto entre o Recife e o sertão, pelo porto de Fortaleza. Reforçando essa centralização, a construção das ferrovias, que direcionaram os fluxos da economia colonial dos postos do sertão para o porto de Fortaleza, também foi um elemento importante na segunda metade do século XIX (OLIVEIRA, 2009, p. 19).

Nestes termos, enquanto a capital do Ceará passava por um processo considerável de fortalecimento, construindo sua proeminência e hegemonia, e os conservadores assumiam as rédeas da política provincial, o sul da província perdia espaço e prestígio político, sem melhorias nos meios de comunicação com o litoral e entregue ao banditismo e desmandos de poderosos locais. Era essa a *decadência*, destarte, que desgastava o suposto brilho *áureo* do Cariri.

3.2 – Uma cidade *renascida*? Aspectos sociais e urbanos dos anos de 1850

Se o período entre 1830/1840 foi de *decadência* para o Crato e sua região, a década de 1850 foi representada pela historiografia local como marco inicial de um *renascimento*, observável em uma série de fatores políticos, econômicos e sociais que realçaram o peso dessa cidade como liderança regional.⁷⁰

Em minha pesquisa documental, encontrei elementos que apontam para algumas mudanças significativas ocorridas no Crato de meados do século XIX, o que corrobora, ao menos em parte, a ideia de *renascimento* defendida pelos historiadores do I.C.C. É sobre tais mudanças que discorrerei a seguir

Tratando desse *renascimento*, Ralph Della Cava afirma que as mudanças ocorridas no Cariri em meados do XIX estavam ancoradas, principalmente, “em reviravoltas econômicas e demográficas” (DELLA CAVA, 1976, p. 31). Centros urbanos em expansão, como Recife e Fortaleza, bem como cidades interioranas menores, aumentavam sua demanda de alimentos e matérias-primas baratas. O Cariri terminou por tirar proveito de tal situação, especialmente o Crato.

Encontrei alguns números demográficos que apontam para tal afirmação. Em meados do século XIX, dava-se no seu município e arredores um incremento populacional significativo. Tratando de dados do período, Thomaz Pompeu afirmava que o “município do Crato vae espantosamente crescendo em população, varios nucleos vão se formando todos dias” (BRASIL, 1997b, p. 110).

Para se ter noção deste crescimento populacional que *espantava* o intelectual citado, vale a pena comparar a estatística produzida por ele com as informações registradas no ano de 1838 sobre o número de moradores da localidade, feitas por George Gardner. Nas palavras do escocês, toda a população da vila na época chegava a “dois mil habitantes, na maioria índios ou mestiços que deles descendem” (1975, p. 93).

Em início dos anos de 1860, os estudos de Thomaz Pompeu estimavam a quantidade de residentes das ruas do Crato entre seis e oito mil (BRASIL, 1997b, p. 113), o que significa

⁷⁰ Para Irineu Pinheiro e Figueiredo Filho, avalizados, também, por Della Cava, o *renascimento* político e econômico cratense, iniciado em 1850, teria sido completado por importantes mudanças no âmbito religioso e educacional, ocorridas nos anos seguintes, tais como: a fundação da Diocese do Ceará (1853), que disciplinou o moralizou o clero local; a ação missionária e social do Pe. Ibiapina pelo Cariri, com a construção de casas de caridade e obras públicas na década de 1860; e a fundação do Seminário Menor de São José do Crato (1875), a primeira instituição de ensino secundário do interior nordestino (PINHEIRO, 1950; FIGUEIREDO FILHO, 1968; DELLA CAVA, 1976).

dizer que – apenas duas décadas depois da visita do naturalista escocês – a população local tinha, pelo menos, triplicado seu tamanho, dando, portanto, um expressivo salto demográfico. O mesmo autor calculava o número total de moradores do município em dezenove mil quinhentos e setenta e cinco, dividido entre dezoito mil cento e oitenta e quatro livres e mil trezentos e noventa e um escravos.

Acredito que as peculiaridades naturais do Vale do Cariri funcionavam como um atrativo imigracional para a região, o que ajuda a entender tal escalada demográfica. Um documento da Assembleia Legislativa do Ceará, de 1846, corrobora tal tese. Na sua avaliação, o aumento populacional do Cariri se dava devido aos “povos, que para ali concorrem acossados pelos flagelos de que se vêm perseguidos da fome e da miséria nos estéreis sertões em que habitavão”.⁷¹ Tratando especificamente do Crato, o *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* também destaca tal fator explicativo: “A agricultura é a industria principal do paiz, e para alli correm não só a prover-se de mantimentos, como a refrigerar-se das secas os habitantes dos sertões visinhos da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Parayba e Piahy” (BRASIL, 1997b, p. 102).

Esse desenvolvimento demográfico, por outro lado, não foi acompanhado por melhoria nas condições de vida para parte da população citadina. A pobreza era considerável em tal contexto e muitas pessoas viviam na marginalidade, a mendigar pelas ruas, como indiciam as palavras a seguir, proferidas por Francisco Freire Alemão, no ano de 1859:

Uma das coisas que mais aqui nos atormentam é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos da cadeia, que nos vêm pedir esmolas, de joelhos e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embaraço. Eles supõem que seremos muitos ricos e que podemos fartar a todos. O que fazer? Como resistir a tanta desgraça? (2007, p. 14).⁷²

Freire Alemão chegou ainda a afiançar que a situação precária vivenciada por tais pessoas seria consequência exclusiva de sua *preguiça*: “A pobreza, por indolência vive miseravelmente, porque a terra é muito produtiva” (ALEMÃO apud DAMASCENO &

⁷¹ “Província dos Cariris-Novos – representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados”. In: Revista do Instituto do Ceará. Tomo VI. Fortaleza, 1892, p. 224.

⁷² É interessante destacar que os pobres do Crato tinham uma criativa tática para arrancar doações dos cientistas da Comissão Científica de Exploração, o que foi registrado no diário de Freire Alemão: “Uma maneira que eles têm de levar-nos dinheiro é singular: trazem-nos um presente (são ovos, mangas, animais, galinhas, etc. etc.) e é claro que a esmola deve ser superior ao valor do presente. O que fazemos é dar-lhes alguns cobres e restituir-lhes o presente, com um presente que lhes fazemos. Não é um modo engenhoso de obter dinheiro? Às vezes nos vemos tão aborrecidos, que tomamos o presente e o restituímos no mesmo momento sem lhes dar nada, com o que não vão contentes” (ALEMÃO, 1997, p. 14).

CUNHA, 1961, p. 303). Nestes termos, os *pobres* eram preconceituosamente culpabilizados por sua *pobreza*, como se todos os recursos necessários para a obtenção de uma sobrevivência digna se resumissem ao caráter fértil do solo ou estivessem acessível a todas as pessoas que habitavam o Crato naquela época.

Esses pobres eram as principais vítimas de uma série de doenças comuns na localidade. O médico Freire Alemão não deixou de destacar os casos encontrados por ele de hepatite, tísica, opilação, problemas do coração, gonorréia, sífilis, etc. Não passou despercebido, também, o grande número de cegos existentes: “[...] rara é a pessoa que não sofre ou tem sofrido dos olhos. Há casas onde há 2 ou 3 pessoas cegas. Dizem que hoje está ainda assim muito melhor do que foi em outro tempo!” (Idem).

As doenças de olhos já maltratavam a população cratense desde, pelo menos, o início do século XIX. O documento mais antigo que encontrei sobre tal questão data, originalmente, de 1817, quando Aires de Casal declarou o caráter endêmico das moléstias dos olhos no Crato (CASAL, 1947, p. 231). Em fins da década de 1830, George Gardner também falou em endemia para explicar as oftalmias – como eram conhecidas as inflamações que atingiam olhos e pálpebras, atualmente classificadas como *conjuntivite* – e a quantidade de cegos do lugar. Aliás, o próprio viajante, que tratara os olhos de alguns cratenses, não deixou de sentir na pele os efeitos da doença:

A oftalmia é verdadeiramente endêmica e, em certa parte do ano, poucas [pessoas] escapam a seus efeitos: eu tive um ataque que me prendeu em casa por dias. Fui consultado por muitos dos que sofriam da moléstia em estado crônico e ganhei reputação não pequena por haver curado ou, quando menos, aliviado os sintomas da maioria dos casos apresentados, mesmo os de longa data. A cegueira é uma consequência bem comum e em parte alguma vi mais cegos que aqui neste distrito (GARDNER, 1975, p. 97).

Aparentemente, o grande número de pessoas com problemas de visão não era uma particularidade do Crato de meados do XIX, mas algo corriqueiro em todo Ceará, como demonstra o anúncio a seguir, publicado pelo pároco do Crato no jornal *O Araripe*, tratando de medidas governamentais voltadas para crianças cegas:

Em consequencia do que me ordena o Exm. Sr. Presidente da Província, no officio abaixo transcrito, convido as pessoas que tiverem meninos cegos, para que venhão a casa de minha residencia, com os mesmos para delles eu tomar conhecimento e incluilos no mappa exigido em dito officio, o qual já foi publicado na estação da Missa Parochial de 6 do corrente mês. Espero que meos Parochianos não se recusem a este meo convite, para pudarem

receber o benefício que o magnanimo coração de nosso Monarca lhes tem de obtorgar. Crato 10 de Abril de 1856. O vigário Manoel Joaquim Aires do Nascimento.

[Ofício] Palacio do Governo do Ceará em 28 de janeiro de 1856. Circular N. 2. Sendo indispensavel alcançar os dados positivos sobre o numero dos meninos cegos d'esta Provincia com declaração dos seus nomes, idade, sexo, lugar do nascimento, ou freguesias, e condições das respectivas familias, afim de melhorar a sorte dos que se acharem em circunstancias de carecer de auxilio e protecção que Houve por bem conceder-lhes SUA Magestade O IMPERADOR, cumpre que Vossa mercê trate com todo o zelo e diligencias possiveis de fazer a resénha dos que existirem n'essa Parochia redusindo esse trabalho a um mappa em que se contenhão aquellas declarações. O que executará com a maior brevidade. Deus Guarde a Vossa mercê. Francisco Chavier Paes Barreto [Presidente do Ceará].⁷³

Não há como identificar com precisão os motivos de haver tantos cegos no Crato daquele tempo. Ao que parece, alguns casos de oftalmia e de tracoma se complicavam, tornando-se crônicas, ao ponto de levar à cegueira. Neste sentido, mais uma vez, a população era apontada como a responsável pelas mazelas que a vitimava: “Parece que o desmazelo, e a porcaria concorrem muito para isso. Não há asseio nos doentes, e andando juntos sem nenhum resguardo, lavando-se nas mesmas bacias, etc., tudo concorre a transmitir a moléstia” (ALEMÃO apud DAMASCENO & CUNHA, 1961: 303).

Além dos problemas de visão, outras enfermidades grassavam na cidade que *renascia*. Após pesquisa nos registros paroquiais de óbitos da década de 1850, posso elencar as *causas mortis* mais comuns do período. Antes disso, é pertinente lembrar que em meados do século XIX o trabalho de registro das mortes ocorridas no país permanecia em boa parte nas mãos dos párocos, refletindo a ligação existente no Império entre o Estado e a Igreja Católica, a quem competia também o registro de nascimento e casamentos no Brasil.

Contudo, a prerrogativa do registro fúnebre pelos sacerdotes veio a ser alvo de contundentes críticas por parte da *medicina social* em ascensão, especialmente pós 1832, quando foram fundadas as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador. Especialmente a partir desse período, os profissionais da saúde reivindicaram para si a tarefa de registro, já que somente os médicos estariam aptos a diagnosticar casos de *morte aparente*, como a catalepsia, por exemplo. Ao mesmo tempo, tais profissionais defendiam a realização de estudos autopsiais para determinar, de forma pragmática, as *causas mortis*. Como bem frisou João José Reis, *os médicos queriam dessacralizar a morte* (1991, p. 262).

Sem entrar no mérito da polêmica entre padres e médicos, uma leitura das *causas mortis* assinaladas no Crato evidencia uma quantidade considerável de enfermidades

⁷³ Jornal *O Araripe*, nº 40, 12 abr. 1856, p. 3-4.

determinadas pelos sintomas visíveis ou relatados na hora do falecimento, como demonstra o quadro a seguir, que reproduz informações coletadas do biênio 1854 e 1856:

TABELA 2 – Principais *causas mortis* registradas no Crato

Denominação	Características
Catarrão	Também chamado de catarral, possível problema pulmonar, cujo principal sintoma era uma profusa expectoração.
Dor	Às vezes era grafada de forma mais específica: dor na cabeça, no coração, etc.
Erisipela	Inflamação de pele.
Espasmo	Contração muscular seguida ou não por convulsões.
Esquinência	Abscesso na garganta.
Estupor	Paralisia repentina.
Gálico	Sífilis.
Hidropisia	Derramamento de líquido seroso em tecidos ou cavidade do corpo.
Inchaço	Provável inchaço em alguma parte do corpo.
Moléstia interior	Expressão abrangente, presentes em outros lugares do Brasil, utilizada “quando não se podia associar os sintomas do moribundo a uma enfermidade conhecida” (REIS, 1991, p. 36).
Tísica	Tuberculose.

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados extraídos do Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato (1853-1859), acervo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo (DHDPG). Para caracterização das *causas mortis*, utilizei de informações recolhidas nos dicionários CHERNOVIZ (1890) e AURÉLIO (2009) e de algumas obras historiográficas que também as citam (RIBEIRO, 1997; REIS, 1991; etc.).

Além das causas citadas acima, os falecimentos por parto também eram comuns na cidade. A chegada de uma nova vida trazia consigo o risco de morte, pois para as mulheres cratenses, como em outros lugares do Brasil (ALENCASTRO, 1997, p. 70-71), os partos eram tensos e arriscados e era comum que as parturientes expirassem nessas ocasiões. Somente no intervalo entre 1854 e 1855, vinte mulheres morreram desse jeito no Crato, tendo em conta os registros de óbitos que consultei.

Contrastando com a penúria, moléstias e mortes de muitos cratenses, os donos de terra da cidade gozavam de uma situação social bem melhor, pois a produção de cana, mandioca e, em menor quantidade, de algodão e café, tomava conta dos campos ao sopé da serra do Araripe. Entretanto, a preferência pela rapadura era notória. A própria Câmara do Crato dava mostras disso, criando leis que garantiam a prevalência dos donos de engenho sobre os criadores de gado da localidade, obrigando estes “a transferirem seus rebanhos para além dos campos férteis” (DELLA CAVA, 1976, p. 32). A exportação de rapadura para as províncias vizinhas vivia um momento de expansão e os donos de engenho buscavam garantir seus interesses por meio de mecanismos *legais* protecionistas.

No entanto, nem só de rapadura vivia a agricultura local. A produção de farinha de mandioca, importante gênero alimentício para as populações interioranas do Brasil, ao ponto de ser considerada “a base da alimentação, o pão nosso do povo” (BRASIL, 1997b, p. 366), também era vultosa, sendo que se estimava no período, a existência de quatro mil e cinquenta e quatro casas de farinha, distribuídas pela freguesia do Crato, o maior número de estabelecimentos deste tipo em toda a província cearense (Idem, p. 368).⁷⁴

Na metade do XIX, novas personagens também passaram a ocupar a cena política cratense, dividindo ou disputando espaço com os tradicionais donos de engenho de rapadura: um grupo de comerciantes que se fixava na localidade – advindo, principalmente, do Icó, importante ponto mercantil do centro-sul cearense – estimulou sobremaneira o comércio no Cariri com a implementação e circulação de capital novo e a fundação de grandes lojas no Crato, que comercializava tecidos e manufaturados europeus para sua região e interior das províncias circunvizinhas. A presença de tais comerciantes – alguns dos quais também eram proprietários de terra e engenhos – patrocinou a imigração de profissionais liberais, jornalistas, coletores e advogados para a urbe nascente, que também se integraram às elites cratenses.

A produção historiográfica de Irineu Pinheiro e José de Figueiredo foi a principal responsável pela exaltação dessas personagens migradas para tal rincão. Nela, os comerciantes e profissionais liberais, alguns dos quais, coincidência ou não, antepassados dos intelectuais do I.C.C.⁷⁵ – espaço, por excelência, de criação e perpetuação desses mitos que vão sendo ressignificados a partir de cada contexto –, aparecem como protagonistas do *renascimento* cratense e como *civilizadores* do lugar:

Fixaram-se na nova terra fértil, menos sujeitas às crises climáticas enriquecendo-a com seu labor e, portanto, *civilizando-a*, os Alves Pequenos, os Candeias, os Bilhares, os Garridos, os Linhares, os Gomes de Matos e outros cujas descendências se prolongaram até nós (PINHEIRO, 1950, p. 88). Grifos meus.

⁷⁴ O valor da produção e venda de farinha de mandioca para o lugar pode ser inferido, inclusive, pelo artigo 76 das Posturas da Câmara do Crato de 1854, que obrigava todos os moradores dos sítios do município a plantar 2.000 covas de mandioca anualmente “em arisco sem água de rega, sob multa de 2\$000 réis”. Já o artigo 77 exigia ainda dos donos de sítios uma relação anual, de cunho patriarcal, com o nome de todos os moradores de suas terras, no intuito de observar o cumprimento da mesma lei. A falta ou inexatidão de tal arrolamento era punida com multa de mesmo valor. Ver: Lei nº. 645 de 17 de Janeiro de 1854, publicada pelo presidente Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares, apud OLIVEIRA & BARBOSA, 2009, p. 453. Tomo II.

⁷⁵ Irineu Pinheiro, por exemplo, era neto do comerciante, político e tenente coronel da Guarda Nacional, Antônio Luiz Alves Pequeno, de rica família icoense. Irineu chega a dedicar seu livro *O Cariri: seu descobrimento, povoamento e costumes* ao ancestral: “À memória de meu avô, Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, o segundo dêste nome, cuja honradez, trabalho e inteligência, na derradeira metade do século passado, cooperaram para o adiantamento moral e material do Cariri” (PINHEIRO, 1950, p. 4).

Figueiredo Filho vai além, caracterizando-os como o *sangue novo* que contribuiu para uma *moralização* do Crato e para o *despontar da civilização*, já que, em sua opinião, teria surgido no Icó “os primeiros núcleos familiares, sólidos e orientados sob princípios religiosos seguros”, advindos da união de negociantes lusos com filhas de fazendeiros locais, o que teoricamente contribuíra para a ascensão de “uma sociedade requintada em comparação com a vida mais tosca doutros locais” (FIGUEIREDO FILHO, 1968, p. 51). As considerações do autor indiciam estratégias discursivas de manutenção do *status quo*, visto que enaltecem as famílias abastadas como símbolos de *civilização*.

Exageros, preconceitos e idealizações elitistas à parte – indício da ligação entre a produção historiográfica daqueles autores com os *lugares sociais* que ocupavam (CERTEAU, 1982) –, documentos de meados do XIX deixa transparecer que a fixação desses comerciantes e profissionais liberais no Crato, trouxe novas formas de comportamento, que buscavam apresentar-se como polidas, educadas e condizentes à boa sociedade. Fontes que tratam de momentos de sociabilidades do período corroboram tal percepção:

Domingo, 16 do corrente, o Sr. Tenente Coronel Antonio Luis Alves Pequeno Junior, por ocasião do baptisamento de seo quarto filho, obsequiou a seos amigos desta cidade com um esplendido baile; que foi assás concorrido.

Esta reunião *provou bastante em favor do adiantamento moral do Crato*. Não faltou *ordem, gosto e delicadesa* entre os numerosos convidados. Todos porfiarão em dar de *seos costumes a melhor ideia*. Por sua parte o Sr. Antônio Luis e sua Exm^a. Senhora *abundarão em delicadesa e bons modos* para com seos hóspedes, que ficarão penhorados de suas atenções.

Uma numerosa companhia de senhoras, cujas graças são mesmo superiores no gosto apurado do seo trajar; grande número de officiaes dos dois corpos da g. n. [Guarda Nacional], ricamente fardados, *todos identificados no pensamento de dar ao festim o maior brilho*, fizeram bem agradaveis muitas horas dessa noite que tão velós parecia correr.

Uma bella musica, uma companhia escolhida, licores variados e deliciosos, um chá servido com profusão, são sempre cousas que muito agradão; mas, cumpre confessá-lo, houve ahi cousa que mais nos prendeo a atenção: *foi a educação apurada que revellarão os convivas, as maneiras delicadas que em todos se observou*.

Julgando por essa bella reunião, *qualquer estranho pode formar dos nossos costumes o juizo mais honroso*.

Agradecemos pois ao Snr. Tenente Coronel e Sua Exm^a. Senhora as atenções de que fomos testemunha e mesmo objecto, não o fasemos por méra etiqueta, mas para ter a occasião de consignar *o serviço que prestou ao Crato em geral, acabando de plantar os habitos cultos de nossas capitães*.⁷⁶

⁷⁶ Jornal O Araripe, nº. 106, 22 ago. 1857, p. 1. Grifos meus.

O texto acima foi publicado na capa do jornal *O Araripe*, nº 106, em 22 de agosto de 1857, e diz respeito a uma festa oferecida por Antonio Luís Alves Pequeno, comerciante, proprietário de terras e político liberal, atuando como presidente da Câmara do Crato e como juiz municipal. A música, as vestes, os licores, chás, belas companhias, tudo no baile parece apontar para o grau de sofisticação que essa ascendente elite do Crato de 1850 buscava alcançar. O que mais impressiona na fonte, é a fixação do autor – certamente o redator do jornal, João Brígido dos Santos – em ressaltar, repetidas vezes, os bons modos dos anfitriões e convidados, afirmando que todos possuíam senso de *ordem, gosto e delicadeza*. A educação apurada e a etiqueta presente no baile – tão frisada pelo autor da nota – são representadas como símbolos do *adiantamento moral* da cidade, exemplo a ser seguido pelos demais moradores da mesma.

Tais colocações fazem lembrar as teses de Norbert Elias, sobre o que conceitua *Processo Civilizador*. O autor percebe a *civilização* como o produto de um aumento na interdependência entre os indivíduos ou diferentes grupos sociais, resultando em uma maior complexidade de relações e competições entre os mesmos e, principalmente, na necessidade de uma maior contenção de impulsos e sentimentos frente à sociedade. Desta forma, a maior complexidade nas relações sociais, leva a um aparato de autocontrole dos sentimentos e atitudes por parte dos indivíduos, criando hábitos comportamentais condizentes à *ordem social* vigente:

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso de mudança histórica e que subjaz ao processo civilizador (ELIAS, 1993, p. 194).

Percebe-se, pela citação acima, que o autor nega a possibilidade de tal processo estar totalmente contido nas mãos de um indivíduo ou grupo social específico, já que a civilização “é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver” (Idem). Portanto, a dinâmica histórica é muito ampla para ser explicada como projeto ou produto particular de um homem ou de um grupo específico de homens.

Contudo, para Elias, é plausível que indivíduos pertencentes a estratos sociais semelhantes, possam reconhecer e extrair dela “alguma coisa mais ‘razoável’, alguma coisa que funcione melhor” em relação às suas necessidades e objetivos. Desta forma, grupos sociais, especialmente os detentores dos meios de produção ou meios econômicos, podem impor sua vontade aos demais. Interessante, é que o controle dos mínimos gestos e das pulsões torna-se maior em tais grupos, já que passa a ser sinal de sua pretensa superioridade:

[...] A habituação ao espírito de previsão e o controle mais rigoroso da conduta e das emoções, para os quais se inclinam as classes superiores por motivo de sua situação e funções, constituem importante instrumento de sua predominância [...]. Servem como marcas de distinção e prestígio. Exatamente por esse motivo, tal sociedade considera como transgressão do modelo dominante de controle das paixões e sentimentos todo e qualquer ‘afrouxamento’ de seus membros (ELIAS, 1993, p. 212).

Fazendo o diálogo entre a constatação de Elias e o texto de *O Araripe*, citado a pouco, fica mais nítido o porquê da preocupação dos convidados e anfitriões em dar de *seus costumes a melhor ideia*. O que estava em jogo era justamente a forma como cada um queria ser visto pelos demais. Deixar escapar algum gesto considerado impróprio pelos que se encontravam no baile, por mínimo que fosse, era a constatação da inferioridade, da não polidez, da descortesia, enfim, da *incivilização* do desviante.

Esses atos de etiqueta eram espécies de cartão de visitas desse segmento das elites cratense, ao ponto de até mesmo Freire Alemão – acostumado com ao apuro da Corte carioca – render elogios a um sarau de que tomou parte no Crato. Seu texto destaca as espaçosas salas da casa, onde se reunia “a maior parte da gente graúda do Crato”, com “homens bem trajados e muitas senhoras, algumas das quais vestidas com simplicidade e elegância”. Comenta o bom instrumental das músicas, as várias quadrilhas, os refrescos, chás e doces servidos. A apresentação de uma brincadeira de reis, durante o sarau, também parece ter agradado o exigente viajante: “É um divertimento popular que não deixa de ter sua graça” (ALEMÃO: 2007, p. 27).

Todavia, a ação de tais personagens não se reduziu à produção de festas requintadas. Embora os comerciantes demorassem ainda meio século para “conseguir poder político compatível com sua riqueza, e mesmo assim, via de regra, só com o apoio de fazendeiros, estimularam a demanda de serviços municipais mais amplos, tais como melhores transportes, serviços médicos e, sobretudo, escolas” (DELLA CAVA, 1975, p. 32). Não por acaso, as contingências produzidas pelo crescimento econômico e pelas pretensões civilizadoras das elites locais, também incidiram sobre o incipiente centro urbano do Crato.

Suas ruas – ocupadas, na maior parte, por casebres de taipa com teto de palha – começavam a adquirir novas formas, com a construção de sobrados que imitavam a arquitetura recifense, modelo de civilização para os ricos e intelectuais da localidade. Segundo Waldemar Arraes Farias Filho, os “sobrados ‘modernos’ [como eram conhecidas as edificações erigidas sob influência dos códigos da administração pombalina, bem como, posteriormente, do Neoclassicismo instituído pela Academia Imperial de Belas Artes], do Crato diferente dos sobrados coloniais, apresentavam fachadas adornadas e platibandas, cornijas e parapeitos e até mesmo, porões altos” (FARIAS FILHO, 2007, p. 113).

Uma aquarela datada de 1860, de composição de José dos Reis Carvalho – artista formado pela Academia Imperial de Belas Artes, onde foi aluno de Jean Baptiste Debret, e responsável por parte significativa dos registros iconográficos da Comissão Científica de Exploração do IHGB (PORTO ALEGRE, 2003, p. 17) – aponta para essas mudanças na arquitetura cratense.

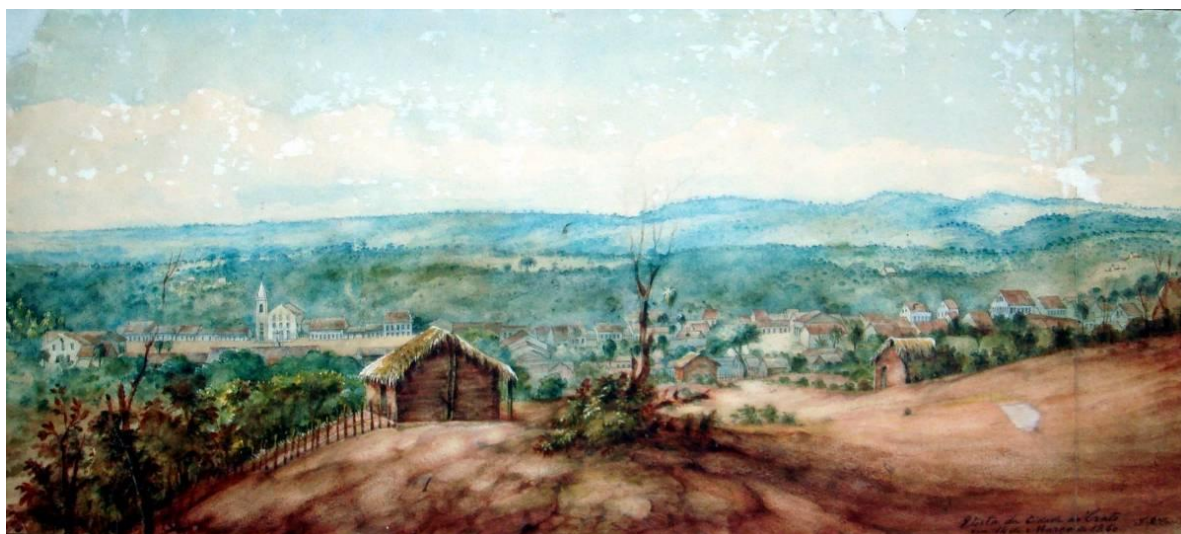


FIGURA 5 – Vista da Cidade do Crato. 14 de março de 1860. Aquarela de José dos Reis de Carvalho, com 22 x 49 cm. Acervo do Museu de Arte Vicente Leite, Crato-CE. Foto-reprodução: Jacques Bantin.

A obra mostra a cidade vista a partir do morro do Barro Vermelho, onde o pintor se posicionou para retratá-la. Através da aquarela, ver-se o Quadro da Matriz de Nossa Senhora da Penha, na época com uma torre só, com seu cruzeiro na frente, e as principais ruas da cidade, com destaque para a Rua Grande, que corta horizontalmente toda a imagem.

Na aquarela, observa-se como na pequena cidade inúmeros casebres baixos – uns nitidamente paupérrimos, como o que se encontra em primeiro plano – dividiam espaço com

alguns prédios de andares. Estes eram sobrados sóbrios, “de beira e bica, com suas asas de andorinha nos ângulos dos telhados, com seus jacarés a despejar de suas bôcas abertas, em dias de chuva, águas que estalavam nas calçadas de lágeas calcáreas tiradas da serra do Araripe” (FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1953, p. 14).

Tais edificações eram, no geral, divididas em duas partes funcionais: no térreo ficava a parte comercial (loja, armazém), enquanto a parte superior era a residência da família, o espaço privado, na maioria com pouca mobília, excetuando em algumas casas mais abastadas, que chegaram a possuir um mobiliário luxuoso, com peças de jacarandá e mármore (PINHEIRO, 1950, p. 83).

Penso que a construção dos sobrados era, naquela época, um ato de afirmação da riqueza de seus proprietários. Quanto mais imponente a construção, mais notória ficava sua fortuna e seu grau de *civilização*. Investir nas construções era, portanto, patrocinar uma imagem de si.⁷⁷ Por outro lado, as construções também contribuíam para criar uma nova feição para a cidade.

Um indício disso pode ser encontrado no código de posturas elaborado pela Câmara Municipal e sancionado, no ano de 1854, pela Presidência do Ceará. Antes dele, outros códigos vigoraram na localidade, como as posturas de 1840, 1845 e 1847. Nelas encontram-se alguns poucos artigos que tratavam das edificações na localidade. Malgrado isso, nenhum daquelas leis deu tanto destaque ao tema como a de 1854. Dos oitenta artigos desse código, quatorze dizem respeito a questões como: alinhamento das residências nas ruas, licença para construção e reformas, tamanho mínimo exigido para edificação de novas casas e sobrados, orientações aos *cordoadores* (responsáveis pela aferição de medidas, fiscalização das obras, entre outras atribuições), padronização de portas e janelas, construção de calçadas e de cornijas, substituição de fachadas de taipa por alvenaria, eliminação dos telhados de palha, varredura semanal obrigatória na frente das casas (calçada e rua), construção de cercados nos quintais à base de alvenaria e madeira (em substituição das cercas de palha), reboque e caiação anual dos frontispícios, etc.⁷⁸ Essa ânsia legislativa da Câmara, em minha opinião, aponta para como o reordenamento dos prédios da urbe era interpretado pela elites locais

⁷⁷ Através de Irineu Pinheiro, é possível elencar algumas dessas edificações, proprietários e localização nas ruas da urbe nascente: “Em 1857 levantou o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, à rua Grande, esquina da travessa da Califórnia, para sua residência, um sobrado sob o molde dos da capital pernambucana. Na mesma era de 50, na mesma rua e no mesmo quarteirão, erigiu um outro o negociante Antônio José de Carvalho e na rua Formosa [...] edificou o coronel Joaquim Gomes de Matos um menor, semelhante ao do coronel Antônio Luiz. Alguns se ergueram na rua do Fogo, no Quadro da Matriz, na pracinha de s. Vicente” (PINHEIRO, 1950, p. 83).

⁷⁸ Lei nº. 645 de 17 de Janeiro de 1854, publicada pelo presidente Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares, apud OLIVEIRA & BARBOSA, 2009, p. 445-453. Tomo II.

como fundamental para a confecção de uma imagem do Crato enquanto *cidade civilizada e higiênica*.

Seguindo essa lógica, os meados de 1800 também seriam o período da construção de importantes obras públicas na cidade, inspiradas pelo segmento social de que tenho tratado ao longo dos últimos parágrafos. No ano de 1850, a presidência da província sancionou uma lei que autorizava a Câmara Municipal a edificar um mercado público, buscando dinamizar e organizar o comércio local.⁷⁹ A edificação foi erguida entre as ruas do Fogo e rua Grande, que posteriormente ganharia o nome de rua do Comércio, sendo arrematada pelo já citado Cel. Antonio Luís, que ganhou o privilégio de usufruir por quarenta anos dos rendimentos advindos das taxas cobradas pelo uso do mercado (PINHEIRO, 1963, p. 135-136). A construção de uma obra *pública* não deixava de incidir também sobre os interesses *privados* e o negociante em questão, certamente, saiu no lucro.

A primeira tentativa de organização de um sistema de abastecimento d'água para uso nas residências igualmente teve ocasião pelos idos de 1850. O artigo 63, do Código de Posturas de 1854, tratava da construção de uma *levada geral* (um canal artificial) que conduziria a água do rio Granjeiro, que corta a cidade, aos quintais situados entre o Sitio Pisa (limite sul da povoação) e última casa da Rua Grande (limite norte).

O encanamento era feito à base de pedra, tijolo e cal com bicas de aroeira ou cedro. Afirmava a lei que os proprietários das casas por onde o canal passava podiam construir tanques em seus quintais para armazenar a água. Aparentemente, o uso de tal recurso natural devia se ater às necessidades cotidianas de limpeza das casas, alimentação e higiene pessoal, visto que a água não podia ser usada “para molhar plantações, e sómente as tirem com baldes para que lhes for mister”, sob risco de multa de 10\$000 para os infratores.⁸⁰

As mudanças urbanas empreendidas por essas elites do Crato, eram representadas como símbolos de *adiantamento* e *progresso*. Um artigo publicado n'O *Araripe* – principal porta-voz dos figurões adeptos do Partido Liberal na cidade –, exhibe mostras significativas dessas representações. Assinado por alguém pseudodenominado *O Cratense*, o texto afirmava que a vida das *nações*, tal qual da *humanidade*, não era *estacionária*, pois “ella sempre progride nas vias do adiantamento que constante solicita.” O Ceará, particularmente sua capital, e o Cariri eram apontados como “prova desta verdade [...], o qual de algum tempo a esta parte ha marchado com passos de gigantes na estrada dos melhoramentos naturaes e

⁷⁹ Lei nº. 533 de 10 de dezembro de 1850, sancionada pelo presidente Ignácio Francisco da Mota, apud OLIVEIRA & BARBOSA, 2009, p. 199-200. Tomo II.

⁸⁰ Lei nº. 645 de 17 de Janeiro de 1854, publicada pelo presidente Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares, apud OLIVEIRA & BARBOSA, 2009, p. 446. Tomo II.

materias.”⁸¹ Para *O Cratense*, até pouco tempo, Fortaleza – malgrado o que dizia ser “sua categoria elevada entre as sua irmãs do norte” e “sua crescente civilização” – era uma “cidade pequena, despida de formosura, e sem edifícios que lhe dessem beleza.” Na capital, inexistiam edifícios dignos da apreciação de um *estrangeiro curioso* que por lá passasse. Todavia, nos últimos tempos, belos prédios públicos e particulares tinham sido erguidos em Fortaleza.

Se a situação da sede administrativa do Ceará era tão ruim até pouco tempo, a do Crato era pior ainda, frisava o artigo: “O nosso Crato, com razão era chamado = a Cidade das Palhas =, poque não tínhamos nem sequer um edifício particular que merecesse esse nome.” Ao fazer referência às *palhas*, o autor pretendia frisar a inferioridade das edificações citadinas, pois tal material substitua as telhas de alvenaria, mais caras e, portanto, inacessíveis para parte da população. Casas cobertas por *palhas* eram símbolos de pobreza que depunham contra a localidade, especialmente frente aos *viajantes curiosos* citados no artigo, daí a razão do descontentamento d’*O Cratense* e dos artigos do Código de Posturas que pretendiam acabar com os telhados e cercados daquele tipo.

Todavia, tal como Fortaleza passava por um processo de aformosoamento, no Crato, “um impulso maravilhoso da lei do progresso” vinha promovendo modificações consideráveis em suas ruas. Para o autor, dava-se uma *fase nova de incremento e regeneração*, visível nas construções recentes erguidas nesta cidade:

Temos ja varios edificios particulares, que na verdade merecem a honra de serem vistos; ja temos um mercado publico, talvez um dos milhores da Províncias a cadeia publica ja não é aquella antiga palhoça e com quanto seja um carcere terrivel, todavia externamente apresenta alguma belesa. A nossa matriz acha se quase acabada, graças aos cuidados de nosso Parocho; a sua frente [fachada] tem uma prespectiva a mais brilhante possivel; tudo enfim demonstra a lei do progresso, e nos patentea o poder daquelle que com um – Fiat – do nada tirou tantas maravilhas.⁸²

Nota-se na citação uma crença teleológica, em que a *lei do progresso* – apontada como uma obra divina, daí porque a referência ao *Fiat* [faça-se] criador – levaria o Crato a um estágio superior. As mudanças urbanas ocorridas na década de 1850, levadas a cabo pelas elites locais, eram representadas como sinais do funcionamento dessa *lei*. Nessa perspectiva, a cidade, classificada como *bela* e *amena*, iria *marchar ovante* na senda do *progresso* e da *civilização*. “Um futuro risonho te espera. Não estaciones; avante, avante”, concluía o artigo.

⁸¹ Jornal *O Araripe*, nº. 103, 01 ago. 1857, p. 1-2.

⁸² Jornal *O Araripe*, nº. 103, 01 ago. 1857, p. 2.

3.3 – Por todos os princípios higiênicos, sanitários e de civilização

Em meados do século XIX, a criação de espaços *higienizados*, no Crato, também incidiu sobre uma prática cultural há muito arraigada na localidade: os sepultamentos realizados no interior da Matriz da Penha. Em julho de 1853, a construção de um cemitério público foi iniciada no Crato. Desde pelo menos o início da década de 1850, havia o projeto de construção de uma necrópole. Em ofício de 1852 – enviado ao Presidente da Província do Ceará, Joaquim Marcos de Almeida – a Câmara Municipal pedia verbas para a “edificação de um simiterio nesta villa”, obra classificada como urgente, ante ao benefício higiênico da mesma, uma das “necessidades que não admite demora”.

Na fonte, o então presidente da Câmara, o já citado comerciante e liberal, Antonio Luís Alves Pequeno Júnior, afirmava que o orçamento, decretado pela Assembleia cearense para aquele ano, garantiu duzentos mil réis para a construção em questão. Como a verba orçada fora insuficiente, pedia que a Assembleia reservasse uma quantia de quatrocentos mil réis para a “edificação desta obra que tanto precisa esta villa, a qual sendo, como é tão populosa apenas tem um templo a matriz, que dá sepultura aos corpos sendo maior parte destes sepultados pelos campos, e em aberto.”⁸³

O documento refere-se à Matriz da Penha como um dos espaços para sepultamento dos mortos do Crato. Os enterros feitos em *campos*, também citados, possivelmente seriam cemitérios não eclesiásticos, onde crianças não batizadas (*pagãos*) eram sepultadas, prática presente ainda hoje na zona rural deste município. Há ainda a possibilidade de que tais campos fossem utilizados por alguns pobres e escravos, pessoas sem condição de pagar o que era cobrado pela sepultura eclesiástica na paróquia. Além do mais, a Igreja Católica tinha uma lista dos que estavam alijados do direito de enterro nos templos tais como “judeus, heréticos, cismáticos, apostatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se profissão de pobreza), aos refratários a confissão e a extrema-unção, infiéis, [...] e adultos pagãos” (REIS, 1991, p. 174).

A informação do ofício sobre enterros em campos abertos é relevante, pois aponta para as possibilidades de inumações no Crato. Infelizmente, não encontrei registros de tais sepultamentos, o que inviabiliza qualquer hipótese mais concreta sobre o assunto.

⁸³ Ofício da Câmara Municipal do Crato ao Dr. Joaquim Marcos de Almeida (Presidente da Província do Ceará). 25 out. 1852. Fundo Câmaras Municipais. Caixa das Correspondências expedidas (1846-1856). Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fortaleza / CE.

Em agosto de 1853, foi feita nova solicitação de verba a para edificação do cemitério, em um relatório que apontava as maiores necessidades da municipalidade. Segundo o documento, a obra já havia sido iniciada. Todavia, à “custa das almas pias, que não se tem podido negar a coarctar as suas despesas indispensaveis, para contribui com as suas espórtulas” na concretização de uma obra pública recomendável “por todos os principios hygienicos, sanictarios, e de civilização”. A argumentação sobre a conveniência da obra prosseguia com o seguinte relato:

Quem não conhecer a população desta Freguesia poderá alguma coisa objectar-nos, mas nós fallamos com o Administrador da Província, que sabe de cor a sua estatistica: basta que V.Ex^a. se figure uma Matriz (Felizmente a nossa não é das mais acanhadas) que tem de servir annualmente de receptaculo nunca menos de quatrocentos cadaveres (em 1841, sem que houvesse peste, enterrão-se na nossa Igreja seiscentos corpos) e louvará mais que ninguém esses esforços, que fazemos, para offerecermos aos nossos finados *um jazigo menos revolvido*, e dar mais ao nosso Templo o *aceio*, que lhe é devido, quando não ha mais *paiz civilizado*, que se não tenha lembrado disso.⁸⁴

Não posso afirmar se no ano de 1841 houve de fato um número tão grande de enterros na matriz, ou se a média anual, no início da década de 1850, era mesmo de quatrocentos corpos. Faz-se necessário uma pesquisa aprofundada na documentação paroquial desse período para responder tais questões, o que não corresponde aos objetivos imediatos dessa dissertação. Todavia, através da consulta dos registros de óbito, contabilizei o número de sepultamentos ocorrido na igreja nos anos de 1854 de 1855, anos posteriores ao início da construção do cemitério e anteriores a 1856, quando a necrópole substituiu de vez os enterros intramuros.

Em um total de duzentos e sessenta e dois registros referentes aos sepultamentos feitos entre janeiro e dezembro de 1854, duzentos e quarenta e cinco se referem a sepultamentos feitos no interior da matriz, dois a inumações fora do templo e em quinze obituários não há informação sobre o local da sepultura. Já no ano de 1855, duzentos e quarenta e cinco registros foram encontrados. Desses, duzentos e trinta e oito tratam de sepultamentos feitos na Igreja da Penha, dois no cemitério – ainda em construção –, e em cinco registros o local de sepultura não foi grafado, como podemos visualizar a seguir:

⁸⁴ Ofício da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Joaquim Vilela de Castro Tavares. 27 ago. 1853, fl's. 6-7. Fundo Câmaras Municipais. Correspondências Expedidas. Caixa 34 (Crato – 1857-1860). APEC. Grifos meus.

TABELA 3 – Sepultamentos registrados nos anos de 1854 e 1855

Local do Enterro	Ano	
	1854	1855
Igreja da Penha	245	238
Cemitério	---	02
Outros lugares	02	---
Não consta	15	05
Total	262	245

Fonte: Tabela elaborada por mim, a partir de dados extraídos do Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato (1853-1859). Acervo do DHDPG.

Pela visualização desses dados, não é difícil imaginar que o espaço da matriz, por menos *acanhado* que fosse, era exíguo para comportar os mais de duzentos enterros anuais que se espalhavam pela sua nave, sacristia e adro. Os enterros que aconteciam na nave da Igreja da Penha, no Crato de meados do século XIX, superavam em muito os que ocorriam nesses dois últimos espaços. Ser sepultado no interior do edifício era honra maior e mesmo nesse caso havia diferenciações. Os registros de óbitos sempre falam em enterros de *grades acima* e de *grades abaixo*.

O historiador João José Reis encontrou expressões semelhantes nos registros de óbitos de Salvador do século XIX. Para tal autor, essas grades seriam as que separavam os espaços próximos aos altares do corpo da igreja. Desta forma, os que eram sepultados de grades para dentro, estavam mais próximos do altar e dos santos padroeiros, o que favorecia uma passagem mais fácil para o além, de acordo com o imaginário da época (REIS, 1991). Já para Irineu Pinheiro, a grade aludida nos registros de óbitos seria a que dividia a nave da Igreja da Penha do Crato em duas partes: uma destinada aos homens – mais ampla e próxima ao altar – e outra dedicada às mulheres: “Outrora nas igrejas separavam-se, rigorosamente, os sexos” (PINHEIRO, 1950, p. 253).

Mesmo dando uma explicação diferente da de João José Reis, Irineu Pinheiro mostra que estar de *grades acima* era privilégio maior do que estar de *grades abaixo*. Geralmente, apenas clérigos ou pessoas influentes conseguiam tal benesse, o que significa dizer que a sepultura nesse período não deixava de ser um símbolo de afirmação social por parte dos defuntos e seus parentes, buscando eternizar na morte a hierarquia e organização social dos vivos. Como exemplo disso: dos duzentos e sessenta e dois obituários de 1854 – excetuando

dois casos, onde as inumações se deram no exterior do templo e no oratório de São João Batista do Sítio Engenho da Serra –, duzentos e trinta e um dizem respeito a sepultamentos feitos de *grades abaixo*; apenas quatorze registros tratam de mortos colocados de *grade acima*, enquanto quinze não apresentam informação sobre o assunto.

Assim, percebe-se que o equivalente a 88% das pessoas sepultadas naquele ano foram colocadas de *grades abaixo*. Só cerca de 5% obteve a honra de um sepultamento de *grades acima*. Destes, onze eram brancos, divididos em nove adultos – incluindo José Joaquim dos Prazeres, padre coadjutor de Crato e Romão José Baptista, membro da irmandade do Santíssimo Sacramento e avô do então jovem Cícero Romão Batista, que algumas décadas depois se tornaria padre e influenciaria sobremaneira a história do Cariri – e duas crianças. Apenas três pardos conseguiram cruzar as grades, duas crianças e uma mulher de trinta anos. Nenhum negro (livre ou escravo) recebeu a honraria. Deste modo, fica evidente que a possibilidade de acesso aos sepultamentos na área nobre da matriz do Crato era vedada às pessoas de cor. Além do mais, o preço da cova de *grades para cima* era certamente maior em relação à outra opção.

O grande número de falecidos anualmente na cidade fazia com que as covas do templo fossem abertas constantemente e o risco de encontrar corpos mal consumidos nessas ocasiões era considerável, daí o porquê da insinuação do ofício de 1853, a pouco relatado, de que a fundação do cemitério daria *asseio* à igreja e *jazigos menos revolvidos* aos defuntos. A reforma cemiterial, destarte, era apresentada por justificativas de cunho morais: era preciso dar maior decência aos espaços internos das igrejas – *casas de Deus* – e, concomitantemente, túmulos mais dignos aos mortos.

Nessa afirmação da Câmara Municipal pode-se perceber indícios de uma sensibilidade olfativa em ascensão no Ocidente entre fins do século XVIII e XIX, especialmente na França, estudada com afinco por Alain Corbin. Tal historiador aponta para como nesse período os *cheiros* passaram a ser objeto de análise de médicos e demais cientistas, obcecados em selecioná-los e classificá-los, levando à enunciação de discursos sobre o olfato que instituíram uma "rede de fascinantes proibições e de misteriosos atrativos" (CORBIN, 1987, p. 15).

No anseio em diagnosticar os benefícios e malefícios dos múltiplos *cheiros*, tais cientistas apontaram para o perigo dos *miasmas* advindos dos corpos sepultados nas igrejas e cemitérios urbanos. Por essa época, os valores do *individualismo* também cresciam em aceitação, de forma que a desconfiança em torno do fedor advindo das sepulturas casou-se com o desejo das pessoas de conservarem – se possível, *eternamente* – seus corpos em valas individuais ou familiares (ARIÈS, 1990). Para Corbin, é na segunda metade do setecentos que

emerge na França essa reivindicação da *tumba individual* inodora: "Que se reserve a cada morto uma fossa, e os cemitérios cheirarão menos. Aquilo que por enquanto era apenas um argumento de higiene logo se tornará imperativo de dignidade e de piedade" (CORBIN, 1987, p. 135).

Provavelmente, a busca pela substituição no Crato dos enterros no templo pelo cemitério é um indício da aceitação dessas teses médicas – oriundas principalmente da França e assimiladas pelas faculdades de medicina e autoridades brasileiras do século XIX – que definiram essa prática como perigosa, já que provocaria os *miasmas*, tidos como um dos principais responsáveis pelas doenças que grassavam nas cidades do Império. No Brasil do século XIX, os médicos e sua *medicina social*⁸⁵ passavam a ocupar maior espaço político na sociedade. Alardeando uma pretensa busca pela *civilização*, os acadêmicos tentavam tudo disciplinar, pondo em suspeição diversas práticas cotidianas, com normatizações impostas de cima para baixo.

Philippe Ariès, discorrendo sobre tal modificação nos ritos fúnebres, afirmou que o “progresso do conhecimento referente à medicina e a higiene [...] tornou intoleráveis as manifestações de fenômenos aos quais se haviam acomodado perfeitamente durante séculos. A nova higiene revelou uma situação que antes não se percebia” (ARIÈS, 2003, p. 174).

Esta intolerância dos médicos passava a classificar como *barbárie* os enterros nos templos e o modelo de enterro *civilizado* passava a ser o que tinha espaço em cemitérios localizados fora das cidades, em espaço previamente indicado mediante estudo detalhado da localização do terreno em relação aos recursos hídricos e aos ventos (COSTA, 2003). Essa reivindicação por uma gestão diferenciada dos espaços foi gradativamente assimilada pelas camadas urbanas cultas, “que se mobilizaram na campanha para remover dos espaços públicos qualquer lembrança da morte” (ARRAIS, 2004, p. 352).

Como as pretensões sociais e políticas das elites cratenses se justificavam sob a alegação da busca pela *civilização*, percebo elementos desse projeto na construção de um cemitério na década de 1850, tendo em vista que a obra estava pautada em um discurso sobre o desenvolvimento da localidade, ao instituir práticas de sepultamento condizentes com o modelo higiênico propagado nas cidades europeias e que começavam a ganhar legitimidade nas principais urbes do Brasil.

⁸⁵ Para melhor entendimento da ascensão da *medicina social* na França e no Brasil, ver: *O nascimento da clínica* (FOUCAULT, 2008), *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2005, p. 79-98) e *Danação da norma* (MACHADO et al, 1978).

O livro de tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Penha conserva a ata da benção da pedra fundamental da capela do cemitério do Crato, dedicado ao Bom Jesus dos Pecadores e localizado nos arredores da cidade. A construção da necrópole foi iniciada no dia 26 de julho de 1853, após Dom João da Purificação Marques Perdigão – bispo de Pernambuco, a quem a freguesia do Crato estava submetida – despachar parecer favorável à representação enviada pelo pároco, Manuel Joaquim Aires do Nascimento, e por Antonio Luis Alves Pequeno, presidente da Câmara Municipal.⁸⁶ É interessante destacar que o fato dos cemitérios surgirem como espaços para substituição das inumações nas igrejas, não significou uma *secularização* imediata dos mesmos. A autorização episcopal para a construção dos *campos santos*, com capelas e cruzeiros anexos, e a consagração desses espaços por um paramentado ritual romano demonstra como a Igreja manteve a jurisdição sobre os novos locais de sepultura.

A benção da pedra fundamental do cemitério Bom Jesus dos Pecadores se constituiu em um evento social concorrido. Constam na ata de fundação, além do pároco e dois outros sacerdotes (José Joaquim dos Prazeres e Joaquim Ferreira Lima Seca), os nomes do presidente da Câmara, do diretor da obra (Miguel Xavier Henrique de Oliveira), do juiz municipal e delegado (José Fernandes Vieira), do comandante geral da comarca (Ten. Antônio Francisco d'Ávila), de outros funcionários públicos (entre os quais encontravam-se vereadores, coletores, escrivãos, secretários da Câmara e professores) e de vários negociantes moradores do lugar. A presença de tantos figurões nessa cerimônia demonstra o grau de aceitação alcançado pelas propostas higienistas junto às elites locais.

Malgrado esse aparente assentimento geral das elites, a edificação do cemitério não transcorreu com a agilidade desejada. Possivelmente, as verbas orçadas pela Câmara para a obra permaneceram parcas, inviabilizando seu término, o que desagradava aos defensores do higienismo. No ano de 1855, por exemplo, quando o cólera grassava pelo Brasil, o jornal *O Araripe* criticou as autoridades públicas da cidade pela continuação dos sepultamentos na Matriz, classificando-os como *insuportáveis* por se darem nos *seio das ruas*.⁸⁷

No âmbito provincial, a instituição de cemitérios também era alvo de atenção. Os relatórios oficiais do período relatam a construção de vários desses espaços pelas localidades cearenses. Não obstante, a mais importante ação nesse sentido se deu com a publicação da lei provincial 660, de 19 de setembro de 1854, que proibiu as inumações em todas as igrejas do Ceará – excetuando o *direito de estola*, que garantia aos sacerdotes o enterro nos templos – e

⁸⁶ Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato, fl's. 5 e 6. (DHDPG)

⁸⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 20, 17 nov. 1855, p. 1.

instituiu os sepultamentos em cemitérios, públicos ou particulares. Para as localidades em que os cemitérios não existiam, a lei estabeleceu um prazo de dois anos para sua efetivação.⁸⁸

No caso do Crato, o uso efetivo da necrópole se deu a partir de 1856. Através da consulta dos registros de óbitos, é plausível datar em princípio de março desse ano o término dos sepultamentos no interior da Matriz. Ao que parece, a parda Theodózia, de apenas dois anos, falecida por *espasmo*, foi a primeira pessoa a ser inumada no cemitério naquele ano, no dia 02 de março.⁸⁹ Todos os obituários paroquiais, que consultei, posteriores a essa data, dão conta de enterros no cemitério público, não mais se referindo a sepultamentos na igreja da Penha.

Possivelmente, a publicação da lei provincial 660 serviu como uma pressão a mais para a conclusão do *campo santo*. Todavia, outro fator parece ter sido preponderante para a substituição das covas na matriz pelas do cemitério. Entre 1855 e 1856, as notícias dos feitos do cólera na província do Pernambuco, que faz divisa com o Crato, eram amplamente divulgadas no jornal *O Araripe*, alarmando sobremaneira os cratenses. Diante da alta taxa de mortalidade deixada pelo *filho de gangues* nas localidades por onde passou, a permanência dos túmulos no espaço interno da matriz, no centro da cidade, pareceu tornar-se mais perigosa aos olhos das elites locais.

As próprias autoridades eclesiásticas compreendiam a situação dessa forma: no dia 01 de maio de 1856, o padre visitador da província do Ceará, Cônego Antônio Pinto de Mendonça, expediu um ofício ao vigário do Crato, autorizando este a benzer em sua freguesia quantos cemitérios fossem precisos, no intuito de dar sepultura aos possíveis vitimados pelo cólera (PINHEIRO, 1963, p. 140).

Portanto, de modo similar ao que se deu em outros lugares do Brasil – como no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco –, o medo ocasionado pelas epidemias contribuiu para a transformação dos ritos fúnebres entre os cratenses. Ante a aproximação de uma moléstia tão letal, a pressa em acabar com os enterros na matriz da Penha, levou ao uso do cemitério antes mesmo de sua total conclusão. É o que demonstra uma nota publicada no jornal *O Araripe*, em fins de abril de 1856, em um número em que o tema cólera aparece em três das quatro páginas do jornal: “O Cimiterio desta cidade está quase concluido em preto, a falta de fundos

⁸⁸ Lei n°. 660 de 19 de setembro de 1854, sancionada pelo presidente Vicente Pires da Mota. OLIVEIRA & BARBOSA, 2009, p. 487. Tomo II.

⁸⁹ Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato (1853-1859), fl's. 145. (DHDPG)

talvez retarde o acabamento desse tão útil edifício, que já ha dias deu principio a receber os cadaveres para os enterramentos, que se prohibiram na Matriz.”⁹⁰

A nota citada acima é apenas um exemplo dos muitos textos impressos naquele jornal que tiveram o cólera como objeto de atenção, assunto que abordarei nos próximos capítulos. Aliás, *O Araripe* também aparece na historiografia regional entre os marcos que caracterizariam o período de *renascimento* do Crato (PINHEIRO, 1950). Em meados do século XIX, a ação dos comerciantes e demais liberais cratenses, discutidas ao longo das últimas páginas, não se resumiu às construções de concreto que transformavam ruas e hábitos da cidade, sob a ótica do *higienismo* e da *civilização*. Sua maior obra tinha um suporte muito mais leve que um tijolo, mas com um poder imensamente superior. Em julho de 1855, a cidade viu nascer um semanário, porta-voz do Partido Liberal no sul cearense e espaço privilegiado para os discursos dos comerciantes e profissionais liberais, no qual expunham seus projetos para a região, polemizando com as autoridades do Partido Conservador no nível local e provincial.

Contemporâneo às primeiras manifestações do cólera no Brasil, o semanário tratou do assunto desde seus primeiros números até o início da década de 1860, quando o Crato e o Cariri foram alvos da nefasta ação dessa doença. É sobre a materialidade desse jornal, lugar social que ocupava e seus principais projetos políticos que tratarei a seguir, de modo a melhor historicizar a fonte principal dessa pesquisa.

⁹⁰ Jornal *O Araripe*, n°. 42, 29 abr. 1856, 2.

3.4 – Um jornal político e noticioso

N'uma epocha, em que todos os *espíritos se impressionão*, e se *entusiasmão* do *progresso*, e *adiantamento*, que vão obtendo todos os ramos de *conhecimentos humanos*; da *força*, que se imprime a *marcha da humanidade à sua perfectibilidade*; da *superioridade da industria moderna* sobre todas as *idades*: todo o homem, que *ama seo país*, sente o ardor de *emprehender*, e procura *fazer sobressair seo torrão* com mais ou menos gloria segundo as *circunstancias* lh'o *permitted*. Nós, bem que fraco, levado desse desejo *premeditamos* alguma cousa.

Testimunha da *revolução*, que a *imprensa*, esse *agente poderoso*, tem operado em todo o *mundo*, fazendo achar *echoar o resultado da experiencia da longiva humanidade*, dissipando a *barbarie*, que ha bem pouco observávamos em nossa terra, e revocando os *Brasileiros a sua natural docilidade*, a sua *indole benefica e hospitaleira*; nós, que temos visto, como *deminuem os crimes*, se *melhorão os costumes*, e pela *acção da imprensa* cahem, como de podres os *prepotentes*, esses *filhos da anarchia e da ignorancia*, entendendo que, como *condição a prosperidade publica*, é *urgente reforçamos essas voses robustas*, que *doutrinão as idéias modernas*, e assim preparar nossos *patricios para os dias felizes*, que a *providencia nos reserva*; nós disemos, não exitámos crer, que a *imprensa em nossa terra era de urgente necessidade*.

[...].

Si a *imprensa* é um *pressagio de adiantamento intelectual*, si é um *paradeiro aos desregramentos das autoridades*, tantas veses verdadeira *calamidade em nosso país*, um dos *ellements de nosso sistema de governo*, uma *fonte de civilização*, e meio mais fácil de *trocarmos nossas idéias e recolhermos a experiencia e sabedoria adequiridas pelas nações adiantadas*, *Araripenses*, nós vos damos em horas, nós vos felicitamos pela vossa *bella aquisição*.⁹¹

A extensa, porém relevante, citação, mostrada acima, foi publicada originalmente na página inicial do primeiro número do semanário *O Araripe*, no dia 07 de julho de 1855, publicação essa sintonizada com os interesses de comerciantes, profissionais liberais e outros adeptos do Partido Liberal do sul do Ceará. No texto, notamos uma defesa da imprensa como elemento promotor da *civilização*. Em meio a uma época representada como de *progresso* e *adiantamento* – perceptível nos avanços das áreas científica e industrial, teleologicamente vistas como caminho da *humanidade na marcha à perfeição* – a imprensa surge aqui como um *agente poderoso e revolucionário*, difusor, especialmente entre os brasileiros, do *conhecimento, experiencia e sabedoria* que caracterizariam as *nações adiantadas*, dissipando a *barbárie, anarquia e ignorância*, disseminando os *bons costumes* e denunciando os *desregramentos* das autoridades públicas.

⁹¹ Jornal *O Araripe*, nº. 01, 17 jul. 1855, p. 1. Grifos meus.

Diante de todas essas aparentes vantagens, a redação do recém-nascido jornal – de forma nem um pouco modesta – parabenizava a si mesma, por oferecer aos *araripenses* (habitantes do Cariri) um órgão símbolo de um *adiantamento intelectual* e anúncio de *dias felizes* para o *país*, aqui entendido como o torrão caririense.⁹²

Em sua exaltação do papel da imprensa, o editorial não deixou de destacar que a fundação do jornal trazia temor a algumas pessoas, tendo em vista que “o jornalismo em nossa terra pode acarretar essa serie de recreminações e doestos, que algumas veses parecem disvirtuar a imprensa.” Em um jornal de cunho eminentemente político como *O Araripe*, era de se esperar que suas páginas fossem tomadas por ofensas, críticas e acusações mútuas entre liberais e autoridades públicas do partido conservador ou demais desafetos políticos – como de fato ocorreu durante todo seu período de circulação, entre 1855 e 1865 – daí a razão da insinuação de que havia indivíduos *timoratos* por conta do jornal. Contudo, para os responsáveis pela publicação, mesmo que suas páginas fossem tomadas por essas contendas, o propalado caráter civilizador da imprensa não seria minorado. Pelo contrário, tais contendas constituíam um *melhoramento nos costumes*, visto que transmutavam em palavras o que antes era resolvido por meio da vingança e da agressão física:

Covem porem lembrar, que, quando ainda não existia o jornalismo, as vinganças pessoaes, as offensas phisicas occupavão o lugar da acrimonia, com que é uso hoje se acommentterem pela imprensa os contendores, e que, quando esta substituição não satisfaça plenamente, nós, que não temos direito ao optimismo devemol-a amar, já como melhoramento de nossos costumes, um esquecimento das viganças de sangue anteriormente em voga.⁹³

Portanto, para os ideólogos d’*O Araripe*, a imprensa prometia ajudar a *civilizar* a região, seja pela difusão da experiência das *nações adiantadas*, pela fiscalização e cobrança sobre as autoridades públicas ou pelo abrandamento da violência física em nome de disputas impressas no jornal. Desse modo, o papel da imprensa era superestimado por tais sujeitos. Todavia, como demonstra Ana Carla Sabino Fernandes, tal crença no caráter civilizador da imprensa estava presente em outros órgãos do Ceará oitocentista:

⁹² Em muitos textos d’*O Araripe* e outros documentos trabalhados nessa dissertação, expressões como *país* e *pátria* aparecem como sinônimo de região ou de lugar de nascimento, o que faz lembrar a orientação, passada por Ilmar de Mattos, de que “devemos estar prevenidos sobre a abrangência (isto é, o conteúdo) de determinadas expressões em épocas distintas” (1987, p. 23). Em suas pesquisas, o autor em questão também encontrou documentos em que palavras como *Estado* e *país* diziam respeito a regiões específicas e não à denotação atual que temos das mesmas, forjada ao longo do conflituoso, mas bem sucedido, processo de construção do Estado imperial brasileiro.

⁹³ Jornal *O Araripe*, n°. 01, 17 jul. 1855, p. 1.

Esses periódicos se colocavam como paladinos da idéia de que, através da imprensa [...] seria possível civilizar a política e a sociedade cearense, “independente” da opção partidária [conservador ou liberal], pois acreditavam não haver trincheiras entre as práticas discursivas produzidas no jornal e as do imaginário social (FERNANDES, 2006, p. 12).

Nestes termos, tanto conservadores como liberais apresentavam seus periódicos como agentes de *civilização*, daí por que o caráter proselitista que manifestavam. Por trás de tal discurso, tais órgãos atuavam na defesa e divulgação de seus projetos políticos. Como aponta Maria Helena Capelato, “todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa [...]” (1988, p. 15). No caso dos jornais do século XIX, era necessário convencer os leitores sobre a importância e urgência dos projetos propostos por redatores, líderes partidários e demais indivíduos que publicavam textos na imprensa. Essa atitude doutrinária, mais que o caráter comercial dos dias de hoje, era uma das principais características dos jornais oitocentistas:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas (LUCA, 2005, p. 134).

Tais considerações ajudam a melhor contextualizar *O Araripe*. Como demonstrei no tópico anterior, a cidade do Crato, em meados do século XIX, viveu uma conjuntura de mudanças demográficas e econômicas. Por essa época, deu-se, também, a ascensão política e social de um grupo de comerciantes e profissionais liberais que se instalaram na cidade. Tais personagens instituíram novos modelos de comportamento, bem como estimularam mudanças no nascente centro urbano do Crato, como a construção de sobrados imponentes, fundação de cemitério, mercado público, entre outras. Nessas condições, a fundação de um jornal liberal era uma importante peça para a difusão e possível concretização dos projetos políticos e culturais de tal grupo social.

Tânia Regina de Luca, discorrendo sobre o uso da imprensa na pesquisa histórica, propõe distinções entre o que conceitua *história da imprensa*, *história por meio da imprensa* e *imprensa como objeto de história*. A primeira teria como foco central a introdução e difusão da imprensa e o itinerário de jornais e jornalistas pelo território nacional. A década de 1970 já contava com uma significativa bibliografia sobre tais assuntos, somada com uma série de

edições fac-símiles e de catálogos que davam conta da circulação dos mais variados periódicos nas diversas regiões do país.

A despeito de tal produção sobre o desenvolvimento da imprensa, havia certa relutância dos historiadores em admitir a validade de jornais e revistas “como fontes para o conhecimento de uma história do Brasil”, visto que pesavam desconfianças acerca do caráter *neutro, objetivo e verdadeiro* desses impressos, prevenções essas herdadas de uma tradição historiográfica de inspiração positivista, dominante em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX:

Nesse sentido, os jornais pareciam poucos adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentados do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez [de] permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p. 112).

Apesar dessa suspeição que pairava sobre a imprensa, alguns estudiosos brasileiros já desenvolviam uma *história por meio da imprensa* – a segunda categoria proposta pela autora e a que melhor dialoga com os objetivos dessa dissertação –, caracterizada pelo uso dos impressos como fonte primária. Gilberto Freyre, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, são exemplos de autores que não dispensavam, em suas pesquisas, a consulta aos jornais, “seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produções e preços) ou demográficas, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e postura muito distante da tão temida ingenuidade” (LUCA, 2005, p. 117).

Com a ascensão, nas últimas décadas do século XX, dos novos *objetos, propostas e abordagens* da *História Nova* francesa, o desenvolvimento da *História Social Inglesa*, da *Micro-História*, da *História Cultural*, da *Nova História Política* e da *virada linguística* – movimentos que lançaram novas provocações e inquietações teórico-metodológicas aos historiadores –, a historiografia brasileira passou a ter um olhar mais acurado no trato com a imprensa, de forma que, ainda na década de 1970, começavam a despontar as primeiras pesquisas que tinham a *imprensa como objeto* de análise historiográfica (LUCA, 2005, p. 118).

Os estudos desenvolvidos a partir dessa perspectiva buscaram evidenciar a vinculação da imprensa aos interesses de grupos sociais específicos, desmistificando a pretensa neutralidade jornalística e apontando para a historicidade de suas *representações*, como corrobora as palavras de Maria Helena Capelato:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como o espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas (1988, p. 25).

Lilia Schwarcz também propõe uma leitura problematizada dos jornais, deixando de lado a ideia de que eles possam ser *expressões verdadeiras de uma época* ou veículo imparcial de *transmissão de informações*. Para a autora, os jornais devem ser apreendidos enquanto *produtos sociais*, ou seja, “como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época” (SCHWARCZ, 1987, p. 16).

As considerações de Tania Regina de Luca, Maria Helena Capelato e Lilia Schwarcz, ajudam a ter uma maior compreensão d’*O Araripe* enquanto fonte, a partir da observação do lugar social de seus autores e da temporalidade em que circulou. Já no seu dístico a publicação em questão anunciava claramente sua vinculação partidária e seus objetivos: “O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação so é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.”

A legenda vinha logo abaixo do título da publicação, ao lado da representação iconográfica de um índio, paramentado com cocar e saia de plumas, com um arco em uma das mãos e uma porção de flechas sobre as costas, em alusão aos antigos habitantes da chapada do Araripe.⁹⁴

⁹⁴ O ícone esteve presente em todo o primeiro ano de circulação do jornal, deixando de ser impresso a partir da edição número 52, em 12 de julho de 1856. Provavelmente, o caráter combativo da tribo cariri na defesa de sua terra ajude a entender a escolha de indígena como símbolo do semanário. Em seus *Apontamentos para a história do Cariri*, João Brígido – redator de *O Araripe*, no qual a obra foi originalmente publicada – apresenta os índios cariris como uma “nação em extremo belicosa” que habitava “bellos regatos, desfructando um clima temperado, dispondo de innumeraveis fructos silvestres, que lhes forneciam um alimento rude, mas abundante, tinham amor a seu paraíso, e lutavam de continuo contra outras hordas, que lh’o queriam roubar” (BRIGIDO, 1888, p. 5). Desta forma, ao adotar um índio cariri como símbolo, o jornal, talvez, quisesse se apresentar como um aguerrido defensor da sua região, tal como os antigos moradores dela defendiam seu paraíso. Por outro lado, pelos anos de 1850 a imagem do índio já se associara com as representações da jovem nação brasileira, graças à ação dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGB), da Academia Imperial de Belas-artes e dos literatos sintonizados com os cânones do *romantismo*. O próprio imperador, Dom Pedro II, estimulava tais representações, seja por meio do mecenato junto àquelas instituições ou pelo uso ritualístico de objetos inspirados na cultura indígena, como a murça que compunha o traje imperial, confeccionada com penas de galos-da-serra e tucanos (SCHWARCZ, 1998, p. 141). Na busca pela construção de uma *história* e de uma *identidade nacional* brasileira, o romantismo, segundo Lilia Schwarcz, foi mais que um *projeto estético*, adquirindo a feição de um “movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo”. O indianismo engendrou uma idealização sobre os primeiros habitantes do território brasileiro: os valores nobres e altivos presentes em tais representações fizeram dos índios verdadeiros fidalgos europeus, apesar de nascidos em florestas tropicais. No meio termo entre os portugueses – de quem o país a pouco ficara independente e era preciso se diferenciar – e os africanos – símbolos da escravidão –, a valorização do elemento silvícola “permitia indicar uma origem mítica e



FIGURA 6 - Cabeçalho do primeiro número do jornal *O Araripe*.

A partir do número 291, publicado no dia 19 de outubro de 1862, a primeira parte do dístico seria substituída pela frase “jornal politico e noticiozo”, impressa logo abaixo do título do jornal. Durante a década em que circulou - de 1855 a 1865,⁹⁵ pontuada por algumas interrupções temporárias⁹⁶ -, o semanário teve sua direção e redação a cargo de João Brígido dos Santos (1829-1921), um dos mais notórios jornalistas e políticos do Ceará de meados do século XIX e início do XX. João Brígido atuou, ao longo da vida, como advogado, professor, historiador – chegando a ser sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pelo seu trabalho *Apontamentos para a história do Cariri*, publicado originalmente n’*O Araripe* –, deputado e senador.

Sua orientação foi o que deu ao semanário cratense um caráter militante, envolvendo-se, no dizer de Irineu Pinheiro, “em violentas refregas políticas em defesa dos interesses de seu partido” (1963, p. 151). Para Ana Carla Sabino Fernandes, João Brígido via a imprensa como “válvula para se reparar, sem violência, os abusos das autoridades, os atos contrários ao interesse público e os desentendimentos de caráter pessoal” (2006, p. 44), o que reforça a crença no caráter *civilizador* do jornalismo, tratada a pouco.

unificadora”, o que foi aos poucos ganhando a aceitação das “classes médias urbanas, que viram nele uma resposta às aspirações de afirmação nacional” (Idem, p. 142).

⁹⁵ Duas instituições de pesquisa possuem cópias microfilmadas d’*O Araripe*, a Biblioteca Pública Menezes Pimentel de Fortaleza e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Infelizmente nenhuma delas tem a coleção completa do jornal, faltando em ambas os números que circularam no ano de 1865.

⁹⁶ É pertinente destacar que durante os dez anos em que *O Araripe* circulou, houve alguns períodos de paralisação nas impressões. Assim ocorreu nos meses de junho e agosto de 1861, maio, junho e julho de 1862 e durante todo o ano de 1863. Algumas dessas pausas estiveram relacionadas ao surto do cólera que atingiu o Crato, como discutirei mais à frente.

O jornal de Brígido circulava, no geral, aos sábados e sua impressão era feita na *Typografia de Monte e Comp.*, localizada na Rua da Matriz e de propriedade de José do Monte Furtado, dono de engenho ligado ao Partido Liberal. Em julho de 1856, quando *O Araripe* completou um ano de circulação, a iniciativa pessoal do proprietário de comprar um prelo e instalá-lo no Crato, foi enaltecida em um texto de primeira página, tecendo loas ao propalado papel *civilizador* desempenhado pela imprensa no Cariri: “De facto a seo nome [do proprietário] se liga uma reminiscência de generosidade, desinteresse e patriotismo, que o põe ao nível, dos que nesta terra se fiserão um nome glorioso pelo seo devotamento à causa publica.”⁹⁷

Eminentemente político, *O Araripe* não só foi o primeiro jornal do Cariri, mas também o que alcançou maior longevidade no século XIX, apesar de algumas interrupções em sua circulação semanal. Não é difícil imaginar como devia ser caro e complicado publicar um jornal no interior do Ceará e mantê-lo em circulação. Entre as décadas de 1850 e 1860, em relação feita por Irineu Pinheiro, mais de dez jornais foram impressos na cidade. Contudo, a maioria deles circulou de forma pífia, publicando poucos números (PINHEIRO, 1950). É inclusive por meio de notas e respostas a outros jornais publicadas n’*O Araripe* que Irineu Pinheiro fez tal relação, visto que tais periódicos, para pesar dos historiadores, não se conservaram.⁹⁸

A longevidade d’*O Araripe*, ao meu ver, demonstra o grau de articulação alcançado pelos intelectuais e políticos liberais carirenses, que investiram sobremaneira na folha, por entendê-la como importante arma na disputa com os conservadores pelo controle da política regional.

Dentre os semanários contemporâneos ao *O Araripe*, merece destaque a *Gazeta do Cariri* (1860), órgão conservador, cujo principal redator era Miguel Xavier Henrique de Oliveira, o líder dos *caranguejos* no Crato. Infelizmente, não encontrei exemplares dela conservados em nenhum dos arquivos que consultei. Todavia, muitos textos impressos pela *Gazeta* receberam resposta de seu rival liberal, engendrando uma troca de farpas e acusações entre *chimangos* e *caranguejos*, como demonstra o texto a seguir:

Depois de um longo periodo de elaboração sahio finalmente á luz a prometida – Gaseta do Cariri.

⁹⁷ Jornal *O Araripe*, n°. 51, 05 jul. 1856, p. 3.

⁹⁸ Relação dos jornais impressos no Crato entre 1850-1860: *O Araripe* (1855), *A voz do cratense* (1859), *Cratense* (1859), *A caipora* (1860), *Gazeta do Cariri* (1860), *Glossa* (1860), *A cânfora* (1862), *Omnibus* (1862), *O tamborim* (1863), *A lira* (1863), *União* (1868) e *A voz da religião no Cariri* (1868), esse último dirigido pelo Pe. Ibiapina e pelo professor José Marrocos (PINHEIRO, 1950, p. 178-186).

Saudariamos desde já o novo lidador da imprensa si por ventura as palavras anachronicas, as phrases de ódio de que saturadas as suas paginas, ao estreiar sua carreira, não prodizissem em nosso espirito uma desillusão amarga, de que o jornal que enceta hoje a sua vida no Crato, em vez de ser um elemento de progresso, um novo órgão de idéas sans e moderadas, será pelo contrario o écho repetido de mesquinhas paixões, o poste constantemente levantado ao talento e ao mérito.⁹⁹

Desqualificando as páginas conservadoras da *Gazeta do Cariri* como símbolo do passado e da *anacronia*, *O Araripe* se representava como órgão *progressista* e de *ideias sãs*. No fundo, usava dos mesmos recursos que criticava no rival, por meio da publicação de infundáveis acusações às autoridades do Cariri, na maioria do Partido Conservador. Tais impressos eram, portanto, antes de tudo, espaços para contrapor-se aos inimigos e de disputa pelo poder local.

Em meio a tais disputas, a folha cratense também deu destaque frequente ao que era publicado em dois jornais de Fortaleza: *O Cearense*, do Partido Liberal, e o *Pedro II*, órgão conservador. Na maioria das vezes, *O Araripe* reproduzia ou comentava textos impressos originalmente nesses periódicos, adotando uma postura de apoio ao primeiro e de oposição ao segundo, como se todas as matérias divulgadas n’*O Cearense* fossem *verdade*, ao contrário dos textos do Pedro II, imputados como *mentirosos* e *parciais*.

As trocas de acusações entre tais impressos são indícios das querelas entre os partidos cearenses em busca do controle provincial. Nem mesmo a política de *Conciliação*¹⁰⁰ levada a cabo no país, as amenizou. Segundo Celeste Cordeiro, ainda que tal orientação “estivesse sendo vivenciada no País, [...], no Ceará nada mudou.” (2004, p. 146). Os conservadores que detinham o poder na província, nos anos de 1850, não estavam dispostos a fazer concessões aos opositores, continuando as práticas de intolerância e perseguição, especialmente nas épocas de eleições, ocasiões em que a violência policial era usada para prolongar seu poder. Acredito que isso ajuda a entender os sentidos das alterações envolvendo a imprensa cearense.

⁹⁹ Jornal *O Araripe* n°. 273, 29 set. 1860, p. 1.

¹⁰⁰ Segundo José Murilo de Carvalho, a derrota dos liberais na Revolta Praieira (1848) “facilitou o domínio completo dos conservadores por meio de seu grupo mais representativo, o dos saquaremas do Rio de Janeiro, assentados economicamente na grande expansão do café no Vale do Paraíba” (2008, p. 397). Todavia, entre os liberais, havia grandes proprietários rurais, de forma que mantê-los “afastados do poder era introduzir um elemento e ameaça ao sistema”, o que resultaria em crise, a curto ou médio prazo. Nesta conjuntura, surgiu a política conhecida como *Conciliação*, que buscou promover o diálogo entre as facções políticas rivais. Coube, principalmente, ao ministério do conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, implementá-la. O imperador nomeara o marquês para o ministério – que se estendeu entre os anos de 1853-1857 – por conta das posições moderadas adotadas pelo mesmo no período posterior à praieira, quando governou Pernambuco. Já na composição do gabinete, Paraná surpreendeu, convidando jovens conservadores, saídos a pouco das fileiras liberais, e liberais históricos para ocupar os ministérios (Idem, p. 398).

Voltando a tratar d'*O Araripe*, o hebdomadário tinha um tamanho modesto, com média de quatro páginas por número. Não obstante, algumas edições d'*O Araripe* chegaram a ter oito laudas, nas vezes em que publicou seu *Suplemento*, no qual em duas a quatro folhas extras imprimiu editais públicos, anúncios, cartas de leitores, entre outras coisas.

Nos dez anos em que circulou, exerceram o cargo de impressor, sucessivamente, Domingos P. C. Araripe, Jesuíno Briseno da Silva, Francisco Gonçalves Dias Sobreira, Manuel Brígido dos Santos Júnior, Manuel Brígido dos Santos Sobrinho – como atestam os sobrenomes, eram parentes do redator João Brígido – e Franklin Benjamim de Carvalho.

A impressão do periódico era feita em duas faixas verticais em que se alternavam várias colunas, entre as quais as mais recorrentes eram intituladas: *O Araripe*, *Ao público* e *Aos leitores* (que ocupavam, ordinariamente, a primeira página, como uma espécie de editorial), *estatísticas* (publicação de número de batismos, casamentos e óbitos do Crato e de outras localidades do Cariri), *Correio da Capital* (pequenas notícias, geralmente de caráter político, retiradas, na maioria, do jornal *Cearense*, de Fortaleza), *Correspondências* (redações enviadas por leitores), *Notícias locais* (informações sobre política e outros acontecimento da região), *Editais* (exposição de leis, ofícios, intimações, etc.), *Publicações a pedido*, (espaço em que era veiculada uma multiplicidade de textos enviados ao jornal, de poesias a troca impropérios entre desafetos políticos e pessoais), *Transcrições* (em que se expunham artigos de cunho político ou religioso impressos originalmente em outro órgãos), *Variedades*, *Máximas* e *Provérbios* (escritos sobre curiosidade ou de cunho moralizante), e *Anúncios* (sessão, localizada na última página, em que eram comumente anunciados a compra e venda de produtos, desaparecimento de animais, fugas de escravos,¹⁰¹ etc.).

O preço da assinatura anual era de 4\$000 (quatro mil réis), pagos adiantados.¹⁰² Se o leitor optasse pela assinatura semestral, teria que desembolsar 3\$000.¹⁰³ Ao assinar *O Araripe*, adquiria-se a prerrogativa de publicar, de graça, oito linhas por mês, com anúncios ou outras

¹⁰¹ Maria Daniele Alves vem desenvolvendo pesquisa sobre os artigos, notícias e anúncios de compra, venda e fuga de escravos publicados n'*O Araripe*, contribuindo para o aprofundamento historiográfico sobre o tema escravidão no Cariri, tema esse que foi, por muito tempo, relegado ao esquecimento pelos historiadores da região (ALVES, 2008).

¹⁰² Muitos assinantes deixavam de fazer o pagamento da anuidade nas datas estipuladas pela direção d'*O Araripe*, de forma que era recorrente na sessão de anúncios a cobrança desses valores, como podemos perceber nas palavras do impressor Manoel Brígido dos Santos Sobrinho: “Rogo aos srs. assignantes deste jornal, que estão a dever suas assignaturas, que tenham a bondade de mandar satisfase-las quanto antes, e aquelle que não quizer continuar, com uma assignatura, mande avisar ao abaixo assinado, para não continuar com a remessa do mesmo jornal, do contrário será obrigado a pagar-os. Manoel Brígido dos Santos Sobrinho”. *Jornal O Araripe* n.º. 239, 24 jul. 1860, 4.

¹⁰³ Observando o cabeçalho do jornal ao longo dos anos, percebi que quase não houve variação nesses preços: a partir do número 260, publicado em 26 de setembro de 1861, a assinatura anual subiu para 5\$000 e a semestral permaneceu nos 3\$000. Em 1856, o custo do jornal avulso para os não-assinantes era de \$80 réis. Não sei se houve variação em tal valor, pois o periódico deixou de divulgar essa informação a partir do ano de 1858.

coisas de seu interesse. Caso o texto ultrapassasse esse limite, o assinante pagava \$60 réis por linha extra. Para os não assinantes, a taxa cobrada por linha impressa foi de \$80 até 1863, a partir daí subindo para \$100 réis.

Infelizmente, não encontrei nenhum registro que desse conta do número de assinantes no Crato e nas demais localidades de sua região, nem da tiragem impressa semanalmente. É provável que fosse irrisória a quantidade de pessoas alfabetizadas e com dinheiro suficiente para dispor na compra do jornal. Todavia, isso não significa afirmar que as matérias publicadas repercutiam apenas entre um pequeno grupo, o dos privilegiados assinantes. Uma correspondência divulgada n’*O Araripe* de 16 de agosto de 1856, traz indícios sobre essa questão. Assinado por *Sipião* – possível pseudônimo, visto que era comum a utilização de tal recurso para tecer anonimamente críticas a terceiros –, o texto tinha como objetivo comentar a edição anterior d’*O Araripe*, que denunciava desmandos perpetrados pelo delegado de Milagres, Manoel de Jesus da Conceição Cunha. Tal assunto era uma constante no periódico, de forma que a carta de *Sipião* era similar a tantas outras que criticavam a ação de autoridades. Não obstante, a peculiaridade da missiva estava em seu bem humorado intróito:

Sr. Redactor. Crato 12 de Agosto de 1856.

É na verdade bem triste o viver-se baldado ao naípe, quero dizer sem dinheiro no bolso, porque sem esse motor sonante não se pode gosar das delicias deste mundo, e menos satisfazer-se certos desejos. Eu, por exemplo, que na falta de dinheiro não tenho podido assignar o *Araripe*, sou condemnado a todos os sabbados andar por essas ruas o mais das veses com o irmão Ambrosio Lamella, escutando por todas as rodas e calçadas, a leitura do *Araripe*, para saber que novidades tras, e isso me tem sido bem sensível pelo lado economico financeiro, por causa da perda de serviços nesses dias alem da quesila que me faz minha mulher exigindo dinheiro para as despesas, e se eu a quero destrahir recitando-lhe alguns trechos do *Araripe*, fica furiosa pela ogerisa que vota ao jornal: dis me ella, “não quero saber nada do que dis esse malvado, que teve o atrevimento em dizer que, o *coração das mulheres era como o badalo dos sinos*” e outros desaforos.¹⁰⁴

Pelas palavras de *Sipião*, ver-se como a imprensa pôde trazer novos hábitos para a população. Os sábados eram dias em que rodas de pessoas tomavam às calçadas para ler e debater o jornal. Como não tinha *dinheiro no bolso* para a assinatura do semanário, o autor da missiva percorria as ruas em buscas dessas rodas, para ao menos *escutar as novidades*, no que seria seguido pelo companheiro Ambrósio. O desejo de saber o que havia de novo n’*O Araripe* era tanto, que *Sipião* acabava por enfrentar problemas econômicos, com a perda de um dia de *serviços*, não especificados pelo documento.

¹⁰⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 57, 16 ago. 1856, p. 1. Grifos da fonte.

Na sua linha de pensamento, esse dia parado se refletia, ainda, em desentendimentos com sua mulher, pois ela exigia dinheiro para as despesas ao mesmo tempo em que se recusava terminantemente a ouvir o que o *malvado* do jornal dizia. Essa aversão da esposa ao periódico tinha haver com a recepção que ela teve de um texto publicado na sessão *Variedades*, no primeiro número do mesmo, que comparava o coração da mulher a um sino: “Coração de mulher deve ser como um sino de torre que badala por ocasião das alegrias, tanto como nas ocasiões das tristezas. Mas ao mesmo tempo não deve ser como um sino, isto é, não deve, à menor rachadura do distino, ficar fachos e sem préstimo.”¹⁰⁵

Em suma, a narrativa de *Sipião* aponta para como as matérias publicadas n’*O Araripe* não ficavam restritas ao círculo dos assinantes ou dos que podiam comprar números avulsos. Sua leitura e discussão pelas calçadas faziam com que as *novidades* lá impressas chegassem aos ouvidos de quem não tinha dinheiro para comprar as folhas impressas, ou, ampliando essa interpretação, de pessoas que não sabiam ler. O jornal era ainda pauta para conversas domésticas, em que familiares trocavam impressões positivas ou negativas sobre o conteúdo das matérias. Desta forma, as ideias propaladas pelo jornal deviam atingir um número considerável de pessoas, o que realça a importância da imprensa como veículo privilegiado de divulgação dos interesses liberais daquele período.

É importante destacar que o *liberalismo* propalado pelo jornal possuía matizes bem *conservadoras*. Malgrado o teor das críticas que divulgava contra seus desafetos políticos, sempre representados de forma pejorativa, os responsáveis pelo *O Araripe*, não eram tão diferentes dos *carangueijos*, compartilhando, inclusive, a mesma visão hierárquica da sociedade. Otonite Cortez, tratando das elites cratenses entre meados do século XIX e princípio do XX, afirma que a identidade de tais personagens pode ser caracterizada por sua face *política liberal conservadora*:

[...] as práticas liberais dos cratenses pautaram-se sempre num liberalismo conservador, haja visto o engajamento de um número reduzido de intelectuais na campanha abolicionista e republicana, assim como a manutenção de práticas político-eleitorais conservadoras, voltadas para a manutenção de hierarquias sociais privilegiadoras dos estratos superiores da sociedade. Exemplo disso é o perfil da Câmara Municipal, historicamente composta de proprietários de terra e de engenho, membros dos altos escalões da Guarda Nacional, ricos comerciantes e profissionais liberais destacados pelo *status* inerente à profissão (CORTEZ, 2000, p. 26).

¹⁰⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 01, 07 jul. 1855, 4.

O que estava em jogo para os ideólogos do jornal era a manutenção do *status quo* de seus correligionários e amigos, como também a busca por maior legitimidade social e política que lhes garantisse a realização de seus projetos para o Crato e sua região, daí a razão das querelas políticas em que se enredou. Aliás, um dos objetivos centrais da publicação era a defesa do plano que era a *menina dos olhos* dos liberais da localidade: a fundação de uma província, que se denominaria *Província dos Cariris Novos* e aglutinaria o sul do Ceará e parte da Paraíba, Pernambuco e Piauí, “onde os interesses econômicos dos cratenses se tinham fortemente entrincheirado” (DELLA CAVA, 1976, p. 32-33).

A ideia de estabelecer uma província no Cariri, não era novidade. Desde fins da década de 1820, o projeto era acalentado pelas elites cratenses e na década de 1840 chegou a ser avalizada pela Assembleia Legislativa do Ceará e pelo Senado.¹⁰⁶ Sem embargo da acolhida promissora feita por essas instituições, a nova província não foi fundada nos anos de 1840. Todavia, o projeto não foi esquecido, sendo retomado na década seguinte. Crato e sua região, pelos idos de 1850, passavam por uma conjuntura de crescimento econômico e político – como demonstram as fontes trabalhadas nos tópicos anteriores – e o grupo de liberais que ascendia na cidade colocou todo seu prestígio a serviço da descentralização

¹⁰⁶ A primeira representação ao Governo sobre a matéria foi feita pela Câmara do Crato, em 10 de julho de 1828. No decênio de 1830, a liderança de tal projeto seria assumida pelo senador José Martiniano de Alencar, à época, o cratense de maior renome na política provincial e nacional. Por suas mãos, o Senado recebeu, no mês de agosto de 1839, o projeto de lei que previa a instauração de uma província que congregasse os municípios de Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, São Mateus, Lavras, Jardim, Crato (da província do Ceará), Rio do Peixe, Piancó (Paraíba), Pajeú das Flores, Cabrobó (Pernambuco) e Piranhas (Piauí) (PINHEIRO, 1963, p. 125-126). A proposta foi bem acolhida no Senado, sendo encaminhada para parecer das Comissões de Constituição e de Estatística. A primeira delas emitiu um relatório favorável à lei – assinado pelo Marquês do Paranaguá, pelo Visconde de São Leopoldo e pelo Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, três nomes de peso da política nacional –, visto que “os districtos por mui longinquos escapam a acção e vigilancia do administrador e de parte dos governados mais se lhes difficutam os recursos”. A segunda comissão também deu um parecer positivo sobre a “utilidade e necessidade da criação da Província do Cariri Novo”. Destacava, ainda, a boa localização do Crato, possível capital: “fica o Governo na proximidade do centro da Província [do Ceará] e mais perto das povoações que se acham na divisa das outras Províncias”. Os trechos dos pareceres das Comissões de Constituição e de Estatística, de 1839, apresentados aqui, foram publicados originalmente em um artigo de José de Alencar – romancista, político e filho do senador Alencar –, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*. O artigo defendia o plano de criação da Província do Cariri, e, por essa razão, foi reproduzido na primeira página d’*O Araripe* n°. 46, de 31 maio de 1856. No ano de 1846, nova representação seria feita ao Senado, desta vez pela Assembleia Provincial do Ceará. A nova província era apontada como “uma das mais urgentes necessidades dos povos que habitão os sertões desta Província e dos da Parahyba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauhy”. Sublinhava que a distância de Fortaleza em relação ao Cariri inviabilizava a ação governativa da presidência e que a presença de tal aparato institucional na região poderia contribuir para seu *progresso*, especialmente da agricultura “em tão grande extensão de território, que parece ter sido collocado pela Providência no meio de sertões em extremo áridos para servir como fornecedor commum de víveres de toda a casta de cereas”. A representação da Assembleia enfatizava, ainda, o crescimento demográfico da região, causado pelo fluxo de pessoas que a buscavam nos períodos de seca, o que, segundo a fonte, terminava por fazer da mesma um ponto de concentração de “milhares de vadios e malfeitores”. Nestes termos, ponderava que a fundação concorreria para “que os males, que ora pesão sobre os pacíficos habitantes dos Cariris Novos, sejam dissipados pela energia da acção das autoridades administrativas prontamente executadas”. Ver; “Província dos Cariris-Novos – representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados”. In. Revista do Instituto do Ceará. Tomo VI. Fortaleza, 1892, p. 223.

administrativa do Ceará, com a instauração dos *Cariris Novos*. O *Araripe* era o principal veículo de promoção desse plano. O tema foi destacado já no editorial de seu primeiro número. Salta aos olhos nele uma comparação feita entre o *Litoral* e as regiões centrais do Brasil, ou seja, o *Sertão*. O *Litoral* aparece no artigo como o espaço do *adiantamento*, local das *capitais*, onde um aparato governamental próximo propicia educação e segurança à população. Seria, ainda, o espaço da *ilustração*, dos *bons costumes*, da *urbanidade*, enfim, um *foco de civilização*, de transmissão do *trato delicado* europeu.

No pólo contrário, o *Sertão* surge como o lugar do *retardamento*, tendo em vista a falta de uma administração governamental mais presente que garantisse a educação e o desenvolvimento locais. Separado por quilômetros das capitais, ele torna-se o espaço da violência, da *desordem*, dos desmandos de poderosos e de autoridades tirânicas – a quem a *lei* não alcança –, sempre dispostas a defenderem sua clientela:

[...] As capitaes são escholas das provincias, e sobre aquellas, que dellas estão mais perto, reflete sua illustração. Aquelle trato delicado que nos vem do habitante do velho continente, é àlli que vai ser bebido. Com a civilisação virá a extinção do crime, o retoque de nossos costumes; e a terminação dessa chronica negra [...] A acção do governo é frouxa, morosa sobre os longinquos pontos nas provinciaes: Da distancia se socorrem os malfazejos, e é da distancia que se socorre a autoridade iniqua, para prosterger a lei, perseguir o inimigo innocente, e deixar impune o assassino perigoso.¹⁰⁷

Essa leitura contrastante entre as capitais litorâneas e os rincões interioranos foi comum no Brasil de meados do século XIX. Ilmar Rohloff de Mattos a identifica em documentos do período, em que se afirmava que a população do *Sertão* distinguia-se pela *barbárie*, enquanto o *Litoral*, “caracterizava-se pela civilização, acreditando-se que tal se devia, em larga medida, aos contatos desta última com as nações civilizadas” (MATTOS, 1987, p. 34). Por essa época, o desenvolvimento de meios de transporte, como os navios a vapor, encurtava as distâncias e o contato entre as capitais provinciais litorâneas e a Corte, tida como o reduto maior da *civilização brasileira*. O *Sertão*, por outro lado, permanecia distante e “embora já se utilizassem barcaças e outros tipos de embarcações para a navegação fluvial, o lombo das mulas ainda era o meio de transporte mais difundido, para mercadorias e pessoas – penosamente!” (Idem).

A despeito das diferenças elencadas entre os dois pólos citados, o ideal de *civilização* também seria cultivado no interior do Brasil. O projeto provincial do Crato é um exemplo claro disso:

¹⁰⁷ Jornal *O Araripe*, n.º. 01, 17 jul. 1855.

Habitantes do sertão, a elite política, econômica e, sobretudo, a elite intelectual cratense dos séculos XIX e XX não prescindiam do ideal de pertencer e construir uma civilização. A circularidade das idéias alcançou rincões muito distantes do litoral, a despeito dos precários meios de comunicação e de transporte no século XIX. É bom lembrar que, naquela época, uma viagem ao litoral, (Fortaleza ou Recife) durava cerca de oito dias no lombo de cavalos. Mesmo assim, muitos homens e mulheres esforçaram-se por modelar suas condutas sociais pelos códigos de civilidade ali modelados (CORTEZ, 2000, p. 21).

Tais ideias *litorâneas* chegavam basicamente ao sul cearense pela ação de pessoas que estudaram em instituições de ensino superior, como o Seminário de Olinda, a Faculdade de Direito do Recife e as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (Idem). Indivíduos como os *doutores* Leandro de Chaves e Melo Ratisbona, Manoel Marrocos Teles, Marcos Antonio de Macedo, entre outros, são exemplos de integrantes de famílias ricas do Crato que passaram temporadas nas principais capitais brasileiras, e, quando de volta ao torrão natal, buscavam reproduzir as práticas *civilizadas* daquelas. Seus nomes eram constantemente enaltecidos nas páginas d’*O Araripe*.

Nesse sentido, o projeto *Cariris Novos* era central para as pretensões civilizadoras e políticas dessas elites. Se o Crato não podia virar *Litoral*, ao menos podia tornar-se uma *capital*, trazendo para o interior um aparelho institucional capaz de garantir o controle da violência, a fundação de escolas e outras ações tidas como necessárias para o desenvolvimento de sua região. Ao mesmo tempo, patrocinaria a adoção dos *bons costumes* e da *urbanidade* que pretensamente caracterizariam as grandes cidades do Império. Trazer a *civilização* que julgava distinguir as sedes administrativas brasileiras para o *Sertão bárbaro*, era a justificativa principal para a fundação de uma província no Cariri.

A contenção da violência por uma ação mais efetiva da polícia e da justiça era proposição basilar nesse projeto. A longitude do aparelho governamental fazia com que muitos crimes cometidos no sul do Ceará ficassem impunes, ainda mais quando eram executados por autoridades que deviam combatê-los. Aliás, muitas das correspondências e demais textos noticiados n’*O Araripe* tinham como objetivo denunciar abusos perpetrados por delegados, subdelegados, juízes e outros funcionários públicos. Estes, junto com alguns potentados locais, eram acusados de esconder e proteger criminosos de seu partido e clientela. Diante de tal contexto, na concepção da redação do jornal, tais desrespeitos às leis seriam coibidos por uma administração provincial mais próxima, visto que é da distância:

[...] que se valem os malfasejos, para impunemente commeteram suas atrocidades; é da distancia que se vale o funcionário iníquo, para preterir a

lei, perseguindo o inimigo e apadrinhando o crime; e é da distância que se explicão factos da ordem da Ballaiada e outros. Um presidente de província, que pouco vê, nada sabe, e nestas circunstancias as influencias locaes, as veses as mais odiosas, sotopondo a lei e razão barbarisarão os termos, em quanto aquelle dorme o sono da ilusão.¹⁰⁸

Destarte, enquanto o presidente do Ceará *dormia iludido*, as *influências locais* agiam a seu bel-prazer, pondo de lado as leis ou apropriando-se delas de combinação com suas conveniências. A afirmação de que a lonjura das capitais era responsável por movimentos considerados de contestação à *ordem*, como a citada *Balaiada*, era outro trunfo usado pelos defensores dos *Cariris Novos*. Manter a *ordem* nesse contexto era, provavelmente, impedir qualquer ação de livres pobres e escravos por melhores condições de vida, bem como inibir práticas como as dos *Serenos*, grupo de penitentes acusado de promover uma onda de roubos e outros crimes na década de 1840.

Através da leitura do jornal, percebi que a fundação da província era representada como uma verdadeira panacéia para todos os males. A instauração de um poder executivo no sul do Ceará era apontado como o mecanismo ideal para desenvolver o Cariri e produzir a *felicidade* entre seus habitantes: “Digamos uma verdade. Um Presidente de provincia pode muito e com o concurso das assembléias á a par das precisões de seos administrados pode mui bem fazer a felicidade delles.”¹⁰⁹

Garantir a ordem, educação, reformar costumes, controle legítimo da força, aplicação da justiça, fiscalizar as autoridades públicas, promover a agricultura, enfim, engendrar a *civilização* em meio ao *Sertão*: eis o que pregavam os liberais cratenses d’O *Araripe* ao defenderem a criação da nova província. Na busca de vir a ser capital, utilizavam de poderosas justificativas, tentando convencer os políticos do Ceará e do Brasil a acatar e concretizar as suas aspirações políticas.

Acredito que a fundação de uma nova província representava as pretensões dos liberais de alargar sua liderança sobre a região e interior das províncias circunvizinhas – com quem comercializava seus produtos agrícolas –, determinando os rumos políticos desses lugares a partir dos projetos que julgavam convenientes para seu desenvolvimento, projetos esses barrados pelos *caranguejos*, os conservadores que dominavam a cena política cearense desde 1840, como apontei no primeiro tópico desse capítulo. Outro possível aspecto da questão era que a descentralização da administração provincial acabaria com a remessa de impostos do Cariri para Fortaleza, o que certamente agradava às elites locais.

¹⁰⁸ Jornal *O Araripe*, n.º. 148, 19 jun. 1856, p. 2.

¹⁰⁹ Jornal *O Araripe*, n.º. 01, 17 jul. 1855, p. 3.

Mais que isso: a fundação dos *Cariris Novos* proporcionaria condições aos liberais cratenses de se integrarem à *elite política* nacional. Na tese de Miriam Dolhnikoff, as elites regionais tiveram um importante peso na construção do Estado Nacional. Contrariando as teses consagradas de autores como José Murilo de Carvalho (2008) e Ilmar Rohloff de Mattos (1987), para quem a formação do Estado foi fruto da ação de um grupo político específico, ideologicamente bem formado, treinado e articulado em torno do governo central – tal como os poderosos senhores de *Saquarema* –, a autora rompe com a ideia de que as elites regionais eram portadoras apenas de projetos localistas desconectados com interesses mais amplos, de cunho nacional.

Em sua opinião, a construção do Estado só foi possível devido a um arranjo institucional – decorrente de embates e negociações entre as múltiplas elites regionais que iriam aderir à nova nação – “por meio do qual essas elites se acomodaram, ao contar com autonomia significativa para administrar suas províncias e, ao mesmo tempo, obter garantias de participação no governo central através de suas representações na Câmara dos deputados” (2005, p. 14).

Nesse sentido, as elites regionais também compuseram a *elite política nacional*, pois suas demandas e reivindicações por autonomia não deixaram de se acomodar em um arranjo mais amplo. Isso foi viabilizado graças a um pacto de cunho *federalista*, consolidado nas reformas liberais da Regência, na década de 1830 – que proporcionaram maiores atribuições tributárias, legislativas e coercitivas às assembleias provinciais –, e que não foi mudado substancialmente com a revisão conservadora e reformas pós 1840, visto que tanto liberais como conservadores, malgrado suas diferenças, acreditavam na importância de um centro bem aparelhado que patrocinasse uma articulação de todo o território, assim como garantisse a *ordem* e a manutenção da escravidão. Por outro lado, somente com a concessão de certa autonomia às províncias era possível combater as rebeliões de cunho separatista, envolver os grupos regionais no aparelhamento do Estado e fazer com que as determinações e ações do mesmo chegassem a todos os municípios do Brasil:

Regionalizava-se assim o jogo político, em um arranjo que impunha a constante negociação entre governos provinciais e governo central e entre as próprias elites provinciais. Estas tiveram, desse modo, um papel decisivo na construção do Estado e na determinação de sua dinâmica, influenciando decisivamente na sua condução. Isso significou que, institucionalmente, as decisões políticas tiveram sempre que se adequar de alguma forma às demandas e à capacidade de pressão dessas elites (DOLHNIKOFF, 2005, p. 292).

Em outras palavras, mesmo durante o segundo reinado, quando a proposta conservadora superou o projeto descentralizador liberal, os governos provinciais continuaram a deter autonomia política em aspectos estratégicos da sociedade, tais como: a indicação de nomes para empregos públicos, “poderosa moeda de troca no jogo clientelista e [...] peça fundamental na cooptação dos grupos locais” (Idem, p. 191); cobrança de tributos provinciais; organização e uso de uma força policial; indicação de magistrados; construção de obras públicas; e poder de decisão sobre a implementação ou revogação de leis advindas das câmaras municipais. Essa autonomia em aspectos estratégicos ajuda a entender o porquê da conciliação estabelecida com o governo do Rio de Janeiro.

Destarte, as províncias eram importantes peças na formação do Estado brasileiro, gozando de considerável autonomia para reivindicar e executar projetos políticos. Por conseguinte, a criação da província Cariris Novos, viria a beneficiar os liberais cratenses, dando-lhes autonomia para colocar em prática seus projetos ditos *civilizatórios* para o sul do Ceará e regiões circunvizinhas – superando as limitações políticas impostas pelos *caranguejos* que desde a década de 1840 monopolizavam o governo cearense –, bem como propiciar àqueles condições para atuar no cenário nacional, pela representação na Câmara e no Senado.

Quicá por isso o projeto *Cariris Novos* era constantemente apresentado pelo *O Araripe* como consenso entre liberais e conservadores, por ser um anseio de *brasileiros*: tal grupo *regional* se enxergava enquanto integrante da *Nação* e queria ter voz ativa nela. Para que isso ocorresse, a instituição da nova província era fulcral, pois os liberais tinham consciência que suas ambições não seriam atendidas sem o controle de um aparelho administrativo provincial, visto o pouco poder conferido à época às câmaras municipais, que, longe da autonomia e força do período colonial, tornaram-se entidades esvaziadas de prerrogativas no processo de formação do Estado Nacional durante o Império, por sua identificação com o *localismo* (DOLHNIKOFF, 2005).¹¹⁰

Considerando o que foi exposto até aqui, pode-se inferir o quanto o plano de fundação da nova província era caro aos responsáveis pelo *O Araripe*. Diante da conjuntura de *renascimento* econômico e político do Crato, os comerciantes e profissionais liberais da

¹¹⁰ Uma leitura reveladora do semanário liberal sobre a situação das câmaras municipais frente às instituições provinciais foi publicada no ano de 1856: “[...] corporações que nada podem fazer, senão por meio de posturas, que só podem ser executadas depois de aprovadas pela assembléa provincial, à quem são remetidas, muitas vezes para dali só voltarem aprovadas depois de alguns annos, de sorte que conforme seja a necessidade que se quis prevenir, acontece em muitas occasiões que chegam extemporaneamente e já quando nem um benneficio fasem; resulta dahi que essas corporações não tendo em seu seio um agente ou seja de nomiação popular, ou do governo para executar immediatamente as medidas adopatadas conforme as occurencias do momento, reduzem-se à meras commissões de um corpo, que só de anno em anno se reúne, isto he, reduzem-se a cumprir mui lenta e imperfeitamente o que lhe determina a assembléa provincial [...]”. *Jornal O Araripe*, nº. 43, 03 mai. 1856, p. 2.

cidade, representados nas páginas do semanário, buscaram uma maior autonomia para gerir seus negócios, ampliar seu poder de influência no sul do Ceará e arredores, liberarem-se das amarras conservadoras que dominavam a política provincial, disciplinarem a violência em sua região, participarem da *elite política* nacional, etc. Para conseguir a vitória usaram de fortes justificativas, de uma retórica de convencimento pautada num ideal de *civilização*, transmigração do *Litoral* para o *Sertão*.

Até mesmo o imponderável pôde ser usado para justificar a reforma no território provincial. Assim ocorreu com o cólera, que grassava no Império, também usado como legitimação dos *Cariris Novos*. A longitude em relação às capitais litorâneas era apresentada pelo hebdomadário cratense como empecilho para o socorro dos vitimados pelo *mal asiático*, como afirma as palavras abaixo:

[...] se recordem por um momento das *lastimáveis notícias*, que lhes teem chegado de *diversos pontos do paiz* os *crueis estragos*, que tem feito a epidemia reinante do *devorante cholera-morbus*, que tanta *victimas tem condusido para a eterna morada dos mortos*, e que muitissimas dellas teem *acabado a mingua* pela *unica causa de morarem em remontadas longitudes das capitais das provincias*, onde os auxílios dos presidentes *chegão fora de tempo* [...].¹¹¹

Em 1856, diante da ameaça de um surto epidêmico adjetivado como *devorante* e que se alastrava pelas províncias vizinhas ao Ceará, os responsáveis pelo semanário cratense afirmavam temer que os socorros enviados pela distante Fortaleza, tais como a formação de comissões sanitárias e o envio de medicamentos, fossem insuficientes ou chegassem atrasados para combater a manifestação do cólera na região, coisa que, supostamente, não ocorreria se a sede administrativa da província estivesse geograficamente mais perto, de modo a otimizar as determinações presidenciais. Em um momento de tensão como aquele, diante das funestas notícias publicadas sobre o cólera no mesmo jornal, tal justificativa não deixava de ter um apelo emocional forte entre os leitores.

Esse é apenas um exemplo de como o cólera aparecia nas páginas d'*O Araripe*, de como foi representado a partir dos interesses inerentes aos seus autores naquele contexto. Aliás, a preocupação do semanário com as doenças e o estado higiênico da cidade do Crato perpassou toda a história da publicação, como discorrerei a seguir.

¹¹¹ Jornal *O Araripe*, nº. 46, 31 mai. 1856, p. 3. Grifos meus.

O ARARIPE.

CRATO

N - 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
 Por um anno 4\$000
 Por 6 meses somente 3\$000
 O jornal sairá todos os sabbados.
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a poderia de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero: cuja leitura reconheça a utilidade e a bondade da humanidade.

O cholera é sem duvida uma terrivel epidemia, mas não é mais grave, nem mais mortifera do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem-se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselhos os receptuarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor fôco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se morre, e que fará mesmo um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e ch-gue-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares convem, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperança em sua infinita bondade, empregar dois meios: coragem e prestesa na applicação dos remedios proprios para o primeiro periodo da molestia.

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste aserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que fllam mais alto do que tudo.

Nô Pará o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametã, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fiquessa e cobardia de seus habitantes, que abanlonaym uns aos outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medigos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso moreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de tratar se pelos meios proprios.

Entretanto no Rio de Janeiro, no seio dessa cidade, e em todas as suas povoações e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effecto. Além de ter causado muito pouca mortalidade, acreasco que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a f-bre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-nô até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

Commercio, festividades, satões emfi a tudo isso que constitue o movimento de uma grande cidade, não teve um momento de tregos. Houve somente uma coisa, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de occasião; os pobres e desvalidos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e deauxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal ac limento ao inimigo commum. Houve pois as Fluminense e aos Pernambucanos; e tratemos de unitt-los, a medida de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem dorando até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-nô as autoridades, fça e obedeça a um o que estiver de sua parte, que Deus vos ajudará a todos.

Quando todos se previnam com mehoramentos para combater o cholera morbus que, pois se annuncia, parece querer invadir esta cidade e fllar as circumstancias, veio do Pará a agalavel noite

4 - PÁGINAS SOBRE O MONSTRO CRUEL

4.1 – A doença e a saúde em notícias

Estudando a veiculação dos temas *saúde* e *doença* na imprensa cearense, da segunda metade do século XIX, Francisco Carlos Jacinto Barbosa afirma que eles ganharam as páginas dos jornais da província a partir da década de 1850, *virando notícia* desde então, seja na forma de artigos ou crônicas patrocinadas por médicos e redatores, ou na de propaganda de remédios e receitas (BARBOSA, p. 2004). O estourar de grandes epidemias de febre amarela, varíola e cólera pelas cidades brasileiras desse período, ajuda a entender o porquê dessa predileção.

O Araripe também seguiu essa linha editorial, tendo em vista que eram frequentes as impressões sobre tal objeto. Um indício claro disso pode ser visualizado já no seu primeiro número, em que foi impresso um texto intitulado *A bexiga*, como a varíola era popularmente conhecida. Nele se destacava a ceifa de vidas provocada no Amazonas, Pará, Maranhão e Pernambuco por esse *mal terrível* e como seus *cortejos* ameaçavam também aos caririenses, “por que sendo esta peste como o Judeo errante, devemos contar com ella no litoral de nossa província.”¹¹²

Defendendo a vacinação como a forma mais acertada de se contrapor à doença, o artigo convocava os *chefes de família* a antecipar-se a esse *flagelo da humanidade*. Era preciso deixar de lado *antigos preconceitos* que obstaculizavam a propagação da vacina. Em uma sociedade patriarcal, como a brasileira, cabia ao *pai, marido e senhor* definir o que os seus (esposa, filhos, escravos, agregados) deviam fazer ou não. Levá-los à vacinação era também uma decisão que competia aos *chefes de família*, daí a razão do apelo do jornal aos mesmos.

Para romper tais preconceitos, a vacinação não deixou de ser representada pelo *O Araripe* sob um manto religioso:

[...] devemos nos compenetrar da dura verdade, de que a vaccina é o unico remedio que pode evitar o mal, sendo ella uma quase inspiração Divina. O homem é obrigado, por preceito de Deos, a manter sua conservação: nesta congettura, para não infringirmos a lei sagrada, devemos procurar o precioso remedio, para evitar o mal que sem duvida nos baterá a porta.

¹¹² Jornal *O Araripe*, n.º. 01, 17 jul. 1855, p. 3. É interessante destacar que o cólera também foi representado pela metáfora do *judeu errante*, do que falarei no capítulo seguinte.

Diante de todas as supostas vantagens da vacina, um *presente divino* na definição do documento, competia às autoridades provinciais garantir sua aplicação, daí por que instava o presidente do Ceará a fornecer o *pus vacínico* e incumbir o Dr. Manoel Marrocos Teles – médico classificado como *hábil* e *caridoso*, residente no Crato e pertencente ao ciclo político-social d’O *Araripe* – para o tarefa da vacinação na cidade.

Por fim, uma transcrição de um ofício emitido pelo bispo diocesano ao pároco local, reforçava o valor da prevenção frente à *bexiga*, ao instar o último a persuadir os fiéis sobre essa questão, durante os sermões.

S Exc. o Bispo Deocesano para satisfazer as *ordens do Governo Imperial* determina, que V. Rev. á estação da *Missa conventual*, *persuada aos seos parochianos* a procurarem a *vaccina para si, e para todas as pessoas sujeitas a sua direção e cuidados*, fasendo V. Rer. [vossa reverendíssima] por dissipar-lhes os *preconceitos, e repugnacia*, que um *terror panico oppõe a tão salutar providencia*, evitando se assim por meio deste *admiravel preservativo a terrivel mortalidade*, que a peste de bixigas muitas veses tem causado em nosso paiz. S. Exc., confia que V. Rer. Compenetrado da *emportancia, e nescessidade* de uma *tão eficaz medida*, empregará *todos os meios* que suas luses, e zelo lhe sugerirem para acabar de uma vez com a *indeferença, ou reluctancia* de seos *parochianos a cerca da vaccina*, que bem longe de ser um *mal*, ao contrario he o *unico socorro, e beneficio* para *prevenir, e obstar os estragos de uma das mais mortiferas epidemias*.¹¹³

Os argumentos religiosos para convencimento da população eram complementados por leis que puniam aos que não anuíssem à vacina, leis essas divulgadas pela imprensa local. Exercendo o cargo de professor público na cidade do Crato, o redator d’O *Araripe*, João Brígido, fez imprimir uma nota no ano de 1857, na qual anunciava que, por conta da manifestação de casos de *bexigas* na cidade de Fortaleza e da possibilidade da propagação das mesmas pelo interior do Ceará, fora incumbido pela *Diretoria de Instrução Pública* de aplicar uma resolução de 1855, tolhendo a matrícula nas cadeiras públicas de meninos não vacinados.

A nota prosseguia afirmando que já havia *pus vacínico* disponível no Crato, de forma que as novas matrículas só seriam feitas após a apresentação de comprovantes de vacinação. Para os já matriculados, o professor estipulava um prazo de aproximadamente vinte dias para apresentação dos mesmos vacinados, “sob pena de não serem admitidos na escola antes de terem cumprido este preceito, como tudo me é rigorosamente recommendado”. Por fim, João Brígido instava os professores particulares a seguirem tal procedimento.¹¹⁴

¹¹³ Jornal *O Araripe*, nº. 01, 17 jul. 1855, p. 3. Grifos meus.

¹¹⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 112, 03 out. 1855, p. 1.

Além do incentivo ao combate à varíola, *O Araripe* esteve empenhado em prol da *higienização* da cidade, especialmente de edifícios públicos localizados em sua urbe. As condições sanitárias da cadeia do município, por exemplo, foram mote para vários textos, como o que transcrevo a seguir:

Seria preciso um estilo de Dante, seo pavoroso, e aquellas frases de dor, e de aflição com, que elle descreve seo inferno, e o desespero de Urgolino, para com toda precisão descrevemos a lugubre e horrorosa prisão publica desta cidade [...]. Quando a sociedade parece ir deixando-se escapar aos abusos das epochas coloniaes, esta cadeia como que vai sendo conservada para atestar a barbaridade, em que o pais estava submerso, e como um escarneo ao seculo, em que predomina a filosofia, e tudo tende a uma perfeita regeneração...¹¹⁵

Utilizando de imagens inspiradas na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, o periódico descreve as condições estruturais e higiênicas da cadeia como “um anachronismo, um opprobio á humanidade, um desmentido a civilização”. Fazendo uma comparação entre o presente da época com o passado colonial, a publicação acabava por representar um maniqueísmo entre práticas antigas e novas, entre o que apresentava como *barbárie* e *civilização*, definindo, assim, a edificação como inaceitável para uma cidade que buscava foros de civilizada.

Por meio desse estilo *dantesco*, eram feitas críticas constantes às autoridades provinciais e municipais, por não providenciarem reformas no prédio que nem uma enfermaria tinha para tratar “os presos pobres, recolhidos às prisões desta cidade”, não menos de cinquenta pessoas que ficavam expostas a um ambiente de *ar viciado*, ocasionando, inclusive, algumas mortes em determinadas “estações do anno e notadamente no fim dos invernos”, quando eram frequentes “as febres malignas e perigosos catarraes”,¹¹⁶ que, como já explanei antes, agiam de modo endêmico e levavam muitos cratenses ao túmulo. Conforme a fonte, cotidianamente sujeitos ao ar infecto da *masmorra*, os presos que sobreviviam ao contato com este ambiente acabavam sendo afetados de outras formas:

Um grande numero de pessoas alojadas em estreitos compartimentos, privados de toda a luz e ventilação necessária, concorre para que os gases mephiticos ahi se condensem, e se respire um poderoso veneno que estraga de prompto a organização mais robusta: raro é o indivíduo que demorando

¹¹⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 03, 21 jul. 1855, p. 1.

¹¹⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 143, 19 jun. 1858, p. 2.

alguns dias em alojamentos tão insalubres, não contraia uma molestia grave, não volte por muito tempo incapaz de qualquer trabalho.¹¹⁷

A presença de um prédio insalubre no meio da cidade – mais precisamente, no quadro da matriz, sua principal praça – e os *miasmas* dele advindos eram representados como uma vergonha e um perigo para a saúde dos presos – que, segundo sua opinião, quando não mortos, ficavam *inválidos* – e dos cratenses em geral.

Todavia, a prisão era só um dos prédios que continham problemas sanitários, como insinua um interessante e irônico comunicado impresso no ano de 1856, assinado por um lacônico *K*. Para o autor da nota, o *mau fado* se opunha de muitos modos ao “engrandecimento, aceio, limpeza desta nascente cidade!”. Indignado com a presença constante de *urubus* nos tetos dos edifícios públicos e particulares do Crato, animais a que acusava como causadores de *grandes males*, o senhor *K* lança reprimendas aos oleiros da cidade, a quem responsabilizava por essa situação, por, supostamente, exagerarem na quantidade de *areia* colocada no barro usado na fabricação de telhas e tijolos.

Em épocas de chuvas, este *material falsificado* produziria um *cisco* que atrairia os urubus. Para o documento, o peso de tais aves provocava prejuízos nas finanças e na saúde dos moradores desses edifícios, devido às goteiras surgidas nessas ocasiões. Na busca por convencer os leitores sobre a gravidade dessa situação, o autor apela para conjecturas pessimistas e teatrais:

Pode romper uma goteira em cima de uma loja de fasendas finas, onde hajão sedas, cambraias, polvara & em cima de um armazem de rapaduras, e farinhas; em cima de uma parede, que deixa uma casa toda arruinada; e pode finalmente romper uma goteira em cima do leito de uma Senhora, que tenha dado a luz, e eil-a logo em risco de vida; eis o aflito marido correndo para os drogas allopaticos; e porque estes velhos elementos do engano [...] não vencem o mal, recorre ao Le Roy [um dos purgantes mais populares do Brasil oitocentista], e depois a celebrisada homeopathya; e por ultimo lá vai alta noite o parocho levar a Santa-unção, e antes de três horas o pesado Sacristão sobre a torre para dar funebres signaes da morte!!!! Todos aquelles males são nada em relação a este ultimo.¹¹⁸

Dramático e mordaz ao mesmo tempo – criticando, inclusive, às debilidades da medicina da época, enredada entre disputas e indefinições, daí porque a referência à *alopatia* e à *homeopatia* –, o senhor *K* diz não se queixar, nem pedir providências a ninguém em particular. Unicamente encaminhava sua opinião ao *Profeta Araripe*, que, afirmava ele, queria

¹¹⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 281, 15 mar. 1862, p. 2.

¹¹⁸ Jornal *O Araripe*, nº 36, 08 mar. 1856, p. 4.

o *bem de todos*. Todavia, como de praxe, as disputas políticas se imiscuíam nos conteúdos publicados pelo semanário. O comunicado se encerra com uma provocação ao delegado local que, arrebatado pela *violência de uma paixão de momento*, atirou com espingarda em um urubu que quebrara um canto da cornija de sua casa, danificando a fachada, “e tem elle [o delegado] tido tanto desgosto, que ainda a não mandou concertar. O meo Profeta Araripe sabe quem é este sujeito, e a caza ahi está patente.”

A narrativa citada é reveladora: urubus, popularmente vistos como aves abjetas e símbolos de sujeira e podridão, eram presença constante nos tetos da cidade, o que revoltava a sensibilidade de um certo *K*. Obviamente, as elites cratenses do período não gostavam desses indesejados mascotes, tendo em vista os aperfeiçoamentos empreendidos por aquela época nas ruas da cidade e que procuravam dar um ar mais *civilizado* à mesma. A busca pela construção da imagem de *cidade higiênica* sofria sério revés com ninhos de urubus instalados nas telhas de prédios públicos e particulares.

Para conquistar a anuência da população no combate a tal situação, o autor exagera na pena e, de forma teatral e apelativa, produz uma narrativa na qual chega a matar uma senhora saída do parto, além de apontar para uma série de estragos que as goteiras poderiam provocar, hipoteticamente, nos pontos comerciais do Crato. Além disso, o senhor *K* não deixa de indispor os leitores contra os que julga ser os responsáveis por essa situação abjeta: a ganância dos oleiros e o descaso por parte das autoridades públicas da localidade, sarcasticamente representadas na figura do delegado da história, que, com a fachada de sua residência estragada por um urubu, andava dando tiros para o ar.

A preocupação com a saúde pública e com as condições higiênicas do Crato foram mote para um texto de capa de janeiro de 1861, que sintetiza muito bem como a redação d’*O Araripe* representava tal assunto:

As pessimas condições hygienicas, em que estão muitos lugares deste município ou todo elle, sobretudo em certas quadras do anno, a grande população que vive aglomerada em um pequeno espaço de terreno humido e abrasado, exigem que a saude publica seja uma das necessidades do Cariri mais estudadas, e para a qual a attenção do governo convirja directamente.¹¹⁹

Ao conferir à questão sanitária o status de *uma das necessidades* mais prementes, o texto prosseguia afirmando que o propalado *embaraço financeiro* da Câmara Municipal, produtora de um sentimento de *impotência* e *desanimo*, não era razão suficiente para tal

¹¹⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 250, 26 jan. 1861, p. 1.

instituição desistir da ação em prol de melhorias higiênicas, abandonando, assim, a *população miserável* ao dízimo anual das *moléstias endêmicas*. Neste sentido, era preciso que a Câmara fizesse um *esforço supremo, um sacrifício na altura desta grande necessidade*, coisa que, afiançava o jornal, podia contar como o “seguro apoio das pessoas abastadas do paiz [da localidade], o que muito facilita qualquer providencia onde deva entrar um grande exforço”. Para a fonte, mesmo os problemas pecuniários eram mais *aparentes* do que reais, pois afirmava que uma *boa economia*, em outras palavras, uma gestão mais criteriosa dos recursos da Câmara, fariam *superabundar os meios*.

Como remate do artigo, *O Araripe* afirmava que tomara para si a defesa dessa ideia, prometendo ao público melhor desenvolvê-la, com o fim de provar “até que ponto pode o Crato gozar das vantagens de que gozão hoje outros muitos lugares, tomando a si a municipalidade mais essa tarefa a de cuidar da saude publica.”¹²⁰ Pelo que foi exposto na matéria, percebe-se o quanto o tema saúde pública era caro aos ideólogos do semanário. No entanto, é possível aventar que nas entrelinhas do texto há mais coisas a ser lidas.

No ano de 1860, os liberais saíram vitoriosos nas eleições para a Câmara Municipal, conseguindo maioria sobre os conservadores. Dessa forma, as alusões do texto, a respeito da necessidade de uma *boa economia* dos recursos municipais, buscavam alfinetar seus adversários políticos, que perderam o comando da municipalidade, ao mesmo tempo em que pretendia representar os políticos liberais como bons gestores. Por outro lado, ao enfatizar que era dever da Câmara trabalhar para a melhoria das condições higiênicas da cidade, a fonte insinuava que essa seria uma bandeira para os liberais eleitos, o que corrobora o que afirmei ao longo do capítulo três, sobre a ligação estreita desse segmento social com as reformas urbanas empreendidas em meados do século XIX.

Contudo, as publicações veiculadas pelo *O Araripe* e dedicadas ao tema saúde/doença não se resumiram à preocupação com a *higiene* da urbe. Em um lugar em que os médicos eram raros, o semanário também imprimiu orientações intituladas como *medicina caseira*, no intuito de instruir seus leitores a curar seus males por meio do uso de produtos populares, presentes nas cozinhas, quintais e nas matas que emolduravam a cidade, ou de substancias químicas amplamente comercializadas nas boticas locais.

Os textos eram didáticos, compostos de perguntas e respostas simples, do tipo: “Desesperadoras enchaquecas que resistem a tudo? Tomai uma pitada da camphora em pó, e envolvido n’um bocado de cassa, metei isto no ouvido de cada lado, e vereis o resultado”. A

¹²⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 250, 26 jan. 1861, p. 1.

leitura dessas receitas permite uma aprazível visualização da farmacopeia de meados do Dezenove: as dores de dentes podiam ser sanadas com a aplicação de um algodão embebido em clorofórmio; massagens com sumo de urtiga combatiam hemorragias pelo nariz; cebolas brancas cozidas e quentes curavam os *panarícios* ou *unheiros*; o toucinho sem sal, aplicado três vezes por dia, era eficaz no tratamento das impigens, que desapareciam em uma ou duas semanas; e os calos não eram páreos para as cebolas brancas curtidas em vinagre, esfregadas em algodão com um pouco “de solução cáustica de potassa”.¹²¹

Na quarta página do jornal, na qual eram impressos os anúncios, alguns profissionais da saúde propagandeavam seus préstimos, como homeopatas, médicos que passavam uma temporada nas cidades da região e cirurgiões dentistas, por exemplo. Algumas vezes tais avisos geravam denúncias que punham em suspeição as habilidades do anunciante. Assim ocorreu com Manoel Joaquim Carneiro, que publicou uma chamada – após abandonar o trabalho ao lado do cirurgião-dentista Affonso José de Noronha, possivelmente seu mestre no ofício – em que oferecia os serviços de “alimpamento de boccas, e chumbamentos de dentes, o que faz pelos processos moderno, que são os melhores e mais adoptados, productores de bons frutos.”¹²²

Aparentemente, Affonso José de Noronha não gostou nada da atitude do seu ex-aprendiz: no número seguinte ao anúncio aludido acima, Affonso imprimiu uma declaração na qual negava que Manoel Joaquim estivesse habilitado a exercer as funções de cirurgião-dentista, já que o tempo que passaram juntos fora de apenas um mês, “inteiramente pouco para adquirir conhecimentos d’arte”. Acusava, por fim, Manoel de querer iludir o público, isentando-se, assim, de qualquer responsabilidade pelos eventuais atos daquele.¹²³ Nessa polêmica, apreende-se indícios das disputas de *sabe/poder* enredadas naquele contexto.

No ano de 1857, foi a vez de Francisco Jacinto Silva Coelho ter sua titulação contestada. Em texto publicado na edição 96 do semanário, tal pessoa se apresentou como doutor em medicina pela Faculdade da Bahia e divulgou sua presença no Crato. Ofereceu, ainda, seus préstimos às pessoas, de dentro ou fora da cidade, que o procurassem, garantindo que os *pobres* seriam consultados de graça.¹²⁴ Ao que parece, Benedito da Silva Garrido, dono de uma botica localizada ao lado do local em que se instalou o médico, andou a insinuar que o título do concorrente era falso, o que levou a uma resposta ácida deste, denominada *Aviso aos charlatães*:

¹²¹ Jornal *O Araripe*, nº. 126, 16 jan. 1858, p. 3.

¹²² Jornal *O Araripe*, nº. 57, 16 ago. 1856, p. 4.

¹²³ Jornal *O Araripe*, nº. 58, 23 ago. 1856, p. 4.

¹²⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 96, 03 mai. 1857, p. 4.

Sr. Redactor do Araripe. Constando-me que nesta Cidade alguém duvida que eu seja formado em medicina, só tenho como resposta apresentar o artigo 25 do regulamento da junta de hygiene publica, que diz; ninguém póde exercer a medicina, ou qualquer dos seos ramos, sem titulo conferido pelas escolas de medicina do Brasil. Os infractores encorrerão na multa de cem mil reis, pela primeira vez, e nas reencedencias em dusesentos mil reis, e 15 dias de cadeia. Portanto espero que a Camara Municipal, e as authoridades policiaes, tomando em consideração o citado artigo, uusem dos direitos, que a lei exige, ou prohibindo o pernicioso systema de taes charlatães, ou então que os obrigue à apresentar o titulo, pelo qual arrojadamente exercem a medicina, sacrificando, não só o povo incauto, como delle extorquindo grandes pagas só pelo motivo de terem aberto uma tosca a que chamão botica.¹²⁵

Algumas semanas depois, *O Araripe* imprimiu uma nota de primeira página na qual pedia desculpas ao boticário Garrido, tendo em vista que dizia desconhecer que a acusação de charlatanismo insinuada pelo Dr. Coelho lhe fosse endereçada.¹²⁶ De qualquer modo, a pendenga entre o boticário e médico não durou muito. Para alegria do dono de botica, Francisco Jacinto residiu poucos meses no Crato, visto que o mesmo número d'*O Araripe* que publicou a nota de desagravo, noticiou a partida deste último.

Ainda tratando dos anúncios publicados n'*O Araripe*, nenhum produto obteve tanto espaço como o *Unguento* e as *Pílulas de Holloway*, propagandeados como *amigos dos americanos*. Suas fórmulas teriam sido desenvolvidas por um professor londrino, *Thomas Holloway*, sendo adaptadas ao *clima, compleição física e modos de viver dos habitantes da América*. Entre 1857 e 1860, mais de quarenta edições veicularam propagandas desse remédio, oferecido como uma verdadeira panacéia. Alguns desses anúncios ocupavam mais de uma coluna da página, o que revela um alto investimento por parte do anunciante. No geral, as propagandas narravam curas extraordinárias ocorridas após a ingestão do medicamento.

A fórmula do *Dr. Holloway* prometia curar acidentes epiléticos, dores de cabeça, desinteira, erisipela, febres de qualquer espécie, hidropisia, icterícia, indigestão, lombrigas, irregularidades de menstruação, inflamações, problemas de rins e fígado, moléstias venéreas, alguns sintomas secundários da tísica, calos, cancros, espasmo, escorbuto, escrófulas, fístulas, gota, moléstias nas articulações, pernas, braços e peito, queimaduras, reumatismo, úlceras de boca, obstruções de ventre, manchas de pele, entre outras enfermidades.

Cada caixa de pílulas ou garrafa do unguento saía por \$650 réis, e pagando-se 1\$600 ou 2\$500, o cliente recebia instruções impressas, uma espécie de bula, em português com o

¹²⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 98, 20 jun. 1857, p. 3.

¹²⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 100, 04 jul. 1857, p. 4.

modo de tomar o medicamento. Nas compras em grande quantidade, os preços podiam sofrer abatimento.

Segundo as informações publicadas, tais produtos eram vendidos por representantes comerciais em Londres, Nova Iorque, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, entre outros lugares. No Ceará, a venda dos *Holloways* centravam-se em Fortaleza, na botica do Sr. Maméde. Com toda a publicidade veiculada n'O *Araripe*, é possível que o Dr. *Holloway* tenha lucrado muito, devido a boa-fé dos caririenses.

Como discuti ao longo desse tópico, desde seu primeiro número, *O Araripe* tratou dos temas saúde e doença, seja por meio de artigos em que defendia a necessidade da vacinação e de reformas urbanas, divulgação de tratamentos e medicamentos caseiros, impressão de anúncios por parte de profissionais de saúde ou pela veiculação de propagandas de remédios.

Não obstante, no âmbito das publicações relacionadas ao assunto doença, a epidemia do cólera foi a matéria mais constante no jornal. Desde o aparecimento da doença no território brasileiro, até os surtos que atingiram o Crato, em 1862 e 1864, o semanário divulgou a marcha da *peste*, as localidades atacadas, o número de vítimas, os problemas de abastecimento, indicou remédios em voga, publicou orações, etc.

4.2 – Impressos sobre a *peste* que se avizinha

Fundado no ano de 1855, o mesmo da chegada do *filho de Ganges* aos trópicos, *O Araripe* não pôde isentar-se de discutir tal tema. É preciso lembrar que o cólera estava na ordem do dia do Brasil de meados de 1800. Tendo em vista a profusão de relatos sobre seus dramáticos feitos na Europa e Ásia, o desembarque dessa *peste* em terras brasileiras foi seguindo de uma forte apreensão por parte das autoridades públicas, médicos e população em geral, a mais vitimada na ocasião.

A imprensa da época passou então a publicar matérias que davam conta dos lugares atingidos, das cifras mortuárias decorrentes, das ações oficiais e populares frente à doença, dos debates científicos sobre tal *peste*, das formas de tratamento e remédios indicados no trato dos sintomas, entre outras questões. Não por acaso, Nikelen Witter assevera que a maioria dos estudos sobre o cólera no século XIX, utiliza fortemente como fonte de pesquisa os artigos publicados em jornais da época (2007, p. 57).

Diante dessa conjuntura, já no seu segundo número, *O Araripe* publicou o primeiro escrito dedicado ao assunto. Em dez linhas – escritas a partir das informações recolhidas nos jornais de Fortaleza e impressas na coluna *Correio da Capital* –, divulgava a *desagradável notícia* da manifestação da *colerina* ou *cólera esporádico* no Pará. Diz a nota que a *colerina*, que seria endêmica nessa província, tomou um *caráter epidêmico* em fins de maio daquele ano, concorrendo para, aproximadamente, uma dúzia de mortes diárias desde então.

Malgrado destacar que as *opiniões médicas* se dividiam a respeito da *qualidade do mal*, a notícia frisava ser *evidente* que os casos ocorridos no Pará não se tratavam do *cólera asiático*, o grau mais letal da doença.¹²⁷ Como já informei, o advento de uma epidemia era comumente eufemizado pelas autoridades, no intuito de abrandar o desgaste político, as críticas por parte de opositores, e, ao mesmo tempo, tranquilizar a população, acalmando seus nervos. Acredito que tais objetivos estavam presentes nas entrelinhas da notícia citada.

Não obstante, a tese da *colerina* não conseguiu sustentar-se por muito tempo. Cinco números após a publicação citada, outra notícia foi impressa na mesma coluna, dando conta da confirmação do *cólera asiático* no Pará. Fustigados pela *peste*, informava *O Araripe*, os paraenses ainda estavam sendo *assolados pela fome*, possivelmente por conta dos problemas de abastecimento decorrentes da confirmação oficial da epidemia.

¹²⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 02, 14 jul. 1855, p. 4.

Segundo a fonte, o preço das galinhas sofrera uma alta considerável, sendo vendidas por 3\$000 a 4\$000 réis. Para ter ideia do que isso significava, fazer um caldo de galinha no Pará estava, coincidentemente, equivalendo aos preços cobrados pela assinatura semestral e anual d'*O Araripe*. Por fim, informava que o presidente do Ceará, Pires da Motta, estava disposto a remeter socorros e mantimentos ao Pará, o que era enaltecido, pois em ocasiões como aquela a *prontidão e sabedoria dos governantes* eram mais precisas.¹²⁸

Os dois textos citados são os primeiros de uma série dedicada ao cólera, publicizada entre 1855 e 1864. Em mapeamento da coleção dos microfilmes existente na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel,¹²⁹ encontrei setenta e três números d'*O Araripe* que fazem referência à epidemia em questão. Neles, achei cento e quarenta e três textos versando, direta ou indiretamente, sobre o cólera, entre notícias, editoriais, cartas, anúncios, orações, artigos com orientações médicas, dicas de remédios e tratamento, críticas às autoridades públicas, entre outros.

De múltiplos tamanhos, indo de curtas notícias de quatro linhas a artigos de três páginas, os textos acerca da doença veiculados no jornal se concentraram especialmente em alguns períodos, como indica a tabela a seguir:

¹²⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 07, 18 ago. 1855, p. 2. Duas semanas depois dessa data, o jornal publicou uma nota em que relatava as doações enviadas pelo Ceará ao Pará: “O governo da província remetteo para o Pará no patacho Americano o seguinte: 450 galinhas, 100 sacas de farinha, 2 ditas de milho, 4 fardos de capim, 44 carneiros, 3 pacotes com 31 arrobas e 6 libras de carne secca”. Jornal *O Araripe*, nº. 09, 01 set. 1855, p. 2.

¹²⁹ Os microfilmes de *O Araripe* conservados no acervo da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel (Fortaleza-CE), consultados na pesquisa, cobrem o período de 07 de julho de 1855 (quando foi publicado o nº. 01 do semanário) a 13 de agosto de 1864 (nº. 319). Inexistem nessa coleção as edições posteriores à última data, especialmente as publicadas em 1865, quando teve fim a impressão do jornal. Mesmo entre os microfilmes existentes há a falta de alguns exemplares, deixando pequenas brechas em sua sequência linear. Por exemplo, no ano de 1862, não há os microfilmes dos números 282 e 283. Desta forma, o mapeamento apresentado aqui diz respeito apenas aos números existentes na coleção, o que significa dizer que outros textos sobre o cólera podem ter sido publicados nos exemplares que faltam. Por fim, é importante informar que os microfilmes d'*O Araripe* pertencentes à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são os mesmos exemplares do acervo da Biblioteca Menezes Pimentel, tendo em vista que esta cedeu uma cópia dos seus àquela.

TABELA 4 – Mapeamento dos textos sobre cólera publicados pelo *O Araripe*

Ano	Quantidade de edições publicadas no ano	Quantidade de edições que publicaram textos sobre o cólera	Quantidade de textos publicados sobre o cólera
1855	25 (nº. 01 ao 25)	12	18
1856	50 (nº. 26 ao 75)	25	52
1857	49 (nº. 76 ao 124)	05	05
1858	49 (nº. 125 ao 173)	Nada foi publicado.	--
1859	33 (nº. 174 ao 206)	01	01
1860	41 (nº. 207 ao 247)	01	01
1861	26 (nº. 248 ao 273)	01	01
1862	21 (nº. 274 ao 294)	13	36
1863	Não houve circulação nesse ano	--	--
1864	25 (nº. 295 ao 319)	15	29
Total: 73			Total: 143

Fonte: Tabela elaborada a partir do mapeamento da coleção de microfilmes d'*O Araripe*, pertencente ao acervo da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel.

Observa-se que a maior parte das publicações relacionadas à epidemia teve lugar nos anos de 1855, 1856, 1862 e 1864. No caso do primeiro ano, doze edições veicularam matérias a respeito do cólera, correspondendo à quase cinquenta por cento do total de edições impressas naquele ano, que foi de vinte e cinco. Porcentagem similar também pode ser visualizada em 1856, período em que cinquenta edições d'*O Araripe* circularam, o recorde anual do semanário. Nesse ano, vinte e cinco edições versaram a respeito do tema em questão, somando cinquenta e dois textos entre elas.

Essa concentração de matérias no biênio 1855-1856 se explica pelo fato de que o Ceará estava, supostamente, mais vulnerável à ação do cólera naquela quadra. Como explicitarei no capítulo dois, várias províncias brasileiras enfrentavam os efeitos da epidemia na época, especialmente as províncias do norte. Com o cólera ceifando em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em outras palavras, literalmente, sitiando a província do Ceará, era constante a tensão das autoridades e população em torno da chegada da epidemia, como mostraram os relatórios provinciais, discutidos anteriormente.

Devido à proximidade geográfica e às relações comerciais do Cariri com as províncias a pouco aludidas, especialmente Pernambuco, os responsáveis pelo *O Araripe* tinham como iminente a visita do cólera. Por conta disso, as informações que chegavam à redação – por meio de cartas ou de outros jornais – tratando dos surtos naquelas paragens eram amplamente divulgadas nas páginas do semanário. Nestes termos, o *anjo do extermínio* ameaçava sobrevoar em breve o Cariri:

O cholera morbus, o anjo do exterminio se aproxima de nós. Grande Deos! Pessoa digna de creterio, o Sr. Faustino Jozé dos Anjos morador em Milagres, nos transmite a afflictiva e aterradora notícia, de que Pernambuco está sendo desimado, e que elle o deixara envolto no crepe e no desespero, havendo mesmo testemunhado dous casos de cólera fulminante.¹³⁰

Diante dessa situação, o semanário intensificou as publicações sobre a *peste*, tomando para si a tarefa de alertar a população sobre os eventuais malefícios de sua aparição no Cariri, bem como instruir sobre os obstáculos passíveis de oporem-se ao desenvolvimento do mal, como mostra a citação abaixo, que sugere a queima de enxofre para afastar os *miasmas*:

REMEDIO CONTRA O CHOLERA

Um engenheiro de minas na Europa escreveu a um seu amigo dizendo lhe que para escapar do cholera queimasse de quando em quando pequenas porções de flor de enxofre e de modo que o cheiro desta fomigação se conservasse durante o dia em casa. Segundo diz o mesmo engenheiro foi deste modo que se evitou o desenvolvimento da epidemia na povoação em que elle se achava. Por ultimo affiança que o cheiro do enxofre em combustão, posto que pareça, não é prejudicial, e accrescenta que em nenhuma fabrica, onde se faça uso do enxofre tem apparecido casos do cholera (*Da Semana*).¹³¹

De modo similar aos escritos sobre a vacinação antivariola, a edição do semanário também convocava os *chefes de família* a agir na salvaguarda dos seus. Eles deviam *ler com avidez* tudo o que “os jornaes tem escripto acerca desta horrivel molestia, estudem-na para poderem curá-la, quando se desenvolver o mal entre nós.”¹³²

O grande volume de textos impressos no segundo ano do hebdomadário sinaliza como a apreensão em torno da aproximação da epidemia se adensou com o agravamento da mesma nas províncias limítrofes. Essa crença de que o *anjo do extermínio* estouraria no Ceará fez seu presidente, Francisco Xavier Paes Barreto, nomear comissões sanitárias pelas principais localidades, no intuito de socorrer os eventuais acometidos pela moléstia, como já mostrei no capítulo dois.

A junta do Crato reuniu quatro autoridades: Domingos José Nogueira Jaguaribe (juiz de direito), José Fernandes Vieira (juiz municipal), Antônio Luis Alves Pequeno Júnior (presidente da Câmara) e Manoel Joaquim Aires do Nascimento (pároco).¹³³ Dois médicos

¹³⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 10, 08 set. 1855, p. 2.

¹³¹ Jornal *O Araripe*, nº. 41, 19 abr. 1856, p. 3. Grifos da fonte.

¹³² Jornal *O Araripe*, nº. 10, 08 set. 1855, p. 2.

¹³³ No Arquivo Público do Estado do Ceará (Fortaleza) encontrei uma coleção de ofícios remetidos por essa comissão ao governo provincial, que trata, basicamente, de pedidos de verbas, remessa de ambulâncias com remédios, contrato de médicos, gratificação aos membros comissionados, entre outros assuntos. Tais documentos integram o *Fundo Saúde Pública* daquela instituição de pesquisa.

foram, ainda, engajados nas lidas profiláticas contra o cólera: Manoel Marrocos Teles, residente, à época, no Crato, convidado pela comissão sanitária da cidade, e Antônio Ildefonso Gomes, enviado pela presidência.

Essa comissão foi responsável por alguns artigos impressos no ano de 1856, trazendo notícias sobre as atividades desenvolvidas por seus membros, especialmente pelos médicos, receitas de remédios caseiros, além de convocar as elites citadinas a se integrarem no trabalho de combate ao cólera por meio da *filantropia*:

A Comissão sanitaria desta cidade empenhada em conseguir que se tivermos a infelicidade de aqui desenvolver-se a epidemia do cholera-morbus sejam os seus efeitos pouco perniciosos, e convencida que quaisquer que sejam os meios com que o Governo a habilite para socorrer as Classes desvalidas, não serão suficientes para neutralizar todo o rigor do mal, se a caridade publica não lhes estender consoladôra mão, tem resolvido recorrer a philantropia dos mais favorecidos da fortuna e para isso a Comissão tem a honra de encarregar a V. S. [possivelmente uma referência ao redator do jornal, João Brígido] e aos Cidadãos Dr. Liandro de C. e M. Ratisbona, Antonio R. Brígido dos S., Joaquim L. R. do Bilhar, e Dr. João C. Pessoa de M. de promover uma subscrição, e arrecadar o seu producto, com a clausula de que, se a Providencia divina permitir, que não sejamos accomettidos daquele flagello, será restituída a cada hum a quantia que tiver contribuido. A Comissão esperando do zello e patriotismo de V. S. que sinão recuzará a essa tarefa, julga cumprir um dever sagrado asseverando que será solicita em levar ao conhecimento do Governo os serviços por V. S. prestados no desempenho dessa patriotica missão.¹³⁴

Ao instar os *favorecidos da fortuna* a serem *filantropos*, subscrevendo dinheiro em prol do socorro às *classes desvalidas*, os textos publicados davam como exemplo as elites de outros pontos do país vitimados pelo cólera, que tomaram, de certa forma, o lugar do Estado na ação frente à *peste*:

[...] emitemos o que se tem praticado em outras partes, onde as classes mais abastadas da sociedade reconhecendo que os recursos do governo são por de mais exiguos para acudir a todos em geral, socorreram com promptos donativos e esmolos a pobreza desvalida, que quasi sempre succumbe nas crises epidemicas, se a caridade publica e particular não lhe proporciona os meios para ajudal-a a vencer o mal commum.¹³⁵

Aparentemente embasados no princípio da caridade cristã e estimulados pelo prenúncio da epidemia, os trechos aludidos não deixam de refletir outros aspectos sociais do período. Por exemplo, nas entrelinhas dos textos da comissão de socorros, escritos por

¹³⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 35, 01 mar. 1856, p. 4.

¹³⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 38, 29 mar. 1856, p. 3.

figurões da sociedade cratense, é possível enxergar representações que punham em suspeição a pobreza da localidade: é para com esta que devem ser filantrópicos, considerando a maior possibilidade da epidemia se disseminar antes entre a *pobreza desvalida*, para atingir em seguida *as classes mais abastadas*.

Por outro lado, a *filantropia* das elites locais não deixava de ser um investimento em sua imagem social e política: os *beneméritos* que ofereciam valores à comissão tinham seus nomes e as respectivas quantias doadas publicadas no jornal e a própria comissão prometia informar ao governo a respeito da ação *patriótica* dos mesmos, o que poderia resultar em prebendas futuras. Nesta linha de reflexão, os benemerentes seriam glorificados: “Quem sobreviver escreva em letras de ouro a coragem do que se sacrificar pelo seo semelhante: uma gloria eterna fique ligada a seo nome.”¹³⁶

Um exemplo claro de como a atuação *filantrópica* das elites, em época de epidemia, podia ser recompensadora está em um documento de 1863, transcrito pela Revista do Instituto do Ceará. Trata-se de um ofício datado em 12 de janeiro de 1863, de autoria de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente do Ceará, em resposta a outro, remetido, em fins de 1862, pelo Marquês de Olinda, à época, Presidente do Conselho de Ministros.

O documento ministerial pedia ao governo cearense informações sobre as pessoas que haviam prestado *relevantes serviços* ao Estado brasileiro durante o surto do cólera de 1862, que tão *atrozmente assolou a província* cearense, indicando, também, as *mercês honoríficas* que o dito presidente julgava serem merecedoras por tais serviços. Em sua resposta, José Bento da Cunha resumiu os principais feitos de quarenta e nove homens de várias localidades – entre os quais sobressaíam padres, militares, médicos, funcionários públicos e comerciantes – que julgava dignos dos títulos de *Cavaleiro* ou *Oficial da Ordem da Rosa* e de *Cavalheiro da Ordem de Cristo*.

No caso do Crato, foram indicados para receber tais patentes honoríficas: Antonio Manoel de Medeiros, médico-militar nomeado pela presidência para tratar dos casos de cólera no Cariri; Francisco Rodrigues Sette, Juiz de Direito e presidente da comissão de socorros instalada durante a epidemia; e João Brígido dos Santos, professor público e redator *d'O Araripe*, que, segundo o documento, atuou como enfermeiro de forma gratuita, improvisou um laboratório em sua sala para manipular ervas e remédios, que faltavam nas boticas, e organizou uma subscrição em socorro dos *desvalidos*.¹³⁷

¹³⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 42, 26 abr. 1856, p. 1.

¹³⁷ “Um documento oficial relativo ao Cholera-morbus no Ceará em 1862”. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXIV, 1910, p. 79-99.

As mensagens da comissão sanitária, exibidas a pouco, são apenas exemplos de como o objeto cólera tomou as páginas do jornal cratense em 1856. Em fevereiro desse ano, houve, inclusive, um número dedicado exclusivamente à questão, um indício de como a vizinhança do *filho de Ganges* preocupava a redação:

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco e pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais visinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiência, e desvanecendo esse panico, terror imaginario, que se apodera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero; cuja leitura recommenda a todos que se interessam pelo bem da humanidade.¹³⁸

Nas palavras do editorial, que afirmava estar embasado em *experiências* comprovadas, para obter um bom resultado contra a epidemia, chegando ao ponto de *zombar* da mesma, era necessário duas coisas básicas: *coragem* e *presteza* na aplicação dos remédios indicados nas primeiras manifestações da moléstia. Para justificar a primeira assertiva, comparava as diferentes reações que, supunha o artigo, teriam demonstrado as autoridades e a população em geral, nas províncias do Pará, Bahia e Rio de Janeiro. Segundo tal relato, as duas primeiras tinham sido levadas pelo pânico generalizado a atitudes de *covardia*, abandonando os doentes sem assistência alguma: “Medicos, padres, authoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso morreu”. A *fraqueza* da população seria, assim, a causa da grande mortandade em tais paragens, de forma que os mais vitimados pela ação da *peste* eram, assim, responsabilizados pelo mal que os flagelava. Na Corte, ao contrário das duas outras províncias, a reação teria sido de *coragem*:

Entretanto no Rio de Janeiro, no seio dessa cidade immensa, onde há tantas disposições e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effeito. Alem de ter causado muito pouca mortalidade, acresce que, declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a febre amarella; mas a razão disso está na corajosa indiferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-no até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

De acordo com o artigo, a população da cidade do Rio não parou diante da *peste*, não se deixando contaminar pelo *medo*, ao continuar com suas atividades comerciais, saraus e

¹³⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 33, 16 fev. 1856, p. 1.

festas cotidianas. Por outro lado, afirmava, ainda, que as autoridades de lá também teriam agido com *energia* no combate ao *judeu errante*. O resultado disso seria uma mortandade menor na capital do Império, em relação à verificada na Bahia e Pará. Desta forma, *O Araripe* dava um jeito de isentar de culpa as autoridades da Corte. Para o jornal, em caso da manifestação do cólera no Cariri, o modelo a ser adotado era o dos fluminenses, já seguido, ressaltava, pelos pernambucanos no trato com o cólera. Recife e Rio de Janeiro pareciam ser as referências urbanas e civilizatórias mais significativas para as elites representadas pelo hebdomadário. Durante um evento extraordinário, como uma epidemia, essa tentativa de imitação não deixou de ser reforçada.

Por outro lado, ao exaltar os atos dos políticos dessas províncias, o artigo atacava as autoridades cearenses, especialmente a Câmara do Crato: “Desperte a nossa Camara Municipal desse lethargo sonno de culposa indifferensa que tem dormido até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-no as authoridades, faça enfim cada um o que estiver de sua parte, que Deus nos ajudará a todos”.¹³⁹ Como analisarei no capítulo subsequente, a ameaça do cólera não deixou de ser apropriada politicamente pelo *O Araripe*.

Diante da conjuntura de aproximação da *peste*, houve quem visse a possibilidade de juntar um bom dinheiro com essa história. Assim fez Manoel Antonio de Moraes, que residia no sítio Batateira, nos arredores do Crato. Ele pagou a impressão de uma nota n’*O Araripe*, em que se apresentou como um *estudioso* da medicina do sistema Hahnemann, afirmando já ter tratado diversas pessoas da cidade, *sempre com feliz resultados*. Como o *flagelo do cólera* ameaçava atingir o lugar, Manoel Antonio oferecia “seos servisos ao respeitavel publico, como Homeopatha”.¹⁴⁰

Divulgava, do mesmo modo, a venda que fazia em sua residência de “remedios proprios como persevativos desssa epidemia”, como o *espírito de cânfora*, a *tintura de cuprum*, *veratrum* e *arsênico*. Essas substâncias, frisava o anúncio, teriam sido aprovadas e aplicadas com sucesso por outros doutores em diversas cidades da *Europa*, *Ásia* e *Rio de Janeiro*. Ao citar o uso de tais medicamentos por médicos de outros lugares, o homeopata buscava validar seu ofício frente aos cratenses, bem como convencê-los a gastar a quantia de dez mil réis na compra das substancias e do “formulario explicativo da maneira como se fará uso de taes remedios, e sua dieta.”¹⁴¹ Ante o medo do cólera que se avizinhava, é possível que Manoel Antonio tenha lucrado consideravelmente.

¹³⁹ Jornal *O Araripe*, n.º. 33, 16 fev. 1856, p. 1.

¹⁴⁰ Jornal *O Araripe*, n.º. 37, 15 mar. 1856, p. 4.

¹⁴¹ Jornal *O Araripe*, n.º. 37, 15 mar. 1856, p. 4.

Todavia, malgrado sua proximidade geográfica, a epidemia não atingiu o Crato em 1856. No segundo semestre, já tinham, inclusive, passado os picos dos surtos deflagrados nas províncias circunvizinhas ao Ceará. O cólera parecia recuar de seu estado de cerco, de modo que o temor em torno de sua iminência também se abrandava. Não por acaso, a ocorrência de anúncios e notícias sobre o tema decaiu vertiginosamente a partir de junho. Até então, praticamente toda semana, ao menos um texto foi impresso sobre o assunto. Todavia, apenas dois foram publicados no segundo semestre, um em fins de julho e outro em meados de setembro.

Em um breve espaço de tempo, o que era tido como inevitável – a infecção pelo cólera – pareceu tornar-se algo improvável, de forma que as condições sanitárias locais, há pouco representadas como assustadoras, passaram a ser descritas como satisfatórias. Até mesmo as endemias que habitualmente fustigavam os cratenses pareciam ter se amenizado, como conta o trecho a seguir:

Desaparicirão no todo os riceios que preocupavão a população desta comarca, causados pela approximação do Cholera-morbus; hoje como que todos compenetrados da evidente certeza de não sermos mais acometidos do flagello, uma bocca qualquer senão abre para pronunciar esse terrivel nome, parecendo mesmo haver pejo em trasel-o as conversações das rodas. A salubridade publica desta comarca é optima, nem mesmo existem mais os encammados de saude que annualmente apparecem entre nós no fim dos invernos.¹⁴²

No ano de 1857, o cólera voltou de forma tímida às páginas d'*O Araripe*. Como evidencia a tabela quatro, apenas cinco números expuseram escritos sobre o assunto. Os textos longos, alguns com três páginas, comuns no ano antecedente, cederam lugar a notas de poucas linhas, que resumiam os efeitos das novas aparições do *filho de Ganges* no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. Acredito que o fato desses surtos deferirem dos anteriores no grau de letalidade, muito mais ameno no ano de 1857, explica o porquê do menor espaço dado pelo semanário à matéria em discussão. Não obstante, essas ocorrências epidêmicas não deixaram de ser usadas pelos redatores para alertar às autoridades públicas. Era preciso manter a atenção para os acontecimentos nas fronteiras provinciais, como sugere a notícia seguinte, que o jornal transcreveu d'*O Cearense*, de Fortaleza: “No Rio Grande do Norte tinha reaparecido o cholera, segundo uma carta que temos à vista, e fasia estragos na bocca da mata, e mesmo na capital. Chamamos a atenção do governo para esse facto”.¹⁴³

¹⁴² Jornal *O Araripe*, nº. 54, 26 jul. 1856, p. 4.

¹⁴³ Jornal *O Araripe*, nº. 76, 03 jan. 1857, p. 4.

As edições d'*O Araripe* no período de 1858 a 1861 são marcadas por um silêncio a respeito do cólera. Nesse quadriênio, apenas três pequenas notícias foram divulgadas, a propósito de condecorações dadas pelo Governo a personagens que atuaram na assistência aos coléricos, da ocorrência de casos isolados da doença no Rio de Janeiro e de remédios utilizados na Índia no trato dos coléricos.

Conforme informei no capítulo dois, os relatórios provinciais do Ceará também trazem poucas informações dessa questão no mesmo período, o que demonstra o nível de despreocupação alcançado devido à ausência da moléstia nas províncias fronteiriças. Com a aparente capitulação do cólera, o assunto perdeu seu apelo emocional imediato e, por conseguinte, o caráter de crítica social e política caro ao *O Araripe*, de forma que, nessa quadra, as páginas do hebdomadário dedicaram-se, quase exclusivamente, à veiculação de artigos e cartas que polemizavam com os *caranguejos-boticários*, detentores do poder provincial e local, tão almejado pelos liberais responsáveis pelo órgão de imprensa.

Não obstante, se o cólera passou a ser entendido como um risco distante, a aproximação de outras doenças não deixou de ser observada. Assim se deu no ano de 1858 com a varíola, que, segundo artigo transcrito pelo *O Araripe* do seu correligionário *O Cearense*, deixou Fortaleza, por *incúria* das autoridades públicas, em um estado de *penúria* sem igual, com a paralisação do comércio de carne e farinha por conta do *receio* dos negociantes em conduzir tais gêneros ao mercado da capital. O artigo terminava recomendando à presidência, em tom cáustico, que tratasse de garantir a compra de tais gêneros em outros lugares: “Salve nos da fome, já que por descuido da sua policia deixou a bexiga invadir a população.”¹⁴⁴

A propósito, a varíola naquele ano, não ficou restrita à capital, atingindo, inclusive o Cariri, no povoado de Porteiras, o que assustou aos cratenses, que reivindicaram a imediata vacinação contra tal doença:

Tão perto desta cidade não é difficil que ella se lhe communique e pois seria para desejar que se cuidasse, sem perda de tempo, de vaccinar a população pobre. Infelizmente é da pior qualidade o pus vaccinico que aqui existe enviado pelo Governo.¹⁴⁵

Se durante quatro anos o cólera-morbo perdeu o espaço conquistado no primeiro biênio daquele órgão, o tema voltou a ser uma constante em 1862. O cólera retornara à Paraíba e ao Pernambuco no início desse ano, o que fez o Ceará retroceder ao nível de tensão

¹⁴⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 128, 30 jan. 1858, p. 4.

¹⁴⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 150, 03 jul. 1858, p. 1-2.

de 1855-1856. O cerco estava armado de novo e, dessa vez, o *anjo do extermínio* estava disposto a não deixar escapatória aos caririenses.

4.3 – Relatos de uma *quadra de perigos*

Ha dias tem estado agitada esta cidade: morrem mais porcos, que christãos novos nas ruas de Lisboa: Dá-se um verdadeiro S. Bartholomeu da raça suína.

Uns deixão os muros da cidade, amarrados sobre cargas, tremendo pela sua sorte, gritando de expavoridos; outros se achão trancados em escuros quartos, para evitar a sanha dos massacradores! Que dias aziagos para estas innocentes creaturas!

Sacrificados á raiva do conquistador, a desolação os fere, quando elle inda agora começa sua guerra cruenta pelo littoral. É que um raio de sua vista tem mil legoas, e sua voz fére as camadas do ar de um polo a outro pólo: = Morra o porco, ou morrerá o homem, que se aproximar à sua lama, respirar o seo halito immundo!...¹⁴⁶

O texto acima foi o primeiro publicado no ano de 1862 sobre o cólera. Nele, *O Araripe* afirma que o Crato estava vivendo dias *agitados*, devido a uma matança generalizada de *porcos*, provavelmente sob orientação das autoridades locais. Tal matança foi comparada à perseguição aos judeus pela Inquisição lusa e ao massacre dos huguenotes, ocorrido na França no século XVI, o que buscava realçar a afirmação do texto. O motivo deste *São Bartholomeu* dos porcos tinha haver com a crença de que eles podiam favorecer a infecção da cidade pelo cólera, que ressurgia *cruento* no litoral e que ameaçava *ferir as camadas de ar*, atravessando, como *um raio, mil légoas*.

Subtende-se que alguns criadores, provavelmente pobres da cidade, não aceitaram com passividade o sacrifício imposto aos seus animais, já que a nota faz referência a tentativas de fuga, em que os porcos foram camuflados entre outras cargas, e à tática de escondê-los em *escuros quartos* para fugir da *sanha* dos algozes.

A matança de animais em época de epidemia não foi um fato isolado. Jean Delumeau identificou tal prática nos surtos medievais da *peste*. Ante a violência da moléstia e as inquietações sobre suas causas, porcos, cães, gatos e pombos foram mortos em massa na Europa (1989, p. 121). Como os suínos são comumente representados como seres imundos, vivendo em *chiqueiros* – palavra que tem a *sujeira* como conotação –, é possível que o massacre citado pelo documento fosse reflexo do medo sobre os eventuais efeitos *miasmáticos* das varas sobre a atmosfera, daí o motivo da declaração de que “*morrerá o homem, que se aproximar à sua lama, respirar o seo halito immundo!*”

¹⁴⁶ Jornal *O Araripe*, 277, 08 fev. 1862, p. 3. Grifos meus.

Portanto, a narrativa sobre a perseguição aos porcos, indicia o nível de tensão que as novas manifestações do cólera, nas províncias circunvizinhas ao Ceará, engendraram naquela cidade, o que é visível na quantidade de matérias publicadas sobre a doença em 1862. A partir de fevereiro desse ano, treze edições publicaram um total de trinta e seis textos referentes à epidemia. Como o jornal teve apenas vinte e uma edições nesse ano, temos uma média de, aproximadamente, 1,7 textos por edição.

A princípio – como também se deu com as primeiras notas sobre o cólera no Pará, em 1855 – o semanário optou pela velha e boa cautela. Ao noticiar que alguns casos da moléstia atingiram Lagoa Tapada, município de Sousa, na Paraíba, ressaltou que não havia certeza quando a cifra de vítimas e que inexistia o parecer de algum médico sobre os *sintomas do mal*, de forma que “pode bem ser que o que alli grassa seja alguma molestia de caracter diverso” do cólera. Não obstante, lembrava ser importante “tomar todas as medidas que a hygiene aconselha”.¹⁴⁷

A cautela deu lugar à certeza logo na edição subsequente, na qual se noticiou casos do cólera no Pernambuco e os da Paraíba foram confirmados. Pior que isso: devido à vizinhança do Icó com lugares atingidos nesta última província, havia a suspeita de que o colerina já se manifestava naquela cidade cearense e também na localidade de Lavras, levando *O Araripe* a aterradora conclusão de que “cedo teremos de ter a visita da epidemia, e que se approxima tambem a nossa vez.”

Nessa conjuntura, e diante da *absoluta a falta de médicos* e mesmo de *homens prático* – pessoas que, sem titulação em medicina, tinham experiência no trato da epidemia –, sugeria aos seus leitores que consultassem as “instrucções tantas vezes publicadas [nele] para o tratamento do cholera” e tratassem de prevenir o *mal* pela *higiene mais rigorosa*. Concluía, de forma realista, que do Governo não era “licito esperar soccorros muito a tempo”, tendo em conta que as primeiras comunicações com a presidência a respeito da aproximação do cólera, datavam de 20 de fevereiro, ou seja, eram bem recentes, e havia dificuldade em “fazer chegar medicamentos e facultativos à tão grande distancia”.¹⁴⁸

A despeito do manifesto pessimismo do jornal, os socorros oficiais vindos de Fortaleza chegaram antes do advento do cólera no Crato. No dia 08 de abril de 1862, Antonio Manoel de Medeiros, médico do corpo de saúde do Exército, lá se instalou, imbuindo pela presidência para tratar a população na eventual quadra epidêmica.

¹⁴⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 279, 01 mar. 1862, p. 1.

¹⁴⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 280, 08 mar. 1862, p. 2-3.

O médico em questão tinha experiência no trato com o cólera, pois atuara no Pará durante a epidemia de 1855. Chegando ao Crato, o facultativo não deixou de utilizar as folhas d’*O Araripe* para anunciar seus serviços e repassar conselhos à população,¹⁴⁹ dando continuidade à série de publicações sobre o assunto feita pela redação do jornal, desde o início de sua trajetória:

Chegando à esta cidade no dia 8 do corrente para prestar os socorros de minha profissão na quadra de perigos, que está eminente, venho assegurar à toda a população desta cidade, que sem distincção de pobres ou ricos, pode com toda a confiança, procurar-me em minha casa, ou em qualquer parte em que me ache, sem atenção de horas: porque estarei sempre prompto a acudir a quem quer que reclame os meos serviços.¹⁵⁰

O Dr. Medeiros continuou esse comunicado com uma série de interessantes *conselhos médicos*, já impressos por ele, no início de fevereiro, no jornal fortalezense *Pedro II*. Por meio dos *conselhos*, pode-se visualizar aspectos do conhecimento médico do período no trato do cólera. Recomendava às *pessoas abastadas* – em outras palavras, com dinheiro para gastar nas boticas, distantes da realidade financeira da maior parte da população – que adquirissem e mantivessem em suas residências, ao alcance das mãos, determinadas quantidades de *vinagre*, *cânfora pulverizada*, *álcool*, *cantáridas em pó* e *farinha de mostarda*.

A mistura dessas substancias – junto com um pouco de *pimenta em pó* e *alho pisado*, popularmente utilizados no tratamento de várias doenças¹⁵¹ – em uma garrafa, posta em descanso por oito dias, produzia uma infusão eficaz para tratamento das *câimbras* e *frios* próprios ao cólera. Seu uso devia se dar por meio de fricções nas pernas e na espinha dorsal, “até conseguir-se a volta do calor” normal do corpo. Uma solução de uma libra de *álcool canforado* com quatro onças de *amoníaco líquido* também podia ser utilizada para as fricções.

Sugeria ainda o maior asseio possível nas casas, a ingestão somente de água armazenada no dia anterior (conhecida popularmente como *água dormida*), o uso de camas, cobertores de lã e algodão. Durante o surto, era recomendável que ninguém levantasse da

¹⁴⁹ Pela leitura d’*O Araripe*, ficamos sabendo que o médico em questão também publicou conselhos à população na *Gazeta do Cariri*, órgão do Partido Conservador no Crato.

¹⁵⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 284, 20 abr. 1862, p. 1.

¹⁵¹ Eduardo Campos, folclorista cearense, mapeou, em seu livro *Medicina popular no Nordeste*, uma série de remédios caseiros utilizados pela população nordestina no tratamento de suas enfermidades. O alho e as pimentas (do reino, malagueta, entre outros tipos.) são ingredientes comuns em muitas dessas receitas, algumas advindas do passado colonial, sendo utilizadas para tratar dores de dentes, resfriados, feridas, problemas no útero, picada de lacraia, entre outros (CAMPOS, 1967). Desta forma, o uso da pimenta e do alho na fórmula publicada n’*O Araripe* indicia sua aceitação no Cariri de meados do século XIX, aparentemente, consensual entre os saberes médicos e populares do período.

cama sem antes beber um pouco de café, uma colher de *genebra de Holanda* ou meio cálice de *boa aguardente*.

Era ainda bom evitar sair de casa *não muito abrigado do ar* (agasalhado) depois das seis horas, fazer uso moderado de comida, especialmente à noite, e “abster-se finalmente de toda a sorte de fructas”. Concluía afirmando que “apenas se apresente o menor incommodo, seja mesmo uma azia”, a pessoa devia consultar-se com um médico.¹⁵²

Quando vieram a público os *conselhos* do Dr. Medeiros, o cólera já tinha adentrado o Ceará, o que ocorreu no começo de abril, ocasião em que as primeiras mortes foram admitidas no Icó. Segundo o Barão de Studart, a epidemia teria sido introduzida na cidade através de um homem advindo do Rio do Peixe, na Paraíba, onde grassava a moléstia (1997, p. 54).

Do Icó, o *filho de Ganges* se estendeu sobre outros pontos da província. No Cariri, foram atingidas, ainda em abril, as localidades de Milagres e Jardim. O Crato teve sua vez no dia 30 do mesmo, sendo uma mulher a primeira vítima fatal (PINHEIRO, 1963, p. 147). No mês de junho, prorrompeu com toda força nessa cidade. Missão Velha, Barbalha e Santana foram outras localidades caririenses contaminadas na ocasião.

O *Araripe* não deixou de ser afetado diretamente pela chegada do *filho de Ganges*, deixando de circular por cerca de quatro meses, de 20 de abril a 23 de agosto, após o surto ter praticamente se extinguindo na localidade. Em um momento carregado de emoção como esse, no qual muitas pessoas – inclusive correligionários e correspondentes do jornal – ficaram enfermas, quando não se finaram, e as atividades cotidianas da cidade sofreram sério revés, é compreensível o porquê desse interregno.

O próprio redator, João Brígido, notabilizado por sua atuação como enfermeiro no socorro aos adoentados, contraiu o cólera, *ficando uma múmia*, como lembrou em um humorado texto autobiográfico, escrito pela efeméride dos seus setenta anos (BRIGIDO, 1899, p. XIV).

O editorial de retorno era, também, de pesar. O relato das marcas deixadas pelo *flagelo* era acompanhado por uma lista com nomes de pessoas consideradas *ilustres* pela redação do jornal, levadas pela epidemia:

O monstro cruel devorou centenares de amigos, tão caros, como necessarios, e é immenso o vacuo que deixou, assim nas familias, como nas fileiras das politicas. Esta recordação nos é muito incommoda. [...] Não existem os nossos especiais amigos, o Sr. Antonio José de Carvalho, membro do conselho diretor do Partido liberal desta comarca, negociante

¹⁵² Jornal *O Araripe*, nº. 284, 20 abr. 1862, p. 1.

*abastado e cavalheiro leal; o Sr. Padre mestre Marrocos, sacerdote virtuoso, inelito soldado da fé que afrontou a morte, cumprindo seo mandato sagrado [trecho apagado na fonte]; o Sr. Joaquim Romão Baptista, um dos corações mais bem formados que o Crato possuia; o Sr. Antonio Ferreira Lima Sucupira, typo do pae de familia; os Srs. José Martiniano da Costa, Manoel Teixeira do Nascimento, Manoel Sismando Baptista, Manoel da Silva Carneiro, nomes caros a tantos respeitos; o Sr. Manoel de Assis Pacheco, alma angelica, cujo sacrificio se diria capaz elle só de expiar todas as culpas, que suscitarão tão medonho flagello; os Srs. capitão Antonio Correia Lima e Antonio Ferreira Lima, veteranos da independencia, o Sr. Leonardo de Chaves e Mello, bella intelligencia, um dos moços que mais honra fasião ao seo torrão pelo seus principios de honra e de justiça; os Srs. Vencesláo, Rufino e Pedro Satiro, moços cheios de esperança e em bom caminho para chegarem a uma boa posição entre seos conterraneos; e finalmente uma infinidade de amigos, que nos desvaneciamos de contar!*¹⁵³

A citação sugere um aspecto não seletivo da doença, representada como um *monstro cruel* que *devora* a todos sem distinção, o que talvez explique o grande *incômodo* causado no autor do artigo, já que os nomes relacionados acima eram de pessoas gradas do lugar, comerciantes, políticos, sacerdotes, proprietários de terra, entre outros. O editorial não poupou adjetivos aos finados, tendo em vista que os mesmos ocupavam destaque entre as elites cratenses, entre as quais se encontravam pessoas do círculo político-social d'O Araripe.

Entretanto, é preciso ter cuidado com a obviedade da insinuação sobre a ação indistinta do *monstro cruel*. O relato do semanário, como de praxe, volta-se para o grupo que representava: o que interessa é a exaltação dos seus pares mortos. A ideia da epidemia como agente democrático, sugerida pela fonte, é um tanto equivocada, já que esconde o fato de que a maior parcela de vítimas não se encontrava entre os *caros* e *necessários* indivíduos classificados pelo periódico.

Pessoas comuns da cidade, homens, mulheres, escravos e crianças, silenciados pela citação d'O Araripe, devem ter sido as maiores vitimas da *peste*, já que estavam socialmente mais propensas a sofrer com sua ação. Aliás, no capítulo dois, apontei para como a historiografia sobre as epidemias do cólera é enfática na afirmação de que os pobres foram as maiores vítimas das mesmas (WITTER, 2007; DINIZ, 1997; ROSEN, 1994; SOURNIA & RUFFIE, 1986).

No caso do Crato, suponho que as condições sanitárias e alimentares das elites cratenses eram superiores às vivenciadas pela maior parte da população. Além do mais, elas tinham recursos para gastar nas boticas, com remédios e tratamentos apontados como apropriados no trato do cólera. Os pobres não tinham tais opções a sua disposição, de forma

¹⁵³ Jornal O Araripe, nº. 285, 23 ago. 1862, p. 1. Grifos meus.

que a ceifa de vidas pelo *monstro cruel* deve ter sido mais drástica entre eles do que foi nos sobrados da cidade.

Através da consulta de cartas, do livro de tombo, dos registros paróquias de óbitos, da historiografia local e das edições de *O Araripe* posteriores ao surto, é possível imaginar, ao menos em parte, o que significou o estouro do cólera para a população. Não há consenso quanto ao número de falecimentos durante a epidemia. As fontes e a historiografia dão informações desencontradas sobre o assunto. Irineu Pinheiro, por exemplo, fala em cerca de oito mil pessoas acometidas pela doença na freguesia do Crato – que incluía a cidade, sítios e alguns povoados circunvizinhos, com população estimada em pouco mais de dezoito mil –, das quais setecentas e sessenta teriam falecido (1950, p. 130).

Já *O Araripe* divulgou três diferentes taxas mortuárias em sua edição nº. 287. Ao consultar os assentos feitos na delegacia de polícia, a redação do jornal encontrou um total de setecentos e quarenta e nove óbitos na freguesia. Porém, em sua opinião, tal cifra era inferior à realidade experimentada pelo lugar, “cujo mortuário sobe a muito mais de 800 indivíduos”.

Na sequência desse comentário, foi impressa uma tabela, publicada originalmente n’*O Cearense*, de Fortaleza, com a estimativa do obituário em toda província. Segundo a tabela, mil e cem coléricos tinham morrido no Crato até o dia 31 de julho de 1862.¹⁵⁴ O Barão de Studart se baseou nos dados relatados pelo *O Cearense* em sua história do clima, endemias e epidemias do Ceará, também divulgando a taxa de mil e cem mortos para aquela cidade (STUDART, 1997).

Independente das lacunas sobre a quantidade efetiva de óbitos, o *anjo do extermínio* representou um aumento extraordinário de falecimentos no Crato, aparentemente, nunca visto até então. Basta informar que, em menos de quatro meses, morreram muito mais pessoas que a soma dos óbitos registrados nos anos de 1854 e 1855. Como apontei no capítulo três, duzentos e sessenta e dois e duzentos e quarenta e cinco obituários foram feitos nesses anos, respectivamente.

Os traspases se sucediam em uma velocidade aterrorizante: os primeiros dezesseis cratenses morreram menos de vinte e quatro horas após a revelação da doença e durante o intervalo de tempo entre 26 junho e 07 de julho, quando a epidemia alcançou seu apogeu, a mortandade diária teria sido de quarenta e oito pessoas (PINHEIRO, 1950, p. 130).

É pertinente lembrar que o agente patológico e a forma de transmissão do cólera só foram descritos oficialmente na década de 1880, de forma que os saberes médicos sobre a

¹⁵⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 287, 06 set. 1862, p. 2.

patologia, na época de seu estouro no Ceará, eram bastante especulativos, como já discuti antes, ao debater a disputa ou simbiose das teorias *miasmática* e *contagionista*.

Tendo em vista que a água é o principal veículo de transmissão do vibrião colérico, é provável que a contaminação no Crato tenha se dado, mor parte, devido às correntes do rio Granjeiro, localizado a poucos metros das ruas. Passou despercebido às autoridades, e à população em geral, que a água – nascida das fontes da chapada do Araripe, donde descia irrigando sítios e engenhos em seu caminho, chegando aos quintais de várias residências, por meio de valados de pedra e cal, para uso na alimentação, na limpeza de objetos e corpos – que cotidianamente regava a cidade servisse de esconderijo e transporte para o algoz invisível responsável pelo óbito de inúmeros conterrâneos.

Sem desconfiar da água consumida, as autoridades públicas atemorizavam-se com os *miasmas*. Ante o cenário de morte engendrado pela epidemia, o cemitério Bom Jesus dos Pecadores, usado desde 1856 para as inumações, tornou-se motivo de inquietação. Localizado nos arredores da cidade, a não mais que, aproximadamente, quinhentos metros em relação ao Quadro da Matriz, o lugar passou a receber um volume extraordinário de corpos por conta do surto.

Como discuti no capítulo precedente, o cemitério foi construindo sob o lema do *higienismo*, já que as sepulturas na matriz da Penha passaram a ser vistas com maus olhos, por conta dos *miasmas* delas advindos e da falta de *asseio* que davam ao recinto. A obra do cemitério representava para as elites locais a adoção dos preceitos advogados pela *medicina social* da época, tidos como símbolos dos lugares *civilizados* que buscavam copiar.

Todavia, com o cólera grassando, o espaço, até então interpretado como solução para parte dos problemas sanitários do local, passou a ser visto como ameaça à saúde pública, tendo em vista o montante de mortos que tinha de comportar e sua relativa proximidade com as casas, intensificando, segundo o imaginário da época, as chances de infecção da população. Essas considerações ajudam a entender a razão de um outro cemitério ser criado exclusivamente para receber as vítimas fatais da *peste*.

No livro de tombo da Paróquia da Penha, há um ofício de Dom Luis Antônio dos Santos – na época, bispo da recém instalada Diocese do Ceará – orientando a construção do novo cemitério. O livro conserva também a ata de benção do lugar, cerimônia realizada em 17 de junho de 1862.¹⁵⁵

¹⁵⁵ Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato. DHDPG.

Por orientação da comissão sanitária local, presidida pelo juiz de direito Francisco Rodrigues Sette, o *Cemitério dos Coléricos*, como passou a ser conhecido, foi erigido a cerca de dois quilômetros em relação às ruas da cidade.¹⁵⁶ Ao que parece, a comissão desejava colocar os mortos o mais longe possível, afastando dos olhos e das narinas dos vivos o espetáculo macabro dos corpos aglomerados em valas comuns.

O transporte e sepultamento dos cadáveres eram exercidos por grupos de homens, que viviam embriagados, ante a crença generalizada no caráter benéfico do álcool, presente, inclusive, nos conselhos do Dr. Medeiros, citados há pouco. Por outro lado é admissível que o a cachaça também fosse ingerida para tornar a tarefa das inumações menos penosa, tanto física quanto moralmente, afinal os coveiros tinham que executar algo execrável para a maioria das pessoas do período, enterrando diariamente dezenas de coléricos, expulsos das ruas por serem entendidos como focos de infecção.

Segundo Irineu Pinheiro, que teve a oportunidade de conversar com sobreviventes da epidemia, os corpos das pessoas *abastadas* eram levados em caixões, praticamente sem acompanhamento de parentes ou amigos. Já os pobres, eram transportados nos ombros em *fiangos*, redes pequenas e velhas que tinham seus punhos atravessados por varas de madeira, ou eram simplesmente amontoados em carroças puxadas por animais, sem distinção alguma de sexo ou idade: “Lá iam, assim, a moverem-se aos solavancos do carro, macabramente, em busca das valas comuns do cemitério, as quais, após engoli-los, eram cheias e acoguladas de terra, arrastada à enxada”. Reza a tradição que, por conta do pânico e da pressa na retirada dos defuntos da cidade, algumas pessoas chegaram a ser jogadas ainda com vida nessas covas (PINHEIRO, 1963, p. 422-423).

As vestimentas dos responsáveis pela direção das carroças chamavam a atenção e marcavam a distância. Ainda segundo Irineu Pinheiro, eles trajavam roupas, gorros e meias até os joelhos, todos de cor rubra. O autor não explica o porquê dessa escolha. Como o

¹⁵⁶ Não por acaso, o cemitério criado para abrigar os coléricos tornou-se, ao longo do tempo, um interdito na cidade do Crato. J. de Figueiredo Filho, afirma que poucas “calamidades públicas deixaram tão triste memória no Cariri do que a epidemia que flagelou a região em 1862. Só a seca de [18]77 para [18]78 a igualhou em pavor na lembrança popular. Muita gente após vários anos da calamidade, temia até entrar no cemitério dos coléricos. Contavam histórias de arrepiar cabelos de muitos doentes que foram enterrados ainda vivos, com a pressa da arrecadação de cadáveres para a vala comum daquele cemitério” (FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 143). Em início da década de 1960, os túmulos deram lugar a uma estação da Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA), no atual bairro de São Miguel. Um século tinha se passado desde a epidemia e o Crato crescera ao ponto de aglutinar o cemitério que antes queria longe de si. No lugar deste, não obstante, foi erguida uma estação de eletricidade: as comodidades da modernidade e o crescimento urbano tratavam de apagar as marcas físicas deixadas pelo cólera e dissipar antigos medos.

vermelho é uma cor extramente simbólica, suponho que seu uso tinha um sentido profilático para tais pessoas.¹⁵⁷

A imagem desses *encarnados* aterrava aos pobres, temerosos de ver os enfermos de suas famílias serem levados ainda vivos para as covas comuns: “Ouvi de uma nonagenária cratense que, à aproximação dêsses sinistros personagens, calavam-se os pobres e desprotegidos que choravam seus parentes agonizantes, receosos de que lhes invadissem eles os casebres e carregassem os moribundos” (PINHEIRO, 1963, p. 423).

Como já mostrei antes, uma série de rituais costumava preceder e prosseguir ao falecimento das pessoas no Brasil do século XIX. Alguns desses ritos advinham do período colonial e sua obediência (ou não) definia uma *boa* ou *má morte*, o que era fulcral para a definição do destino da alma do falecido, que tinha Céu, Purgatório ou Inferno à sua espera (REIS, 1991).

Durante uma epidemia, tais práticas ficavam comprometidas, visto que a doença era capaz de assaltar de forma inesperada, ceifando com celeridade e aos montes, dificultando, por exemplo, a feitura de um testamento, procura pelos sacramentos fúnebres, entre outros ritos. Por outro lado, o aumento da taxa de óbitos proporcionava uma simplificação das cerimônias pós-morte.

Consultando o Livro dos Coléricos – que contém duzentos e sessenta e nove registros que tratam de enterros feitos no cemitério inaugurado durante a epidemia –, encontrei indícios reveladores sobre essa questão. Nele, localizei os nomes de cento e dezessete pessoas que faleceram após a confissão de seus pecados, um número considerável, tendo em vista que vinte cinco obituários do documento dão conta de mortes de crianças menores de dez anos, portanto, muito jovens para receberem tal sacramento.

Ao que parece, os sacerdotes se esforçaram para socorrer a maior quantidade possível de fiéis moribundos. Todavia, o mesmo não ocorreu com os ritos que tradicionalmente sucediam ao falecimento, como o ritual de *encomendação da alma*.

¹⁵⁷ Segundo Gilberto Freire, a mística em torno do vermelho no Brasil é um exemplo de amálgama entre as culturas ameríndias, africanas e europeias. Para o autor, a pintura do corpo dos índios, com o corante extraído das sementes encarnadas do urucum, tanto protegia contra os espíritos maus, como, em menor escala, tinha uma função erótica, de atração e exibição sexual. Para os africanos, o rubro estava presente nas principais cerimônias da vida, também tendo caráter profilático. Freire destacou, inclusive, a prevalência dessa cor nos paramentos dos reisados e maracatus e nas vestes de homens e mulheres que frequentavam os terreiros recifenses, especialmente entre os devotos de Xangô. Já os portugueses teriam herdado esse imaginário sobre o vermelho devido ao seu intenso intercâmbio com mouros e negros africanos, também o considerando protetor contra as malícias espirituais. Em Portugal, de vermelho eram coloridos os telhados, os barcos de pesca, os quadros de milagres, os arreios dos cavalos, etc. (FREIRE, 1998).

Para João José Reis, a encomendação se constituía no último ritual de despedida do ambiente doméstico, já que, geralmente, se realizava antes que o funeral partisse da residência do falecido. “Era uma manifestação de especial deferência e carinho da família para com o morto, gesto que solenizava sua saída definitiva de casa rumo ao mundo dos mortos” (REIS, 1991, p. 132). No cerimonial, o pároco entregava simbolicamente a alma do morto a Deus. Cláudia Rodrigues afirma que nenhum defunto podia ser enterrado sem a realização prévia desse rito e, após fazê-lo, o pároco – ou outro sacerdote com licença sua – devia acompanhar o corpo até seu encerramento na sepultura (RODRIGUES, 1997).

Malgrado sua importância para o imaginário católico da época, em 1862, a chegada da epidemia no Crato golpeou significativamente a realização desse rito. Apenas dois obituários dão conta de sua realização. O pardinho Pedro – de um ano de idade, morto em 04 de maio – e a parda Anna Maria – de 20 anos e falecida no dia 28 de junho – foram os únicos beneficiados com a presença de um padre em seu funeral.¹⁵⁸ As almas dos outros coléricos, diante do momento de crise instaurado pela *peste*, tiveram que partir para a *outra vida* sem o consolo da encomendação.

Vale a pena olhar o Livro dos Coléricos com mais atenção. Como já afirmei, segundo estimativas da época, cerca de mil e cem pessoas foram mortas no Crato pelo cólera em 1862. Não obstante, o livro em questão gravou apenas duzentos e sessenta e nove óbitos, sendo cinco destes alusivos a um segundo surto, em 1864, quando o cólera voltou à localidade. Entre os duzentos e sessenta e nove, há, também, a existência de alguns registros repetidos. Uma análise mais aprofundada desse documento pode ajudar a explicar a disparidade entre os números e outras incongruências.

Antes de qualquer coisa, o livro apresenta, em sua maior parte, os sepultamentos ocorridos entre junho e julho de 1862, portanto, posteriores a inauguração do novo cemitério, excluindo, assim, as inumações que ocorreram desde fins de abril, quando a epidemia tinha iniciado sua ação. Por outro lado, grande parte dos registros versa sobre coléricos que habitavam nas ruas da urbe, não se fixando nas mortes e enterros ocorridos em suas cercanias.

Para se ter ideia disso, dos já citados duzentos e sessenta e nove registros, duzentos e dezesseis dizem respeito a moradores da cidade, vinte e nove a habitantes de sítios e arredores e em vinte e quatro registros não há informações sobre a moradia dos vitimados. Já outros dois obituários se referem a sepulturas feitas nos cemitérios dos coléricos dos sítios Currais e

¹⁵⁸ Livro dos Coléricos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato, fl. 1 e fl. 20. DHDPG.

Granjeiro (próximos da urbe), o que faz deduzir que existiram outros campos para sepultura, já que havia pressa em se livrar dos corpos vitimados pela peste.

Há de se refletir, ainda, sobre o *caráter de crise* instaurado pelas epidemias, o que afeta diretamente o funcionamento da dita *ordem social* (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004, p. 24). Possivelmente, a ação de registro feita pela paróquia não deu conta de todos os óbitos e inumações ocorridos dentro da cidade na quadra epidêmica. O próprio fato de alguns coléricos de 1864 figurarem em meio às vítimas de 1862, dá a entender que parte do livro foi produzida, possivelmente, em um período posterior ao primeiro surto, talvez até dois anos depois.

É pertinente, também, destacar as lacunas existentes em muitos registros, como o que reproduzo a seguir:

Hum rapaz de nome Antonio, que estava recolhido no Hospital desta Cidade [possível enfermaria de emergência] faleceu do Colera-morbus sem confissão, e foi sepultado no Cemiterio dos Colericos; e sem encommendação: ignora-se seo nome inteiro, sua idade, sua cor, o nome de seus pais, onde morava: moria em vinte e tres de junho de mil oitocentos e secenta e dois; do que para constar fis este assento, em que mi assigno. Manoel Joaquim Aires do Nascimento Parocho.¹⁵⁹

Se o registro de Antonio diz pouca coisa sobre sua pessoa, há outros mais omissivos ainda, em que se quer foi escrito o nome da vítima, como no caso de algumas crianças que foram *achadas*, sem eufemismo, *abandonadas* sem identificação: “Sepultou-se no Cemitério dos Colericos hum Parvulo sem encommendação, que ali foi axado no dia vinte e seis de junho de mil oitocentos e sessenta e dois; ignora-se seo nome, idade, cor, de que he filho e nem onde morava”.¹⁶⁰

Portanto, o próprio processo de produção do Livro dos Coléricos, como suas aparentes *falhas* e *lacunas*, aponta para a força de intervenção da doença no cotidiano e no funcionamento da sociedade cratense da época.

Diante dessas questões, posso conjecturar que, ante a quantidade de jacentes pelas ruas e seus arredores, é compreensível por que os clérigos não estavam à cabeceira de todos dos fiéis, para ministra-lhes a unção dos santos óleos, ou à beira do túmulo, para lhes encomendar as almas. Muitos padres, inclusive, contraíram a doença e outros tantos morreram, ao ponto do clérigo Manoel Francisco de Araújo – insatisfeito com o posto que ocupava, como assistente do vigário do Assaré – não se constranger em usar da pena para pedir ao bispo do

¹⁵⁹ Livro dos Coléricos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato, fl. 12. DHDPG.

¹⁶⁰ Idem, fl. 17.

Ceará uma nomeação como pároco, em uma das muitas freguesias vagas, “cujos vigários morrerão agora victimas do terrível flagello, que tem-nos batido a porta”.¹⁶¹

Por outro lado, não só o percentual de morbidade explica a diminuição desses rituais religiosos. Um sentimento humano, geralmente intensificado pelas quadras epidêmicas, tomou conta da cidade: o *medo* (DELUMEAU, 1989). Com uma moléstia ceifando tantas vidas, é natural que as pessoas temessem contraí-la, evitando, o quanto possível, o contato com doentes e mortos. Em algumas delas, esse medo alcançou níveis maiores, levando a atitudes que não deixaram de ser interpretadas por alguns como *covardia*. Apreende-se isso em uma carta do Pe. Antonio de Almeida, capelão do Joaseiro (atualmente Juazeiro do Norte), localidade anexa ao Crato, endereçada ao Bispo do Ceará e datada em 18 de julho de 1862.

A missiva tinha como objetivo principal noticiar o falecimento por cólera, em 02 do mesmo mês, de João Marrocos Teles, padre e mestre-escola no Crato.¹⁶² O Pe. Marrocos, informa o remetente, teria sido uma *vítima de sua dedicação*, pois não se recusou a oferecer os *socorros espirituais* a todos os enfermos que o buscavam, mesmo estando acometido pela doença desde seu estouro por aquelas plagas.

Até o *final da prostração*, Marrocos teria continuado com suas atividades sacerdotais. Quando viu chegar a vez dele próprio seguir o caminho já trilhado por seus fiéis, pediu, invocando o *Santíssimo Sacramento*, ao “menos absolvição de seus peccados e não a obteve”, pois um irmão de hábito, “coitado, teve a fraqueza de negar-se absolutamente” a ouvi-lo em confissão.¹⁶³

A carta expunha, ainda, que entre mais de quinhentos cratenses mortos, cerca de trezentos *finaram sem o pasto espiritual*, pois o pároco Manoel Joaquim Aires do Nascimento confessara apenas uns cem, até adoecer do cólera, e o Pe. Marrocos outros tantos. Já outros sacerdotes, *abandonaram a cidade*, ou seja, fugiram de medo.¹⁶⁴

Pela leitura d’O *Araripe*, soube ter sido o Pe. Joaquim Ferreira Lima Verde – um nome constante em suas páginas, sempre envolvido em polêmicas com seus desafetos

¹⁶¹ Carta do Pe. Manoel Francisco de Araújo a Dom Luis Antônio dos Santos (Bispo do Ceará). 31 mai. 1862. Pasta CRA 19, 127. DHDPG.

¹⁶² O Pe. João Marrocos era pai de José Joaquim Teles de Marrocos (1842-1910), notabilizado, algumas décadas depois, por sua amizade com o Pe. Cícero Romão Batista (1844-1834), que também teve o progenitor, o comerciante Joaquim Romão Batista, morto pelo cólera no ano de 1862.

¹⁶³ Mesmo com a negativa de um dos seus *irmãos de hábito*, o Pe. Marrocos não finou sem antes receber a confissão. Seu registro de óbito afirma que ele morreu *confessado*. Pelo visto, algum padre caridoso, ou menos medroso, foi ao seu socorro a tempo de ministrá-lhe o *pasto espiritual*. Morreram por cólera na casa do Pe. Marrocos, ainda, um filho seu (Manoel Marrocos Teles) e dois escravos (Feliz e Francisco). Livro dos Coléricos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato, fl. 1. DHDPG.

¹⁶⁴ Carta do Pe. Antonio de Almeida a Dom Luís Antônio dos Santos (Bispo do Ceará). 18 jul. 862. CRA 19, 127. DHDPG.

pessoais e políticos – quem se negou a ministrar os sacramentos fúnebres ao colega João Marrocos. Em um texto de primeira página, a redação do jornal recriminava Francisco Rodrigues Sette, presidente da comissão sanitária, por um ofício publicado no conservador *Pedro II*, no qual se queixara da atitude do Pe. Lima Verde e também do Pe. Silva Sousa, um dos sacerdotes que fugiram do Crato.¹⁶⁵

É importante destacar que o hebdomadário não negava os acontecimentos envolvendo os dois padres. Pelo contrário, *O Araripe* frisava que todos ficaram com os *sentimentos molestados* diante dos fatos. Lançava, inclusive, novas acusações, pois – apesar de destacar os mais de oitenta anos do Pe. Lima Verde – insinuava que o mesmo se negara a socorrer seu irmão, Antonio Ferreira Lima, consentindo que deixasse a vida, junto com “primos, cunhados, sobrinhos e uma infinidade de parentes”, sem confissão. Enquanto seus familiares finavam, o padre optara por ficar *impassível* em seu sítio, “onde o cholera nunca penetrou”, alfinetava o jornal.

A crítica central do texto era, na verdade, por conta do Dr. Sette não ter incluindo ao lado dos padres Lima Verde e Silva Sousa – que, “tomado de pânico, retirou-se da cidade” –, os nomes de outros indivíduos, também acusados de cometer atos reprováveis durante o surto epidêmico, como Francisco José Pontes Simões (subdelegado de polícia), Manoel de Lavor Paz Barreto (fiscal da Câmara), ambos acusados de fugirem quando mais eram precisos, e Miguel Xavier (presidente da Câmara e líder do Partido Conservador na localidade), que, apesar de membro da comissão de socorros, *nunca saiu do seu asilo*, alegando estar doente: “Doente o Sr. Miguel Xavier! Nunca. Elle gosou sempre perfeita saúde, não soffreo molestia alguma, salvo si medo é também enfermidade”. Segundo o texto, o Dr. Sette tinha que ser justo, não calando os nomes desses três, independentemente de serem amigos particulares seus, “sobre quem pesão accusações inda mais graves” que as dos clérigos.¹⁶⁶

Além das fugas de alguns figurões, a estadia do *anjo do extermínio* ocasionou também uma tensão na fronteira com Pernambuco, mais precisamente com a localidade do Exu. Se nos anos de 1855-1856 os caririenses temeram a entrada da doença pela divisa com Pernambuco, em 1862 deu-se o contrário. Os efeitos calamitosos da *peste* no Cariri levaram o delegado de polícia do Exu a instituir um cordão sanitário na Chapada do Araripe, impellido a entrada no território pernambucano de sujeitos advindos do Crato e de outras localidades afetadas pelo cólera.

¹⁶⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 288, 13 set. 1862, p. 1.

¹⁶⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 288, 13 set. 1862, p. 1.

A medida se estendeu por alguns meses de 1862, sendo classificada pelo *O Araripe* como *ilegal* e *odiosa*. Segundo artigo assinado por um certo *Viajante*, os indivíduos que, após uma marcha de oito léguas pela chapada, chegavam ao limite com Exu, eram surpreendidos por piquetes que obstruíam a estrada, feitos por toras de árvores tiradas da floresta, guarnecidos por homens armados que obrigavam os viajantes a retornar, incontinenti, ao ponto de partida, sem consentir sequer uma pausa para descanso e alimentação. Alguns desses viajantes chegaram a ser presos e conduzidos até “a falda oposta da serra, e já tem havido quem, recalcitrando, volte com a cabeça quebrada!”¹⁶⁷

Segundo outra notícia, intitulada *Atentado*, essa ação da polícia foi responsável, inclusive, pela morte de um homem, cujo corpo foi encontrado em meio ao caminho que levava ao Exu, após ser coagido a retornar a pé “no meio da serra, completamente ao desamparo”. Afirmava, por fim, que o óbito não fora ocasionado pelo cólera, como insinuavam algumas pessoas, e sim em consequência das *cacetadas que sofrera* no piquete: “Em quanto o governo [do Ceará] gasta milhões para salvar a população; a polícia de Exu mata ou faz morrer a mingoa os pobres viajantes”.¹⁶⁸

A situação na fronteira foi descrita como típica de um *país bárbaro em tempo de guerra*, e o *medo*, disparava o semanário, tinha feito o delegado, responsável pelo cordão sanitário, *perder a razão* ou então havia um *cálculo neste modo de proceder*, insinuando que por trás da instituição dos cordões sanitários, a autoridade policial planejava dar uma *larga sangria* nos cofres públicos, “a pretexto de medidas preventivas contra do chorela!”¹⁶⁹

Talvez o brado contra o piquete escondesse algo mais que o simples descontentamento com o cessar do livre trânsito dos *pobres viajantes* ou com a violência perpetrada pela polícia. A adoção de uma barreira sanitária entre Crato e Exu também significava um obstáculo ao comércio interprovincial, pois por essa estrada se dava a comunicação do Cariri com o Rio São Francisco e sertões contíguos. Nestes termos, deduz-se que a manutenção do piquete poderia resultar em paralisação das trocas comerciais entre os produtos das regiões e, até mesmo, no caso de um recrudescimento do cólera, em risco de desabastecimento no sul do Ceará.

É pertinente recordar que a historiografia destaca as relações tecidas entre o *infeccionismo* e alguns princípios do liberalismo (ROSEN, 1994; CHALHOUB, 1996). Ao se contrapor às medidas defendidas pelos *contagionistas*, como a vigilância portuária e o

¹⁶⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 285, 23 ago. 1862, p. 4.

¹⁶⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 288, 13 set. 1862, p. 2.

¹⁶⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 285, 23 ago. 1862, p. 4.

sequestro de doentes, a teoria miasmática acabava por refletir bandeiras liberais, tal qual as do livre comércio e da livre circulação de produtos e pessoas. Desta forma, infere-se que as medidas profiláticas adotadas por Exu só podiam aborrecer ao *O Araripe*, que se identificava como órgão liberal.

O periódico chegou, inclusive, a afirmar que era obrigação do Estado punir os responsáveis pelos piquetes, já que eles feriam as *garantias do cidadão*: “É preciso que o governo cuide de reprimir semelhantes abusos, dos quaes resultão muitos males ao publico, faça mesmo responsabilisar essas autoridades, que violando todas as *garantias do cidadão*, pensão ter feito cousa muito meritória.”¹⁷⁰

Todavia, essa explicação não é satisfatória, tendo em vista que no ano de 1856, quando o cólera apropagou-se no Pernambuco e o Cariri temia sua entrada – ou seja, o contrário do que se deu em 1862 –, *O Araripe* representava os cordões sanitários de forma bem mais positiva, como nota-se a seguir, em editorial que divulgava os surtos que se davam nas localidades pernambucanas de Serra Talhada e Baixa Verde, distantes cerca de quarentas léguas em relação ao Crato:

Ei-lo pois que se *aproxima* [o cólera], malogradas nossas bellas esperanças. Enquanto nos restão alguns dias, *aproveite a policia em conjurar o mal com os recursos a sua disposição*. Bom será empregar já *toda a força* dos dous destacamentos da comarca em *um cordão sanitario*, que com *toda a severidades prive as relações entre os dous pontos*, medida *muitas veses empregada na Europa com felis sucesso*, e *unica* que nos pode *presevar da invasão* [...]. Algumas pessoas que se *tiverem inoculados do mal não transporão a linha*, e nosso único perigo ficará na *athmosphera*, o que, *graças a diversidade do clima, não é muito para assustar*.¹⁷¹

Pela comparação desta citação com o que foi publicado a respeito dos cordões sanitários em 1862, apreende-se uma mudança radical no posicionamento do jornal. No tempo que o cólera estava no Pernambuco, a medida era representada como a *única* capaz de evitar a entrada da moléstia no sul do Ceará e sua eficácia era legitimada pela informação de que seu uso obteve *feliz sucesso* na *Europa*. Ante isso, o jornal instava às autoridades policiais a usar *todas as forças* para *conjurar o mal* que amedrontava aos cratenses.

Ainda segundo o texto, se nenhum *inoculado* ultrapassasse essa barreira, as chances do cólera se manifestar ficariam restritas à ação da *atmosfera*, aos *miasmas*, o que parecia não atemorizar à redação, confiante em uma suposta salubridade do *clima* local. Deste modo,

¹⁷⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 285, 23 ago. 1862, p. 4. Grifos meus.

¹⁷¹ Jornal *O Araripe*, nº. 42, 26 abr. 1856, p. 1. Grifos meus.

barrar a entrada dos *outros* seria o melhor caminho para a manutenção da saúde entre os caririenses.

Se a aplicação de medidas restritivas ao livre trânsito com pontos onde grassava a epidemia era descrita de forma tão salutar, por que alguns anos depois elas foram representadas como símbolos de *barbárie*? Talvez o fato de sentirem na pele as consequências dos cordões sanitários fez com que os responsáveis pelo jornal revissem seu posicionamento. Pregar medidas que restringiam a circulação dos *outros* estava no pólo oposto ao de vivenciar a aplicação das mesmas sobre si.

É pertinente informar que as determinações do delegado do Exu durante a quadra epidêmica de 1862 não deixaram, também, de pesar diretamente no bolso dos donos de terra e comerciantes do Crato, afetando consideravelmente alguns correligionários d'*O Araripe*, pois além da paralisação da compra e venda de produtos, a própria cobrança de dívidas foi afetada pela crise na fronteira:

Nos apuros, em que se achão os commerciantes desta cidade, muitos tem sido os que derigindo-se a aquele termo e visinhos, para recolher os fundos, que teem espalhados, chegão a ver os tectos de seos devedores, e são escoltados, arredados para longe, sem lhes poderem dirigir uma palavra! Isto tem causado serios embarços, os quaes crescerão, si o Sr. Delegado do Exu vai por diante com seo cordão sanitário, si o mantem três meses mais, como pretende!¹⁷²

Malgrado as alterações entre Crato e Exu, o cólera parecia ter se desvanecido por completo do Cariri em setembro de 1862. Por esse tempo, davam-se apenas casos isolados na região. Nas proximidades do dia 20 desse mês, noticiou *O Araripe* que *um pobre pai de família* faleceu na Barbalha e alguns outros casos eram observados nos arredores dessa vila, particularmente no sítio Cabeceiras. No dia 22, deu-se a confirmação de um caso no Crato, contudo, em “um o individuo que felizmente salvou-se.”¹⁷³

Na mesma edição em que esses casos foram divulgados, o jornal publicou um texto com orientações para tratamento dos primeiros sintomas da doença e de um eventual agravamento da mesma, como que realçando a importância de ações rápidas para evitar nova proliferação da *peste*.

O estado sanitário do Cariri parecia mesmo voltar de todo à normalidade, ao ponto do Dr. Medeiros o ter deixado no dia 08 de setembro. Em sua edição 289, *O Araripe* fez elogios

¹⁷² Jornal *O Araripe*, nº. 285, 23 ago. 1862, p. 4.

¹⁷³ Jornal *O Araripe*, nº. 289, 27 set. 1862, p. 2.

rasgados ao médico, adjetivando-o de *amigo dedicado, abnegado, generoso, humano e desinteressado*.

Segundo o texto de primeira página, sua dedicação à população não devia ser esquecida e algumas pessoas estavam dispostas a tornar pública essa gratidão, fazendo uma “joia com inscrições que comemorem os seus serviços e possa em sua casa ser uma legenda de família, um penhor da estima e da gratidão do povo do Crato.”¹⁷⁴ Mas os cratenses não tiveram tempo para esquecer os feitos do, aparentemente, *querido Dr. Medeiros*, pois, em pouco menos de dois anos, ele retornou à cidade e por motivos semelhantes: o cólera tinha voltado.

Antes de falar sobre esse novo surto epidêmico, faz-se necessário comunicar que o *hebdomadário* não circulou no ano de 1863. Somente uma página foi impressa nesse ano, no dia 29 de outubro, e seu cabeçalho exibia a numeração 294, a mesma impressa na última edição de 1862. Tratava-se de um único texto, publicado *a pedido* de um certo R. R. Setuval, em que se censurava o Pe. José Maria Freire de Brito, da freguesia de Lavras, apresentado como “incestuoso, ladrão, relapso, jogador de profissão”, entre outros impropérios. A página terminava com os seguintes versos áperos:

Fugi do ladrão
De c'roa e batina
O vil Curúru
Que Britto se assigna

Fugi do devasso
Do Padre sandeo
Que o povo roubou
Que o voto vendeu

Bom povo Lavrense
Fugi do pirata
Que as bolças infesta
Dos cobre à cata.¹⁷⁵

No entanto, por mais reprováveis que fossem os atos do Pe. Brito, qual importância tinham para merecer uma impressão extraordinária d'*O Araripe* naquele ano? É simples: o sacerdote apoiara Bernardo Duarte Brandão na última eleição realizada para a Câmara dos Deputados, em detrimento da candidatura do Pe. Thomaz Pompeu, maior liderança do Partido

¹⁷⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 289, 27 set. 1862, p. 1.

¹⁷⁵ Jornal *O Araripe*, edição suplementar do nº. 294, 29 out. 1863.

Liberal no Ceará. Segundo o documento, Pe. Brito vendera seu voto a Bernardo pela fortuna de quatro contos de réis, daí a razão do verso “que o voto vendeu” citado acima.

Além de seu posicionamento contrário a Thomaz Pompeu, o padre lavrense teria pronunciado acusações supostamente infundadas a respeito de João Brígido e do Cel. Antonio Luis, o que responde, definitivamente, a pergunta formulada a pouco, tendo em vista estarem estes dois entre os principais liberais cratenses e ideólogos do *hebdomadário*.

Explicado o porquê do texto sobre o Pe. Brito, constituído enquanto nota de desagravo, resta tentar descobrir a razão d’*O Araripe* não ter circulado ao longo de 1863. Analisando o histórico das edições do jornal (*vide* Tabela 4), posso afiançar que, por essa época, sua regularidade não exibia mais a estabilidade dos primeiros anos. De julho, quando foi fundado, até dezembro de 1855, *O Araripe* circulou por vinte e cinco semanas. No ano seguinte, foram cinquenta, seu recorde. O biênio 1857-1858 teve o mesmo número de edições: quarenta e nove cada. Já em 1859 houve a primeira queda considerável, com o periódico saindo apenas em trinta e três semanas. No ano posterior houve uma recuperação: quarenta e uma edições. Todavia, a tendência à instabilidade marcaria os anos seguintes: vinte e seis edições em 1861, vinte e uma em 1862 e nenhuma no ano seguinte.

Após a leitura que fiz do jornal, penso que esta instabilidade na circulação deveu-se, mormente, a motivos de ordem técnica e financeira. Em fins de 1859, por exemplo, a falta de alguns *utensílios indispensáveis* – possivelmente de tipos móveis para as prensas mecânicas – foi a justificativa dada para *suspender por um ou dois meses* a impressão d’*O Araripe*.¹⁷⁶ Levando em consideração que os instrumentos tipográficos eram adquiridos nas capitais, distantes, na média, em seiscentos quilômetros, é fácil deduzir que o concerto ou reposição de peças defeituosas demandava um tempo considerável, o que podia resultar na paralisação das prensas até a solução da questão.

Quanto ao aspecto financeiro, era comum a veiculação de comunicados da redação pedindo aos leitores a quitação das assinaturas em atraso. Na primeira edição do ano de 1860, exatamente após a paralisação citada no parágrafo anterior, um texto de primeira página falava dos *muitos embarços* enfrentados pela imprensa local, devido à “falta de fundos que fação face às despesas mais indispensáveis, em consequencia de morosidade havida na contribuição das assignaturas.” Instava, desse modo, os assinantes a quitarem suas dívidas junto à redação, tendo em vista a “conveniência que há na regulação da única folha que existe entre nós”.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 206, 26 nov. 1859, p. 4.

¹⁷⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 207, 14 jan. 1860, p. 1.

Como o órgão era espaço privilegiado para os projetos políticos dos liberais locais, essa inadimplência dos leitores forçava os responsáveis pelo jornal a arcar com parte significativa dos custos para conservação e circulação do mesmo, o que, a longo prazo, parecia ser insustentável, como sugere a fonte abaixo:

Apesar da falta do pontual pagamento de assignaturas, que temos soffrido, não temos querido que o nosso jornal suspenda as suas publicações; mas vemos que continuar com todo o peso das despesas do seu custeio nos é absolutamente impossível, e por isto lembramos aos nossos assignantes e amigos, que é do seo mais rigoroso dever contribuir, ao menos por este modo, para que não fiquemos redusidos a retirar da scena um jornal, que aliás é absolutamente indispensavel manter e só tem sido sustentado com sacrificios nossos no interesse dos amigos.¹⁷⁸

Feitas essas considerações, poderia deduzir que o interregno no ano de 1863 decorreu de questões técnicas ou pela piora nas finanças da redação. Todavia, quando em 1864 sua impressão foi retomada, foi outra a explicação dada por João Brígido para justificar a suspensão da circulação, o que interessa, sobremaneira, aos objetivos dessa dissertação, como nota-se a seguir:

Depois de uma interrupção de quase dois annos, O Araripe vae reassumir a sua tarefa, sahindo regularmente segundo o seo antigo programa. *A epidemia do cholera*, que pesando *horrivelmente sobre esta cidade*, trouxe o *vacuo* e a *confusão a todas as associações*, por tal modo *influiu sobre a empresa do Araripe*, que tornou *impossivel a sua publicação*. Por nosso esforço insolito, e vencendo embaraços de todo o genero, pudemos ainda dar algumas edições de nosso jornal [em referência às últimas dez edições, publicadas a partir 23 de agosto de 1862, quando a epidemia declinou no Crato]; mas ellas forão como um signal unicamente de seo *desapparecimento por muito tempo*.¹⁷⁹

Destarte, o cólera, que já tinha parado as prensas do semanário entre os meses de abril e agosto de 1862, foi apontado como o principal responsável pela mais longa interrupção na trajetória d'O Araripe. É válido conjecturar que a morte de correligionários – que publicavam textos e, certamente, contribuíam com o custeio do jornal – e de pessoas aptas para o trabalho na tipografia, levou à redação a enfrentar um inesperado desfalque, clareando o porquê dessa justificativa.

O próprio João Brígido, no editorial de retorno, afirmou que só no começo de 1864 foi possível “reunir alguns artistas, que nos faltavão, fasendo um sacrificio sobre nossos proprios

¹⁷⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 248, 05 jan. 1861, p. 1.

¹⁷⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 295, 16 jan. 1864, p. 1. Grifos meus.

recursos”. Prosseguia, convocando os assinantes, amigos e correligionários a contribuir para a “sustentação do órgão do partido liberal do Cariri, não consentindo que sejamos esmagados pelo peso, que havemos tomado sobre nossos ombros”, trazendo, desse modo, seu “óbulo para a obra commum, não esquecendo que em tudo devemos ser solidários”.¹⁸⁰

As ponderações do redator em relação aos efeitos do cólera n’*O Araripe*, corroboram com o que tenho afirmado, ao longo desse texto, sobre a ligação peculiar que se estabeleceu entre o jornal e a epidemia. A fundação daquele coincidiu com chegada da *peste* ao Brasil, de forma que os surtos ocorridos no país foram amplamente divulgados pelo hebdomadário, particularmente, no que dizia respeito a sua aproximação em relação ao Crato. Por outro lado, no período em que a doença atingiu a localidade, o jornal não mais exibia o vigor de seus primeiros anos, de forma que, como ocorrera com parte dos cratenses, não teve forças para resistir à epidemia reinante, saindo de circulação por uma longa temporada, como se, metaforicamente falando, o jornal também tivesse sido *contaminado*.

Para completar, terminado o tempo da *convalescença*, com a retomada da impressão do semanário, o assunto cólera voltou a ser uma presença cotidiana em suas folhas, pois, em 1864, o *anjo do extermínio* voltava a adejar suas asas sobre o sul do Ceará. Entre as vinte e cinco edições consultadas nesse ano,¹⁸¹ notei que quinze imprimiram um total de vinte e nove textos com menções à epidemia. Em meados de março, foram noticiadas as primeiras suspeitas de casos no município de Lavras,¹⁸² o que, segundo *O Araripe*, logo aterrou a população cratense, devido às dramáticas lembranças deixadas pela epidemia de 1862:

Depois dos horrores de julho [de 1862], o cholera é um phantasma, que altera a população, um doente dos espiritos adoecidos de medo, o anjo negro que paira sobre as nossas cabeças.

Desde que divulgou-se a noticia de que a algumas legoas da villa das Lavras erguera a cabeça o monstro dos climas asiaticos, a população estremeceu de susto; e a inquietação se derramou nos seio das famílias tão sangradas na última epidemia.¹⁸³

A despeito de suspeitas e temores, o artigo afirmava que os casos verificados em Lavras eram poucos e não tinham sido tão letais. Essa informação dava a “esperança de que

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Não há como precisar a quantidade exata de edições impressas em 1864. Como já afirmei, vinte e cinco delas foram conservadas no acervo da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel, sendo que a última microfilmada é a n.º. 319, de 13 de agosto. Contudo, outros números foram publicados nesse ano, pois, Irineu Pinheiro cita, em um dos seus livros, a edição 336, que diz ser datada em 18 de fevereiro de 1865 (1950, p. 178), o que significa dizer que pelo menos dezessete números foram impressos entre agosto de 1864 e fevereiro de 1865.

¹⁸² Jornal *O Araripe*, n.º. 304, 19 mar. 1864, p. 4.

¹⁸³ Jornal *O Araripe*, n.º. 306, 02 abr. 1864, p. 3.

não sofreremos uma epidemia, nem mesmo uma ligeira visita, daquelas que essa molestia costuma fazer as localidades que uma vez assolou”. O arremate dessa notícia era dado pela transcrição de um ofício do delegado de Lavras, Antonio Joaquim de Sousa Rolim, em resposta a outro, remetido por João Caetano Pereira, delegado do Crato, em que este inquiriu sobre a veracidade do aparecimento do cólera naquela vila.

No documento, o delegado lavrense, confirmava que algumas pessoas vinham falecendo na localidade e arredores. Todavia, atribuía essas mortes a uma *febre epidêmica* que lá grassava desde janeiro, supostamente vinda do Icó, cujo principal sinal era um alquebramento em todo o corpo, verificando-se também, em uns doentes, uma vermelhidão na pele e diarreia. Os dois primeiros sintomas vinham sendo tratados, com sucesso, pelo consumo de café preto quente e aguardente; o último, pela aplicação de clisteres (injeções no reto).

Quanto às mortes ocorridas, o delegado dizia que não contavam mais que oitos, na maioria *crianças e velhas*. Por fim, informava que alguns *curiosos do lugar* – possível referência às pessoas sem habilitação em medicina, mas praticantes de certas artes de curar – tinham *incutido no animo do povo* a ideia de que os falecimentos deram-se por cólera, do que divergia o delegado, “em rasão de que lendo a história desse judeo errante nunca o vi apparecer em lugar algum, onde estivesse o povo sem recurso como aqui que não fizesse estragos consideráveis”.¹⁸⁴

A avaliação do delegado não foi suficiente para esconjurar a efetiva presença do cólera em Lavras e sua comunicação com outras localidades cearenses. Confirmada a natureza da moléstia, Lafayette Rodrigues Pereira, então presidente da província, nomeou, no dia 18 de abril, o Dr. Antonio Manoel de Medeiros para seguir com urgência, munido de uma ambulância com remédios, ao Icó, “onde se deve encarregar do tratamento dos presos, praças de destacamento e pessoas desvalidas, que foram accommetidas do cholera-morbus, cujo apparecimento consta ter-se alli dado.”¹⁸⁵ Informava ainda o ofício de nomeação, que, em caso da manifestação da doença em qualquer ponto das comarcas de Icó, Crato ou Jardim, Medeiros deveria para lá seguir, para tomar as providências cabíveis no combate ao mal, informando tudo, imediatamente, ao presidente e solicitando o que julgasse conveniente.

¹⁸⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 306, 02 abr. 1864, p. 3.

¹⁸⁵ Livro de Offícios Saúde e Socorros Públicos (1863-1876), fl. 4. Fundo Governo da Província do Ceará. Arquivo Público do Estado do Ceará. Por seus serviços, determinava ainda o documento, Antonio Medeiros receberia seu soldo simples de médico do corpo de saúde do exército, mais gratificação diária de 20\$000, que seria elevada a 30\$000 “logo que se verificar o desenvolvimento da epidemia em qualquer dos pontos indicados, e que tenha Vmce. de a elle acudir na forma que lhe tenho recommendado”. Este último valor correspondia ao dobro da diária paga ao médico durante o surto de 1862, uma remuneração considerável, mesmo para um trabalho tão insalubre e arriscado.

Para o Barão de Studart, a segunda invasão da freguesia do Crato pelo cólera se deu no dia 25 de março de 1864, estendendo-se até 15 de junho (STUDART, 1997). *O Araripe*, em sua edição 307, também cita a primeira data, afirmando que os sinais iniciais da *peste* deram-se nas margens do rio Batateira, daí seguindo “até as extremas do termo [do Crato], entrou no districto de Missão velha e occupou todo o termo da Barbalha, desde as encostas do Araripe até tocar ao termo das Lavras.”¹⁸⁶

Por essa época, o semanário voltou a publicar orientações de como tratar a doença e sua impressão foi novamente interrompida por algumas semanas, pelo que se desculpou a redação, prometendo aos assinantes “que serão publicados tantos números quantos bastarem para indemnisa-los dos que deicharão de sahir.”¹⁸⁷

Nova tensão instalou-se nas relações com a vizinha Exu. No começo de junho, o semanário noticiou que um caso fatal do cólera tinha ocorrido no sítio Carrancudo, território daquele município pernambucano. A partir desse relato, prenunciava: “parece que desta ves não ficarão incolumes os nosso visinhos, que a mão da Providencia salvara em 1862”. Prognosticava, ainda, que os exuenses sofreriam muito mais que os lugares flagelados naquele ano, “porque a experiência vae mostrando que o cholera sempre é menos intenso em seos reaparecimentos, bem que tenha mais longa duração”.¹⁸⁸

Duas edições após a publicação dessa nota, *O Araripe* relatou que a morte divulgada no sitio Carrancudo teria sido, na verdade, de um homem do Crato, que saindo da cidade afetado pela doença, caiu moribundo na dita localidade. O medo em torno desse *hóspede* teria levado as pessoas do lugar a *enterrá-lo vivo*, o que foi classificado como *canibalismo* pelo jornal: “Não ha exemplo em outra parte de tamanha deshumanidade”.¹⁸⁹

Não tenho como saber se houve ou não o sepultamento em vida desse colérico, ou se a nota era um resquício dos ressentimentos pelos cordões sanitários armados pelo Exu no ano 1862. Todavia, se tal ato de desespero houve, aparentemente, ele surtiu efeito, pois a epidemia não grassou na última localidade, contrariando as previsões dos responsáveis pelo jornal.

Apesar de errar no presságio sobre o cólera no Exu, *O Araripe* acertou ao afirmar que a *peste* seria bem mais amena em sua segunda manifestação no Crato. Na edição de 18 de junho de 1864, passado o surto, calculou em novecentos e oitenta o número de pessoas atingidas pela moléstia na cidade, das quais cento e trinta teriam perecido. Outras quatrocentos e setenta e seis pessoas contraíram a moléstia nos sítios e povoados adjacentes

¹⁸⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 307, 13 mai. 1864, p. 2.

¹⁸⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 309, 04 jun. 1864, p. 4.

¹⁸⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 309, 04 jun. 1864, p. 2.

¹⁸⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 311, 18 jun. 1864, p. 4.

ao centro urbano do Crato, tais como no Granjeiro, Guaribas, Batateira, Francisco Gomes, Joaseiro, entre outros. Nesses lugares, a cifra mortuária era apenas de setenta e quatro. Desta forma, para *O Araripe*, o número de coléricos na cidade e cercanias teria sido de mil quatrocentos e cinquenta e seis, com duzentos e quatro óbitos registrados.¹⁹⁰

Uma tabela com dados da época, transcritos pelo Barão de Studart, corrobora essa assertiva sobre a menor letalidade do *viajante gangético*:

TABELA 5 – O cólera no Ceará em 1864

Freguesias	Invasão	Terminação	Atacados	Mortos
Lavras	28/02	29/07	1363	290
Crato	25/03	15/06	1252	204
Missão Velha	02/04	20/06	667	95
Icó	05/04	30/05	541	45
Barbalha	25/04	26/06	2268	148
Boa Vista	29/04	12/06	39	14
Milagres	06/06	18/06	431	87
Jardim	09/07	04/08	38	03
Total			6599	886

Fonte: Reprodução, com pequenas adaptações, de tabela publicada in: STUDART, 1997, p. 59.

Pelo que está exposto acima, posso afirmar que os surtos epidêmicos de 1864 não tiveram mesmo a abrangência geográfica e numérica obtida dois anos antes no Ceará. Inclusive, os casos centraram-se na região mais ao sul da província, não ceifando vidas no litoral, como fizera anteriormente. A cifra de mortos, estimada em oitocentos e oitenta e seis, não foi nada se comparada aos cerca de onze mil cearenses vitimados pelo cólera no ano de 1862.¹⁹¹

¹⁹⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 311, 18 jun. 1864, p. 3.

¹⁹¹ Apesar de mais leve, a epidemia não deixou de engendrar cenas deploráveis no Cariri. Na Barbalha, mais de duas mil pessoas foram acometidas, a maior cifra da região, de forma que as tarefas do Dr. Medeiros se concentraram nessa vila, apesar de maior taxa de óbitos ter ocorrido no Crato, como mostra a Tabela 5. Em Missão Velha, a segunda manifestação do cólera foi considerada mais letal que a anterior. Segundo relatório impresso no *O Araripe*, de autoria de Bernardino Gomes, da comissão sanitária dessa localidade, *espetáculo aterrador* deu-se no povoado de Missão Nova, habitado por cerca de cento e sessenta e três almas, na maior “parte mulheres solteiras”, possível insinuação de que essas seriam prostitutas. Cerca de cem pessoas do povoado caíram enfermas e algumas casas ficaram “completamente alagadas das materias cholicas, e seus habitantes deitados sobre as mesmas materias já descrião da vida.” Bernardino informa, ainda, que, além da doença, a fome também açoitava o povo do lugar, obrigando-o a mandar *matar uma vaca alheia* para suprir ao

Diante dessa conjuntura, foi com um misto de alívio e satisfação que *O Araripe* publicou o último texto de que tenho notícia sobre o cólera. Nele, noticiava a chegada do Dr. Antonio Manoel de Medeiros ao Crato, depois de ter passado uma temporada debelando o cólera na povoação de Milagres. Anunciava também que o mesmo logo regressaria à capital, aproveitando para elogiar sua ação no trato dos doentes durante a quadra epidêmica, sustentando “dignamente a sua reputação de primeiro medico do provincia nessa especialidade”. Por fim, sugeria à administração provincial que recompensasse ao facultativo, com uma boa remuneração pecuniária, por seus *serviços e dedicação à humanidade*.¹⁹²

Nesse tom laudatório com que se referiu ao amigo Dr. Medeiros, o semanário pôs fim à série de publicações que veiculou sobre o cólera, série essa que mapei ao longo dos últimos dois tópicos. Feito esse mapeamento, faz-se necessário se aprofundar no que estava nas entrelinhas dos textos sobre a epidemia. As representações do cólera n’*O Araripe* não deixaram de refletir o posicionamento, pretensões político-sociais, crenças religiosas e científicas de seus autores.

mesmo. Outro animal teve que se abatido, quando da sua saída da localidade. Jornal *O Araripe*, nº. 314, 09 jul. 1864, p. 2-3.

¹⁹² Jornal *O Araripe*, nº. 319, 13 ago. 1864, p. 2.

O ARARIPE.

CRATO

N - 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
 Por um anno 4\$000
 Por 6 meses somente 3\$000
 O jornal sairá todos os sabbados.
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a podera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero: que pelo bem da humanidade.

O cholera é sem duvida uma terrivel epidemia, mas não é mais grave, nem mais mortifera, do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem-se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselho os receituarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor fôco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se inorre, e que fará mesmo um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e ch-gue-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares convem, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperança em sua infinita bondade, empregar dois meios: coragem e prestesa na applicação dos remédios proprios para o primeiro periodo da molestia

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste aserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que fllam mais alto do que tudo.

Nº Para o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametã, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fraqueza e cobardia de seus habitantes, que sem honrar um aos outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e Santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medicos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso inoreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de tratar se pelos meios proprios.

Entretanto no Rio de Janeiro, no seio dessa cidade, para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produzio pouco effecto. Além de causa-lo muito pouca mortalidade, acrece que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a febre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-na até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

Commercio, festividades, serão enfim a todo isso que constitue o movimento de uma grande cidade, não teve um momento de tregoa. Houve somente uma coisa, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de ocasião; os pobres e desvalidos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e deauxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal acollimento ao inimigo commum. Huma pois aos Fluminense e aos Pernambucanos; e tratemos de inutilis, a medida de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem dormido até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-na as autoridades, façam cada um o que estiver de sua parte, que Deus uos ajudará a todos.

Quando todos se previnam com mehorançass para combater o cholera morbus q' se aproxima, chis, parece querer invalidar esta effeito e fugir as circumstancias, veio do Pará a agitação no ex-

5 — O CÔLERA ENTRE A POLÍTICA, A RELIGIOSIDADE E A CIÊNCIA

5.1 – Liberais e Conservadores: tomando partido do cólera?

De uma carta que acaba de receber do Sr. Coronel Severo Granja, sabemos que o flagello do cholera já tem evadido a comarca da Boa-vista de Pernambuco, na beira do rio de S. Francisco; já estamos com esse *terrível viajante bem perto* de nós, e *nossa voz tem sido improfíqua em obter medidas energicas, e preventivas* contra o mal. Como *escriptor publico* temos *satisfeito nosso dever*, outros portanto deverão ser *acusados de indolencia* pelo pouco interesse que se tem tomado com negocio de tanta gravidade.¹⁹³

O texto transcrito acima foi divulgado em meados de dezembro de 1855. Como vários outros daquele ano, ele dava conta dos feitos do cólera em Pernambuco e da possibilidade de ocorrer em breve o advento desse *terrível viajante* no Cariri. A citação aponta como os responsáveis pelo órgão representavam essa ação enquanto um *dever* da imprensa, dos *escritores públicos* que usavam sua voz em prol da reivindicação de medidas profiláticas que obstacularizassem o adentrar do cólera na região. Contudo, se *O Araripe*, como ele mesmo autoproclamava, *satisfazia seu dever*, por meio do que propalava sobre tal moléstia, *outros* poderiam ser acusados por *indolência* no trato da questão.

Mas, quem eram esses *outros* que não davam ouvidos a apelos *aparentemente* tão bem intencionados? A resposta para essa indagação indicia como as representações engendradas pelo *O Araripe* sobre a epidemia não deixaram de refletir as disputas pessoais e políticas daquela conjuntura. No geral, o escopo das críticas eram as autoridades públicas, como é possível apreender no texto abaixo, que acusava o então presidente do Pernambuco pelo alastramento da *peste* nesta província e por sua conseqüente aproximação em relação ao Ceará:

A Talhada [Serra Talhada] e Baixa- verde, que nada mais dista do Crato 40 legoas, se debatem com o cholera. Sim, desta vez o fatídico oriental se aproxima da terra Cearense, uma victima expiatoria. Quem deria que o cholera tal digressão fizesse? Imprevidência do Sr. José Bento de Figueredo! Que fez alli chegar uma força de linha occultando em suas fileiras esse terrível veneno, para innocular na população.¹⁹⁴

Pela leitura da fonte, nota-se que o presidente era acusado de *imprevidência* por conta de um deslocamento militar ter, supostamente, transportado o *terrível veneno* de um lugar

¹⁹³ Jornal *O Araripe*, nº. 24, 15 dez. 1855, p. 2. Grifos meus.

¹⁹⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 42, 26 abr. 1856, p. 1. Grifos meus.

para outro. Se até o chefe do executivo de Pernambuco não foi poupado pelo *O Araripe*, quanto mais próximas as autoridades estivessem do Cariri, ou seja, ocupando posições e cargos disputados pelas elites locais, maior era o teor das admoestações. Em 1855 uma edição afiançava que, em caso de infecção pela doença, não faltaria o *concurso* e *socorro* da presidência do Ceará, na época ocupada por Vicente Pires da Motta, adjetivado como *enérgico* e *patriota* ao ponto de “voar em nosso socorro certo que seremos, dos Caririseiros, os primeiros acometidos do mal.” Todavia, essa confiança na ação do executivo provincial era contrastada pelo ceticismo em torno da municipalidade do Crato, que devia responder ativamente ao alarme do cólera, em vez de, disparava o artigo, ficar *dormindo às bordas de um abismo*.¹⁹⁵

Cartas emitidas por leitores de outras localidades caririenses também emitiam opiniões semelhantes. Uma missiva de um anônimo, da vila de Jardim, informava sobre os estragos da epidemia em alguns pontos pernambucanos e que a mesma já estava na Fazenda Boqueirão, à cerca de sete léguas da fronteira com o Ceará.

Essa aproximação teria se dado por conta de um rapaz da referida fazenda que se dirigiu à Serra Talhada, onde o surto tinha se manifestado, para dar entrada nos *banhos*, nos proclamas do seu casamento com uma moça que *furtara*. Ao retornar da Serra Talhada, o jovem caiu vitimado pelo cólera. Seu pai logo o contraiu também, vindo a morrer, e outras pessoas do lugar também ficaram enfermas. Diante desses episódios em suas adjacências, o jardinese desfechou censura ferrenha contra as autoridades locais, que, na sua percepção, não adotavam medidas sanitárias efetivas para impedir a introdução do *terrível mal*:

[...] apesar deste e outros exemplos as *authoridades daqui*, a quem *encumbe velar no bem publico*, não tem feito sessar o *tranzito daquelles lugares para este*; os *correios* cruzão todos os dias, e *continuum as mesmas rellações*, como dantes; não temos *câmara*, se ha nada tem *deliberado a semilhante respeito*; os *charcos*, *animaes mortos* e outras *imundícies* se encontrão a cada passo nas ruas e *quintaes* desta villa, e não temos *fiscal*, que tome *contas com isso*: ouço diser que o Exm. Pais Barreto [presidente do Ceará] criou aqui uma *commissão sanitária*, mas esta *ainda não deo signaes de vida*; finalmente *todos de braços crusados olhão uns para os outros*, e o *terrivel mal* como se querendo aproveitar de *tanta inercia*, *marcha contra esta numerosa e infeliz população a passos avançados*; Deus nos acuda.¹⁹⁶

Pelo que se vê no arremate da citação, mesmo a nomeação das comissões de socorro pela presidência não foi um ponto pacífico para os que escreviam no semanário. No geral, a

¹⁹⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 10, 09 ago. 1855, p. 2.

¹⁹⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 46, 31 mai. 1856, p. 4. Grifos meus.

instituição dessas comissões foi elogiada, pois tinha como objetivo basilar o auxílio à população das localidades onde se revelasse a moléstia. No entanto, a controvérsia ficava por conta dos nomes indicados para integrá-las, como é possível visualizar a seguir:

S. Exc^a. o Sr. Presidente Paes Barreto, no seo *louvavel desejo de attenuar*, quanto caiba em seo governo, *os terriveis effeitos do cholera*, [...], lembrou-se de encumbir as medidas de salvação publica à juntas de quatro membros, que criou em cada uma de nossas villas, procurando compol-as com aquellas pessoas que ou por seus *empregos*, ou pela sua *concideração nos lugares* davão esperança de desenvolverem alguma energia e faserem mesmo *sacrificios pessoas* em favor das populações em situação tão desesperada. Infelizmente, maogrado sua expectativa, suas admoestações fraternaes, essa coragem, que procura inspirar no meio do cortejo de horrores com que se nos figura a apparição préstes desse flagello, algumas das taes commissões nem *siquer tiverão vida e coragem para responderem aos officios de S. Exc^a!* Não é que o medo lhes tenha tolhido a penna, é que a *ineptidão* desses Srs. suas *posições e relações*, *não forão consultadas e attendidas* pelos honrando Presidente, que devia dar todo o peso a essa concideração, quando criava uma comissão tal, que por isto mesmo que estava empenhada em uma causa desesperada devia ser *composta de pessoas, que inspirassem sympathias, tivessem energia para obrar em quadra semelhante*, e sobretudo *enxergassem alguma cousa*.¹⁹⁷

A pedra de toque dessa crítica estava no fato de que, na maioria das vezes, o presidente compunha as comissões a partir da nomeação de autoridades residentes nas localidades – como juízes, delegados, vereadores, párocos, entre outros – ou de pessoas gradas – comerciantes, médicos, etc. Destarte, ter o nome indicado para tais juntas denotava *status* e prestígio social.

No caso d’*O Araripe*, quando a indicação de um nome para as comissões desagradava à redação, escritos agressivos eram publicados sobre o assunto. Em 1862, por exemplo, a comissão do Crato contou com a presença do presidente da Câmara, Miguel Xavier, líder do Partido Conservador e responsável pelo jornal *Gazeta do Cariri*, fundado em 1860. A nomeação dele para a junta sanitária aborreceu enormemente ao *O Araripe*, que não hesitou em desqualificá-lo, acusando Miguel Xavier de fingir, por medo, uma enfermidade para não ausentar-se de casa na ocasião em que o cólera rebentou.¹⁹⁸ Como inexitem edições conservadas da *Gazeta do Cariri* e *O Araripe* não concedia direito de resposta a adversários em suas páginas, infelizmente, não há como saber a versão do presidente da Câmara sobre tal história.

¹⁹⁷ Jornal *O Araripe*, n.º. 40, 12 abr. 1856, p. 1. Grifos meus.

¹⁹⁸ Jornal *O Araripe*, n.º. 288, 13 set. 1862, p. 1.

Todavia, a maior campanha feita contra um comissionado se deu no ano de 1856, tendo como alvo o vigário da Barbalha, Pedro José de Castro e Silva. Além de exercer o paroquiato nessa vila por mais de vinte anos, tal padre era a principal liderança conservadora, da mesma, tendo, inclusive, ocupado o cargo de deputado provincial por seis legislaturas (DIÓGENES, 2008, p. 189).

O nome de Pedro Castro e Silva aparecia corriqueiramente nas páginas do órgão liberal, sempre com duras críticas e acusações a seu respeito. Isso se explica pelo fato do padre ser um desafeto pessoal de João Brígido. No ano de 1857, por exemplo, o sacerdote fora apontado como um dos responsáveis pelo envio, em nome da Câmara barbalhense, de uma representação ao governo provincial contra o redator d'*O Araripe*, que na época desempenhava a função de professor público nessa localidade. Segundo artigo exposto em primeira página, além tecer calúnias contra “um moço que se acha acima dos botes de aquelles, que enegrecidos na corrupção só vivem vida de crimes”, o padre teria forjado assinaturas de membros da Câmara naquele documento.¹⁹⁹ Duas edições após a veiculação desse texto, o semanário fez nova insinuação contra o pároco, afirmando que ele aliciara um *facínora*, por 200\$000 réis, para dar *umas pequiadas*, uma lição em João Brígido.²⁰⁰

Devido sua aversão ao padre, *O Araripe* teceu fortes críticas à junta sanitária instituída em Barbalha no ano de 1856, como podemos notar a seguir:

A [comissão] da *Barbalha* notadamente é mais uma *infelicidade que pesa sobre aquella villa*; gente *desasada* para semelhantes cousas, *imbecil completamente*, nem si quer poderão arranjar um officio respondendo o do Sr. Presidente! Destinguimos entre os quatro um Sr. *membro*. Tendo-lhe S. Exc.^a prescripto, como *medida urgente*, a factura de um *cimiterio* inda mesmo de madeira, e mandando-lhes um *credito* para as despesas de semelhante obra; não obstante ser ella *reclamada pela salubridade publica*, e o *voto constante da população*, que vê em sua matris, o mais *nogento templo da provincia*, um *foco de miasmas* que amiaça, de há muito, desenvolver alli um mal perigoso; não obstante haver uma *subscrição dos habitantes*, uma *verba no orçamento da câmara*, todavia a *obra não se fará!* É uma *falta de caridade*, permitta-nos a comissão diser!²⁰¹

Ao descrever a comissão de Barbalha e o estado do templo da vila de forma tão áspera, a redação d'*O Araripe* tinha como plano atingir a imagem do vigário Pedro, o *senhor membro* citado na fonte, que, aparentemente, se posicionava contra a edificação de um

¹⁹⁹ Jornal *O Araripe*, n.º. 96, 30 mai. 1857, p. 1.

²⁰⁰ Jornal *O Araripe*, n.º. 98, 20 jun. 1857, p. 3.

²⁰¹ Jornal *O Araripe*, n.º. 40, 12 abr. 1856, p. 1. Grifos meus.

cemitério, malgrado os alegados reclames da população em prol da *salubridade pública*, amedrontada com os *miasmas* advindos da igreja de Sto. Antônio.

O artigo prosseguia, narrando uma visita feita à Barbalha por Domingos José Nogueira Jaguaribe, juiz de direito e presidente da comissão sanitária do Crato. Na ocasião, Jaguaribe teria se *horrorizado* com o *espetáculo triste* da matriz, que de tanto mau cheiro estava sendo abandonada pelos fiéis. Ante tal cenário, teria procurado autoridades do lugar para reiterar a urgência do fim dos enterros na igreja, chegando a oferecer um escravo seu para trabalhar como carpinteiro na obra do cemitério. Ao vigário, instara que não consentisse mais nas inumações no templo e que benzesse, o quanto antes, um terreno para servir de cemitério.

Não obstante, o sacerdote teria se mantido irredutível, de forma que, passados alguns meses, recebera um ofício da vice-presidência do Ceará, ordenando o fim dos sepultamentos no templo. Insatisfeito com a reprimenda do governo e suspeitando que tal ordem resultara de um pedido particular do Dr. Jaguaribe, Pe. Pedro decidiu sair da comissão sanitária e publicamente corroborou seu não apoio à construção da necrópole. Como sua influência política e social era forte, outras pessoas – seus *aderentes*, nas palavras do jornal – também se retiraram da comissão, que foi assim extinta. Diante disso, a edificação do cemitério ficou exclusivamente nas mãos do delegado da localidade, Sr. Pacifer, que não tinha a necessária popularidade para obter uma subscrição em favor da obra.²⁰²

Para *O Araripe* a situação da Barbalha só seria resolvida com a nomeação de uma nova comissão de socorros. Recomendava, ainda, que o vice-presidente devia fazer valer suas determinações, usando da *polícia* para impedir a continuação das inumações no matriz. Por fim, querendo aumentar a intriga entre o sacerdote e o executivo cearense, lembrava à autoridade provincial “que inda não está sagrado o campo daquele Cimiterio, porque aquelle parocho não se tem querido resolver a bense-o, como lhe tem sido pedido particularmente e por S. Exc. ordenado.”²⁰³

Sem embargo do empenho em arranhar a imagem e prestígio do desafeto barbalhense, o órgão liberal não conseguiu qualquer medida punitiva contra o pároco ou a concretização do cemitério. Em meados do ano de 1856 o cólera já declinava consideravelmente nas províncias circunvizinhas ao Ceará e a preocupação em conservar comissões sanitárias ativas ia

²⁰² Jornal *O Araripe*, nº. 58, 23 ago. 1856, p. 3-4.

²⁰³ Idem, p. 4.

arrefecendo aos poucos, de modo que o vigário de Barbalha prosseguiu gerindo como bem queria os enterros na sua matriz, para sanha dos seus adversários.²⁰⁴

Se não faltaram críticas a alguns integrantes das comissões sanitárias, as autoridades policiais do Cariri também foram bastante recriminadas pelas páginas do semanário liberal. É pertinente destacar que os delegados de polícia eram peças importantes do jogo eleitoral no Brasil de meados do século XIX. A criação desse cargo deu-se em 1841, com a reforma do *Código de Processo Criminal*, em meio à conjuntura *pós-Maioridade*, marcada pela revisão das leis descentralizadoras instituídas durante a *Regência*. Segundo Miriam Dolhnikoff, o principal objetivo da reforma do código foi esvaziar os *juizes de paz* – que eram eleitos localmente – das atribuições referentes ao processo criminal, a fim de favorecer uma maior centralização do aparato judicial (2005, p. 135). Parte dessas atribuições, como a realização de inquéritos, por exemplo, passou às mãos dos delegados e subdelegados, funcionários nomeados pelo executivo.

Para Richard Graham, depois do *chefe de polícia* (a maior autoridade policial de uma província), os delegados e subdelegados eram os assistentes mais importantes de um presidente de província. Entre a alçada dos mesmos estava o poder para “prender suspeitos, emitir ordens de busca, ouvir testemunhas e redigir o processo contra acusados – a única base para o julgamento – assim como julgar alguns casos menores” (GRAHAM, 1997, p. 79). Além do mais, partia deles a nomeação de inspetores de quarteirão, o recrutamento compulsório para o Exército e Guarda Nacional, e, não menos importante, a supervisão da votação nas mesas eleitorais e a manutenção da *ordem* em tais situações.

²⁰⁴ No ano de 1857, o semanário teceu novas críticas ao vigário barbalhense. Na edição 104, de 08 de agosto desse ano, afirmou que circulavam “diversas histórias relativamente à administração dos dinheiros pertencentes a esta matriz [da Barbalha], que muito desabonão seo parocho”. No geral, o texto acusava o padre de se apropriar do dinheiro da *fábrica da matriz* – nome dado aos valores adquiridos pelos ofícios paroquiais e donativos dos paroquianos –, do orçamento provincial dedicado à paróquia, do *patrimônio de Santo Antônio* – bens materiais em nome do padroeiro da vila – e de subscrições feitas pelos fiéis em prol do templo. Feitas as acusações de apropriação indébita, o artigo prosseguia como uma descrição depreciativa do estado da igreja, dando especial atenção à questão dos túmulos em seu interior, o mote da saída do padre da comissão sanitária, ocorrida um ano antes: “[...] o ladrilho, que é de tijollo, pelos enterramentos que, a despeito das ordens do Sr. Presidente da provincia são exclusivamente feitos no templo, está sempre revolvido, que se não pode pisar. Exala horrivel fétido de cadaveres em putrefação, interrados a flor da terra, e muitas veses exhumados antes de tempo, para cederem campo a outros que chegão” (Jornal *O Araripe*, nº. 104, 08 ago. 1857, p. 2). Mais à frente, afirmava que na “matris da Barbalha podem os cães, as cabras, os porcos entrar livremente às horas que querem” e que, devido à falta de cuidados com as sepulturas no seu adro, “um amigo nos refere que vio um cão acabando de devorar um osso [humano], que a terra não havia de todo limpad”. Diante de um cenário apresentado de forma tão desoladora, o texto pedia ao juiz de direito que chamasse Pe. Pedro às *contas*, para se informar dos fundos existentes no poder deste, levando as informações daí obtidas ao governo provincial. Com este artigo, *O Araripe* conseguiu um trunfo contra o líder conservador da Barbalha, pois um processo eclesiástico foi instituído para investigar tais denúncias. Não obstante, o astucioso sacerdote conseguiu dar a volta por cima, vencendo seus opositores novamente, já que a comissão responsável pelo inquérito o inocentou de todas as acusações. Jornal *O Araripe*, nº. 125, 09 jan. 1858, p. 2.

A ideia da manutenção da *ordem* era central nas eleições imperiais, pois servia como justificava para atitudes repressoras das autoridades. Se uma das atribuições dos delegados era justamente garantir a *ordem* nos locais de votação, qualquer atitude mais ousada por parte do *outro partido* poderia ser interpretada como *desordem*, permitindo assim o uso da força na repressão aos opositores. Norteados por *impulsos contraditórios*, segundo Graham, os pleitos eleitorais do Brasil deviam ser *ordeiros* e *livres*, não obstante a obrigatoriedade da vitória do partido do Governo (GRAHAM, 1997, p. 107). Para que essa vitória se efetivasse, os delegados, independente de serem liberais ou conservadores, usavam todas as estratégias possíveis.

No Crato de meados do oitocentos essa situação não era tão diferente do resto do Brasil. No dia 08 de setembro de 1856, por exemplo, durante a realização de eleição para a Câmara Municipal e para o cargo de juiz de paz, um eleitor do Partido Liberal, José Gonçalves Landim, foi assassinado pela polícia dentro da Igreja da Penha, onde se dava o escrutínio, sob ordem de José Ferreira de Meneses, delegado da cidade e representante do Partido Conservador, o que gerou uma grande celeuma política no Ceará.²⁰⁵

Pelo que foi exposto, fica patente que possuir o cargo de delegado significava deter poderes consideráveis para garantir benesses para si e para seu grupo político-partidário, daí por que o ocupante de tal função era geralmente visto com maus olhos pelas elites da oposição. Não por acaso, ao longo da história d'*O Araripe*, foi publicada uma quantidade significativa de textos que tinham como mote denúncias de abusos perpetrados por delegados e subdelegados de polícia.

Com a chegada do cólera, o jornal encontrou uma oportunidade extraordinária para dar continuidade a essa política de denúncias contra seus desafetos. Em agosto de 1862, após um período de quatro meses em que deixara de circular por conta da epidemia, *O Araripe* publicou uma nota irônica, na qual afirmava que o subdelegado do Crato devia ser condecorado por ter fugido de medo:

Pergunta-se ao Sr. subdelegado de polícia Francisco José de Pontes quando pretende voltar a seo districto: dá-se-lhe a *grata noticia* de que o *cholera já é passado*, e *agradece-se a sua ausencia* por tanto tempo, a qual é *um serviço tão meritório*, que só por elle se lhe *devia pregar ao peito um habito de Christo*.²⁰⁶

²⁰⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 61 13 set. 1856, p. 1.

²⁰⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 285 23 ago. 1862, p. 4. Grifos meus.

A volta do subdelegado Pontes à cidade deu-se no início de outubro daquele ano, o que mereceu a escrita de novas linhas sarcásticas:

Boas novas – É chegado o *impagável snr. Francisco José de Pontes Simões*, o subdelegado deste districto, que andou *refocilando*, durante o cholera, pelo termo da Barbalha. A *patria agradecida* lhe deve *remuneração do grande serviço*, que prestou à *humanidade*, favorecendo esta cidade com sua *ausencia* durante aquelles máos dias. Com effeito *aguentar o cholera* e o snr. Xico, era uma *dupla calamidade*. A natureza que lhe *pregou errados os dois olhos*, cravando-lhe um *mais baixo*, outro *mais a cima*, com vistas para este bordo e bom bordo, quis em compensação dotal-o de uma *saude de Hercules*. Elle veio *gordo e rechunxudo* promettendo prestar bons serviços; bem entendido, *se não se falar mais em cholera*.²⁰⁷

Em outra nota, significativamente intitulada *Mais um fugido*, outro subdelegado tido como *fujão* foi apontado. Na povoação de Santa Anna do Brejo Grande – atualmente Santana do Cariri –, o subdelegado Felisberto, *tomado de pânico*, abandonou o lugar, indo, inclusive para fora da comarca do Crato logo que a epidemia desenvolveu-se. Segundo o jornal, o estado de *anarquia* foi tanto “que os cadaveres ficarão insepultos muito tempo e serão devorados pelos cães” se algumas poucas pessoas não tomassem para si as tarefas frente à calamidade. A nota terminava dizendo que Felisberto era “mais uma autoridade que não merece o posto importante que lhe coube para essas e outras ocasiões de supremo perigo.”²⁰⁸

O delegado Manoel de Jesus da Conceição Cunha, da vila de Milagres, também esteve na mira do órgão. Na visão de uma correspondência publicada, sem identificação, na edição 288, de setembro de 1862, o cólera era a questão mais importante daquela época, um *inimigo traiçoeiro* que vinha fazendo mais de cento e quarenta vítimas nos subúrbios daquela localidade, quase todas sofrendo por *falta de recursos* para combater a doença, não obstante o presidente do Ceará “ter mandado para esta villa bastante remédios e dinheiro”. Todavia, os socorros remetidos pelo Governo estavam sob guarda do *celebérrimo delegado Manoel de Jesus*, que se encontrava há vários dias no distrito de Coité, para realizar alguns *inventários*, trabalho lucrativo, disparava o missivista, já que para cada inventário era cobrada uma taxa de 200\$000 a 300\$000 réis, valor dividido entre o delegado, o escrivão e *outro espoleta* que os acompanhava.

Enquanto diferentes distritos clamavam diariamente por remédio, o delegado andava longe, com a *chave da ambulância nos bolsos*. O próprio médico enviado para tratar dos

²⁰⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 291, 19 out. 1862, p. 2. Grifos meus.

²⁰⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 289, 27 set. 1862, p. 1. Grifos meus.

acometidos pela *peste* ficara sem nada poder fazer, pois os medicamentos permaneciam trancados na vila. Para a publicação, a atitude de Manoel de Jesus não se dava por acaso. Ele agia de forma calculada, esperando assenhoreasse dos recursos e medicamentos enviados, como, assertia a correspondência, já fizera sete anos antes:

[...] entendo que o snr. Delegado querará fazer com os remédios e dinheiro do governo, o que fes em 1856 com 200\$ que o governo mandou para os pobres, e como a epidemia não se desenvolvesse naquelle tempo o snr. Delegado abocou esta quantia até hontem, fasendo com ella o seo negocio.²⁰⁹

Algumas semanas antes da impressão dessas acusações, *O Araripe* já tinha discorrido, de forma nada lisonjeira, sobre o delegado de Milagres. O artigo reproduzia dois outros, publicados no jornal conservador *Pedro II*, de Fortaleza, e no *Correio Mercantil*, do qual desconhecemos a procedência e vinculação partidária. O que há de mais interessante nessa reprodução é a possibilidade de entrever outros modos de contar e julgar às ações do delegado em questão, posicionando-se de forma antagônica às narrativas d’*O Araripe*, órgão que tolhia a veiculação das vozes de oponentes e desafetos em suas páginas.

Nas palavras deste semanário, em “certas épochas não falta quem queira vender o seo peixinho a bom dinheiro”, pois Manoel de Jesus teria mandado escrever um *panegírico* sobre seus serviços durante o surto do cólera. Tal texto, veiculado no *Pedro II* e transcrito na integra pelo jornal cratense, tecia loas aos *atos mui meritórios* que o delegado e outros *proeminentes membros de sua família* tiveram no auxílio das *infelizes* vitimas da moléstia. Em particular, destacava os socorros prestados por ele a um grupo de *índios* aldeados na localidade Cachorra Morta, fornecendo “remédios, alimentos, baêtas, roupas, de forma que nunca esses índios, tiveram quem os soccorresse e por elles velasse”. O *Pedro II* dizia, ainda, que o delegado chamou o Dr. Medeiros – comissionado no Crato – para tratar os indígenas e que o médico era testemunha de como os mesmos se achavam “contentes com o bom tratamento que lhes prestava nosso amigo [Manoel de Jesus].”

A leitura do artigo do *Pedro II*, destarte, oferecia uma narrativa que representava a autoridade policial milagrense de forma positiva, como um homem benemérito e filantrópico que, compadecido com o estado em que se encontrava a aldeia, foi ao socorro dos *infelizes índios*. Como contraponto ao que foi veiculado no órgão conservador de Fortaleza, *O Araripe* imprimiu uma nota do *Correio Mercantil* sobre o mesmo assunto.

²⁰⁹ Jornal *O Araripe*, 13 set. 1862, p. 4.

Segundo o último jornal, notícias vindas do *Crato* – será que enviadas pelos próprios redatores d’*O Araripe*? –, narravam vários casos de cólera ocorridos em Milagres, entre os quais tinha perecido o chefe do Partido Liberal da localidade, Major Manoel José de Sousa, “director de uns índios que elle domesticou e criava com o desvello de pai.” Tendo a doença se introduzido na aldeia, o major teria pedido ajuda ao delegado Manoel de Jesus, que apesar de possuir “dinheiro do governo para auxiliar aos índios [...] esse homem de coração duro, por ódio de Souza, não quis dar sequer um prato de arroz.” Como consequência dessa ação, o major e parte dos silvícolas morreram e os que sobreviveram deixavam a aldeia, voltando às *brenhas* e à *vida selvática*, “chorando o homem a quem chamavão seo pai.”²¹⁰

Após expor as duas versões da história, o hebdomadário cratense afirmava que uma consulta ao Dr. Medeiros, citado no primeiro texto, era suficiente para saber que Manoel de Jesus não *pôs seus pés* na aldeia Cachorra Morta e não gastou dinheiro para salvar os *pobres selvagens*, apesar de tê-lo em seu poder desde 1856. Quanto ao Major Sousa, o delegado tinha impedido que seu corpo fosse inumado no cemitério dos coléricos, espaço que tinha sido construído pelos familiares do defunto, de forma que o enterro teve de ser realizado em *uma mata*, “e isto acabava de ter lugar, quando o snr. Manoel de Jesus ordenava ainda que o levassem [o defunto] para mais longe!”²¹¹

As altercações entre a versão do *Pedro II* – que enaltecia o amigo delegado – *versus* as do *Correio Mercantil* e d’*O Araripe* – que detratavam o mesmo – é um indício significativo de como as *representações* engendradas em um momento tenso e extraordinário, como o da epidemia, não deixam de expor as contendas políticas travadas entre diferentes facções elitistas do período, na busca por cargos, maior afirmação e legitimação social.

Segundo Roger Chartier, as *representações* “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”, o que significa dizer que as percepções do social “não são de forma alguma discursos neutros”. Para o autor, as *representações*, “à revelia dos actores sociais [ou seja, mesmo que de forma não tão *consciente*], traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Trazendo essas considerações para iluminar o caso particular d’*O Araripe*, podemos aventar que as representações sobre o cólera – especialmente nos impressos que objetivavam depreciar ou levantar suspeitas sobre as atitudes de delegados, subdelegados, padres e demais desafetos políticos e pessoais, frente à calamidade pública provocada pelo surto –, indiciam

²¹⁰ Jornal *O Araripe*, 285, 23 ago. 1862, p. 1-2.

²¹¹ Jornal *O Araripe*, 285, 23 ago. 1862, p. 2.

como os sujeitos históricos responsáveis pelo órgão implicitamente propagandeavam as diferenças qualitativas que julgavam existir entre *eles* (*liberais* e amigos) e os *outros* (*conservadores* e demais adversários).

Não por acaso, os feitos dos *amigos* e *correligionários* do órgão na época da *peste* eram representados de forma positiva, justamente o oposto do que ocorria quando se tratava de algum dos seus adversários. No ano de 1864, por exemplo, *O Araripe* imprimiu uma nota em que enaltecia o atos do boticário Joaquim Secundo Chaves no trato do cólera, pois vinha ele se distinguindo por sua *clínica* apresentar “factos, que abonão grandemente a sua prática de curar uma molestia tão contumás, e que tantas veses zomba dos recursos da therapeutica.”²¹²

Segundo J. de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, as boticas do Crato, desde a segunda metade do século XIX, funcionavam como espaços de *sociabilidade* – onde se davam animadas partidas da *gamão e mão-no-saco* entre os homens – e sobretudo *solidariedade* partidária (FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1953, p. 15). Não por acaso, a de Joaquim Secundo se notabilizou como ponto de encontro dos liberais cratenses, seus correligionários. Em época de epidemia, quando a preocupação com a saúde tomava conta da população, essa propaganda feita pelo *O Araripe* deve ter agradado bastante a tal boticário e rendido dividendos ao seu caixa.

Ainda em 1864, um texto intitulado *Cavalheirismo* teceu loas à atuação do *nosso amigo*, frisava o jornal, Antonio Manoel Sampaio, que então exercia as funções de juiz municipal substituto da Barbalha. O juiz teria tomado para si a tarefa de “socorrer a população assaltada de todos os lados pelo terrível flagello, e carecida de tudo”, gastando de seu bolso cerca de seiscentos mil réis. Segundo o elogioso artigo, *nada, absolutamente nada*, teria faltado aos coléricos: “até onde poudes elle estender a sua mão, não houve lugar a que elle não fosse, não houve grito a que elle não respondesse”.²¹³

Os primeiros casos do cólera na vila tinham se dado em fins de abril e o Dr. Antonio Manoel de Medeiros, incumbido de socorrer os molestados, só pôde chegar à localidade no dia 15 de maio, de forma que durante tal interregno Antonio Manoel Sampaio arcara sozinho com as despesas para socorro da população. Com essa chegada, tais gastos passaram às mãos de uma comissão presidida pelo facultativo. Informado das ações que tinha exercido o juiz municipal, Medeiros pediu contas a Sampaio, para assim indenizá-lo por suas despesas. Aí teria se dado o ato de *cavalheirismo* que nomeava o artigo, pois “o Senhor Sampaio declarou

²¹² Jornal *O Araripe*, nº. 307, 13 mai. 1864, p. 3.

²¹³ Jornal *O Araripe*, nº. 309, 04 jun. 1864, p. 2.

que nada se lhe devia, e que restava-lhe ainda o pesar de tão pouco ter aproveitado a seus conterrâneos.”

Elogios rasgados foram empregados para caracterizar a atitude, *exemplo de filantropia*, praticada por seu *amigo*, merecedora do *eco*, da repercussão que vinha tendo. Diante disso, a folha convidava à presidência do Ceará a reconhecer os méritos de Sampaio e *sacrifícios* similares feitos por outros *afortunados* da província:

Folgamos de consignar aqui a *conducta generosa, e humanitária* do Senhor Sampaio, e para ella *chamamos a atenção do governo*, tão *indiferente*, que parece aos *sacrifícios*, que nesta província, tem feito alguns *homens de fortuna e resolução*, nos lugares que o cholera há devastado.²¹⁴

A matéria *Cavalheirismo* foi rematada com a reprodução de um ofício do Dr. Medeiros, em resposta a outro de Manoel Sampaio, no qual o juiz revelou sua decisão de nada receber pelos gastos com a epidemia. O médico expunha sua *viva satisfação* ao receber tal comunicado e informava “que o governo receberá com o devido apreço a declaração que V. S. acaba de faser-me.”

Conclui-se, portanto, que, por mais que o jornal representasse o ato de seu *amigo* como sinônimo de filantropia e abnegação, não deixava de existir interesses subjacentes no mesmo. *O Araripe* e o médico davam, inclusive, pistas disso, ao insinuar que atitudes como essas deviam ser *reconhecidas e apreciadas* pelo *Governo*. Destarte, eram vistas com bons olhos as benesses políticas oficiais que viessem a premiar as ações ditas *desinteressadas* das elites caririenses ligadas ao jornal.

Todavia, se um possível ato de *benemerência* era exercido por pessoas que não dividiam os mesmos ideais do semanário, a coisa mudava totalmente de figura. Em 1862, ano do cólera e de eleição para o Senado, uma notícia mostrou sinais disso:

Havião chegado a capital *dois dos mais empenhados candidatos à senatoria*, os deputados *Raimundo e Figueira de Mello*, este ultimo sob a forma de *chuva de ouro, trazendo 10:280\$* [dez contos e duzentos e oitenta mil réis] de uma *subscrição que promovera na corte*, em benefício dos *pobres, que soffrerão do cholera*. Si não se achasse em *vesperas de uma eleição*, sinão fôra um *pretendente do suffragio publico*, a muito boa parte se atribuiria este serviço *à humanidade*; mas em tal ocasião só enxergão *calculo político*, no que o illustre cearense [o deputado] suppõe ver somente *generosidade*.²¹⁵

²¹⁴ Idem, p. 3. Grifos meus.

²¹⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 393, 22 nov. 1862, p. 2. Grifos meus.

Pela leitura do documento, nota-se como *O Araripe* interpreta a considerável quantia arrecadada por Figueira e Mello – a título de *benefício aos pobres* do cólera – enquanto *cálculo político* que visava ser revertido em votos para a senatoria, apesar do discurso do deputado sobre a *generosidade*. Se o responsável pela subscrição fosse alguém do círculo de *amigos* do hebdomadário, como o Sr. Sampaio, é provável que a interpretação fosse bem mais positiva.

Esse caráter parcial d’*O Araripe* durante a crise do cólera não foi um caso isolado. Como afirma Tania Regina de Luca, tratando do uso da imprensa enquanto fonte para o historiador, “o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação” (2005, p. 139). Dar ou não publicidade a um assunto passa por motivações identitárias, sociais e políticas, implícitas aos sujeitos históricos por trás por cada órgão de imprensa. Discorrendo sobre os temas saúde e doença nos jornais fortalezenses do século XIX, Francisco Carlos Jacinto Barbosa também apontou para como a veiculação dos mesmos esteve sempre vinculada aos princípios partidários e ao contexto vivenciado por seus autores em uma dada ocasião (2004, p. 76).

Uma mostra clara disso pode ser percebida na maneira como *O Araripe* partiu em defesa do presidente do Ceará durante a quadra epidêmica de 1862. Passado o período de pico da doença no Cariri, em agosto desse ano, o semanário publicou um editorial de mais de uma página em que rebatia críticas publicadas pelo *Pedro II*, a respeito do comportamento do presidente, José Bento da Cunha de Figueiredo Júnior, na época do estouro da *peste* no Ceará. Para a redação da folha cratense, os artigos estampados no jornal conservador trariam *injustas acusações*, fazendo crer ao *país* – aqui em referência às autoridades do poder central, que nomeavam e destituíam os chefes das províncias – que as milhares de vidas ceifadas pelo cólera eram consequência de falta de *providencias prontas e enérgicas* ou do *desacerto e inconveniência* das medidas tomadas pelo governo cearense.

Autopromulgando-se *juiz imparcial*, sem *compromissos* de ordem alguma com aquela administração ou *relações entretidas* com o Dr. José Bento, *O Araripe* dizia ter testemunhado o *zelo, solicitude e prontidão* do mesmo no auxílio das comarcas do Crato e Jardim, de forma que protestava contra o que escreveu o *Pedro II*, “sem dúvida, guiado por informações desleas ou inexactas.” Por isso, como “acima de tudo está a *religião do dever*, e a *verdade* que deve caracterizar a *penna do escriptor publico*”, *O Araripe* voltava sua voz à *província* e ao *país* para pronunciar “aquillo que *verdadeiramente* passou-se a nossos olhos.”²¹⁶

²¹⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 286, 30 ago. 1862, p. 1. Grifos meus.

Acrescentava, então, que o envio de um médico (Dr. Medeiros) e de remédios à região tinham antecedido a chegada do cólera, malgrado as mais de cem léguas que separavam o Cariri da capital. Aliás, Medeiros, pelas prescrições que publicou nos jornais do Crato (*O Araripe* e a *Gazeta do Cariri*), teria habilitado *diversos curandeiros*, prestando um serviço considerável à população. A presidência também emitira ordens à coletoria provincial e a particulares autorizando o fornecimento do dinheiro necessário para garantir a *dieta dos desvalidos* e outras precisões do momento. Destacava, ainda, o fato do executivo provincial ter enviado outros facultativos às localidades afetadas, criado comissões de socorro público e liberado a contratação de *enfermeiros* e *curiosos* e a instalação de *hospitais*, como eram conhecidas as enfermarias de emergência.

O jornal isentava o presidente, do mesmo modo, pelo não envio de médicos para todos os pontos afetados, já que o número desses profissionais não era suficiente para fazê-lo. Além do mais, argumentava que uma quantidade superior de médicos não era garantia efetiva de que a ceifa de vidas fosse menor, dando como exemplo fatos ocorridos em outros lugares do Brasil:

Não sabe por ventura o collega do Pedro 2º os estragos que na *Bahia, Rio-de-Janeiro, Pará e Pernambuco* produziu a primeira invasão deste terrível hospede? Pois bem; nós lhe dizemos: na *primeira e segunda* destas provincias tinha o governo ao seo dispor *legiões de médicos, acadêmicos e boticários*, empregou a *todos*, e *todos não forão bastantes* para as necessidades da epocha; mas ali os jornaes *não accusarão injusta e desapiedadamente as presidências*, nem *responsabilisarão-nas pelos desastrosos acontecimentos* que se succederão. É que a *imprensa alli falava a verdade calma, e prudentemente*; é que a *d'aqui* falla pelo choque de *pequinhos interesses individuaes*.²¹⁷

Após a publicação de uma defesa tão apaixonada como esta, que buscava se apresentar como pautada em uma pretensa *verdade*, *O Araripe* seguiu polemizando com o *Pedro II*, ao informar que a Câmara do Crato, corporação que seria *saquarema genuína*, dirigiu a José Bento “um voto de gratidão pelos serviços que prestou durante a epidemia do cholera morbus.” Para o semanário liberal, o procedimento dos vereadores desmentia e desmoralizava o que o jornal conservador apregoava, apesar de ambos pertencerem ao mesmo partido. “Agora ajustem suas contas”, provocava.²¹⁸

²¹⁷ Idem, 1. Grifos meus.

²¹⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 287, 06 set. 1862, p. 1.

De modo similar à Câmara cratense, a de Barbalha também enviou um protesto de reconhecimento pelos serviços do presidente na quadra epidêmica, em que fazia clara alusão às críticas tecidas pelo *Pedro II*:

É pois seo unico fim, de presente, se dirigindo a V. Exc., fazer-lhe uma *publica manifestação de seos sentimentos*, e *traduzir a estima*, em que o nome grato de V. Exc. é dito pela *população deste termo*, depois da quadra de perigos porque passa, vendo-o *acompanhar todas as suas atribuições*, e prestar-lhe *socorros prontos e efficases*, sempe e *constantemente*, sem embargo da distancia e dos *mingoados recursos de que dispõe*.

Sirva este tributo de seo reconhecimento como de prova do apreço em que tem o serviços de V. Exc. e como um protesto que faz *diante do paiz*, de que não compartinha a *ingratidão* daqueles, cujas *paixões* teem abafado o écho de sua consciencia, e ousão *mal diser o que as benções da terra rememorão*.²¹⁹

O ofício trazia a assinatura dos seis vereadores da vila: Raimundo José Camello, Cesário Deodato de Pontes, Gregório Pereira Pinto Calou, Antonio Duarte Grangeiro, Sebastião Rodrigues Vieira e Manoel Antonio Tavares de Sá. Coincidentemente, ou não, o primeiro nome da lista foi, poucas semanas após a publicação desse documento, nomeado delegado de polícia da Barbalha. Segundo *O Araripe*, a nomeação premiava “um dos homens mais respeitáveis e que melhores serviços tem prestado a aquelle termo, o qual se assignalou ultimamente durante a epidemia do cholera-morbus, em que com seo desenteresse e dedicação mostrou-se digno dos maiores elogios.”²²⁰ Aparentemente, o presidente do Ceará quis recompensar Raimundo José Camello por seu apoio, dando um importante cargo ao mesmo.

Por traz de toda essa história estava uma campanha do Partido Conservador cearense para derrubar José Bento da Cunha, que era conhecido por sua ligação com o Partido liberal. Essa vinculação de José Bento com os liberais foi assunto, até mesmo, de um debate no Rio de Janeiro em 1864, na Câmara dos Deputados, durante a apreciação dos resultados de uma eleição realizada no Ceará. Segundo as palavras do deputado pernambucano Saldanha Marinho, ouvia-se constantemente que “o Sr. Bento da Cunha Figueiredo Junior protegeu aos liberais e hostilizou aos conservadores” durante o dito pleito.²²¹

Portanto, *O Araripe* não foi sincero ao ter afirmado que seu partido não tinha *relações entretidas* ou *compromissos* com o presidente.²²² Não por acaso, o jornal *O Cearense*, órgão

²¹⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 288, 13 set. 1862, p. 2. Grifos meus.

²²⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 291, 19 out. 1862, p. 1.

²²¹ *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Camara dos Srs. deputados. Primeiro anno da duodecima legislatura, sessão de 1864. Tomo I. Rio de Janeiro. Typographia Imperial Constitucional de J. C. Villeneuve. Rua do Ouvidor, 1864, p. 255.

²²² Jornal *O Araripe*, nº. 286, 30 ago. 1862, p. 1.

liberal de Fortaleza, também isentou José Bento de críticas durante o surto do cólera, como aponta o estudo de Francisco Carlos Jacinto Barbosa. Para o autor, a postura de *O Cearense* variou de acordo com o momento vivenciado e a posição ocupada por seu partido, indo da crítica liberal à defesa da administração, como no se deu no tempo da epidemia:

É curioso que, apesar da abrangência e da fúria com que a epidemia atingiu a população da província, em 1862, *O Cearense* tenha se portado de maneira bastante econômica no que concerne à publicação sistemática de informações ao mesmo tempo que o fenômeno ocorre. Importa afirmar que, naquele momento, [esse jornal] passa a abrigar a folha oficial (BARBOSA, 2004, p. 82).

As considerações do autor ajudam a melhor problematizar as razões d'*O Araripe* ter feito uma campanha em defesa do presidente do Ceará. Diante do impacto emocional provocado pelo cólera e da impressionante cifra de onze mil cearenses mortos, os conservadores usaram seu órgão de imprensa para sustentar que o estado de calamidade observado na província seria decorrência da falta de socorros oficiais, portanto, era culpa da administração de José Bento. Era a essa campanha que se contrapunha a imprensa liberal cratense.

A tentativa de desestabilizar a presidência chegou, inclusive, à Assembleia Provincial. Uma notícia informava que um deputado, Joaquim Mendes, tinha proposto aos seus colegas parlamentares que, tal como fizeram como o *prelado*, em referência ao bispo do Ceará, dirigissem uma mensagem ao presidente por seus serviços durante a epidemia. A proposta foi apreciada depois de quatro dias de protelação e, mesmo assim, por quinze votos contra três, foi aprovada a sugestão de outro deputado, que adiava a votação da moção de agradecimento até a época em que fosse se dar o exame do orçamento pela Assembleia. A nota terminava afirmando que Joaquim Mendes declarara que a decisão dos parlamentares atestava como “*importava a queda de sua proposta.*”²²³

Malgrado o empenho da oposição, não houve trocas no alto escalão provincial do Ceará. Em novembro de 1862, o hebdomadário liberal noticiou que cartas advindas do Rio de Janeiro confirmavam a conservação de José Bento no cargo. Nas palavras da nota, a resolução ministerial representava uma viva oposição às instâncias feitas pela *gente do Pedro II* em prol da demissão do presidente.²²⁴

²²³ Jornal *O Araripe*, nº. 292, 26 out. 1862, p. 2. Grifos meus.

²²⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 293, 22 nov. 1862, p. 4.

Analisando esse caso e todos os outros narrados ao longo desse subitem, deduzo que o cólera foi, nitidamente, utilizado como arma política no Ceará de 1862 e 1864. Com a aproximação de uma epidemia conhecida pelo rastro de morte deixado por onde passou, a imprensa publicou textos em que reivindicou ações das autoridades para barrá-la, combatê-la e tratar dos adoentados, o que não deixava de revelar princípios humanitários e mesmo o medo causado pelo cólera entre a população da época. Malgrado isso, conservadores e liberais também não deixaram de *tomar partido* da epidemia que ceifou tantas vidas, seja para enaltecer correligionários ou depreciar inimigos, buscando auferir maior legitimidade social e política naquela conjuntura.

No caso d'*O Araripe* – apesar da *isenção* e respeito à *verdade* que alegava professar – ao tratar do cólera o impresso permaneceu circunscrito pelo *lugar social* (CERTEAU, 1982) ocupado por seus ideólogos, engendrando representações sobre o evento que foram da defesa apaixonada de determinadas personagens – no geral, pertencentes ao seu círculo de *amigos* – à imputação ostensiva contra seus opositores e desafetos pessoais.

A despeito dessas apropriações políticas, a série de impressos acerca do cólera, também refletiu representações que viam a patologia como algo a mais que o resultado da ineficiência de determinadas autoridades ou pessoas no geral. Um acontecimento de 1855 traz sinais disso. Em um artigo de primeira página, impresso em 17 de novembro desse ano, o jornal lamentava uma ocorrência que se dera na semana anterior, na qual um comerciante de tecidos e outras mercadorias, denominado *Carneiro*, acompanhado da esposa, filhos, escravos e criados, advindos da Bahia, foram *obrigados pela policia* a deixarem o Crato, apenas três dias após a chegada deles na cidade. O motivo alegado pela autoridade policial para justificar o banimento dos forasteiros, foi o fato dos mesmos terem vindo das cercanias de Feira de Santana, onde o *colerina* grassava.²²⁵

Para a redação d'*O Araripe*, a ação da policia teria sido injusta e bem nenhum trouxe à população da cidade, apenas enxergando “nessa medida muita falta de hospitalidade a um nosso patrício.” Para sensibilizar o leitor, e assim conquistar seu apoio na condenação da determinação policial, o texto apelou para uma narração de tom emotivo, em que procurava vitimar em extremo a família baiana, especialmente a esposa do comerciante citado:

²²⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 20, 17 nov. 1855, p. 1. Grifos meus. Pela leitura de outras edições do jornal, identifiquei o comerciante personagem desse episódio. Seu nome era Manoel da Silva Carneiro e, malgrado a expulsão ocorrida em 1855, ele acabou mesmo por se fixar na cidade do Crato, como relatou em uma correspondência impressa na edição 100 d'*O Araripe*, em que denunciava a perseguição que sofrera por parte de um inspetor do povoado do Assaré. No início da missiva, o autor afirmava que saiu com sua família da Bahia “quando o cholera affligio aquelle bello torrão”, se instalando desde então na cidade do Crato. Jornal *O Araripe*, nº. 100, 04 jul. 1857, p. 3.

*Contristou-nos bastante, vér passar essa Mãe Brasileira a pé com sua família, por que não tendo cavalos á mão apenas poudes alugar os precisos para condução de suas cargas, ella que está ultimo periodo de sua gravidez, uma escrava nas mesmas circunstancias e uma filha bastante doente de um olho!!! Ella procurava entre nós os preciosos recurços para poder dar à lús o filho querido de suas entranhas, cuidar da saude de sua innocente filha, e ministrar os meios á sua escrava para o seu bom parto; a nada se attendeo, e quem sabe, si essa medida irrefletida não trará màs consequencias à essa mãe de familia. Deos se compadeça de suas afflições.*²²⁶

Após relatar os sofrimentos dessa *mãe brasileira* – matriarca que, por conta da expulsão do Crato, subentende-se no texto, fora impedida de bem cuidar de seus filhos e de sua escrava –, o jornal seguiu com suas admoestações. Afirmava que era improvável que a família de Carneiro e suas mercadorias importassem a doença, pois a longa viagem que fizeram desde o ponto infestado pelo colerina – termo utilizado, possivelmente, para eufemizar a situação, tendo em vista que o colerina era tido como muito menos letal que o cólera –, funcionara como uma espécie de *quarentena*, até por que, argumentava, se estivessem a transportar os *germens de semelhante moléstia* a peste ter-se-ia “desenvolvido nos differentes lugares, por onde o Sr. Carneiro passou e se demorou nos arranjos de seus negocios.”

Afirmava, ainda, que a municipalidade e a polícia tinham que deixar bem claro ao público o que pretendiam adotar como profilaxia contra o cólera, pois “nós [a redação] somos os primeiros a reclamar medidas preventivas.” Não obstante, ressaltava que tais medidas deviam guardar as *conveniências públicas e particulares*. Por exemplo, de modo similar ao que fez no ano de 1862, quando Exu fechou sua fronteira por conta do cólera no Crato, o semanário destacou que se fosse generalizada a adoção de medidas de *despejo ou quarentena*, como no caso Carneiro, haveria o risco de ocorrer a “paralisação do commercio, que entre nós é tão frequente com as Catingas do Rio S. Francisco”.

Na hipótese aventada pelo *O Araripe*, percebe-se claramente o teor das *conveniências* reivindicadas. A paralisação das trocas comerciais atingiria fortemente o bolso de donos de engenhos e comerciantes, além de, a médio ou longo prazo, acarretar uma ameaça de desabastecimento. Portanto, caso a ação das autoridades não levasse em conta essas *conveniências*, e nem os *princípios de caridade e amor ao próximo*, ela seria alcunhada “de injusta, e unicamente a força phisica é que nos coage ao seo comprimento.”²²⁷

²²⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 20, 17 nov. 1855, p. 1. Grifos meus.

²²⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 20, 17 nov. 1855, p. 1. Grifos meus.

Ao repudiar a instituição de quarentenas, propunha às autoridades uma série de reformas de cunho higienista, que, como já demonstrei, eram representadas pelos responsáveis pelo jornal como símbolos de *civilidade*. As reformas relacionavam-se, diretamente, com a crença da infecção pelos miasmas:

As medidas sanitarias, que na quadra actual mais precisamos, é sem duvida que os funcionarios publicos lancem suas vistas sobre a cadeia publica, esse foco pestifero, que tem consumido as vidas de muitos infelises, e causa primaria de algumas molestias aparecidas nesta cidade; as sepulturas de nossa Matris [os enterros no cemitério só começam em 1856], que se tornão insupportaveis, quando se abrem para os enterramentos no ceio das ruas; becos, quintaes, que ainda existem com pudridões; as poças e enxurradas de aguas, de que fasemos uso nos misteres da vida; [...] Attendão as autoridades a essas principaes necessidades, que muito haverão feito a prol do bem publico.

Até aqui, a leitura do artigo sobre o caso Carneiro sintetiza algumas questões que discuti ao longo dessa dissertação, como o uso do tema epidemia para detratar autoridades ou defender interesses particulares, as polêmicas em torno da adoção ou não de quarentenas e a reivindicação por reformas urbanas que combatessem os miasmas. Contudo, o desfecho do artigo aponta para outra questão:

*Agora a nosso Reverendo Parocho corre o dever de chamar o povo a oração, para pedimos a Deus não nos fulmine com esse terrível flagello. O que não alcansarmos por meio da oração, nunca obteremos com medidas preventivas; só a infinita bondade de Deos nos pode preservar desses males de que somos dignos; portanto o Parocho chame o povo a oração, este é o seguro meio de alcançar a graça. Elevemos nossas preces, elevemos nossos corações a Deos para lhe pedir as cousas, que nos são necessarias; é o gemido da alma em sua enteligencia; que se derige ao Auctor de todos os bens para solicitar delle a sua misericordia, e attrahir os soccorros de que precisamos.*²²⁸

É interessante perceber como a fonte afirma que, independente de qualquer medida profilática a ser utilizadas, só a *misericórdia divina* – a partir das súplicas do vigário e da população – impediria o flagelo. Dessa forma, as medidas sanitárias defendidas pela medicina do período, tão propaladas pelo jornal, e ação das autoridades na prevenção e trato do cólera, pareciam ser anuladas totalmente, perdendo sua eficácia, pois, diante da vontade do *Autor de todos os bens*, só a penitência era válida. Essa referência aponta para uma das mais antigas

²²⁸ Idem, p. 1. Grifos meus.

representações que procuraram explicar o fenômeno doença: as que veem esta como um *castigo divino*. A deprecação transcrita a seguir aponta para a força dessas representações:

Soccorrei-nos, ó Maria,
Entre as mulheres bemdita,
Que no ventre encerrastes
A natureza infinita.

Rainha excelsa dos anjos
Lá dos céos a gloria e brilho,
Misericórdia alcaicai-nos
Do vosso divino filho
[...]

Amainai pois, ó Senhora,
Esta horrível tempestade,
Desassombrai nos, e dai nos
A paz e serenidade.
[...]

Rogai, e serão trocados
Só por vossa interferência
De Deos os terríveis raios
Em sorrisos de clemencia
[...]

Mostrai-nos ó Mãe piedosa,
Que no Céu, onde fulguras,
Não esqueceis vossos filhos
Neste exílio de amarguras.²²⁹

A oração, repleta de metáforas, foi impressa na edição de 17 de maio de 1856. Composta, originalmente, por dezesseis estrofes de quatro versos cada, ela foi dedicada à Virgem Maria, *Mãe de Deus* e dos *homens* na tradição católica. É justamente uma súplica ao caráter maternal da santa em questão o que sobressai na fonte: os filhos, diante do que dizem ser uma *horrível tempestade*, pedem que Maria interceda a Deus por eles, assim transformando *terríveis raios* em *sorrisos de clemência*. Representado como uma forte tempestade, repleta de raios que caíam do céu, o cólera surge aqui como um *castigo divino* pelos pecados humanos, daí a razão da prece: recolhendo os lamentos dos filhos em seu seio, Maria poderia conseguir a misericórdia de seu *divino filho*, amainando assim a poderosa tormenta.

Essa representação da enfermidade como determinação celeste não foi um fato isolado. Ao longo do tempo, tal percepção foi constante e praticamente se estende a todas as

²²⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 45. 17 mai. 1856, p. 4. Junto com essa oração, outras três dedicadas à Maria foram publicadas na mesma edição.

epidemias (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 18). A literatura antiga traz indícios disso: na *Ilíada*, Apolo aparece como um arqueiro que dizima as tropas, atingido-as com um “mal pernicioso” (DELUMEAU, 1989, p. 113) e o estourar de uma peste em Tebas leva Édipo a procurar o assassino do rei Laio, para satisfazer a ira divina e assim debelar o mal. Já no *Velho Testamento*, mais precisamente no livro do *Êxodo*, Javé envia a *peste*, e mais outra nove *pragas*, para constranger os egípcios a libertar os israelitas.

No medievo, os surtos de peste negra na Europa engendraram explicações similares, como indicia as palavras de Giovanni Boccaccio, testemunha da peste que atingiu Florença em 1348:

Por razão de nossas iniquidades, a peste, atirada sôbre os homens por justa cólera divina e para nossa exemplificação, tivera início nas regiões orientais, há alguns anos. Tal praga ceifara, naquelas plagas, uma enorme quantidade de pessoas vivas. Incansável, fôra de um lugar para outro; e estendera-se, de forma miserável, para o Ocidente” (BOCCACCIO, 1971, p. 13).

Dando um exemplo mais próximo de nosso presente, a expansão da AIDS pelo mundo, nas últimas décadas do século XX, não deixou de despertar discursos moralistas e religiosos que enxergaram na mesma uma “condenação divina de uma sociedade que não vive conforme os mandamentos de Deus” (SONTAG, 2007, p. 124). Susan Sontag cita, inclusive, declarações de eminentes religiosos brasileiros (Dom José Falcão e Dom Eugênio Sales) para quem a síndrome seria consequência da *decadência moral*, *castigo de Deus* e *vingança da natureza* (Idem, p. 125).

A historiografia vem demonstrando como surtos epidêmicos de doenças díspares que atingiram o Ocidente foram representados, em seus contextos históricos específicos, a partir de imagens semelhantes, entre as quais está a da doença como sinônimo da vontade celeste, claramente visível nos trechos d’*O Araripe* que acabo de citar. Em seu estudo comparativo sobre as representações sociais da *peste negra* na Europa e da *gripe espanhola* (1918) no Rio de Janeiro, Ricardo Augusto dos Santos afirma que:

As imagens relacionadas às doenças geralmente expressam representações sociais semelhantes, ainda que em conjunturas históricas específicas. Ao analisar o cotidiano das epidemias – que comumente contém marcas trágicas –, encontramos, em várias oportunidades, origens de símbolos de outros flagelos humanos (2004, p. 129).

Destarte, a epidemia de cólera, que atingiu a cidade do Crato na segunda metade do século XIX, não deixou de ser representada pelo *O Araripe* a partir desse tradicional

*imaginário*²³⁰ que via a doença como *castigo divino*, instituindo práticas votivas e penitenciais que buscavam redimir a população para assim alcançar o perdão celeste. Em presença do terror causado por uma epidemia – quando a morte cercava ao mesmo tempo a todos – recorrer a Deus era tentar vencer a adversidade da *peste*, pois, segundo a fé, a *Ele* tudo seria possível. Para George Duby, tratando das epidemias de outrora, diante “de um mal desconhecido, o terror é imenso. O único recurso é o sobrenatural. Reivindica-se a graça do céu e retiram-se de suas tumbas os Santos protetores” (DUBY, 1998, p. 80).

Essa crença no poder de Deus e dos santos frente à doença pode ser visualizada numa série de dez orações publicadas no ano de 1856 pelo *O Araripe*, época que, como já demonstrei, foi marcada por forte tensão, já que o cólera estourara nas vizinhanças do Cariri. Elas foram dedicadas a santos populares, como Nossa Senhora do Livramento, das Dores, São Sebastião, São Roque, entre outros.

Muito bem elaboradas e em forma de poesia, algumas orações destacavam, inclusive, os estragos causados pela *peste* no território brasileiro e a ineficiência da medicina no trato da moléstia, como podemos ler na prece dedicada ao *Bom Jesus*, pedindo misericórdia para a *Terra de Santa Cruz*:

Senhor, pelos vossos Passos
P’ra salvar a humanidade
Da cruel peste livrai
Ao povo desta cidade.

Este cholera terrível
Que não *cede á medicina*,
He dos *crimes o castigo*
He a *justiça Divina*.
[...]
Reparai, Jesus querido,
Para o *nosso litoral*
Vêde as *horriveis desgraças*,
Conseqüências d’esto mal.

Afflicção, a dôr e o luto
A viuvez, a orphandade,
A compaixão vos não move
Oh! Senhor Deos d’bondade?
[...]
Não he tão pia e cristã
Esta terra, Bom Jesus,

²³⁰ Adoto aqui o conceito de imaginário apresentado por José D’Assunção Barros, por entender que oferece subsídios para compreensão da construção imaginária, de sua circulação e permanência ao longo do tempo. Para o autor, o imaginário deve ser percebido como “um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas” (BARROS, 2004, p. 93).

*E este imperio que geme,
Não he o da vossa cruz?*

*Lave, Meu Deos, nossas culpas,
Vosso sangue precioso,
Seja o Brasil como d'antes
Um império venturoso.*²³¹

Não posso afirmar qual a autoria das deprecações impressas no jornal. Como *O Araripe* costumava reproduzir em suas páginas textos publicados originalmente em jornais de outros pontos do Império, tais orações podiam se incluir nesses casos.

Todavia, a precisão sobre a autoria das orações não minora seu significado para as pessoas daquele período: representavam piedosos mecanismos de combate à peste que se avizinhava. Tendo em vista o momento de medo ocasionado pela ameaça da epidemia, é provável que elas tenham tido grande circulação entre os cratenses, instituindo práticas votivas e penitenciais que buscaram aplacar a *ira divina* e alcançar a *compaixão* celeste.

²³¹ Jornal *O Araripe*, n.º. 47, 08 de junho de 1856, p. 4. Grifos meus.

5.2 – *De nós afastai o cruel inimigo!*

Seguindo a estrada que liga o Crato ao distrito barbalhense do Arajara, no verdejante sopé da Chapada do Araripe, o viajante encontra à esquerda da pista uma bucólica capela, com rústico frontispício, pintado de branco e azul e pontuado por uma porta central com duas janelas acima. O pequeno templo fica no Sítio Currais, a cerca de cinco quilômetros em relação ao centro urbano do Crato.



FIGURA 7 - Capela de São Sebastião do Sítio Currais (Crato-CE). Foto do autor. 13 fev. 2010.

A edificação tem como patrono São Sebastião, que, segundo a tradição católica, viveu no século III, atuando como capitão da Guarda Pretoriana, na época de Diocleciano. Denunciado por ser cristão, foi condenado pelo imperador romano a ser amarrado em uma árvore e atravessado por flechas. Sebastião teria sobrevivido miraculosamente às flechadas, procurado, em seguida, Diocleciano para reprovar sua crueldade e demonstrar o poder de Deus. O imperador, irado, prendeu o militar, que foi, enfim, martirizado em público na cidade

de Roma, através de pauladas e bolas de chumbo. O calendário hagiográfico consagrou o dia 20 de janeiro de 288 como data da morte do mesmo (MEGALE, 2003, p. 194). Uma rica iconografia representa o santo como um belo jovem de torso nu, amarrado em uma árvore e crivado de flechas, como mostra a imagem a seguir:



FIGURA 8 - Martírio de S. Sebastião. Sem referência ao autor e data. Disponível na National Library of Medicine (USA): <<http://ihm.nlm.nih.gov/luna/servlet/view/search?q=saints+&search=Search>>. Acesso em 15/05/2009.

A capela de São Sebastião é um marco físico da passagem da epidemia do cólera no ano de 1862. Ante o medo da *peste* que estava levando tantos homens e mulheres para as valas comuns, o major Felipe de Mendonça, proprietário do Sítio Currais, fez, de forma um tanto patriarcal, uma promessa ao mártir Sebastião: ergueria um templo em honra ao santo, “se não morresse de cólera-morbo nenhum dos membros de sua família ou de seus moradores” (PINHEIRO, 1950, p. 245). Passado o tempo do surto, ninguém da clientela do major foi vitimado. No intuito de cumprir seu voto, Felipe de Mendonça pede permissão a Dom. Luiz Antônio dos Santos, bispo do Ceará, para erigir a capela. A autorização é dada no ano de 1863. Contudo, apenas em 1888 o templo foi erguido, após um novo bispo, Dom Joaquim José Vieira, confirmar a licença feita por seu antecessor (Idem).

O major não foi o único a recorrer a São Sebastião no Crato de meados do século XIX. Pelo contrário, aparentemente, o santo gozou de popularidade em tal contexto, como mostra a

deprecação, intitulada *Oração contra a peste*, composta originalmente por doze estrofes de quatro versos cada, publicada n' *O Araripe* em 1856:

Sam Sebastião,
Nosso advogado,
Livrai nos da peste,
Filha do peccado.

Pedi a Jesus
Em nosso favor
Para que se extinga
Da peste o furor.

Sabemos, Senhor,
As faltas que temos;
A vós recorrer
Por isso devemos.

Somos peccadores
Sujeitos ao mal,
Temos merecido
Um castigo tal.

Porém bem contrictos
Então nos achamos,
O nosso perdão
Agora imploramos.

Com Jesus podeis
A graça alcançar,
De acabar a peste
Que nos quer ceifar.

Sam Sebastião,
Ó tão doce amparo,
Fazei com que cesse
Nosso pranto amaro.

De nós afastai
Cruel inimigo,
Em vós encontremos
Nosso doce abrigo.

Vós bem nos podeis
Livrar desta peste,
P'ra nós alcançando
A graça celeste.

Ouvi nossos rogos,
Sam Sebastião,
Socorrendo um povo
Devoto e christão.

*Se a lei do Senhor
Fiel não cumprimos,
Bem arrependidos
Mil perdões pedimos.*

*E vos promettemos
Cumprir fielmente
Os sacros preceitos
Do Omnipotente.*²³²

O autor da prece solicita o intermédio do santo junto a Jesus, no intuito de conter o castigo que ameaçava *ceifar* os *pecadores*, entre os quais se inclui o próprio autor, daí por que fala em primeira pessoa do plural. Conscientes de suas *faltas*, tais pecadores estariam *contritos* e *arrependidos* e prometiam, caso vencessem o *cruel inimigo*, *cumprir fielmente* os preceitos de Deus. São Sebastião aparece adjetivado na fonte como *advogado*, *doce amparo* e *abrigo* e com poderes para conseguir a misericórdia de Jesus. Mas, o que habilitava São Sebastião a agir como defensor diante do cólera? Por que o Major Felipe de Mendonça e O Araripe recorreram especificamente a tal santo? A resposta para tais questões pode ser buscada no imaginário em torno da figura de São Sebastião.

O conceito de imaginário dá conta de um universo complexo e interativo que trata não só da produção de imagens, mais também da circulação das mesmas em uma determinada sociedade e temporalidade. As imagens de que trata o estudo do imaginário não são entendidas apenas como elementos *visuais*, ou iconográficos, mais também como imagens *verbais* e *mentais* que dão conta de uma gama de símbolos e representações significativas para as sociedades humanas (BARROS, 2004, p. 91). É nesse sentido que se pode apreender o porquê de São Sebastião ser representado como *advogado* contra o cólera.

Jean Delumeau, tratando dos episódios de pânico coletivo que foram os surtos de peste negra no medievo, afirma que para os homens da Igreja e para os artistas, que tinham obras encomendadas por aqueles, a peste era representada como uma “chuva de flechas abatendo-se de súbito sobre os homens pela vontade de um Deus encolerizado” (DELUMEAU, 1989, p. 113). Como já explanei, representações parecidas com essa já eram perceptíveis na Antiguidade, daí porque Susan Sontag afirma que a “idéia da doença como um castigo é a mais antiga explicação da causa das doenças” (2007, p. 112).

Essa imagem do flagelo jogado do céu em direção aos homens foi amplamente difundida pela iconografia dos séculos XV e XVI, e, ao longo do tempo e dos vários surtos ocorridos, o clero e os fiéis foram a assimilando mais e mais. As obras de arte do período não

²³² Jornal *O Araripe*, nº. 44, 10 mai. 1856, p. 4. Grifos meus.

deixaram de destacar a similaridade entre os bubões, característicos da peste, e as chagas deixadas por flechadas (SOURNIA & RUFFIE, 1986, p. 75).

É neste contexto que o culto a Sebastião vai ganhar proeminência. Desde pelo menos o século VII, o santo era invocado como protetor contra as epidemias, após ser difundida a história de que a transladação de suas relíquias para uma basílica erguida em sua honra, fora a responsável pelo cessar de uma *peste* que atingiu Roma no ano de 680 (MEGALE, 2003, p. 194). Contudo, a partir de 1348, quando a *peste bubônica* estourou na Europa, o culto ganhou vigoroso impulso. O motivo: se a peste eram dardos lançados do céu, que melhor defensor podia ter a cristandade que o santo guerreiro que sobrevivera ao ser cravejado por flechas?

[...] Imaginada pelos meios eclesiásticos leitores do Apocalipse e sensíveis ao aspecto punitivo das epidemias, a comparação entre o ataque da peste e o das flechas que se abatem de improviso sobre vítimas teve por resultado a promoção de são Sebastião na piedade popular. Atuou aqui uma das leis que domina o universo do magismo, a lei de contraste que muitas vezes não é senão um caso particular de lei de similaridade: o semelhante afasta o semelhante para suscitar o contrário (DELUMEAU, 1989, p. 116).

Dessa forma, o mártir passou a gozar de forte popularidade no universo católico europeu. Segundo Delumeau, até pelo menos o século XVIII, quase não houve igreja rural ou urbana sem uma imagem de Sebastião atingido por flechas. O autor aponta, inclusive, para a popularidade do santo em Portugal, reproduzindo um documento de 1666, no qual se ler que em determinada igreja de Lisboa existia uma imagem do mártir “com uma chave suspensa a uma flecha que lhe traspassa o coração”, chave essa que teria sido doada pelo “senado municipal durante a peste que grassou há setenta anos – Deus nos proteja de seu retorno – a fim de que o santo livre essa cidade de tão grande mal, como fez desde então até o presente. Desse modo, ninguém ousa retirar-lhe essa chave” (apud DELUMEAU, 1989, p. 116).

A popularidade do santo na Europa, particularmente em Portugal, atravessou oceanos, chegando ao Brasil Colônia, onde o culto ganhou novos contornos a partir das diferentes matrizes culturais presentes na *Terra de Santa Cruz*. Um exemplo pertinente disso é o fato de Sebastião também ser cultuado nas religiões afro-brasileiras, correspondendo no candomblé ao orixá *Omolu* (ou *Abaluaê*), divindade responsável pelas enfermidades e pestes. Além de Sebastião, Roque, Lázaro e Benedito também são santos que representam tal entidade (PEREIRA, 2004, p. 23).

A partir do que foi exposto, conclui-se, portanto, que a oração publicada em *O Araripe* e a capela do Sítio Currais são indícios de como São Sebastião permanecia sendo

representado como protetor contra as epidemias, daí a razão de seu culto ter sido favorecido pelo cólera no Crato de meados do século XIX. Essa representação secular de especialista no combate à *peste* justifica porque lhe foi dada a função de *advogado* diante do cólera e o porquê de um templo ter sido erguido em sua honra na localidade. Todavia, outros especialistas celestiais também foram invocados ante o perigo iminente da *peste*:

Deos vos salve Roque Santo
De illustre sangue gerado,
Que fostes no lado esquerdo
Com a Crus assignalado.

Vós da pátria destinado
De mortal peste ferido
Curavas todo o christão,
Que da mesma era offendido.

Da vossa mão milagrosa
Só com o tacto excellente
A todos davas o remédio
Sarando subitamente.

Deos vos salve Roque Angélico,
Que pelo Anjo celeste
Vos mandou Deos o poder
Contra o castigo da peste.

Nessa pátria em que viveis
De mil fulgores cercado,
Não esqueçais, eu vos peço
Este povo angustiado.²³³

São Roque foi um dos santos mais invocados em época de epidemia. A longa tradição que ligava o nome desse orago às manifestações epidêmicas ajuda a entender, por exemplo, por que no romance *A Peste*, de Albert Camus, publicado originalmente em 1947, o clero e os habitantes de Oran – cidade argelina, na época sob domínio francês – dedicaram um mês de preces coletivas ao mesmo. Como inexistiam estátuas de Roque nas igrejas de Oran, uma teve que ser executada “às pressas numa das oficinas da cidade” (CAMUS, 2007, p. 134).

Contemporâneo aos surtos de peste do século XIV, Roque, nascido em Montpellier (França), aparece na hagiografia como alguém que, atingido pela peste negra, foi expulso de Piacenza (Itália), refugiando-se em uma cabana nas cercanias dessa cidade. Durante esse

²³³ Jornal *O Araripe*, nº. 47, 08 de junho de 1856, p. 4. É interessante ressaltar que essa oração veio publicada junto com outras quatro – duas dedicadas à Maria e as outras a Jesus –, ocupando uma página inteira do jornal, dividida em quatro colunas, o que aponta para a importância dada pela redação do jornal a tais preces.

tempo, era alimentado por um cachorro de caça que roubava comida de seu senhor e a levava àquela cabana. Descoberta a manobra do cão, seu dono passa a ajudar o doente, que se cura totalmente. Roque então teria retornado à sua cidade natal. Contudo, é tomado por espião por seus conterrâneos, que não o reconhecem. Sendo então preso, morre na prisão. Na ocasião da morte uma luz resplandecente surgira no calabouço e o carcereiro avistou uma inscrição angelical perto do corpo – *eris in pestis patronus* –, o que conferia a Roque o patronato em época de peste (DELUMEAU, 1989, p. 149). Essa passagem hagiográfica aparece, inclusive, na oração citada acima: “Deos vos salve Roque Angélico, / Que pelo Anjo celeste / Vos mandou Deos o poder / Contra o castigo da peste.”

A experiência particular de Roque junto à doença acabou favorecendo sua representação como santo antipestilento, afinal, ele teria vivenciado e vencido a *peste*, entendendo, portanto, o sofrimento dos doentes e a angústia dos demais fiéis diante das epidemias. A iconografia tradicional destaca isso, ao representá-lo ao lado de um cachorro, segurando um bastão, com bubões aparecendo em sua perna, estigma maior daquela doença. Em algumas obras, soma-se a tais personagens a imagem de um anjo que aplica um remédio sobre um bubão, o que reforça a crença no poder curativo do *Céu*.



FIGURA 9 - São Roque. Francesco Dmiedo (1410-1491). Disponível no site da National Library of Medicine (USA): <<http://ihm.nlm.nih.gov/luna/servlet/view/search?q=Roch&search=Search>>. Acesso em 15/05/2009.

É pertinente destacar que o culto aos santos foi um dos elementos mais marcantes do catolicismo popular brasileiro. Desde o período colonial uma relação de intimidade e afetividade foi construída entre devotos e os patronos celestes. Para Rita de Cássia Marques, os santos estavam presentes em todos os momentos e lugares do cotidiano colonial, daí por que eram os primeiros a ser solicitados na hora da doença. “Nessa hora, não era preciso ir à igreja para solicitar os favores; as casas tinham quase sempre uma ou mais imagens colocadas em oratórios, pequenos nichos ou mesmo estandartes à porta” (MARQUES, 2005, p. 16).

A relação entre o fiel e o santo era marcada pelo caráter doméstico e direto, sem intermediação, inclusive, dos padres, que eram raros em determinados lugares da colônia. Diante das doenças, vistas como eventos de origem sobrenatural, da força da natureza, da necessidade de bens materiais e vantagens sociais, os habitantes da colônia recorriam a diversos santos, instituindo *contratos simbólicos* do tipo *toma lá-dá cá*, como as promessas, ocasião em que o devoto oferecia algo em troca da graça concedida pelo padroeiro. Segundo Laura de Mello e Souza, “predominaram, com referência aos santos, as relações afetivas, a busca de aproximações, a familiaridade maior. Mas [...], houve momentos de cólera e de agastamento, na linha da economia religiosa da troca não atendida” (SOUZA, 1986, p. 122). A relação de intimidade entre os santos e os fiéis era tanta, que, quando as graças almejadas não eram concedidas, as imagens sacras eram detratadas, decepadas, postas de cabeça para baixo, entre outras punições perpetradas.

No geral, cada infortúnio físico tinha um santo especialista: nas dores de dentes, Santa Apolônia era invocada. Os fiéis com feridas nos braços ou pernas contavam com o auxílio de Santo Amaro. São Brás era chamado para curar os problemas de garganta. Ainda hoje no Cariri cearense, é o nome dele que se invoca quando alguém engasga. Os olhos tinham como padroeira Santa Luzia e Santa Brígida socorria aos que sofriam com dores de cabeça. Em partos complicados, Santo Abelardo era a solução (RIBEIRO, 1997, p. 96-97).

Tendo em vista esse imaginário sobre a presença dos santos no cotidiano dos brasileiros de outrora, Roque e Sebastião, nesse sentido, eram importantes aliados a se conseguir, pois eram representados a partir de um longo histórico de atuação no combate às doenças e surtos epidêmicos, daí, pois, a notoriedade alcançada pelos mesmos. Assim sendo, de modo parecido com que ocorrera nos surtos de peste negra dos séculos passados e no cotidiano das doenças coloniais, *O Araripe* fazia circular, pelas orações lá veiculadas, representações dos santos aqui citados como especialistas em época de epidemia.

Para as pessoas que vivenciavam uma quadra tão funesta, “era preciso colocar todas as possibilidades de seu lado e, portanto, abrandar o Todo-Poderoso encolerizado recorrendo às

preces dos intercessores mais qualificados” (DELUMEAU, 1989, p. 149). Apelar pelo auxílio dos santos especialistas pareceu um bom caminho para os leitores d’*O Araripe*. Todavia, quem seria mais gabaritada para conseguir a piedade divina que Maria, a *Mãe de Deus*? É essa a conclusão que podemos enxergar através da leitura da prece abaixo:

Arca santa immaculada,
Tão pura e cheia de graça,
Sede a nossa salvação
Neste pego de desgraças.

Es Mai d’ *Deos*, q’*humanado*
Por nós expirou na cruz,
Que pedirás, ó Senhora,
Q’vos negue o Bom Jesus?

Tambem es mãe carinhosa
Dos afflictos peccadores
Es o refugio que temos,
Nas amarguras e dores.

Advogada celeste,
Desta pobre humanidade,
Perdão, Senhora, alcancai-nos,
Da divina Magestade.

Dissipai a cruel peste,
Poderosa Intercessora,
Como a cabeça esmagastes
Da serpente enganadora.

[...]

A natureza, Senhora
Ao seu filho obedece,
E vosso filho que a rege
*Não resiste à vossa prece.*²³⁴

Uma ordem hierárquica se apresenta nessa oração: o *Deus* – que se fez homem por sua vontade – reina sobre a *natureza*, tendo, deste modo, o poder de enviar a *cruel peste* contra a humanidade. Não obstante, um *bom filho* nada nega à *mãe*; nessa brecha o poder intercessor de Maria é justificado. Essas representações em torno da maternidade divina faziam dessa santa a *advogada* tida como mais poderosa no trato das doenças. A iconografia consagrou tal imaginário, ao representar Maria com seu manto estendido, impedido que as flechas enviadas do Céu atingissem a humanidade ou ela “reinando em glória entre os santos antipestilentos e recebendo por seu intermédio as preces dos doentes” (DELUMEAU, 1989).

²³⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 45. 17 mai. 1856, p. 4. Grifos meus.

Das dez orações publicadas n’*O Araripe*, seis foram consagradas à *Mãe de Deus*. Segundo Luiz Mott, um dos “traços mais marcantes da espiritualidade luso-brasileira sempre foi a devoção preferencial de nossos colonos por Maria Santíssima” (1997, p. 184-185). Nenhum santo foi mais cultuado no Brasil que a *Virgem*: ela estava presente em todos os momentos da vida dos fiéis, do nascimento (sob invocações como *Nossa Senhora do Ó*, do *Bom Parto*, da *Expectação*, da *Conceição*, entre outras) à morte (*Nossa Senhora da Boa Morte*, da *Boa Viagem*, do *Carmo*, etc.). Destarte, a quantidade de orações marianas publicadas no semanário cratense demonstra o peso da imagem de Maria na vida das pessoas daquele contexto. Inclusive, ela é a padroeira do Crato, sob invocação de *Nossa Senhora da Penha*.

O caráter humano da mãe de Jesus também era invocado, o que buscava aproximar mais a santa da humanidade, para melhor adquirir seus favores. Um dos cultos mais populares era o de *Nossa Senhora das Dores*, invocação que recorda os sofrimentos de uma mãe que acompanha seu filho ao calvário. Segundo Rita de Cássia Marques, no imaginário católico, Cristo não estava sozinho em sua *via-crúcis*. Maria caminhara ao seu lado. Devido sua presença no momento mais doloroso da vida de seu filho, ela era constantemente invocada em momentos de forte angústia e dor, como no caso das doenças. “Maria não sofreu o martírio, mas reconforta os martirizados” (MARQUES, 2005, p. 28). Ante as notícias veiculadas pelo próprio *O Araripe* sobre os lamentáveis feitos do cólera pelo império brasileiro, a *Virgem das Dores* não deixou de ser invocada:

Ó mãi do Deos homem,
Ó Virgem das Dores,
Volvei vossos olhos
Para os peccadores.

Verás, como afflicto
Geme agora o povo,
Soffrendo os rigores
D’um castigo novo.

O cholera-morbus,
Sem contemplação,
Extinguir pretende
Vossa geração.
[...]
Pelas vossas dores
Contemplai, senhora,
Os feitos da peste
Tão devastadora.

Um raio celeste
Dessa luz divina
Iluminar venha
Nossa medicina.

Para triumphantes
Podermos zombar
Desse desertor
Que nos quer ceifar

Excelsa senhora,
Typo de bondade
Lançai vosso manto
Sobre a christandade.

Vós, que já passastes
Por grandes tormentos ,
Ouvi com ternura
Tão justos lamentos

A quem recorreremos
Nessa extrema dor?
Só a nossa mãe,
Mãe do Salvador.²³⁵

É interessante notar a prece feita em favor da medicina. A oração pede que a *Virgem* lance um *raio celeste* para iluminar os médicos, ou seja, a *ciência médica* surge aqui como carecendo de *ajuda divina* para dar respostas efetivas ao cólera *desertor*. Como já discorri no capítulo dois, os preceitos científicos que tentaram explicar tal doença eram especulativos e insipientes, até fins do século XIX, e os tratamentos ministrados eram plurais e contraditórios, de forma que os médicos pouco podiam fazer efetivamente contra a ceifa de vidas provocada pela moléstia.

Neste sentido – apesar de, como já demonstrei, *O Araripe* ter dado destaque ao que se discutia entre os profissionais de saúde sobre a moléstia e ter reivindicado e enaltecido o envio de médicos para socorro da população –, o semanário não deixou de expor certa desconfiança a respeito dos doutores e de sua medicina, do que tratarei no próximo tópico. Diante da devastação causada pela doença, das incertezas da medicina e da consciência do pecado, apelava-se também para o *Coração de Maria*, um coração humano, pulsante e piedoso, mas também, *remédio* para todas as horas, dado por Cristo à humanidade:

Em qualquer tribulação
Na mais cruel agonia.
Oh! quanto valer-nos póde

²³⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 47, 08 jun.1856, p. 4.

O coração de Maria!
 [...]
 Das garras do negro monstro
 Ninguém livre se veria,
 Se delles nos não tirasse
 O coração de Maria.
 [...]
 O Divino Redemptor
 Já na ultima agonia,
 Deixou-nos para remédio
 O coração de Maria.
 [...]
 Ó vós todos que soffreis
 Qualquer mortal agonia,
 Buscai, e sereis contentes,
 O coração de Maria.²³⁶

Essa e as outras orações aqui trabalhadas apontam para como representações, consagradas em epidemias ocorridas em séculos passados, continuavam a inspirar as pessoas a buscar a intercessão, em época de flagelo, de entidades celestiais consagradas pela piedade popular, demonstrando a força das criações imaginárias e os sentidos dados às mesmas pelos homens ao longo do tempo. Tais representações dizem respeito, basicamente, à crença de que a *peste* era *vontade divina*, punindo os homens por seus pecados e desvios. Nesse sentido, elas geralmente instituíam práticas de contrição, que procuravam demonstrar o arrependimento dos *pecadores*.

Tendo em vista o caráter *coletivo* de uma epidemia, pois durante sua manifestação “não é apenas um indivíduo que fica doente, mas todos os que estão à sua volta” (ADAM & HERZLICH, 2001, p. 17), atos *coletivos* também eram encetados para debelá-la. Tratando das epidemias de *peste negra*, Jean Delumeau diz que “as iniciativas individuais não bastavam”. Se uma cidade inteira era tomada pela doença, toda ela era considerada *culpada*. Conseqüentemente, “sentia-se a necessidade de implorações coletivas e de penitências públicas cuja unanimidade e o aspecto, [...], quantitativo, poderiam talvez impressionar o Altíssimo” (DELUMEAU, 1989, p. 146). Orações públicas, procissões, entre outras práticas penitenciais, eram, assim, instituídas para *remissão dos pecados* e vitória sobre a *peste*.

Embasado nesse imaginário sobre o fenômeno epidemia, *O Araripe* acabou por incentivar a adoção de atos expiatórios pela população. Relembro, particularmente, o artigo publicado quando da expulsão do negociante Carneiro, em que o jornal afirmava que o pároco da cidade tinha o *dever de chamar o povo à oração*, pois – mais que as medidas higienistas que tanto reivindicou o jornal ao longo de sua história – esse era o *meio seguro* de alcançar a

²³⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 47, 08 jun.1856, p. 4.

piedade celeste, afastando o *terrível flagelo* de que se diziam *dignos*.²³⁷ Subjacentes às deprecações publicadas no ano de 1856, também estava o constante convite à contrição, pois elas sempre reiteravam a ideia de que os *pecadores* eram culpados pelo *castigo* vindo do Céu.

Quando em 1862 a *peste* atingiu o Cariri, os sacerdotes da região intensificaram o uso de tais representações, inspirando, por meio de seus discursos, práticas de expiação coletiva. Índícios disso podem ser captados nas cartas enviadas ao bispado do Ceará. Em correspondência datada em 21 de maio de 1862, Félix Aurélio Arnaud Formiga, vigário de Missa Velha, informava ao bispo Dom Luís Antonio dos Santos que, desde o surgimento do cólera, conservava “o povo de minha Freguesia em continua penitencia, fazendo novenas à São Sebastião, à Nossa Senhora das Dores, à Santa Rita, à São José, Padroeiro da Freguesia, celebrando a Festa da Semana Santa e finalmente fazendo os exercicios do Mês Marianno.”²³⁸

Ainda segundo a carta, em seus sermões, Pe. Félix se esforçava para convencer os fiéis de que a *peste* não era *tão terrível* e que menor se tornaria “com as nossas supplicas e mortificações do que temos muitos exemplos na História”. Diante das mortes que se sucediam e do medo que tomava conta da vila, o vigário, aparentemente, conseguiu comover os fiéis, que procuravam emendar seus atos, reconciliando-se com a Igreja e com as demais pessoas a sua volta, como insinua o trecho a seguir:

Devo diser mais a V. Ex^a.que tenho pregado em quase todos os Domingos, como me tem permittido a minha fraquesa e incapacidade intellectual, foi meu primeiro cuidado fallar sobre o *perdão das injurias, inimizades*, e tenho a fortuna de asseverar a V. Ex^a. que tem *havido uma geral reconciliação n'esta Freguesia*, de sorte que *não me consta haver presentemente alguma malquerença*: muita gente que por indifferença, ou outros motivos *não se confessavão* havia muito tempo, e parecião *rebeldes*, teem *procurado a confissão sacramental*, alguns *amancebados se estão habilitando para se casarem* e outros teem *sahido d'esse miserável estado*; e finalmente, Exm^o. Senhor, *não me tem parecido sem fructo o chamamento á penitencia*, em cuja pratica, muitos se *teem convertido a vista da penitencia d'outros*.²³⁹

Na fala do Pe. Félix, percebe-se como o pânico em torno do cólera fez os paroquianos deixarem de lado as *malquerenças* pessoais, reatando relações e *perdoando injúrias* dos *inimigos*. Por outro lado, muitos fregueses tidos como *indiferentes e rebeldes* pelo padre,

²³⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 20, 17 nov. 1855, p. 1.

²³⁸ Carta do Pe. Felix Aurélio Arnaud Formiga a Dom Luís Antonio dos Santos. 21 mai. 1862. Pasta CRA 15, 47. DHDPG. Segundo o missivista, o apelo que fazia aos seus paroquianos inspirava-se no exemplo do Pe. Ignácio de Sousa Rolim – de Cajazeiras, freguesia paraibana, circunvizinha ao Ceará – que desde o aparecimento do cólera na cidade de Sousa “chamou o povo a penitencia e n’ella o tem conservado até agora com tal fortuna, que tendo sido aquella Freguesia [Cajazeiras] circulado pelo flagelo, ali ainda não tocou”.

²³⁹ Carta do Pe. Felix Aurélio Arnaud Formiga a Dom Luís Antonio dos Santos. 21 mai. 1862. Pasta CRA 15, 47. DHDPG. Grifos meus.

buscavam a *confissão sacramental*, provavelmente pelo temor de morrerem sem a absolvição dos pecados. O casamento era outro sacramento em alta naquela conjuntura, pois algumas pessoas que viviam em relações conjugais sem o crivo da Igreja, os *amancebados* citados no documento, se dispunham a casar. Outros que viviam da mesma forma *saíam desse miserável estado*, o que significa dizer, provavelmente, que concubinatos eram desfeitos, devido a preocupação em não perecer em *pecado*.

Ao que parece, essa busca pelo matrimônio não foi um episódio localizado apenas em Missão Velha. Uma outra carta da mesma época, de autoria de José Tavares Teixeira, vigário do Assaré, também discorreu sobre o cólera, descrito como o *anjo exterminador* que *feria o povo* por “consequencia de seus imensos peccados principalmente os meus, que são os maiores”, afirmava o padre. Ante os apuros da *peste*, José Tavares, tal como o colega Félix, chamou o povo à penitência, que se mostrou “contrito e arrependido de suas iniquidades.” Nessa quadra penitencial, alguns *concubinos* também fizeram petições para casar. Diante dessa disposição mostrada por seus *infelizes* fregueses, o pároco do Assaré pretendia *aproveitar* ao máximo a *lamentável situação* deles, daí por que pedia autorização ao bispo diocesano para simplificar os proclamas matrimoniais, acelerando, assim, a oficialização dos enlaces:

Para *aproveitar a boa disposição e mesmo situação desses infelizes*, que estão agora *assombrados como horror de sua lamentável situação*, ser-me-há preciso *prencindir d’algumas formalidades como dispensa de banhos dos fregueses* ou suas naturalidades depois d’um maduro exame a respeito: Digne-se V Ex^a Rm^a. advertir-me se este *procedimento merece sua aprovação*.²⁴⁰

Diante do que expus nos últimos parágrafos, nota-se como o clero caririense aproveitou-se do cenário amedrontador do surto para reforçar suas pregações sobre o *pecado* inerente aos homens e sobre a *penitência* como forma de agradar a Deus. Por meio de novenas, procissões sermões, do estímulo aos sacramentos, entre outras práticas, os sacerdotes instavam a população cercada pelo cólera a se redimir e, dessa forma, abrandar a *ira celestial*.

É possível afirmar que *O Araripe* também compartilhou desse discurso penitencial, tendo em vista o teor de alguns textos e orações impressas pelo órgão. Malgrado essa questão, o semanário se mostrou desconfiado e intolerante com a possibilidade desse imaginário sobre a doença como *castigo do Céu* levar a atitudes consideradas radicais, devido ao desespero da

²⁴⁰ Carta do Pe. José Tavares Teixeira a Dom Luís Antonio dos Santos. 22 mai. 1862. Pasta CRA, 19, 120. DHDPG. Grifos meus.

população pecadora ante o risco iminente da morte. Indício disso é o tom enfático que o hebdomadário adotou para condenar uma prática comum nas quadras epidêmicas ao longo da história, a *autoflagelação*, como assinala uma nota impressa em 1862 na coluna *Miscelâneas*, assinada por *Al Capetto* – pseudônimo de João Brígido –, alguns meses após a passagem do cólera pelo Cariri, acerca de mortificações corporais levadas a cabo por leigos da vila de Barbalha:

Ao meio dia em ponto encontram-se bandos confusos de homens descalços e meio-nus, que cantando alto e descompassado se rasgão as carnes com disciplinas [chicotes de couro com lâminas metálicas nas pontas]! Que desordem, que assuada é esta, perguntão os estranhos aos costumes da parochia?

*São os penitentes, que se açoitam, porque o cholera estava para vir, e agora se acoitam, porque não tem o que fazer. Fasem-no com licença do parocho.*²⁴¹

Observa-se nas palavras de *Al Capetto* uma clara reprovação a tais penitentes. Na busca por detratá-los perante o público leitor, o autor os descreve com um *bando confuso, assuado e desordeiro*, que por *não ter o que fazer* rasgava suas *carnes*, apesar do cólera já ter se extinguido. Ao afirmar que o pároco de Barbalha foi quem deu licença para que tais pessoas se autoflagelassem, João Brígido aproveitava o ensejo para detratar, mais uma vez, o Pe. Pedro Castro e Silva, seu inimigo político, como já discorri no tópico anterior.

Todavia, não acredito que o tom reprovação da nota aos flagelantes fosse apenas uma desculpa para criticar o vigário barbalhense. Por trás das palavras de *Al Capetto* estava, provavelmente, a lembrança em torno dos episódios engendrados pelos *Serenos*, acusados de praticar uma série de crimes no Cariri da década de 1840. Para melhor compreensão de quem foram os *Serenos*, faz-se necessário traçar uma breve história dos grupos de penitentes no sul do Ceará.

A assimilação da autoflagelação e de outras práticas penitenciais foi favorecida pelo contato da população caririense com as missões capuchinhas, comuns na região até a primeira metade do século XIX, devido ao número insuficiente de sacerdotes fixados no interior do Ceará. De acordo com Renata Marinho Paz, os frades dessa ordem tiveram grande influência na formação religiosa e na construção de um imaginário penitencial no Cariri, devido ao forte apelo escatológico de suas pregações, em que um Deus poderoso castigava sem piedade o mundo dos pecadores: “As pregações missionárias enfatizavam elementos como o pecado, a

²⁴¹ Jornal O Araripe, nº. 291 19 out. 1862, p. 2-3. Grifos meus.

morte, a culpa e o inferno. Os capuchinhos, especialmente, proferiam sermões orientados para que os fiéis tivessem fortes emoções” (PAZ, 2004, p. 17).

O discurso escatológico trazido por tais missionários deixou consideráveis marcas na religiosidade regional. As *companhias de penitentes* são exemplos disso. No geral, eram compostas por grupos de homens que se reuniam à noite, nas portas de capelas ou cemitérios, para se autoflagelarem, enquanto entoavam benditos. Essas companhias, formadas por leigos, tinham também o apoio de alguns padres, como Manuel Félix de Moura, que foi diretor da *Sociedade dos Penitentes do Crato* (Idem).

Deste modo, macerações corporais expiatórias costumavam ser praticadas por determinados grupos no Cariri do século XIX. Essas práticas acabavam se intensificando com a chegada de epidemias ou durante as grandes secas do dito século. É importante informar que alguns grupos religiosos populares do Cariri praticam a autoflagelação até os dias atuais, principalmente no período quaresmal. Entre eles, o mais conhecido é a *Irmandade da Cruz*, ou *Penitentes do Sitio Cabeceiras*, no município da Barbalha, composta por cerca de vinte agricultores desse lugar.

Interessante é que, quando inquiridos sobre a origem da irmandade, tais penitentes sempre se referem à epidemia do cólera e à ação missionária do Pe. Ibiapina, iniciada no Ceará, justamente, quando do estouro do surto de 1862. Segundo Cícera Patrícia Alcântara Bezerra, é possível “perceber a existência de determinados elementos que se fazem presente nas narrativas orais dos componentes do grupo [Irmandade da Cruz], particularmente, os elementos que relacionam o Padre Ibiapina e a epidemia de Cólera Morbo enquanto ‘mitos fundadores’ da penitência no sítio Cabeceiras” (BEZERRA, 2008, p. 2).

A nota d’O *Araripe*, sobre as *disciplinas* nas ruas de Barbalha durante o tempo da *peste*, corrobora as narrativas contadas por esses penitentes do século XXI. Pelo visto, o impacto da epidemia foi tanto, que os relatos dos que vivenciaram a mesma foram sendo passando de geração em geração, ficando guardados na memória de algumas pessoas.

Entretanto, as *companhias de penitentes* já existiam no Cariri antes da chegada do cólera. Os *Serenos* são sinais dessa afirmativa. Em 1845 – não por coincidência, ano de seca no Ceará e nas províncias circunvizinhas, inclusive com a migração de muitas pessoas que fugiram desses lugares para o verdejante vale do Araripe –, grupos de penitentes tomaram a freguesia do Crato, levantando cruzeiros à beira de estradas e em sítios. Nesses locais, os penitentes, denominados *Serenos*, se reuniam para rezar terços, cantar benditos e ladainhas, pedir esmolas e se autoflagelar, por meio dos chicotes conhecidos como *disciplinas*.

Para definir as práticas dos *Serenos*, *O Araripe* usava termos como *cenas burlescas* e *sinistras*, buscando apresentar seus autores com *ignorantes* e *supersticiosos*, pois, em suas palavras, *seus atos depunham contra a civilização*²⁴² que as elites responsáveis pelo semanário julgavam encarnar. Todavia, a grande repulsa do jornal pelos *Serenos* não se resumia exclusivamente a não-concordância com suas práticas de mortificação. Segundo o semanário, tais grupos de penitentes seriam responsáveis por uma série de *roubos*, especialmente de animais, e por *surras, facadas, tiros* e até *mortes* que agitaram o ano de 1845, de modo que “ninguém contava mais com segurança de propriedade e de vida.”²⁴³

Foi principalmente a ameaça à propriedade o que mais assustou aos senhores de terra do Crato, que viam, inclusive seus *proletários* – aqui com o sentido de *agregados* – *engrossar* essa *associação temível* que *infestava a freguesia*. Nas palavras de um editorial: “Os *proprietários estremecerão*, julgando *seos bens a mercê desses aventureiros*, no numero dos quaes havião *malfeitores publicos*; e de feito pouco tardou que diversos *ladrões metramorphosiadados em penitentes*, praticassem *desatinos*.”²⁴⁴

Diante dos temores dos donos de terra, a polícia usou da força para restabelecer a *ordem*, reprimindo duramente os grupos de penitentes, que acabaram por se dissolver. Todavia, para as elites locais permanecia o temor de que novos *Serenos* surgissem. Os textos publicados n’*O Araripe* sobre tal assunto são indícios disso, já que foram impressos cerca de uma década depois dos acontecimentos de 1845, tendo como objetivo chamar a atenção das autoridades para notícias que davam conta da formação de novas associações de penitentes e para furtos que eram imputados aos mesmo, de forma a evitar que os episódios do passado se repetissem.

Desta forma, é provável que o texto publicado por *Al Capetto* em 1862, sobre os penitentes da Barbalha, refletisse o temor existente entre as elites locais de que a quadra epidêmica suscitasse novos *Serenos*. Em um momento em que a morte era constante e quando padres e a própria imprensa falavam em *castigo de Deus* e na necessidade de *contrição*, parte da população poderia retomar as práticas de mortificação que caracterizavam os penitentes de 1840, muitos dos quais permaneciam vivos ainda.

Ante um cenário tão funesto e emotivo, a rearticulação dos *Serenos*, provavelmente, seria mais radical, podendo beirar à revolta popular, tendo em vista que as principais vítimas do cólera advinham de grupos marginalizados socialmente. Como aponta a historiografia

²⁴² Jornal *O Araripe*, n.º. 142, 08 mai. 1858, p. 1.

²⁴³ Jornal *O Araripe*, n.º. 48, 14 jun. 1856, p. 3.

²⁴⁴ Jornal *O Araripe*, n.º. 142, 08 mai. 1858, p. 1. Grifos meus.

sobre as epidemias do cólera na Europa da década 1830, a angústia ante a *peste* e o grande número de miseráveis vitimados por ela, resultaram em uma conjuntura de mal-estar social e político que aflorou em motins populares em países como a França, Inglaterra, Rússia, entre outros (SOURNIA & RUFFIE, 1986; PORTER, 2004).

Pelas fontes que consultei, não há como afirmar que a redação d'*O Araripe* tivesse conhecimento de tais revoltas expostas pelo cólera. Todavia, tendo em vista sua memória sobre o episódio dos *Serenos*, simbolizados na prática dos flagelantes, os ideólogos do órgão enxergaram com maus olhos a instauração das companhias de penitentes que se açoitavam para abrandar a *ira divina* durante a *peste* de 1862, temerosos de que a tensão em torno do cólera proporcionasse contestação à *ordem* e desrespeito à *propriedade privada*.

Ao longo deste capítulo tratei de duas questões visíveis na produção impressa pelo *O Araripe*. O primeiro tópico foi dedicado às representações do fenômeno epidemia sob o viés das disputas políticas e de legitimação social que envolviam os responsáveis pelo órgão e seus adversários. Em um segundo momento, demonstrei como a aproximação do cólera, em relação ao Crato, foi imaginada pelo semanário a partir de uma antiga concepção que via em *Deus* a *explicação* e o *remédio* para as epidemias que afligiam o mundo. Nesse sentido, se a doença era determinação divina, era necessário rezar aos santos e adotar atitudes pias para conseguir a misericórdia do *Céu*, assim afastando o terror coletivo da morte. Por outro lado, os responsáveis pelo jornal não deixaram de representar algumas dessas práticas de forma negativa, como no caso da autoflagelação, apontadas como símbolos de *superstição* e *ignorância*. Na prática penitencial em questão, o semanário projetava o caso dos *Serenos* de 1845, quando penitentes teriam invadido e furtado propriedades, além de, supostamente, cometerem outros crimes, o que incomodou sobremaneira às elites locais.

A seguir, discutirei como *O Araripe* também se apropriou do complexo discurso científico que circulava no período para indicar meios de combater e tratar o cólera.

5.3 – Receitas para combater o judeu errante

O cholera que tanto tem afligido a raça humana, esse maldito judeu errante, vai-se aproximando de nossa comarca, pelo lado do Pajaú de Flores: em uma carta de 28 do passado Desembro escrita do Cabrobó por Francisco Alveres d'Oliveira Cabral, ao Sr. Capm. Severino d'Oliveira Cabral lesse o seguinte – Temos tido por aqui grandes veixames por causa da terrivel epedemia do cholera que já está graçando no Tacararú distante d'aqui trinta e seis legoas; o mal aparesceu alli não com grande excesso, mas já tem feito diversas victimas – Estamos crentes de que a epedemia nos visitará vinda pelo lado do Sul, em consequencia de que é muito frequente o comercio entre Tacaratú, Pajaú de Flores, e nossa Villa do Jardim que dista ao ponto afectado umas sincoenta legoas; esta noticia porém não deve aterrar nossa população, porque a Providencia nos à mostrado o remedio efficaz contra esse mal; pelo que devemos tomar todas cautelas para no caso de aparicer entre nós a epedemia, estarmos preparados para a receber com o virtuoso “SUMO DO LIMÃO” esse agente medecinal, que tantos fructos tem produsido no Pará, também obrará milagrosamente entre nós. DEOS protege a quem crer em sua infinita MIZERICORDIA, e secundados nella não devemos aterrar com a presença do mal, porque como já dissemos a MIZERICORDIA DE DEOS, E O SUMO DO LIMÃO, providencialmente descoberto, nos fará encarar com o sangue frio essa epedemia e della zombarmos.

O Exm. Sr. Presidente da Provincia criou nesta freguesia uma junta de hygiene publica, e a incombio de tomar medidas em favor de nossa população; confiamos pois que essa junta composta como é de cidadãos respeitáveis, e amigos da humanidade, saptisfará as nessecidades que a importancia da materia exigem; no entretanto pensamos que as medidas preventivas, e d'hygiene publica são as mais efficazes na presente quadra.²⁴⁵

A notícia acima foi publicada n'O *Araripe* em janeiro de 1856. Em maio do ano anterior, o *cólera-morbo* tinha atingindo o território brasileiro, do que já tratei antes. A partir de então, o Cariri cearense conviveu com o receio de ser vitimado por tal doença. Em 1856 o temor fortificou-se, porque o cólera grassava na freguesia de Flores, no Pernambuco, limítrofe com a região, especialmente com a vila do Jardim. A formação de uma comissão higiênica pelo governo provincial e a preocupação, visível na citação, em frisar a necessidade de medidas preventivas e de higiene pública são indícios de como a aproximação do cólera preocupava aos responsáveis pelo jornal, represento-a, inclusive, como *maldito judeu errante* a afligir a humanidade.

Peter Burke, tratando da cultura popular da Europa da Idade Moderna, conta uma velha história que ajuda a melhor compreender a metáfora do *judeu errante*. Durante a via-crúcis, quando Jesus encaminhava-se para o calvário, levando nos ombros a sua cruz, um

²⁴⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 27, 05 jan. 1856, p. 4. Grifos da fonte.

sapateiro judeu teria o impedido de descansar. Devido a essa atitude, tal sapateiro foi condenado por Deus a *vaguear pelo mundo* desde então (BURKE, 1989, p. 191-192). Esta história permaneceu viva na memória de várias gerações, inspirando, provavelmente, o autor da citação acima.

Nessas condições, a adjetivação *judeu errante*, utilizada para caracterizar o cólera, é reveladora: a carga de preconceito com que a palavra *judeu* era tratada pelo catolicismo da época – visto por este como sinônimo dos assassinos de Cristo, dando origem inclusive ao verbo português *judiar*, no sentido de maltratar – era seguida pela percepção de um vagar sem pouso, já que o povo judeu não tinha um território, um lugar próprio, estando disperso pelo mundo. Desse modo, o epíteto preconceituoso utilizado pelo jornal representava o cólera como um mal que vagava, disseminando a morte ao se espalhar por todos os cantos do globo.²⁴⁶

Todavia, essa etnocêntrica metáfora não foi usada pelo *O Araripe* somente para referir-se ao cólera. A epidemia de *bexigas*, que grassava no litoral brasileiro e ameaçava adentrar o interior do país, também foi adjetivada como *judeu errante*, isso já no primeiro número do jornal.²⁴⁷ Todavia, não só as doenças foram representadas assim, como mostra o texto a seguir:

Cratenses, respirai desassombrados. O *Judeo errante* dos nossos dias, esse *hospede fatal*, que deixa sempre, onde *passou*, os *documentos da sua ferocidade*, já deixou os *nossos lares*. Deixou-os *ensanguentados*, he verdade, mas sempre foi hum *favor dos Ceos*, que devemos agradecer, *terem-nos sacudido d'aqui* dentro d'este pouco tempo mesmo, que entre nós se demorou. Agora *carpi somente a sorte*, que vão ter os nossos *irmãos Sobralenses*, como ja *carpirão a nossa os nossos irmãos da Capital, da Granja, do Inhamum, e do mesmo Sobral*, onde a sua *primeira aparição também ja foi funesta*.²⁴⁸

²⁴⁶ Tal representação da enfermidade, não deixa de lembrar as considerações de Georges Duby sobre os surtos da peste negra no Medievo. Na procura por bodes expiatórios, tendo em vista a crença de que a doença era um castigo divino, os judeus, junto com os leprosos, foram perseguidos, sendo acusados por supostos envenenamentos de poços de água: “[...] Houve um desencadeamento de violência contra os que pareciam como os instrumentos de um Deus vingativo, que fustigava suas criaturas lançando sobre elas a doença” (DUBY, 1998, p. 89). Fazendo uma comparação entre a lepra da Idade Média e a AIDS, o autor chama ainda a atenção para o fato de que a busca por bodes expiatórios que expliquem o fenômeno doença continua uma característica dos tempos atuais: “[...] O leproso era, só por sua aparência corporal, um pecador. Desagradava a Deus e seu pecado purgava através dos poros. Todos acreditavam, também, que os leprosos eram devorados pelo ardor sexual. Era preciso isolar esses bodes. Portanto, a lepra, mal a que não se sabia tratar, parecia, como a AIDS pôde sê-lo na atualidade, o signo distintivo do desvio sexual” (Idem, p. 91).

²⁴⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 01, 01, 17 jul. 1855, p. 3.

²⁴⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 83, 21 fev. 1857. Grifos meus.

Tendo em vista a informação de que enfermidades como a varíola e o cólera eram representadas como *judeus errantes*, poder-se-ia deduzir que algum surto epidêmico teria passado pelas localidades citadas acima e se dirigia então para a cidade de Sobral. Todavia, o *judeu errante* em questão não era uma doença, e sim o juiz de direito Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Interessante é que, um ano antes desta publicação, Jaguaribe, recém nomeado para o Crato, tinha presidido a comissão sanitária dessa cidade, sendo alvo de vários louvores por parte do semanário. Não obstante, logo depois de sua chegada, o juiz de direito se envolveu nas disputas políticas locais, favorecendo pessoas do partido *boticário* (conservador), daí porque a radical mudança de opinião d'O Araripe. Desta forma, a metáfora do *judeu errante* era utilizada pelos ideólogos do jornal para representar algo considerado ruim e que circulava por diversos lugares, com estadias marcadas sempre por fatos negativos. Tanto as epidemias como autoridades da oposição e demais inimigos podiam, assim, ser representadas pelos ideólogos do semanário como *judeus errantes*.

No entanto, o *judeu errante* que interessa aqui diz respeito ao cólera. Na citação que abre esse tópico, após divulgar a marcha da epidemia nas vizinhanças do Cariri, o autor da nota afirma que a população não deveria ficar *aterrada* com tal notícia, pois a *Providência* já tinha mostrado o *remédio eficaz* para combater o *judeu errante*, a saber: o *venturoso sumo do limão*. Segundo o texto, tal medicamento teria produzido bons resultados no Pará, de forma que também *obreria milagrosamente* se o cólera estourasse na região do Cariri. Utilizando-se do discurso religioso, debatido no tópico anterior, afirmava que Deus protegia aos que acreditassem em sua *infinita misericórdia*, de forma que ela e o uso do limão – cujas propriedades terapêuticas teriam sido descobertas *providencialmente* – permitiriam aos caririenses “encarar com o sangue frio essa epidemia e della zombarmos.”²⁴⁹

A referência ao uso do *milagroso* limão no Pará é um revelador indício de como os médicos do período assimilaram remédios advindos dos saberes populares para tratar os acometidos pelo cólera. Versando sobre tal questão, Jane Felipe Beltrão argumenta que as *políticas públicas* referentes aos *socorros públicos* durante a calamitosa epidemia do Pará, “eram, embora a contragosto das autoridades sanitárias, sistematicamente alteradas pela ação dos envolvidos no flagelo” (BELTRAO, 2000, p. 847). Tendo em vista as adversidades daquela quadra, a pressão social exercida sobre as autoridades sanitárias pelas pessoas ameaçadas pelo cólera – nas palavras da autora, os *protagonistas* do evento –, fez com que

²⁴⁹ Jornal O Araripe, nº. 27, 05 jan. 1856, p. 4.

algumas práticas de curandeiros, raizeiros e outros profissionais de cura populares no Pará fossem abonadas por alguns médicos da província. Ao assimilar tais práticas, os acadêmicos “escudavam-se em procedimentos considerados científicos para evitar maiores alterações nas posições já conquistadas” pela medicina oficial, que buscava centralizar em suas mãos as artes de curar (BELTRAO, 2000, p. 852).

Entre os que enveredaram por este caminho, causando uma celeuma entre seus pares, a autora destaca o Dr. Francisco da Silva Castro, presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará, que realizou experiências com o sumo de limão, após saber que um grupo de indígenas do Amazonas obtivera sucesso no combate ao cólera por meio da administração do mesmo.

A noção de *circularidade cultural* parece pertinente para entender essa troca entre os saberes médicos e populares acerca do cólera. A historiografia deve o desenvolvimento de tal concepção aos estudos produzidos por Mikhail Bakhtin e Carlo Ginzburg. Ao tratar da *cultura popular* da Idade Média e do Renascimento, especialmente no que diz respeito à historicidade do riso e das festas populares, Bakhtin se voltou para a obra de *Rabelais*, proeminente literato da Europa medieval. Nessa fonte de pesquisa, o autor enxergou a possibilidade de “iluminar a cultura cômica popular de vários milênios”, já que percebia o letrado Rabelais como *eminente porta voz* desta cultura na literatura (BAKHTIN, 1993, p. 3). A produção erudita rabelaisiana estaria mergulhada no linguajar, imagens e bufonices populares, característicos do recorte historiográfico analisado por Bakhtin: “[...] É na obra de Rabelais que o riso da Idade Média encontrou sua expressão suprema” (Idem, p. 84).

Inspirado na linha traçada por Bakhtin, Carlo Ginzburg forjou a terminologia *circularidade cultural*, ao tratar do moleiro italiano *Menocchio*, morto pela inquisição no século XVI, por suas ideias sobre a criação do mundo e sobre a sociedade de sua época, incluído aí uma crítica feroz aos dogmas, sacramentos e atitudes da Igreja Católica. Advindo do meio popular – sendo herdeiro de uma tradição oral camponesa de difícil datação –, Menocchio sabia ler e escrever, fato raro para os moleiros do período. Contudo, em sua incursão pelo mundo da cultura letrada e na elaboração de sua *cosmogonia*, o moleiro não reproduzia simplesmente as teses dos autores que lera. O simpático *herege* produziu uma reelaboração original das leituras feitas por ele, na qual a cultura oral funcionava como um *filtro*: “Menocchio triturava e reelaborava suas leituras, indo muito além de qualquer modelo preestabelecido [...]. Não o livro em si, mas o encontro da página escrita com a cultura oral é que formava, na cabeça de Menocchio, uma mistura explosiva” (GINZBURG, 1987, p. 103).

A ideia de *circularidade cultural* ganhou destaque entre os historiadores por superar a tese da existência de uma suposta dicotomia entre diferentes níveis de cultura (*cultura letrada*

x *cultura popular*). Em vez de enxergar a produção cultural como dividida em pólos estanques, o conceito propõe um olhar que valoriza o caráter dinâmico e dialógico da mesma, as trocas de mão dupla.

A riqueza desse aporte conceitual tem inspirado uma infinidade de pesquisas, e a historiografia brasileira sobre a medicina e as práticas de cura não se isentou de refletir sobre o mesmo. O exemplo mais profícuo dessa apropriação conceitual é o estudo de Márcia Moisés Ribeiro sobre a *ciência nos trópicos*. Discorrendo sobre as artes médicas no Brasil do século XVIII, a autora fala da medicina enquanto *complexo tipicamente colonial* (1997, p. 24), em que as concepções de doença e cura de europeus, índios e africanos mostravam-se extremamente amalgamadas. Os saberes medicinais, tais como as ervas, raízes e outros elementos naturais utilizados pelos indígenas, e as concepções mágicas das diferentes culturas, eram divulgadas em tratados de jesuítas, cirurgiões e médicos, levando à medicina lusa a adotar novos elementos em sua farmacopéia.

A popularidade dessas práticas de curas não é explicada por Márcia Ribeiro simplesmente pela *fragilidade dos sistemas de saúde* na Colônia, já que pessoas de posse e próximas aos cirurgiões e médicos não deixavam de procurar benzedeiras, feiticeiras e curandeiros para tratar de suas doenças. Baseada na teoria da *circularidade cultural* a autora percebe a existência de uma concepção de cura comum ao “universo das elites e dos estratos populares” (Idem, p. 44).

Se a *ciência* não ficou imune à influência dos saberes não-europeus de cura, a população do Brasil colonial também assimilou práticas consagradas pela medicina oficial. Um exemplo disso é a ampla aceitação do *humorismo* de inspiração hipocrática, teoria basilar para a medicina lusa do período. Para a autora, tanto no nível do “saber erudito como no das práticas populares, tinha-se uma concepção materializada da doença. Empregando-se os procedimentos adequados, ela sairia do corpo humano sob forma palpável e concreta de vômito, fezes, suor e sangue.” (RIBEIRO, 1997, p. 85).

Desta forma, o uso do conceito de *circularidade cultural* permite uma compreensão de antigos saberes sobre a saúde e a doença que valorizam as trocas recíprocas entre teses ditas como *científicas* e práticas *populares*. Durante as epidemias do cólera em meados do século XIX, tal *circularidade de saberes* permanecia fecunda, como no caso da utilização do limão no trato dos coléricos do Pará pelo Dr. Francisco da Silva Castro.

O que interessa destacar aqui é que as experiências do presidente da Comissão de Higiene não ficaram restritas à sua província. Uma cópia de um relatório de sua autoria tinha

sido enviada pelo governo do Pará à presidência do Ceará, que remeteu a mesma aos membros das comissões sanitárias então instituídas no interior desta província.

Ao receber uma cópia de tal documento, o presidente da comissão sanitária do Crato, Domingos José Nogueira Jaguaribe – o mesmo que algum tempo depois foi detratado pelo *O Araripe* com o epíteto de *judeu errante* –, pediu que a redação do semanário publicasse o mesmo, “para que no caso de ser esta comarca acometida da epidemia, seos habitantes estejam prevenidos”.²⁵⁰ Assim, em edição de 01 de janeiro de 1856, com continuação no dia 05 do mesmo mês, *O Araripe* publicou na íntegra o relatório que o Dr. Silva Castro enviara ao Governo do Pará, no qual toda a experiência com o sumo do limão era narrada, incluindo uma listagem com o nome de trinta pessoas tratadas pelo médico com tal substância, das quais apenas uma teria falecido, o que procurava avaliar a eficiência da medicação.

Francisco da Silva Castro iniciou seu relatório, chamando atenção para a “extensa profusão de medicamentos que tem lançado mão os homens da sciencia desde remotos tempos por diversas partes do orbe para combater a medonha moléstia” do cólera e para a “fallibilidades de cada um delles”. Para o médico, não estava longe o tempo em que ciência *rasgaria o véu* dessa moléstia, superando, assim, tal falibilidade. Inclusive, um novo *facho* de luz era lançado sobre tal questão, o qual poderia “guiar a medicina para esses descobrimentos”, já que um agente farmacêutico, o limão, vinha se mostrando eficaz no tratamento do cólera.

Por isso, o médico pedia que o presidente usasse de sua *influência* para que experiências fossem feitas nos hospitais em que estavam os coléricos. De sua parte, Castro e Silva dizia que continuaria ministrando o remédio em sua clínica particular, bem como chamaria a “atenção dos meos collegas das provincias, e d’outras partes; aos quaes vou derigir-me.” Ao que parece, o presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará pretendia divulgar aos quatro cantos suas ações no trato daquela *peste*.

As experiências com o limão tinham começado, após uma audiência de Castro e Silva com o Bispo do Pará, Dom Jozé Affonso de Moraes Torres. O bispo acabara de retornar de uma viagem pastoral à Província do Amazonas, ocasião em que ouviu de um morador de uma localidade denominada Vila Franca, o relato sobre como um grupo de *índios pescadores* utilizava com sucesso o sumo de limão no tratamento dos coléricos.

Segundo a fonte, os *pobres índios* dirigiam-se em uma canoa ao local da pescaria quando um deles caiu na água, *atacado fulminantemente* pelo cólera. O enfermo foi logo

²⁵⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 26, 01 jan. 1856, p. 3.

resgatado e posto de volta no barco. Em um lugar inóspito, os outros indígenas procuraram socorrê-lo com o que estava a sua volta. Foi aí que um deles lembrou de buscar alguns limões que tinha trazido para a canoa. As frutas foram espremidas e o sumo foi dado ao colérico ao longo do dia. A medida teria resultado na breve reanimação do doente, que logo ficou curado.

O documento afirma que a descoberta das propriedades curativas do limão se deu pela *graça celeste*, que inspirara os índios, classificados como *semi-selvagens*, a usarem o sumo dessa fruta: “Oh! Providencia Divina, quanto sois Misericordiosa! Como velaes pela sorte das vossas fracas creaturas!”²⁵¹. As benesses da medicação foram se espalhando na medida em que outros doentes ficavam sãos: “Espalhou-se a nova da preciosa descoberta, correo de bocca em bocca a noticia; e todos quantos adoecerão por aquellas bandas usarão do mesmo remedio e todos sararão!!”

Diante de tais notícias, o médico começou a usar tal sumo no tratamento dos seus pacientes, obtendo resultados positivos. Nas suas palavras, a *Providência* havia mostrado o remédio e o “cadinho da observação [científica] folgava em reconhecer [o limão] como favorável a mísera humanidade.” Desta forma, a *ciência* legitimava os relatos que tinham chegado aos ouvidos de Castro e Silva pela boca de um *ungido do Senhor* – em referência ao bispo do Pará –, que, segundo o relatório, tinha sido *escolhido* por Deus “para ensinar as suas ovelhas o remédio mais capaz de exterminar o mal, que as tem devorado, e que muito poderá ainda continuar a affligir e devastar o resto do nascente Imperio de S. Cruz”.

Por outro lado, o relatório frisava que o uso da fruta cítrica como remédio não era uma novidade. Citava, inclusive, estudos parisienses do químico Cavaillon, datados de 1832, ano do cólera na França, em que o limão foi apontado como medicamento para debelar os vômitos dos coléricos. O autor afirmava que não sabia explicar a razão de seus colegas terem parado de prescrever o suco do limão contra o *mal de Ganges*, chegando mesmo a cair no *esquecimento*. Todavia, tendo em vista que seu uso voltava à cena, era preciso dar continuidade às pesquisas, pois o médico tinha certeza que a fruta era um *terapêutico valioso* no combate ao cólera:

Convem por tanto agora estudar com mais attenção este meio therapeutico, que em minha oppinião é valioso, e muito poderoso para combater o cholera morbus, não direi sempre só sem o concurso d’alguns outros auxiliares therapeuticos, taes como sinapismos, clystères, emissões sauguineaes, locaes ou geraes, e internamente os calmantes ou anodyos combinados com

²⁵¹ Jornal *O Araripe*, nº. 26, 01 jan. 1856, p. 3.

substancias mucilaginosas ou gommosas, mas às veses com a coadjuvação d'algumas destas indicações.²⁵²

É interessante perceber como a suposta descoberta dos índios de Vila Franca foi representada pelo Dr. Castro e Silva. O uso do suco do limão por tais pessoas no trato dos coléricos foi interpretado pelo médico enquanto obra da *Providência Divina*. Dessa forma, os pescadores que teriam usado inicialmente o medicamento, passam de *atores principais* para *meros coadjuvantes*, pois a inspiração não advinha originalmente deles, mas sim da *graça celeste*.

Por outro lado, ao invocar as experiências *científicas* praticadas algumas décadas antes na França, bem como as realizadas em sua *clínica particular*, o médico também retirava o brilho da ação daqueles *semi-selvagens*. Todavia, mesmo negados pela força da *Providência Divina* e da *Ciência*, é interessante perceber como as práticas daqueles índios permaneceram sendo utilizadas pelos facultativos no combate àquela epidemia, sendo, ainda, divulgadas pela imprensa brasileira do período, como no caso particular d'*O Araripe*.

Essa história do limão como substância anti-colérica inspirou um interessante escrito publicado neste semanário, que expressava críticas contundentes à medicina. O artigo não contém assinatura do autor e foi veiculado na coluna *Comunicados*. Segundo o texto, Deus teria dois fins quando resolveu mandar o cólera. O primeiro tinha haver com o que discuti anteriormente, sobre a representação da doença como punição divina; já o segundo motivo tinha a medicina como escopo:

Parece que quando *Deos mandou a epidemia actualmente*, foi para dois fins: um para *castigar ao seo povo* contra os *dilictos cometidos contra sua divina lei*; e o *outro* para um *total desengano* do que é a *rançosa Magica*, que a muitos annos appareceu sobre a face da terra com o titulo de – *Medicina* –, que toda composta de *sofismas*, dispoem da *especie humana*, como bem *lhe parece*, sem attender, que a *custa do suor desta miserável especie tem della adquerido tanta fama*; e para tanto tem chegado sua *boa fé, e credulidade!*²⁵³

Apreende-se na citação uma forma nada amistosa de se referir à medicina, apresentada como *rançosa mágica*, composta de enganos e exploradora da *boa-fé* da humanidade. A ideia de que *Deus* usava o cólera para *desenganar* a medicina, provavelmente, estava ligada a concepção de que tal ciência não oferecera, até então, meios efetivos de estancar os surtos da doença pelo mundo e, especialmente, pelo Brasil, sempre deixando cifras mortuárias altas por

²⁵² Jornal *O Araripe*, nº. 26, 01 jan. 1856, p. 3.

²⁵³ Jornal *O Araripe*, nº. 37, 15 mar. 1856, p. 3. Grifos meus.

onde vagava. Neste sentido, a notícia de que pessoas tidas como *rústicas*, sem títulos acadêmicos, e avessas à ciência dos médicos, vinham encontrando medicamentos simples com efeitos práticos no tratamento dessa moléstia era algo que *espantava*:

É coisa espantosa ver-se, que, alli uns rusticos, e simples pastores de gados por meios de suas observações chegasse a descobrir a vertude da erva Menthrastró; acolá um pobre balseiro a do summo do limão, como antídotos contra a epidemia que tantas victimas tem feito; e as fiserão propagar em tão boas horas, que estão tendo o merecido acolhimento até mesmo dos administradores das provincias! Não menos (é presumível) terão feito os indiginas das Tribus selvagens com outras ervas silvestres! Estes virtuosos cidadãos, dotados de almas generosas, e de corações mais philanthropicos ensinarão ou annunciarão ao mundo (gratuitamente) os trabalhos de suas observações; e sem esperança de recompensa alguma. É até aonde se pode diser: almas cândidas: corações generosos; cidadãos prestantes; e verdadeiros amigos do seo proximo. Outro tanto se poderá diser de nossos médicos? Risum.....²⁵⁴

A fonte faz uma menção de louvor ao uso do sumo do limão pelos indígenas pescadores do Pará, narrada há pouco. Há também uma referência a *simples pastores* que teriam descoberto as *virtudes* do *mentrasto*, também conhecido pelas denominações *hortelã-do-mato*, *hortelã-silvestre* e *hortelã-aquática*. O uso dessa planta nos cuidados dos coléricos tinha sido divulgado na edição 36 d’*O Araripe*, sob o título de *A erva menthrastró contra o cholera-morbus*. Tratava-se da transcrição de carta atribuída a um governador espanhol, Jozé Antonio Sousa Chagas, datada em 21 de agosto de 1855, em que o *mentrasto* era proclamado como o *verdadeiro antídoto* contra o cólera.

O governador em questão teria ordenado a um médico, seu subordinado, a utilização da espécie de hortelã após ler um periódico que expôs como um “pastor d’Andaluzia, havendo sido atacado no campo [pelo cólera], se curara” pelo ingestão de tal erva. Segundo Jozé Antonio, esse anúncio de medicamento poderia ter passado despercebido, já que todas as pessoas estavam *fartas* de *receitas* publicadas contra o cólera na imprensa, na maioria das vezes, ineficientes. Não obstante, *quis Deus* que o anúncio lhe chamasse à atenção, daí porque instruíra um médico a aplicar tal tratamento. Malgrado o *desdém* com que o facultativo recebeu a ordem, o uso do *mentrasto* teria obtido bons resultados, com curas espetaculares em vinte e quatro horas e a garantia de convalescença de mais de sessenta pessoas, seja por meio

²⁵⁴ Idem. Grifos meus.

do uso de emplastos sobre o estômago dos doentes ou pelo consumo de chás feitos a base dela.²⁵⁵

Explicado o porquê da referência ao mentrasto, o artigo sobre a *rançosa mágica* da medicina fica mais inteligível. Segundo ele, *rústicos e simples pastores e índios*, apontados como os responsáveis, por suas *observações*, pelo descobrimento das propriedades curativas do limão e da hortelã, tinham se comportado de forma mais *filantrópica* que os médicos, visto que “ensinarão ou anunciarão ao mundo (gratuitamente) os trabalhos de suas observações; e sem esperança de recompensa alguma.” Por isso, foram conceituados no texto como *virtuosos cidadãos, almas generosas e verdadeiros amigos*.

Em um país escravocrata e de disparidades sociais gritantes como o Brasil do século XIX, em que a *cidadania* era benefício de poucos privilegiados, nomear indígenas, marginalizados até hoje, como *cidadãos* era apenas um exercício de retórica. Mesmo assim, não deixa de chamar à atenção o fato dessa fonte enaltecer tais personagens em detrimento dos médicos, pois esses, nas palavras do texto, não exibiriam o mesmo desprendimento e *corações generosos* daqueles. Para corroborar essa afirmação, o artigo expôs as reações de alguns doutores do Ceará, quando convocados para o trabalho nas comissões sanitárias criadas em 1856:

*Alli hum [médico] por ir faser uma ligeira visita aos acommetidos da epidemia fora da capital exigio do governo a bagatela de 400 garrafas de vinho do Porto: 10 vitelas 50 carneiros; e 500 galinhas. Não sei como não pedio um galo! acolá, outros se negão a se encarregar do curativo do misero povo; mais para alli um não quer contractar [...] Triste é por certo a condição da infeliz humanidade, quando em suas mais afflictas agonias é despresada por seos proprios semelhantes!*²⁵⁶

Os facultativos cearenses aludidos no impresso eram representados como *interesseiros*, exigindo fortunas para socorrer a população das localidades interioranas, que viviam temerosas com a possibilidade da chegada do cólera. Em um momento de *aflição* e *agonia* como esse, os doutores eram acusados de colocar interesses particulares acima do bem da *infeliz humanidade*. Tendo em vista o teor das acusações presentes na citação, os leitores do jornal devem ter compreendido em que se baseavam os elogios feitos à *filantropia* dos índios paraenses e de seu sumo de limão.

²⁵⁵ Jornal *O Araripe*, nº. 36, 08 mar. 1856, p. 4.

²⁵⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 37, 15 mar. 1856, p. 3. Grifos meus.

Nessas condições, com a aparente recusa de alguns doutores em atuar no interior da província, o artigo indagava: de que valeria as *diligências do governo* – visíveis na instituição de comissões sanitárias e no envio de medicamentos – se não haveria médicos para cuidar dos doentes? Ficaria na mão de quem a aplicação dos remédios vindos nas ambulâncias remetidas para a comarca do Crato? Nas dos *bacharéis* e *padres* que lá habitavam? Nesse sentido, finalizava o artigo, a solução que restava à população era esperar a ajuda do Céu: “O povo desta cidade que ponha os *olhos em Deos*, e rogue a sua *Padroeira*, que *não permita sejamos atacados da epidemia, que morreremos a mingoa*. ”²⁵⁷

Um curto, mas sarcástico texto impresso em 1856, intitulado *conto popular*, também teceu críticas à medicina:

Tom.....tom tom.....
 Quem bate ahi?
 Sou eu.
 Ah! é o sr. Cholera? como está o sr. Cholera? donde vem o sr. Cholera? para onde vae o sr. Cholera?
 Vou até alli assim ao A.....
 Quantas pessoas pretende lá matar?
 Somente tresentas.
 Passão se alguns dias, e de novo ouve o pobre homem bater-se-lhe à porta.
 Quem bate ahi?....
 Criado do sr. Braz....
 Ah! é o sr. Cholera!..... como passa o sr. Cholera? quantas pessoas matou o sr. Cholera?
 Matei as mesmas 300, mas as drogas e globos matarão outras 300, e o medo matou ainda mais. O &. ²⁵⁸

Extremamente irônico e cheio de pequenas brechas e reticências (as letras O &, que encerram o texto, fariam referência ao editor?), a pequena história é reveladora. O cólera aparece personificado em alguém que inesperadamente bate à porta. Outro incógnito personagem (sr. Braz...?) atende a mesma, passando a fazer perguntas ao visitante. Este informa que vai a um lugar que tem seu nome iniciado pela letra A (talvez ao Araripe, entendido como a região onde se encontra a chapada de mesmo nome, ou seja, ao Cariri) e que na ocasião matará trezentas pessoas. Depois de fazer sua visita à localidade em questão, a doença retorna à mesma porta. Quando inquirido sobre o número de mortos, o cólera afirma ter matado os trezentos que prometera. Contudo, outros trezentos faleceram pela ação de *drogas* e dos *globos* e mais trezentas pessoas morreram de *medo*. Dessa forma, das

²⁵⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 37, 15 mar. 1856, p. 3. Grifos meus.

²⁵⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 44, 10 mai. 1856, p. 2.

novecentas pessoas que teriam perecido durante a visita do cólera, apenas um terço seria resultado direto dessa moléstia.

A afirmação de que trezentas pessoas morreram de *medo* diz respeito à antiga crença na qual o abatimento moral e o medo em época de epidemia predispõem as pessoas a receber o contágio (DELUMEAU, 1989, p. 125). Essa opinião era validada pelos discursos de médicos brasileiros do século XIX, que, entre outras coisas, queriam disciplinar o dobre de sinos pelos finados, tendo em vista a percepção de que tais sons atingiriam os *nervos* da população, debilitando-a ao ponto de favorecer o adoecimento (REIS, 1991, p. 264-265).

Não obstante, interessa aqui destacar a que se referia o conto ao falar de *drogas* e *globos*. No capítulo dois, tratei do intenso debate médico do período em torno da aplicação da *alopatia* e da *homeopatia* no trato do cólera. Os dois sistemas propunham formas díspares de combater a enfermidade. De modo geral, os alopatas eram conhecidos por sua preferência pelo uso de drogas, cáusticos, sangrias, eméticos, vesicatórios, clisteres (injeções no reto, por meio de uma seringa, que pretendiam combater desarranjos intestinais) e purgantes no tratamento das moléstias. Já os homeopatas utilizavam de recursos menos drásticos, sendo partidários do princípio dos *infinitesimais*, para qual quanto menor fosse a dose de um remédio – geralmente na forma de glóbulos levemente adocicados e dissolvidos em água – maior seria sua eficácia (PORTER, 2004; PIMENTA, 2003a).

Ao tratar da querela entre os dois sistemas, o *conto popular* ironiza a ineficiência de ambos, já que as *drogas* e *glóbulos*, em vez de curar, mataram na mesma proporção. Por conseguinte, a pequena história do cólera que bate à porta e as outras admoestações à medicina, visíveis nos textos discutidos ao longo desse subcapítulo, acabam revelando questões e dúvidas inerentes aquele contexto, no qual não se conheciam mecanismos totalmente apropriados para combater a manifestação da doença que se avizinhava. Desta forma, em suas representações do cólera, o semanário não deixou de refletir as disputas médicas subjacentes àquela conjuntura, bem como suas limitações no trato aos coléricos.

Malgrado algumas críticas como essa, *O Araripe* esteve bastante atento às recomendações advindas dos facultativos. Como já discorri em outro momento, as ideias higienistas, defendidas pela *medicina social*, foram apropriadas pelas elites locais para legitimar as reformas urbanas que julgavam condizer com as urbes ditas *civilizadas*, as quais pretendiam se identificar, na busca de maior legitimidade social. Por outro lado, na conjuntura marcada pela aproximação e pela manifestação do cólera no Cariri, o periódico procurou imprimir sistematicamente os conselhos médicos que lhe chegavam às mãos, seja por meio do contato direto estabelecido entre a redação e alguns doutores, como no caso dos artigos de

autoria de Antonio Manoel de Medeiros, ou por meio da reprodução de textos impressos originalmente em outros órgãos de imprensa.

Neste sentido, tanto princípios homeopáticos como alopáticos ocuparam espaços nas páginas do semanário. Em 1856, por exemplo, ele reproduziu um texto assinado por Ignácio Manoel de Lemos, morador da Cidade da Paraíba, em que se louvava o uso homeopático da *tintura sulfúrica* e do *espírito de cânfora*. Para justificar tais loas, o autor citava os *resultados maravilhosos* obtidos por essas substâncias no trato do cólera na Península Ibérica, como em Madri e Porto. Seu uso fora tal satisfatório, que os médicos alopatas da última cidade teriam se rendido às mesmas, deixando de lado *rivalidades* ao carregar em suas “algibeiras os vidrinhos deste dous medicamentos, e em qualquer parte levantavam-se bons os fulminados de cholera.” Ao exaltar a atitude de tais alopatas, o texto de Ignácio Manoel de Lemos terminava provocando os alopatas pernambucanos, indagando se estes repetiriam a ação daqueles *amigos da humanidade*.²⁵⁹

Em uma conjuntura tensa, ante as notícias a respeito dos milhares de brasileiros fulminados pelo cólera e a falta de médicos residindo no Cariri, os textos transcritos e publicizados pelo *O Araripe* buscavam sintetizar como o fenômeno epidemia estava sendo discutido pela ciência do período, para que os caririenses, por si só, pudessem “curá-la, quando se desenvolver o mal entre nós.”²⁶⁰ Pretendiam assim, captar e divulgar orientações práticas de como proceder no caso do aparecimento da epidemia no Ceará, daí, pois, as razões dos longos artigos publicados com múltiplas orientações profiláticas.

No geral, tais artigos eram assinados por vários médicos, brasileiros ou estrangeiros, e tinham sido publicados originalmente em outros periódicos. Ao reproduzi-los, *O Araripe* nem sempre divulgou o nome dos autores. As orientações contidas nos textos iam da simples indicação de remédios até sugestões aos senhores de escravos, no intuito de evitar a contaminação dos cativos pela epidemia. Exemplo disso é um artigo assinado por Dr. Joaquim d’Aquino Fonseca, médico sanitarista pernambucano.²⁶¹ Na opinião dele, o *trabalho excessivo*, quer *intelectual* ou *corpóreo*, concorria para o desenvolvimento do cólera, de forma que era necessário evitar a labuta em horas de *muito calor* ou *umidade*. Por isso, os *proprietários de engenhos e estabelecimentos rurais* deviam evitar que a escravaria trabalhasse pela madrugada ou noite, quando a umidade favorecia um resfriamento dos corpos. Durante o dia, era recomendável evitar que os cativos ficassem expostos ao sol nas

²⁵⁹ Jornal *O Araripe*, nº. 43, 03 mai. 1856, p. 3-4.

²⁶⁰ Jornal *O Araripe*, nº. 10, 08 set. 1855, p. 2.

²⁶¹ Para maior aprofundamento sobre a ação desse higienista no Recife, ver: SIAL, 2005.

horas de maior calor, dando, ainda, aos mesmos uma hora de descanso após cada refeição. Pela manhã, não era conveniente deixar os escravos irem para o trabalho em jejum, de forma que seus donos deveriam oferecer aos mesmos *xícaras de café* puro ou pequenos cálices de *genebra* ou *aguardente de cana*.²⁶²

A higiene corporal era outra preocupação de Aquino da Fonseca, que sugeria que os senhores deveriam “obrigar seus escravos a banharem se uma vez por dia, fazendo-o de modo que não haja supressão da transpiração ou resfriamento”. Ante o risco de que a aglomeração dos cativos favorecesse a disseminação do cólera, o médico propunha uma subdivisão dos mesmos, já que não era bom que muitas pessoas dormissem em *lugares acanhados*, como em algumas senzalas. De preferência, os escravos deviam ser colocados em casas situadas em pontos altos e arejados, onde pequenas fogueiras podiam ser acesas à noite,²⁶³ provavelmente para combater os perigosos *miasmas*.

Provavelmente, a preocupação do artigo em guiar os senhores sobre como proceder com a escravaria não estava baseada em princípios humanitários, tendo haver com o fato de que muitos cativos faleceram por conta dos surtos do cólera no Brasil de meados do século XIX. Pelo vistos, *O Araripe*, ao divulgar as considerações do Dr. Aquino da Fonseca, pretendeu despertar nas elites cratenses a atenção para os riscos que o cólera podia trazer para seus escravos, afinal eles eram mercadorias caras e raras no Crato – como já explanei no capítulo três –, daí a preocupação em conservá-las vivas.

De modo geral, os artigos médicos publicados n’*O Araripe* procuravam orientar, passo a passo, ao público leitor como proceder quando da chegada da *peste*. Alguns deles eram ricos em detalhes, trazendo conselhos para cada sintoma e fase da doença. Em 1855, por exemplo, um longo artigo, sem assinatura do autor, observava que de cada vinte pessoas acometidas pelo cólera, dezenove tinham a diarreia como primeiro sintoma. Essa diarreia era classificada, pelo texto, como *moderada* se as *matérias evacuadas* fossem *grossas e de cor escura* e se o número de evacuações diárias se limitasse a cinco ou seis vezes. Nesse caso, a doença não causava “susto algum a aquelle que della for atacado e o unico regimen a seguir deve consistir em uma alimentação menos abundante do a que ordinária, leve e refrigerante.”²⁶⁴

Todavia, se o número das evacuações aumentasse e a consistência das fezes ficasse mais aquosa, novas medidas seriam tomadas. Aconselhava, então, o uso de clister de *água morna*, em que se dissolveria uma *colher de chá de amido* com algumas *gotas de láudano*. A

²⁶² Jornal *O Araripe*, nº. 33, 16 fev. 1856, p. 3.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Jornal *O Araripe*, nº. 17, 27 out. 1855, p. 3.

quantidade desta substância deveria variar de duas a doze gotas, dependendo da idade e do estado do doente. Era também recomendável a ingestão do chá de *hortelã-pimenta*, “ligeiramente estimulada por uma colher de aguardente de boa qualidade” e aromatizada com “algumas gotas de tintura de canella.” A melhor alimentação para quem estivesse nesse estágio da doença era à base de caldo de *carne de vaca*, *sopas magras de arroz e pão torrado*.

Se essas *primeiras precauções* não estancassem a diarreia e se ela estivesse “quasi completamente aquosa, semelhante à água turva, à decocção de arroz ou ao chá levemente misturado com leite, pode-se afirmar que appareceu o verdadeiro systema colerico.” Desde esse momento, a mais *pequena imprudência* podia ser *fatal*. Mesmo que o doente não mostrasse nenhuma alteração aparente no *pulso* ou na *força muscular*, ele não deixava de *estar debaixo da influência do cólera*. Por isso, era imprescindível “lutar contra o mal, como se da primeira vez tivessem rebentado ao mesmo tempo todos os sytomas cholericos.”

Nesta fase, os procedimentos recomendados eram: a aplicação, de *hora em hora*, das injeções citadas a pouco; a manutenção do doente agasalhado em um *cobertor de lã*; e o emprego de *sinapismos* – espécie de cataplasma – sobre o ventre, no intuito de manter a temperatura corporal estável.

Caso o enfermo não apresentasse vontade de *lançar*, ou seja, vomitar, aplicar-se-ia infusões com gotas de *láudano* e *éter*. Todavia, se não houvesse melhora no quadro e se a ânsia de vômitos se manifestasse, sugeria-se o uso de um *vomitório de ipecacuanha*,²⁶⁵ cuja quantidade a ser consumida também variava de acordo com a idade do acometido. Se essa medida não resultasse em efeito, *oito minutos depois da ingestão* da ipecacuanha, dar-se-ia ao colérico *meio copo de azeite doce tépido*, com a *rama de uma pena* nele. O resultado de tal ingestão era não só o lançamento do vomitório como também de *matérias serosas contidas no estômago*.

Na opinião do artigo, as orientações reproduzidas até aqui garantiam um *êxito* quase *sempre completo*. Não obstante, se o quadro do enfermo não melhorasse, com a continuação dos vômitos e das evacuações, seguido do esfriamento da pele, *encovamento dos olhos* –

²⁶⁵ De acordo com Márcia Moisés Ribeiro, a raiz da ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*), também conhecida como *poaia*, obteve grande destaque entre as espécies da flora medicinal do Brasil Colônia, se tornando uma das maiores contribuições da farmacopeia do Novo Mundo à Europa. Desde sua introdução no Velho Mundo, no final do século XVII, a fama obtida por tal fármaco foi tanta que mercadores ávidos por lucros chegaram a comerciar falsificações da poaia. Advinda das matas baianas e pernambucanas, as raízes enviadas à Portugal eram vendidas pelo dobro ou triplo do preço pago no Brasil. As qualidades da ipecacuanha, considerada eficiente no tratamento da diarreia, como vomitório e como contra-veneno, teriam sido repassadas pelos indígenas aos colonizadores (RIBEIRO, 1997, p. 52-53). A popularidade da raiz atravessou séculos. Jane Beltrão, por exemplo, tratando do surto do cólera de 1855 no Pará, encontrou a ipecacuanha entre os produtos utilizados tanto por médico como por profissionais de saúde popular no trato dos acometidos por tal epidemia (BELTRÃO, 2000, p. 857).

quando tais órgãos pareciam estar no fundo das órbitas, provavelmente devido à magreza ocasionada pela desidratação – e diminuição do pulso, “o perigo é extremo, e deve-se lutar por alguns instantes com a maior energia.”

O doente devia então ser despido e sobre todo o corpo se aplicaria uma *fricção mui violenta* – ou seja, com força –, feita a partir da mistura de determinadas quantidades de *álcool canforado, cravo da Índia, hortelã e pimenta caiana*. Essa *fricção líquida* devia ser seguida por uma *seca*, à base de *amido e canela*. Deduzo que o objetivo dessas medidas era evitar um maior resfriamento do corpo – sintoma que caracterizava o chamado *cólera algido*, uma das fases mais temidas da doença, segundo o conhecimento científico da época –, daí porque o caráter abrasivo de parte das substâncias aconselhadas. Terminadas as frições, o doente seria então *embrulhado* em cobertores de lã e novos *sinapismos* seriam aplicados nas pernas e braços.

Continuar-se-ia, então, a ingestão das *bebidas estimulantes* indicadas para os primeiros estágios do cólera, apenas retirando-se o láudano, pois deste “momento em diante torna-se esta substancia um veneno que determina uma reação falsa com syptomas cerebraes que acabão de uma maneira fatal.” Se a temperatura do enfermo voltasse a subir, os lençóis podiam ser retirados aos poucos. O acamado podia tomar *limonadas* e um *chumaço* com *água sedativa* ou *vinagre* devia ser posto em sua testa e nuca. Dar, *de tempo em tempo*, algumas colheres de *caldo* e *meio dedo de vinho branco seco* era apropriado para tentar acelerar a retomada das *forças* do colérico.

Se a despeito de todas as medidas elencadas no artigo, o quadro não evoluísse positivamente e se, pelo contrário, a frequência dos *sintomas aumentasse* e o *pulso desaparecesse*, o colérico estava *irremissivelmente perdido*. Entretanto, amenizava o artigo, o *triste resultado* da morte era uma *rara exceção* se as orientações citadas fossem seguidas à risca.

O texto foi encerrado com um lembrete sobre a importância das propaladas *recomendações higiênicas* na prevenção do cólera e com três pontos que almejavam sintetizar o que devia ser feito para vencer a doença:

Em resumo, deixando de parte as recomendações hygienicas conhecidas de todos, e com tudo reproduzidas como lugares commus e fastidiosos em todas as instruções populares até hoje publicadas sobre o cholera, chamo com todas as minhas forças a attenção para os preceitos seguintes.

1º. Saber conhecer em tempo de epidimia cholerica, e a diarrhea que distingue a invasão da molestia.

- 2º. Ter sempre ao alcance os remedios mui simples que cabo de indicar, os quaes na immensa maioria dos casos triumpharão facilmente do mal.
 3º. Estar compenetrado desta verdade que da rapidez ou da demora dos primeiros socorros depende a vida ou a morte do doente.²⁶⁶

Pelo que foi exposto sobre este longo artigo, observar-se como os leitores d'*O Araripe* eram convidados a adotar uma postura de observação sistemática de toda anamnese do cólera. Em uma enfermidade cujo principal presságio era a diarreia, por exemplo, era recomendado contar o número de evacuações diárias e verificar se havia modificação em sua consistência ao longo do tempo. Para cada sintoma ou estágio da doença, havia remédios ou técnicas específicas: o esfriamento do corpo era combatido com fricções de álcool, pimenta, etc.; para a ânsia de vômitos, a sugestão era a ipecacuanha ou o azeite morno com uma *rama de pena*; chá de hortelã com láudano combatia a diarréia, apesar de, a partir de determinado estágio, a última substancia passar a ser considerada *veneno*; e assim seguiam os procedimentos, até à *convalescença* ou *morte* da pessoa acometida pelo cólera.

Outros artigos publicados no hebdomadário tinham uma estrutura similar ao que foi discutido acima, com variações nas substâncias e procedimentos indicados. Em artigo do Dr. Medeiros, comissionado pelo governo do Ceará para socorro dos caririenses nas epidemias de 1862 e 1864, percebi a mesma preocupação em descrever a evolução da doença passo-a-passo: nos primeiros sinais do cólera, o doente devia abster-se de comer, agasalhar-se bem, fazer escalda-pés com sal ou mostarda, aplicar sinapismos, beber, de hora em hora, uma infusão de macela, hortelã pimenta e folhas de laranjeira, com algumas gotas do elixir *paregórico americano*. Se o doente estivesse a lançar tudo o que bebesse, recomendava-se a aplicação de clisteres a base de láudano e o uso de sudoríferos.²⁶⁷

Caso não houvesse melhora no quadro, Dr. Medeiro receitava a ingestão de pílulas compostas de *extrato gomoso de ópio*, *pós de dower* e *goma arábica*. Tais pílulas deviam ser tomadas de “meia em meia hora, de hora em hora, ou de duas em duas horas, conforme a intensidade na resistencia do mal”. O médico afiançava que a diarreia e os vômitos desapareceriam com o uso correto das pílulas.

Não obstante, se em vez de aliviar tais sintomas, o doente mostrasse sinais do *cólera algido*, era necessário garantir a retomada imediata do calor corporal. A ação em prol da elevação da temperatura se daria em duas frentes: *internamente*, por meio da ingestão de uma infusão à base de “café preto bem forte, do vinho do Porto ou de Madeira, aguardente ou

²⁶⁶ Jornal *O Araripe*, nº. 17, 27 out. 1855, p. 3-4.

²⁶⁷ Jornal *O Araripe*, nº. 307, 13 mai. 1864, p. 3.

álcool, ajuntando-se lhe de 8 a 20 pingos do licor stragnoff ”; e *externamente*, pela fricção de uma *baeta, flanela ou escova*, embebida em *pimenta malagueta, mostarda ou cantáridas*. Complementando tal tratamento, “o sumo do limão em doses pequenas repetidas e progressivamente maiores, começando por uma colherzinha”, seria apropriado para o doente que não estivesse totalmente álgido e demonstrasse muita sede.²⁶⁸

Na maioria dos textos escritos por facultativos e reproduzidos n’*O Araripe* sobre prevenção e tratamento do cólera, encontramos a indicação de substâncias químicas em voga para a medicina da época, comumente comercializadas nas boticas – entre ao quais se destacavam, o enxofre, amoníaco, clorofórmio, ópio, éter, láudano, óleo de rícino, etc. –, junto com ervas e outros produtos comuns nas residências e quintais das pessoas, tais como o alho, pimenta, hortelã, limão, folhas de laranjeira, macela, entre outros. Diante da crença no caráter revigorante do álcool, o vinho e a cachaça, uma das bebidas mais populares do Brasil desde os tempos coloniais, também receberam menções constantes nos artigos.

Essa junção entre produtos populares e remédios das boticas, corrobora as considerações de Jane Felipe Beltrão, aludidas a pouco, sobre como a medicina brasileira do período, apesar de seu processo de institucionalização, não deixou de fazer concessões às artes de curar e saberes populares no tempo do cólera (BELTRÃO, 2000).

O estouro da epidemia acabou expondo as debilidades da medicina e sua incapacidade efetiva de inibir o cólera. Neste sentido, na busca por remédios que oferecessem alguma resistência ao mal, os facultativos fizeram experiências que acabaram por assimilar práticas consagradas pelos saberes populares, algumas herdadas do passado colonial (RIBEIRO, 1997).

O uso de chás, frutas, temperos e de outros produtos cotidianamente utilizados pela população para tratar seus achaques na confecção de medicamentos que buscavam minorar os sintomas do cólera, apontam para essa *circuladidade* de saberes, que acabou sendo publicizada nas páginas do jornal cratense.

De certa forma, tendo em vista que praticamente inexístiam médicos no Cariri, *O Araripe* tomou para si o papel de informar a população a respeito do que se discutia sobre a doença que grassava no Brasil, ameaçando de perto o Cariri, no intuito de prepará-la para agir quando da manifestação do cólera. Como a medicina-científica estava enredada em disputas internas e não oferecia respostas conclusivas sobre a doença, a abundância de artigos publicados no jornal aponta para representações múltiplas, que misturavam de forma criativa

²⁶⁸ Jornal *O Araripe*, nº. 307, 13 mai. 1864, p. 3.

orientações *miasmáticas* e *contagionistas*, tratamentos *alopatas* com *homeopatas*, produtos químicos com remédios feitos a base de ervas e de outros produtos populares.

Tais considerações realçam a tese basilar da historiografia das doenças, para a qual o fenômeno do adoecer não deve ser visto apenas como algo *natural*, desprovido de outros significados além do biológico:

Considerar a saúde e a doença como realidades orgânicas independentes tanto do espaço e do tempo, quanto das características dos indivíduos e dos grupos atingidos por uma doença, é restringi-las à leitura exclusiva do saber médico e não percebê-la como realidades que têm dimensões sociais (NASCIMENTO, 2005, p. 41).

O que a historiografia dedicada ao assunto propõe é um olhar problematizado sobre as representações socioculturais que cercam o adoecer. A dimensão biológica de uma doença não deixa de ser cercada por questões sociais, culturais, econômicas, políticas, que procuram dar um significado e respostas a mesma.

No caso das epidemias, essa historicidade parece ficar mais visível. Com fronteiras definidas, no tempo e no espaço, elas são “episódios de existência breve, mas intensa e arrebatadora” (NASCIMENTO & SILVEIRA, 2004, p. 24). Os estudos acerca dos surtos epidêmicos veem demonstrando como eles impactaram, significativamente, em diferentes sociedades e temporalidades, engendrando um rico imaginário e um leque de práticas políticas, científicas e religiosas a respeito dos mesmos.

O caso do cólera n’O *Araripe* é um exemplo dessa historicidade que cerca o adoecer. Em uma época marcada pelo medo em torno do cólera, uma das mais letais doenças do século XIX, as representações impressas naquele jornal foram de uma diversidade impressionante. Como produtos socioculturais, as representações sobre a epidemia lá veiculadas estiveram embasadas nas pretensões políticas, projetos, crenças, medos, enfim, nas visões de mundo compartilhadas por seus autores, o que demonstra como aquele fenômeno *biológico* foi apropriado e vivenciado naquele contexto.

O ARARIPE.

CRATO

N. 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
 Por um anno 4\$000
 Por 6 meses somente 3\$000
 O jornal sairá todos os sabbados.
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a podera de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desempenhar esta tarefa reservou exclusivamente este numero; cuja leitura recomende a todos.

O cholera é sem duvida uma terrivel epidemia, mas não é mais grave, nem mais mortifera do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem-se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselho os receituarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor foco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se inorre, e que fará mesmo um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e ch-gue-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares convem, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperança em sua infinita bondade, empregar dois meios: coragem e prestesa na applicação dos remedios proprios para o primeiro periodo da molestia.

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste aserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que fllam mais alto do que tudo.

N.º Para o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametã, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fraqueza e cobardia de seus habitantes, que sem honrar um aos outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e Santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medicos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso inoreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de tratar se pelos meios proprios.

Entretanto no Rio de Janeiro, no seio dessa cidade, com tantas disposições e elementos de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effecto. Além de ter causa lo muito pouca mortalidade, acresce que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a febre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-na até com desprezo, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

Commercio, festividades, serão emfim a todo isso que constitue o movimento de uma grande cidade, não teve um momento de tregos. Houve somente uma coisa, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de ocasião; os pobres e desvalidos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e deauxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal acollimento ao inimigo commum. Huma pois aos Fluminense e aos Pernambucanos; e tratemos de inutilis, a medida de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem durado até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-na as autoridades, faga e obedeça um o que estiver de sua parte, que Deus uos ajudará a todos.

Quando todos se previnam com mehoramentos para combater o cholera morbus q' tem durado até agora, parece querer invalidar esta effeito e fugir as circumstancias, veio do Pará a agitação no ex-

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas do século XX, os historiadores enriqueceram seu ofício por meio da assimilação de novos problemas e objetos de pesquisa. Por essa época, teve início a realização de uma historiografia dedicada às *doenças*, até então discutidas superficialmente pela *história da medicina*, desenvolvida, especialmente, por médicos, que destacavam apenas seus caráter *biológico* ou *natural*.

Ao escolherem as doenças como objeto de atenção, os historiadores problematizaram a obviedade *natural* das enfermidades, ao apontar para as formas com que as mesmas foram vivenciadas pela humanidade, em diferentes lugares e temporalidades. Assim, as moléstias passaram a ser vista como *produtos socioculturais*, na medida em que múltiplas representações e práticas são engendradas socialmente para lidar com tais fenômenos, que costumam atingir significativamente a vida das pessoas, desde a antiguidade até os dias de hoje.

Seguindo a trilha aberta por tal historiografia, abordei, nessa dissertação, às representações que um jornal cratense, de meados do século XIX, engendrou para se referir ao cólera-morbo, doença que ceifou cerca de trinta a quarenta milhões de pessoas pelo mundo, só naquela centúria.

No capítulo dois, apresentei os caminhos traçados pelo cólera no século XIX. De início, destaquei suas manifestações pandêmicas, discorrendo não só sobre as altas cifras mortuárias que produziu, mas também sobre como tal doença era definida pelos contemporâneos, bem com as inquietações políticas, científicas e sociais engendradas pelas andanças do *filho de Ganges* no mundo oitocentista.

Em um momento em que as relações comerciais entre os países se intensificavam e as distâncias eram encurtadas por novas tecnologias, o cólera ganhou o mundo e todas as tentativas de barrá-lo pareceram vãs, fossem essas inspiradas nos paradigmas do *contágio*, da *infecção* ou uma mescla de ambos.

Logo em seguida, foquei a narrativa na chegada do cólera ao Brasil, discorrendo sobre sua rápida expansão em várias províncias, entre 1855-1856. Por meio de documentos oficiais e da historiografia dedicada ao assunto, apresentei algumas questões e problemas sociais vindos à tona nos surtos do Pará, Salvador, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Centrei, ainda, a atenção na situação peculiar do Ceará, que, apesar de sitiado pelo cólera desde 1855 – visto que a moléstia grassava na maioria das províncias brasileiras do norte –, os cearenses só receberam sua indesejada visita no ano de 1862. Realcei, então, os quase oito anos de espera e expectativa vivenciados por tal província, enfatizando as medidas

profiláticas postas em prática pelo executivo cearense diante dos *fundados receios* inspirados pela aproximação de uma *peste* que tanto estrago fez no Brasil e no mundo como um todo.

O passo seguinte foi discutir os principais feitos da epidemia na província em questão, destacando localidades afetadas, medidas políticas e sanitárias postas em execução, rupturas nos ritos cotidianos, recursos medicinais empregados pela população, realização de cerimônias expiatórias, entre outras questões suscitadas pela passagem do cólera.

O capítulo três teve como meta expor uma contextualização histórica do Crato em meados do século XIX, construída a partir de uma leitura da historiografia regional e de documentos da época, tais como relatos de viajantes, estudos estatísticos, documentos oficiais, entre outros.

De início, tratei das peculiaridades naturais do Cariri cearense, região em que se encontra o Crato, que foram basilares para sua afirmação enquanto produtora agrícola e como espaço para atividades comerciais inter-regionais. Os engenhos de rapadura, o principal produto do lugar, abasteciam outros pontos do Ceará e os interiores das províncias circunvizinhas, que não dispunham da mesma fertilidade e condições climáticas que caracterizavam a Chapada do Araripe.

O sucesso das atividades agrícolas e comerciais do Cariri fez com que algumas famílias ascendessem política e economicamente, especialmente no Crato, que se afirmava enquanto liderança regional. Tais grupos familiares buscaram aumentar sua influência sobre o Ceará por meio da participação em conflitos ditos liberais, como a Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1924) e Revolta de Pinto Madeira (1831-1832).

A participação das elites cratenses em tais movimentos acabou sendo representada pela intelectualidade local, descendente daquelas, como a *era de ouro* da história regional. A historiografia de Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho – membros do Instituto Cultural do Cariri – foi uma das principais responsáveis pela exaltação dessas efemérides.

Esses mesmos historiadores foram os defensores da tese de que, passado o período que diziam *heróico*, de 1817 a 1832, houve um período de *decadência* para Crato e sua região, que se estendeu entre os decênios de 1830 e 1840. A ideia de *decadência* foi concebida pelos intelectuais cratenses a partir de uma leitura moralista do período citado, que ressaltava os maus hábitos da população e a violência do cangaceirismo que pareceu tomar conta do interior cearense.

Passou despercebido a tais historiadores que a *decadência* sugerida por eles não era apenas de ordem *moral*, mas sim reflexo de questões mais amplas, como o processo de reajustamento político ocorrido entre a *Regência* e a *Maioridade*, que a nível nacional e

provincial significou a ascensão dos segmentos conservadores. No caso particular do Crato, as famílias que tinham obtido destaque nas décadas anteriores pela liderança nos conflitos liberais, perderam a hegemonia que buscavam no âmbito provincial, sendo alijados dos postos de destaques no governo. O próprio Senador Alencar, cratense de maior envergadura política, foi destituído da presidência do Ceará. Enquanto isso, Fortaleza, sob domínio do Partido Conservador e enriquecida com o comércio internacional do algodão, fortaleceu-se como centro político e administrativo provincial.

Todavia, a década de 1850 foi lida pelos intelectuais do I.C.C. de forma alvissareira, sendo representada como o início de um *renascimento*, um tempo de superação da *decadência* discutida acima, já que, por esta época, a sociedade cratense passara por algumas transformações sociais e econômicas que ressaltavam sua posição como liderança regional.

A pesquisa apontou para alguns aspectos sociais do Crato de meados do século XIX que ajudam a entender a crença nesse *renascimento*, tais como: sua elevação à categoria de cidade, em 1853; o aumento da produção e comercialização da rapadura e farinha de mandioca com localidades limítrofes; o crescimento demográfico do período; a chegada e ascensão política na localidade de comerciantes e profissionais liberais, principais autores de um discurso dito *civilizador*; as mudanças ocorridas no centro urbano nascente, com a fundação de um mercado público, sobrados à moda dos de Recife – modelo de *civilização* para as elites cratenses – e de espaços ditos *higiênicos*, como o cemitério, que substituiu as inumações feitas na matriz da cidade, então representadas como *insalubres* e focos de *miasmas*; e a fundação do primeiro jornal da cidade, *O Araripe*, órgão do Partido Liberal e porta-voz dos grupos sociais que ascendiam no lugar, que circulou entre os anos de 1855 e 1865.

Como tal periódico se constituiu enquanto fonte principal dessa pesquisa, por ter dado destaque significativo à epidemia do cólera, dediquei um último tópico do capítulo três para historicizá-lo, apresentando seu formato, periodicidade, grupos a que estava vinculado e principais projetos defendidos, como o plano de criação da província dos *Cariris Novos*, com capital no Crato.

Feita a contextualização da cidade e d'O *Araripe*, abordei, no capítulo quatro, a presença constante de impressos no semanário sobre os temas saúde e doença, seja por meio de artigos em que se reivindicava reformas urbanas que *higienizassem* a cidade – o que era representado como sinal de *civilização* –, no incentivo à vacinação contra as *bexigas*, nas receitas de remédios caseiros, nas propagandas de médicos e outros profissionais da saúde ou

pela veiculação de anúncios de medicamentos que prometiam curar as enfermidades que cotidianamente atingiam as pessoas da cidade.

Não obstante, entre o conjunto dos textos publicados n’*O Araripe* sobre a saúde e a doença, nenhum tema obteve tanto destaque como o cólera. Entre os microfilmes conservados do jornal, mapeei setenta e três edições que publicaram mais de cento e quarenta textos com referência a tal moléstia. A grande maioria deles foi impressa entre os anos de 1855-1856 e 1862-1864.

A justificativa para tal concentração está no fato de que o primeiro biênio citado correspondeu ao início dos surtos do cólera no Brasil e, particularmente, à chegada da doença às províncias da Paraíba e Pernambuco, nas cercanias do Cariri. Com *anjo do extermínio* tão perto, o jornal tratou do cólera com afinco, desde seus números iniciais.

Já o período de 1862 e 1864 foi marcado pela chegada do *monstro cruel* ao Ceará, onde matou cerca de onze mil pessoas. No Crato, entre abril e agosto de 1862, aproximadamente mil e cem coléricos pereceram. A chegada da epidemia à cidade foi marcada por um período de medo e tensão, perceptível nos relatos sobre o massacre de porcos que a antecederam, na construção de um novo cemitério, na simplificação dos ritos fúnebres, no acúmulo de corpos em valas comuns, na fuga de padres e de autoridades públicas, nos conflitos de fronteira com Exu, etc.

Extinta a *peste* de 1862, *O Araripe* não circulou no ano seguinte. A redação do jornal usou o cólera como justificativa disso, alegando que a passagem da doença tinha desarticulado e confundido todas as associações da cidade. Provavelmente, a morte pela epidemia de correligionários, que ajudavam no custeio da publicação – já que as verbas adquiridas com os assinantes eram incertas –, e de pessoas aptas ao trabalho tipográfico expliquem o porquê da maior interrupção na circulação do semanário.

No ano de 1864, novo surto atingiu o Crato e sua região, o que fez o jornal intensificar, mais uma vez, a impressão de textos sobre o assunto. Malgrado o medo de que se repetissem as tristes cenas de 1862, a segunda visita do *anjo do extermínio* foi bem mais amena. Estimativas do período informam que cerca de mil duzentos e cinquenta e duas pessoas dessa cidade foram acometidas pela *peste*, das quais duzentas e quatro teriam falecido.

No quinto e último capítulo, discorri sobre como as representações a respeito do cólera no jornal foram ricas de significados. De partida, tratei das apropriações políticas do fenômeno. Como órgão de imprensa eminentemente político, ligado aos interesses de comerciantes, donos de engenho e profissionais liberais cratenses identificados com o Partido

Liberal, o cólera não deixou de ser representado por discursos que procuraram atacar as autoridades e desafetos, bem como enaltecer correligionário e amigos.

Por outro lado, as representações sobre a *peste* não ficaram restritas ao caráter político. A leitura do jornal aponta para uma das mais antigas representações que procuram explicar o fenômeno doença: as que veem nela um sinal da vontade divina, um castigo do Céu. Analisei tais representações religiosas do cólera a partir da apresentação de uma série de orações de cunho penitencial, lançadas pelo *O Araripe*, dedicadas a santos consagrados pelo imaginário dos fiéis como protetores em tempo de *peste*, tais como São Sebastião, São Roque e a Virgem Maria.

Por fim, no tópico de encerramento do último capítulo, analisei as receitas e orientações médicas publicadas no jornal, demonstrado como elas refletiram as dúvidas, divisões, inquietações e fragilidade da medicina do período. No conjunto desses textos, apontei para uma *circularidade* de saberes, perceptível na mistura indiscriminada de princípios ditos científicos com saberes populares consagrados.

Ao tratar das representações do cólera n’*O Araripe*, quis produzir uma história sobre um dos momentos mais tensos para a população cratense do século XIX, comparado, em proporção e impacto, somente com as grandes secas que vitimaram a localidade naquele século. Tentei demonstrar como aquele *fenômeno natural* foi interpretado e vivenciado socioculturalmente por membros das elites locais, responsáveis pelo semanário, e como as representações do fenômeno trazem informações relevantes sobre a identidade, projetos e crenças dos mesmos.

Tendo chegado ao fim desse percurso, resta pensar nas possibilidades de pesquisa abertas aos historiadores que se interessarem no aprofundamento do estudo sobre o cólera no Crato de meados do século XIX.

Acredito que um bom caminho, é pensar em um estudo comparativo entre o que foi publicado n’*O Araripe* sobre o cólera e o que foi impresso nos órgãos fortalezenses *Pedro II* e *O Cearense*. Levantar e pôr em diálogo tais representações permitiria uma visualização mais acurada dos usos políticos da epidemia, revelando as diferentes visões e posições sociais das elites provinciais sobre flagelo do Ceará nos anos de 1862 e 1864.

Restringindo o recorte geográfico para cidade do Crato, penso que outra pesquisa interessante seria aprofundar o estudo sobre as transformações ocorridas nos ritos fúnebres no período anterior à epidemia, o que fiz de forma rápida na dissertação. Tendo em vista o peso de tais cerimônias para o imaginário católico do período, seria interessante poder investigar,

por exemplo, as formas de morrer anteriores à construção do cemitério municipal, talvez tendo como marco inicial de análise a década precedente (1840).

Além de relevantes informações sobre a composição social e as crenças do período, o estudo de tais dados propiciaria, inclusive, traçar um comparativo entre o cotidiano da morte, em um *período comum* e um *período extraordinário*, como durante os surtos de 1862 e 1864, quando a brutalidade da epidemia do cólera levou a uma simplificação significativa dos rituais da morte.

Para finalizar, quero dizer que meu trabalho é o primeiro a voltar-se para a discussão da epidemia do cólera no Crato. Todavia, espero que não seja o último, afinal, acredito que novos estudos sobre tal acontecimento trarão outras questões e fontes que podem ter passado despercebidas por mim ao longo do processo de pesquisa e escrita, o que contribuiria para lançar novas luzes e questões sobre a sociedade cratense daquele período, contribuindo para o amadurecimento da historiografia regional sobre o Cariri imperial.

O ARARIPE.

CRATO

N - 33

O ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais, para serem publicados, deverão vir legalizados.



O preço da assignatura é
 Por um anno 4\$000
 Por 6 meses somente 3\$000
 O jornal sairá todos os sabbados.
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 16 DE FEVEREIRO DE 1856. RUA DA MATRIZ.
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

O CHOLERA.

Como nestes ultimos dias se tem divulgado a noticia de que o cholera morbus, vem pouco a pouco se aproximando de nós, o Araripe julga prestar um valioso serviço aos habitantes desta comarca, e dos lugares que lhe são mais vizinhos, indicando-lhes alguns conselhos prudentes confirmados pela experiencia, e desvanecendo esse ou panico, terror imaginario, que se a poderia de todos ao proferir se o nome do cholera; e para desvanecer esta tarefa reservou exclusivamente a si a tarefa de recomendar a todos que se interessam pelo bem da humanidade.

O cholera é sem duvida uma terrivel epidemia, mas não é mais grave, nem mais mortifera do que todas essas outras que tem flagelado a especie humana. Combatido ao manifestarem-se os primeiros symptomas que o caracterizam, da maneira porque a conselho os recetuarios que agora publicamos, o cholera, qualquer que seja o maior ou menor fôco de população que atacar, será uma epidemia da ordem d'essas molestias que pouco assustam, que matam, porque de tudo se morre, e que fará mesmo um pequeno numero de victimas na proporção do numero das pessoas que forem affectadas.

Mas para que se consiga este grande resultado, e ch-gue-se a um estado de zombar-se mesmo do cholera, como tem acontecido em muitos lugares convem, depois de lançar os olhos para Deus, com o coração cheio de esperança em sua infinita bondade, empregar dois meios: coragem e prestesa na applicação dos remédios proprios para o primeiro periodo da molestia.

Todas as experiencias feitas com criterio, todos os factos mais conhecidos vem em apoio deste aserto, e até mesmo em nosso paiz os ultimos acontecimentos depois da invasão do cholera tem sido tão significativos, que fllam mais alto do que tudo.

No Pará o cholera atacando toda a provincia só em um ponto, e parece nos que foi Cametá, produzindo effectos extraordinarios, despoando completamente a cidade desse nome. Mas qual foi a razão disso? A fiquessa e cobardia de seus habitantes, que abriam portas um aos outros no meio das ruas no recinto das casas, no seio das proprias familias, ao passo que em todos os outros pontos dessa provincia, a mortalidade foi diminuta em propor-

ção do grande numero dos que foram feridos, só porque as populações se portaram com valor.

Na Bahia, e especialmente nas cidades da Cachoeira e santo Amaro, o terror foi maior que em parte alguma. Medigos, padres, authoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso moreu; por que só escaparam aquelles que poderam fugir antes de serem affectados do contagio epidemico, ou que tiveram coragem de lutar se pelos meios proprios.

No Rio de Janeiro, no seio dessa cidade immensa, onde ha tantas disposições e elementos para o desenvolvimento de toda qualquer epidemia, o cholera produziu pouco effecto. Além de ter causado muito pouca mortalidade, acreasco que declinou rapidamente, deixando apos si muito menos estragos do que a f-bre amarella; mas a razão disso está na corajosa indifferença com que a população recebeu esse hospede incommodo, esse terrivel judeu errante que tem devastado tantos campos e cidades! Trataram-nos até com despreso, em nossa famosa capital, não lhe fiseram nem ao menos as honras da recepção.

Commercio, festividades, serão emfim a tudo isso que constitui o movimento de uma grande cidade, não teve um momento de tregos. Houve somente uma coisa, e foi que o governo desenvolveu toda a energia no emprego de todas as medidas preventivas, e de occasião; os pobres e desvalidos foram soccorridos com prontidão; os ricos tratavam de salvar a si, e deauxiliar o governo por meio de grandes actos de caridade. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio para dar um equal ac-lhimento ao inimigo commum. Houve pois as Fluminenses e as Pernambucanas; e tratemos de unitalas, a medida de nossas forças e fracos recursos.

Desperte a nossa camara Municipal desse lethargo desse somno de culposa indifferença q' tem durando até agora, mostre que sabe comprehender o seu papel; coadjuvem-nos as authoridades, faga e faga cada um o que estiver de sua parte, que Deus vos ajude a todos.

Quando todos se previniam com meios proprios para combater o cholera morbus, que, por sua natureza, parece querer invadir esta cidade, e fllar em circumstancias, veio do Pará a agalavel no seio

7 - REFERÊNCIAS

7.1 – FONTES

a) Periódico

- Jornal *O Araripe*, Crato-CE. Edições de 1855 a 1864. Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – CE.

b) Manuscritos

Câmara Municipal do Crato. Correspondências expedidas (1846-1856). Caixa 34. Arquivo Público do Ceará (APEC). Fortaleza - CE.

Fundo Saúde Pública. Comissões Sanitárias. Série: Correspondências Expedidas. Pasta Crato (1836-1856). Caixa 11. APEC.

Fundo Saúde Pública. Comissões Sanitárias. Série: Correspondências Expedidas. Pasta Crato (1846-1888). Caixa 10. APEC.

Fundo Governo da Província do Ceará. Livro de Ofícios Saúde e Socorros Públicos (1863-1876). APEC.

Livro dos Coléricos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato (1862-1864), Departamento Histórico Diocesano Pe. Antonio Gomes. de Araújo (DHDPG). Crato - CE.

Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato (1853-1859). DHDPG.

Carta do Pe. Manoel de Almeida a Dom Luís Antônio dos Santos (Bispo do Ceará). 18 de julho de 1862. CRA 19, 127. DHDPG.

Carta do Pe. José Tavares Teixeira a Dom Luís Antonio dos Santos. 22 de maio de 1862. Pasta CRA, 19, 120. DHDPG.

Carta do Pe. Felix Aurélio Arnaud Formiga a Dom Luís Antônio dos Santos 21/05/1862. Pasta CRA 15, 47. DHDPG.

c) Fontes impressas e digitais

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*: Fortaleza-Crato (1859). Vol. I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

_____. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro (1859-1860)*. Vol. II. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. deputados. Primeiro anno da duodecima legislatura, sessão de 1864. Tomo I. Rio de Janeiro. Typographia Imperial Constitucional de J. C. Villeneuve. Rua do Ouvidor, 1864.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997a.

_____. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo II. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997b.

BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri*. Typ. da Gazeta do Norte, 1888.

_____. *O Ceará (lado cômico): algumas chronicas e episódios*. Typographia Moderna a vapor – Ateliers-Louis, Ceará, 1899.

CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica*. Tomo II. Edição fac-similar (1817). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das famílias*. 6ª ed. Paris, Editores A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

DAMASCENO, Darcy & CUNHA, Waldir da. Os manuscritos do Botânico Freire Alemão: catálogo e transcrição In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 81. 1961.

GARDNER, George. *Travels in the interior of Brazil*. 2ª. Ed. London: Reeve, Benham, and Reeve, King William Street, Strand. 1849.

_____. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

Província dos Cariris-novos: Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo IV. Fortaleza: 1892.

OLIVEIRA, Almir Leal de & BARBOSA, Ivone Cordeiro (org's.). *Cd's Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. 3 volumes. Fortaleza: INESP, 2009.

STUDART, Dr. Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Ed. fac-similar (1909). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

_____. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Tomo II. Ed. fac-similar (1896). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome/Violação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

Um documento official relativo ao Cholera-morbus no Ceará em 1862. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo XXIV. Fortaleza; 1910.

d) Relatório de presidentes de província

- Ceará

Relatorio com que o excellentissimo senhor doutor Fausto Augusto de Aguiar, presidente da província abrio a 1ª. sessão da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º. De julho de 1850. Ceará: Typographia Cearense. 1850.

Relatorio que por occasião de deixar a presidencia desta provincia dirigio o Excellentissimo Senhor Doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta, ao seu sucessor o Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Marcos D'Almeida Rego. Ceará: Typographia Cearense. 1851.

Relatorio apresentado pelo Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Marcos de Almeida Rego, Presidente da Provincia do Ceará, na abertura da 2ª. sessão ordinaria da 8ª. legislatura da Assembleia Legislativa da mesma provincia, no dia 1º. De outubro de 1851. Typographia Cearense. Impresso por Joaquin José d'Oliveira. 1851.

Relatorio apresentado pelo Excellentissimo Senhor Conselheiro Vicente Pires da Motta ao Excellentissimo Senhor Tenente-Coronel José Antonio Machado, 3º Vice-Presidente da Província, no acto de passar-lhe a administração da mesma. Ceará: Typographia Cearense. 1855.

Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da provincia ao segundo vice-presidente da mesma o Excellentissimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de Abril de 1856. Ceará: Typographia Cearense. Impresso por Joaquim d'Oliveira. 1856.

Relatorio com que abrio a Assembléa Legislativa Provincial do Ceará, o 1º Vice-Presidente da mesma o Excellentissimo Senhor Doutor Herculano Antonio Pereira da Cunha, no dia 1º de julho de 1856. Ceará. Typographia Cearense. Impresso por Joaquim José de Oliveira. 1856.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1858, o Excellentissimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, presidente da mesma provincia. Ceará: Typographia Cearense, 1858.

Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1859, o excellentissimo senhor Dr. João Silveira de Sousa, presidente da mesma provincia. Ceará: Typographia Cearense. 1859.

Relatorio com que o excellentissimo Senhor Doutor João Silveira de Sousa passou a administração da provincia ao terceiro vice-presidente da mesma o excellentissimo senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 15 de setembro de 1859. Ceará; Typographa Cearense. Impresso por Joaquim José D'Oliveira. 1859.

.

Relatório que á Assembleia Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 o Presidente da Provincia Doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Ceará. Impresso na Typographia Brasileira de Paiva e Companhia. 1861.

Relatorio com que o Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo passa a administração desta provincia ao quarto Vice-Presidente da mesma o Exm. Sr. Commendador José Antonio Machado em 12 de fevereiro de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862.

Relatorio com que o 4º. Vice-Presidente Commendador José Antonio Machado passou a administração da provincia ao Excellentissimo Senhor Doutor José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Em 5 de maio de 1862. Ceará: Typographia Cearense. 1862.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentissimo senhor Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, por ocasião da instalação da mesma assembléa no dia 1º de outubro de 1862. San'Luiz. Typ. de B. de Mattos – praça de Palácio, 3 A. 1863.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentissimo Senhor Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por ocasião da instalação da mesma assembléa no 1º de outubro de 1864. Typ. – Brasileira de Paiva e Comp. – Rua Formosa. 1864.

- Outras províncias

Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província o Dr. Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Typographia de Antonio Olavo da França e Comp. 1856.

Relatório apresentado pelo terceiro Vice-Presidente desta Província [do Sergipe], Commendador José da Trindade Prado, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao primeiro Vice-Presidente, Barão de Maroim no dia 25 de setembro de 1855.

Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 27 de fevereiro de 1856 ao Illm. e Exm. Snr. Dr. Salvador Correia de Sá Benevides pelo 1º. vice-presidente da mesma província o Exm. Snr. Barão de Maroim. Typ. Provincial de Sergipe, 1856.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1856, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia, o dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque. Recife, Typ. de Santos & Companhia, 1856.

Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província o Dr. Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de Agosto de 1856. Parahyba. Typographia de José Rodrigues da Costa. Rua Direita n. 20. 1856.

Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte pelo presidente, o dr. Antonio Bernardo de Passos, no anno de 1856. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1856.

Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1857, o exm. sr. dr. Antonio Bernardo de Passos, presidente da mesma provincia. Recife, Typ. de M.F. de Faria, 1857.

7.2 – BIBLIOGRAFIA

ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Tradução: Laureano Pelegrin. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. A estrutura fundiária do Cariri de 1750 a 1822. In: LIMA, Marinalva Vilar de & MARQUES, Roberto. *Estudos Regionais: limites e possibilidades*. Crato: NERE/CERES Editora, 2004.

ALENCAR, Álvaro de Alencar. O Cólera-morbus no Ceará: cólera epidêmico. *Revista do Instituto do Ceará*. Ano LVII, 1943.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Maria Daniele. Letras negras: representações sobre escravos na cidade do Crato, 1855-1865. *Anais do IV Simpósio Nacional de História Cultural*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2008.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos Antonio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Vol. II. Tradução: Luiza Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Aves, 1990.

_____. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1993.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. As doenças viram notícia: imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Vozes, 2004.

BELTRAO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. 6. [set/2000]; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

BELTRÃO, Vera Regina. Medicinas secretas: magia e ciência no Brasil setecentista. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. 1986. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. Os silêncios de mnemosyne: oralidade e a construção da memória da penitência em Barbalha-CE. In: *Anais eletrônicos do I Colóquio Internacional de História: sociedade, natureza e cultura*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2009.

BIER, Otto. *Microbiologia e imunologia*. 30ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decamerão*. Vol. I. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS, Eduardo. *Medicina popular do Nordeste: superstições, credences e mezinhas*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1967.

CAMUS, Albert. *A peste*. 17ª. ed. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CAPONI, Sandra. Entre miasmas y microbios: la vivienda popular higienizada. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 18, nº 6 Nov./Dez. 2002.

CARBONETTI, Adrián et all. Lãs epidemias de cólera em Córdoba a través del periodismo: la oferta de productos preservativos y curativos durante la epidemia de 1867-1868. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. Vol. 14, n. 2, abr-jun. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COLARES, Otacílio. Introdução crítica: fome e peste na ficção de Rodolfo Teófilo. In: TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome/Violação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. Tradução: Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone (org.). *Uma nova história do Ceará*. 3ª. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os cemitérios e a espacialização da morte. In: ALMEIDA, Maria Geralda de & RATTS, Alecsandro (orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003.

CZERESNIA, Dina. Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. IV (I): 75-94, mar.-jun. 1997.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Tradução: Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. 1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas.

_____. Epidemia: história epistemológica e cultural de um conceito. *Revista Política e Trabalho*. João Pessoa, nº 15. Setembro/1999.

_____. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.

DIÓGENES, Osmar Maia (org.). *Os clérigos católicos na Assembléia Provincial do Ceará (1834-1889)*. Fortaleza: Editora INESP, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DUBY, George. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos*. Tradução: Eugênio Michel da Silva, Maria Regina Lucena Borges-Osório. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução: Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FARIAS, Rosilene Gomes. *O Khamsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1856)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. *Crato: evolução urbana e arquitetura (1740-1960)*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2007.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura, 2006.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil*. Campinas / SP: Ed. da Unicamp, 2003.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Vol. 3. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.

_____. *História do Cariri*. Vol. 4. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

FIGUEIREDO FILHO, J. & PINHEIRO, Irineu. *A cidade do Crato*. Ministério da Educação e Cultura, 1953.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 6ª. ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 12, n.2, maio-ago. 2005.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HELFAND, William H.; LAZARUS, Jan & THEERMAN, Paul. Images of Health: cholera in Paris. *American Journal of Public Health*. Vol. 90, nº 10. October 2000.

HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *Physis*. vol. 15, supl. 10. Rio de Janeiro, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Tradução: Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. Uma história dramática. In: LE GOFF, Jacques et al. *As doenças têm história*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, II (3). Nov.1995 - Fev. 1996.

LIMA, Zilda Maria Menezes. *Uma Enfermidade à Flor da Pele: a lepra em Fortaleza (1937-1945)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgª.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, Madel. *Medicina e ordem política: política e instituições em saúde, 1850-1930*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MACIEL, Dhenis Silva. Alicerçado na dor: cólera-morbus na vila de Maranguape (1849-1862). *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de senhoras no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hicitec, 1987.

MEGALE, Nilza Botelho. *O livro de ouro dos santos: vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da Colônia: limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2004.

_____. Os curandeiros e a ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 19. Recife: Ed. Universitária, 2001.

MONTENEGRO, João Alfredo. João Brígido: uma revisão histórica. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo CXIII. Fortaleza: 1999.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: *História da vida privada no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

Ó, Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: Ó, Alarcon Agra do et al. *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2ª. ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A construção do Estado Nacional no Ceará na Primeira Metade do Século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais. In: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (org's.). *Cd's Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861)*. 3 volumes. Fortaleza: INESP, 2009.

OLIVEIRA, Carla Silvino. *Cidade (in)salubre: idéias e praticas médicas em Fortaleza (1838-1853)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará.

PAZ, Renata Marinho. Cariri, campo fértil da religiosidade popular. *Tendências: Caderno de Ciências Sociais da Universidade Regional do Cariri*. Vol. 2, nº. 1, 2004.

PEREIRA, José Carlos. *Sincretismo religioso e ritos sacrificiais: influência das religiões afro no catolicismo popular brasileiro*. São Paulo: ZOUK, 2004.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855*. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. 2003a. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas.

_____. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003b.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: edição do autor, 1950.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 1977.

PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Record, 2004.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Comissão das borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *Historia: novos objetos*. 4ª ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. Tradução: Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: Hucitec; Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. *Epidemiologia e saúde*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2001.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855 - 1856)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Representações sociais da peste e da gripe espanhola. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Nota explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato (1859)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, Cláudia Cristiane Arruda Silva. *O tremor dos sertões: a epidemia de malária no Baixo Jaguaribe (1937-1939)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará.

SNOW, John. *Sobre a maneira da transmissão do cólera*. Rio de Janeiro: USAID, 1967.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas*. Tradução: Rubens Figueiredo/Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In: LE GOFF, Jacques et al. *As doenças têm história*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991.

SOURNIA, Jean-Charles & RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem*. Tradução: Joel Góes. Lisboa: Edições 70, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TRONCA, Ítalo. *As máscaras do Medo: Lepra e Aids*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org's). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 1997.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução: Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias*: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense.